UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELAINE MUNIZ PIRES

Maternidade Ativa e Cuidado do Mundo

SÃO PAULO
2020

ELAINE MUNIZ PIRES

Maternidade Ativa e Cuidado do Mundo

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo na linha de pesquisa: Psicologia e Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Laura Godinho Lima.

SÃO PAULO
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Pm

Pires, Elaine Muniz
Maternidade Ativa e Cuidado do Mundo / Elaine Muniz Pires; orientadora Ana Laura Godinho Lima. -- São Paulo, 2020.
291 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Educação, Linguagem e Psicologia) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2020.

1. maternidade ativa. 2. maternagem intensiva. 3. feminismo. 4. neoliberalismo. 5. cuidado infantil. I. Lima, Ana Laura Godinho, orient. II. Título.

PIRES, Elaine Muniz. Maternidade Ativa e Cuidado do Mundo. 2020. 291 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Laura Godinho Lima (Presidente)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Profa. Dra. Flávia Inês Schilling

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Profa. Dra. Karina Mirian da Cruz Valença Alves

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Julgamento:

Profa. Dra. Maria Collier de Mendonça

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Julgamento:

Profa. Dra. Maria Simone Vione Schwengber

Instituição: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul

Julgamento:

À minha mãe, à minha filha,
a todas as mulheres-mães e às que se sentem
pressionadas a sê-lo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Ana Laura Godinho Lima, pela generosidade, parceria, escuta atenciosa e ensinamentos. E por ter aceitado o desafio de me orientar em uma pesquisa interdisciplinar com literatura de diversas áreas.

Ao Adriano Kasiorowski de Araújo, por sua participação cotidiana nas reflexões, leituras e elaboração da pesquisa. Seus conhecimentos compartilhados comigo, relativos às teorias ecológicas, foram fundamentais.

À Universidade Federal de São Paulo pela possibilidade de me afastar por um ano para qualificação e por três meses para capacitação, período curto, porém imprescindível para o cumprimento das disciplinas e a escrita da tese. Aos colegas e amigos que contribuíram para que esses afastamentos fossem possíveis, assumindo o trabalho durante minha ausência e me apoiando em muitos momentos: Andreza Felix de Avelois, Daniela Schlic Matos, Diego Martin Casado, Eduardo Marangoni Canesin, Jean Aparecido da Cunha, Lídia Gonçalves Martins, Márcio Ribeiro Santos, Simone Caldeira, Wellington Pereira das Virgens e demais técnicos administrativos em educação que ajudaram a aprovar o regulamento para os afastamentos na greve de 2015. Aos docentes que garantiram que os afastamentos ocorressem, especialmente à querida Marieta de Oliveira Penna. À Lídia e à Daniela pela ajuda na revisão do texto final e *abstract*.

Às amigas Jociene Santos Peixoto, Paula Bologna e Shisleni de Oliveira Macedo que compartilharam as angústias da pesquisa, deram ideias, colo, participaram dos momentos de relaxamento e ajudaram na revisão. À Shis, em especial, pela contribuição com a literatura e o debate feminista. Aos amigos Fernando Baldraia e Tiago Cavalcante Guerra pela "pré-banca".

Às docentes integrantes da minha banca de qualificação, Flávia Schilling e Karina Mirian da Cruz Valença Alves, que contribuíram para os caminhos que a tese seguiu. Aos colegas do grupo de estudos *Pedagogia, Psicologia e Relações de Poder* Andressa Leme, Alexandre Gilsogamo, Aline Gama, Caio Moretto Ribeiro e Lara Marin, pelo compartilhamento de leituras e dúvidas relativas à pesquisa.

"(...) *embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa*".

(Donna Haraway, Manifesto Ciborgue)

RESUMO

PIRES, Elaine Muniz. Maternidade Ativa e Cuidado do Mundo. 2020. 291 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as condições de emergência do discurso autodenominado maternidade ativa e suas regularidades enunciativas. Utilizando a perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso inspirada em Michel Foucault, analisa-se centralmente um conjunto de publicações feitas por mulheres-mães em blogs maternos brasileiros na última década e o referencial teórico do obstetra francês Michel Odent. Nesse discurso, é defendida uma maternagem realizada por escolha feminina, consciente, guiada pela natureza e pelos instintos, respeitosa ao meio ambiente e baseada no protagonismo feminino e na dedicação intensiva materna. A maternidade ativa configura-se como um ativismo feminino por mudanças nas formas de parir e maternar que tem como finalidade o empoderamento materno, a melhoria do cuidado infantil e a transformação do mundo. A análise dos blogs e dos comentários às postagens permitiu perceber que esta formação discursiva professa formas legítimas e ilegítimas de como maternar, o que contradiz a liberdade de escolha defendida, gera disputas entres as mulheres sobre como maternar, intensifica a culpa materna e contribui na construção de um ideal de mãe e de cuidado que não considera os privilégios de classe, raça e gênero. Depreende-se que esse ativismo, embora se pretenda revolucionário e feminista e busque contrapor-se ao sistema social vigente, está em acordo com a maternagem intensiva requerida às mães na sociedade contemporânea e opera na racionalidade neoliberal, aprofundando a responsabilidade feminina pelo cuidado infantil.

Palavras-chave: maternidade ativa; maternagem intensiva; feminismo; ecologia; neoliberalismo; cuidado infantil

PIRES, Elaine Muniz. “Maternidade Ativa” and World Care. 2020. 291 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This research aimed to identify the emergency conditions of the maternalist discourse in Brazil, self-called “*maternidade ativa*” [active motherhood] and its enunciative regularities. Using the theoretical-methodological perspective of discourse analysis inspired by Michel Foucault, a set of publications made by women-mothers on Brazilian maternal blogs in the last decade and the theoretical framework of the French obstetrician Michel Odent are centrally analyzed. In this discourse, a motherhood carried out by female choice, conscious, guided by nature and instincts, respectful of the environment and based on female protagonism and intensive maternal dedication is defended. “Maternidade ativa” is configured as a female activism due to changes in the ways of giving birth and motherhood that aims at maternal empowerment, the improvement of child care and the transformation of the world. The analysis of the blogs and the comments to the posts allowed us to realize that this discursive formation professes legitimate and illegitimate forms of motherhood, which contradicts the freedom of choice defended, generates disputes among women about how to mothering, intensifies maternal guilt and contributes to the construction of an ideal of mother and care that does not consider the privileges of class, race and gender. It appears that this activism, although intended to be revolutionary and feminist and seeks to oppose the current social system, is in accordance with the intensive mothering required of mothers in contemporary society and operates in neoliberal rationality, deepening female responsibility for child care.

Keywords: active motherhood; intensive mothering; feminism; ecology; neoliberalism; child care

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14
INTRODUÇÃO 16
CAPÍTULO I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MATERNIDADE ATIVA 35
1.1Resistências à medicalização do parto e do nascimento 38
1.2 Retomada do instinto e da necessidade do vínculo entre mãe e bebê 44
1.3 Difusão de outros modelos e práticas de maternagem na segunda metade do século XX 48
1.4 De mamífera à mãe Terra: a aproximação entre mulheres-mães e elementos da Natureza 51
CAPÍTULO II - A CRIANÇA DO FUTURO: NATUREZA, ECOLOGIA E NEOLIBERALISMO 60
2.1 "SÓ A UTOPIA PODE SALVAR A HUMANIDADE" 61
2.2 A ecologia como utopia romântica e a influência de Rousseau 69
2.3 "O mundo-sem-nós" 74
2.4 Regeneração humana através do nascimento 78
2.5 O perigo do presente 84
2.6 O corpo materno como um corpo ecológico 93
2.7 O empresariamento da vida, a mulher e a família 98
2.8 A mamãe econômica e intensiva 103
2.9 Paradoxos no discurso utópico de Odent 106
CAPÍTULO III - ATIVISMO MATERNO NAS MÍDIAS SOCIAIS 110
3.1 A blogosfera materna: espaço de narrativa, acolhimento e ativismo 111
3.2 Guerra entre as mães 115
3.3 Comunidade utópica materna: verdade, liberdade e diversidade 118
3.5 Quem são e como se identificam as mães ativas na blogosfera 126
3.6 Mulheres do mundo, uni-vos! 133
3.7 Maternagem intensiva, mamífera e revolucionária 136
CAPÍTULO IV - "PARA MUDAR O MUNDO É PRECISO PRIMEIRO MUDAR A FORMA DE NASCER" E DE CUIDAR 140
4.1 Parir é um ato político: a natureza feminina materna reprimida pela sociedade ... 141

4.2 Consumo consciente e preocupação com o meio ambiente – por um estilo de vida simples? 150

4.3 Comer é um ato político (e ecológico) 162

4.4 "Quer fazer um ato político? Eduque um filho" 166

4.5 O futuro do mundo depende das mães 169

CAPÍTULO V - EMPODERAMENTO MATERNO, FEMINISMOS E A ESCOLHA PELO NATURAL 172

5.1 "Primeira arma: informação" 173

5.2 O poder da escolha 177

5.3 Empoderamento colonizado 184

5.4 Paradoxo da escolha pelo natural 186

5.5 O mito da maternidade original 189

CAPÍTULO VI - A MÃE MODELAR DA MATERNIDADE ATIVA 195

6.1 Culpa 195

6.2 Culpa não 203

6.3 "Mater dolorosa way of life" 207

6.4 A má mãe ou a "menas mãe" e a perfeição materna 213

6.5 A difícil tarefa de questionar o modelo idealizado e a patologização materna 218

6.6 A "mais mãe" 225

CAPÍTULO VII - "NÃO NASCEMOS MULHER. TORNAMO-NOS MULHER. E O PARTO TALVEZ SEJA A MAIOR OPORTUNIDADE PARA ISTO" 229

7.1 Feminismo materno 229

7.2 Entre os feminismos e o antifeminismo: o maternismo 235

7.3 Feminismos, trabalho e crise do cuidado 241

7.4 Retorno ao lar, empreendedorismo e empoderamento neoliberal 245

7.5 Feminismos, romantização da maternidade e trabalho 253

7.6 Empoderamento entre a autonomia e a colonização 255

CONSIDERAÇÕES FINAIS 260

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 267

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS 281

PUBLICAÇÕES EM BLOGS 284

APRESENTAÇÃO

Ao tornar-me mãe, entrei em contato com uma série de discursos que se pretendem neutros, científicos e baseados em experiências femininas atemporais, a-históricas sobre parturição e maternagem. Descobri que as mães carregam culpa, são julgadas e passam a ser alvo de um intenso controle social de seus corpos e de suas práticas maternas. A mulher-mãe ainda é entendida em nossa sociedade ocidental como a principal cuidadora, responsável pela saúde e educação dos filhos, arrimo de família, responsável pelo futuro da humanidade e do planeta. Se há possibilidades (poucas, é verdade) de fuga do papel destinado à mulher socialmente quando se é solteira e independente da família, esse espaço é quase inexistente ao se tornar mãe.

Descobri a luta fundamental de mulheres e profissionais de saúde contra a violência obstétrica[1] que atinge 70% das parturientes no Brasil, as promessas de empoderamento feminino e de resgate da naturalidade durante o parto como reivindicação feminista. Causou-me estranhamento os elogios às mulheres durante o parto classificadas como rainhas, deusas e mamíferas, e defesas de que certas práticas de parturição e cuidado eram melhores porque naturais. Inquietou-me perceber como a defesa de práticas menos medicalizadas não se restringia à violência obstétrica, que uma ideia de natureza era tomada como um valor moral inquestionável, o que incluía a definição do ser mulher. Percebi como a ideia tão sedutora de um empoderamento materno durante o parto e a amamentação pode gerar culpa nas mulheres que não conseguem realizar todo o *script* da maternidade mediada pela natureza (o que, aliás, é bastante frequente), e como o protagonismo feminino mediado pela retórica da escolha, como se a forma de parir e de maternar dependesse apenas das opções consideradas conscientes realizadas pelas mulheres, ignora as diferenças sociais, econômicas, raciais, de gênero e, inclusive, os desejos maternos. A liberdade e emancipação feminina prometidas nessas formações discursivas parecem, na prática, reverter-se em processos contraditórios: em um retrocesso na ocupação de espaços públicos pelas mulheres, na hierarquização das necessidades infantis frente às necessidades maternas, no reforço do modelo de famílias

[1]De acordo com o Ministério da Saúde, "a violência obstétrica é aquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas, muitas vezes prejudiciais e sem embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, on-line).

nucleares heterossexuais, na reafirmação do cuidado infantil como função feminina, na definição do ser mulher a partir da (naturalidade) da maternidade.

Enquanto muitas mulheres escrevem em blogs suas confissões e percepções acerca da maternidade e da maternagem - como em diários, para desabafo, em busca de compreensão e ajuda de outras mulheres em situação análoga, - a minha forma de lidar com a idealização feminina e seus efeitos foi debruçar-me nesta pesquisa a fim de compreender como esses discursos e essas práticas são possíveis hoje. A atualidade do tema, e a convicção de que os modos de ser mulher-mãe são aprendidos, levou-me a desenvolvê-la na área da educação sem que, no entanto, a historicidade, as rupturas e as permanências da construção normativa do ser mãe na modernidade deixassem de se constituir como referências fundamentais na compreensão de sua emergência e composição.

Realizá-la, desde o início, foi um grande desafio: utilizar o pouco tempo disponível entre o trabalho na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e os cuidados dedicados à minha filha, estudar temas em que eu não tinha nenhuma intimidade como a área da saúde e utilizar teorias e metodologias novas, mesmo que não tão distantes da minha formação como historiadora. Fazê-la à luz de Foucault, referência em estudos relativos à sexualidade, foi um desafio para alguém como eu que pouco conhecia de sua obra. Para compreender suas proposições, foi fundamental o auxílio da minha orientadora Ana Laura Godinho Lima, assim como as aulas das quais participei com os docentes Flávia Schilling, Julio Groppa Aquino e Dora Lilia Marin, assim como as leituras do grupo de estudos *Pedagogia, Psicologia e Relações de Poder*. Muita dedicação também foi necessária para uma aproximação dos saberes que atravessam o tema, como feminismo, ecologia e neoliberalismo.

É deste lugar de pesquisadora, de trabalhadora e de mãe, sem contato prévio com as temáticas, os métodos e as teorias relacionadas ao objeto desta pesquisa, além de nunca ter analisado conteúdos disponíveis em mídias sociais, que realizei este trabalho. É do lugar de mulher, mãe, branca, feminista, integrante hoje de uma classe média, intelectualizada, privilegiada portanto por essas condições, mas de origem pobre, alguém que precisou de bolsa de estudos para cursar a universidade e o mestrado, que sempre trabalhou, que se preocupa com temas relacionados às questões femininas, socioeconômicas e de raça, que escrevo.

INTRODUÇÃO

Mais de sessenta anos depois de Simone de Beauvoir questionar a definição do ser mulher a partir da sua constituição biológica, indagação que propiciou o debate posterior relativo à questão de gênero, encontramos mães e especialistas em maternidade (médicos, psicanalistas, enfermeiras e doulas) afirmando que se tornar mãe é completar-se como mulher e que a condição materna está inscrita na natureza feminina. Esse é o caso de uma mãe nas mídias sociais que, subvertendo a sentença da filósofa feminista, complementou sua frase icônica "Não se nasce mulher, torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1960) com "e o parto talvez seja a maior oportunidade para isto" (ARANTES, 2013). No universo on-line assim como nas obras de especialistas, são comuns também referências às mães como mamíferas, como leoas, à animalidade enquanto essência feminina materna; à necessidade de se distanciar da cultura e aceitar a natureza, de reconhecer a ligação feminina com o planeta e com os demais seres vivos a fim de salvar a humanidade e a Terra. O crescimento desse tipo de enunciado nas últimas décadas no Brasil está atrelado a um discurso de respeito às escolhas femininas, ao protagonismo e ao empoderamento materno e, por vezes, aos feminismos.

A fim de investigar as possibilidades de emergência dessa formação discursiva maternalista no Brasil pretendíamos, a princípio, concentrar-nos em obras publicadas voltadas às mães que contivessem enunciados nos quais as mulheres eram classificadas como fêmeas mamíferas, e indicações de práticas de maternagem[2] consideradas naturais, como na obra da psicanalista argentina Laura Gutman. Buscamos identificar quais autores e autoras embasavam essa formação discursiva no país. Ainda que se mencione com freqüência profissionais da saúde nacionais, como o médico paranaense Moyses Paciornik - criador de uma cadeira para o parto de cócoras nos anos de 1970 inspirada, segundo ele, no modo indígena de parir- as principais referências são de origem européia ou norte-americana, como as antropólogas Robbie Davis-Floyd e Sheila Kitzinger. Com o aprofundamento da pesquisa, reconhecemos as obras e propostas do obstetra francês Michel Odent como as mais citadas no discurso maternalista naturalista brasileiro. Consideramos por fim que, a fim de compreender a emergência desse discurso interessava o aprofundamento na obra de Odent, um dos seus

[2]Por maternagem compreende-se os cuidados destinados aos bebês e crianças realizados pelas mães ou por outros cuidadores que assumam este papel. O termo, oriundo da psicanálise, não se restringe ao atendimento das necessidades básicas do bebê, mas também ao suporte emocional à criança, a uma disponibilidade psíquica materna de compreender suas necessidades. Sobre o uso do conceito, ver Nancy Chodorow (1991), e Maria Collier de Mendonça (2014).

principais teóricos, assim como de um percorrido histórico relativo ao surgimento de práticas maternalistas que questionam o saber médico institucionalizado, desde meados dos anos 1970, suas permanências e rupturas ao longo dos últimos cinquenta anos.

Nesse percurso, percebemos quanto um discurso ecológico salvacionista e utópico, além de um viés feminista e de teorias psicanalíticas[3], estava imbricado naquelas proposições. Para além da defesa de práticas de consumo consciente em enunciados cada vez mais presentes nas formulações, a retomada de enunciados biologizantes relativos à parturição e à maternagem associados à prudência biopolítica em relação ao futuro da espécie e do planeta, parece ter fundamentação ecológica, ainda que essa ligação não apareça de forma explícita e seja atravessada por argumentos oriundos de outros saberes. Tanto as propostas de Michel Odent quanto o livro da apresentadora de televisão e culinarista brasileira Bela Gil, *Bela Maternidade*, que integram nossa análise nesta pesquisa, trazem formulações que remetem a maternidade à natureza, aos efeitos que as práticas maternas geram no ambiente, como a maternagem pode ser ecologicamente responsável e como das mães depende o futuro da humanidade, dos demais seres vivos e do planeta.

A partir dessa descoberta, passamos a nos questionar como uma formação discursiva com esse caráter utópico, combativo, questionador da sociedade consumista, propositivo, responsável e libertador de mulheres, construído junto às teorias ecológicas, pôde sobreviver e crescer nas últimas décadas em tempos neoliberais em que a lógica individualista de busca pela satisfação dos interesses pessoais é a racionalidade que governa as relações sociais. Exploramos assim como, apesar de aparentemente opor-se ao sistema econômico vigente, essa formação discursiva opera na mesma racionalidade, incorporando características e formas de funcionamento passíveis de serem identificadas ao modo de vida contemporâneo neoliberal.

A noção liberal de escolha como norteadora dessas práticas é um enunciado central que promete empoderamento de mulheres e guarda intrínseca relação com os movimentos feministas, mas que também funciona nesses discursos, enquanto responsabilização individual pela própria saúde e pela própria sorte, gerar culpa e mascarar condições sociais diversas relacionadas à classe, à raça, a gênero e à assistência social oferecida pelo Estado (ou sua ausência). A responsabilização individual feminina por si e pelo cuidado e futuro dos filhos –

[3]As teorias psicanalíticas como as desenvolvidas por Donald Winnicott e John Bolbwy no período pós-guerra, que se debruçam sobre a relação mãe-bebê, destacam a importância da função materna para o desenvolvimento psíquico humano. Nesta perspectiva, a mãe se torna o primeiro ambiente do bebê e responsável por propiciar o desenvolvimento seguro infantil.

o que implica uma dedicação materna intensiva e a realização das escolhas consideradas melhores –, está em acordo com o papel esperado da mulher-mãe no neoliberalismo e com o investimento parental no desenvolvimento do capital humano dos descendentes. Isso porque, ainda que o modelo de mãe econômica neoliberal não implique necessariamente na adoção de práticas naturalistas de maternagem, como na formação discursiva supracitada, adotá-las parece aprofundar a intensidade da dedicação materna e a preocupação com o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças. O cuidado com o planeta também reflete essa responsabilização individual liberal, já que a discussão gira em torno de atitudes maternas em prol da conservação ambiental. Tal atitude ignora, muitas vezes, se há condições financeiras e de disponibilidade de tempo para a adoção dessas práticas ecologicamente referenciadas, além de pouco refletir e propor ações direcionadas ao funcionamento social e a interesses econômicos para manutenção da exploração do meio ambiente, incluindo a venda de produtos altamente poluentes usados no cuidado infantil, como as fraldas descartáveis.

Ainda, é possível verificar que as práticas e os princípios proferidos pelas defensoras de uma maternidade ativa no Brasil, entendidos como formas de resistências ao *status quo,* integram hoje documentos oficiais, estatais e internacionais. A indicação do parto vaginal em detrimento da cirurgia cesárea, por exemplo, já integra as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1985 quando, em acordo com a comunidade internacional de especialistas, passou a recomendar que a taxa ideal de cesáreas deve manter-se entre 10% e 15% de todos os partos. A recomendação da amamentação exclusiva até os seis meses, por sua vez, foi adotada como estratégia pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1990 na *Declaração de Innocenti*, endossada pela OMS em maio de 2002 e pelos Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU)[4]. No que tange às práticas ecológicas de maternagem, é possível encontrar nos dezessete itens da Agenda 2030, documento aprovado no âmbito da ONU em 2015 que traça metas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a defesa de práticas sustentáveis de maternagem

[4]Órgãos nacionais também publicaram documentos em que princípios e práticas dessa formação discursiva são defendidas, como as presentes no *Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê*, publicado em 2011 pelo UNICEF e o Ministério da Saúde brasileiro. Nesse documento, recomenda-se o parto normal enquanto a maneira mais segura e saudável de ter filhos; prevê-se a possibilidade de parturição em casas de partos, em casa ou com parteiras, o respeito aos costumes de parturição indígenas, aleitamento exclusivo até os seis meses e o direto à escolha de um acompanhante durante o trabalho de parto, no parto, e pós-parto – incluindo doulas. Na cartilha, também são listados procedimentos incorretos que não devem ser realizados por profissionais durante o parto, como aceleração do processo através do uso de ocitocina, forçar a saída do bebê, episiotomia desnecessária, cesáreas desnecessárias, cortar o cordão umbilical antes que pare de pulsar e separar mãe e bebê logo após o nascimento (contato pele a pele).

como uma iniciativa por mudanças nos padrões de consumo de forma sustentável e responsável[5]. Nesse documento, a preocupação com a saúde materna e infantil, já presente em documentos anteriores, também aparece e se postula a necessidade de alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas (o quinto ODS), direito entendido como a "base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável" e que reflete "a evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, on-line) [6]. Essas recomendações presentes nos ODS, e que têm desdobramentos econômicos e ecológicos, colocam a saúde materna e infantil, o empoderamento e a equidade de gênero como partes integrantes de um projeto de desenvolvimento sustentável. Há, portanto, uma forte correlação entre cuidado, empoderamento feminino e sustentabilidade sendo proferida nos discursos de organismos internacionais, assim como em suas políticas. Isso demonstra que houve uma progressiva incorporação de princípios defendidos pelos discursos maternalistas e feministas (como os relativos à escolha e ao empoderamento feminino), dada a atuação e pressão dos movimentos sociais nesse sentido, assim como da captura de princípios e de sua correlação com a racionalidade vigente.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as condições de emergência do discurso maternalista em circulação no Brasil, autodenominado maternidade ativa, e suas regularidades

---

[5]A ecologia, o cuidado com o planeta, a despeito das várias vertentes possíveis de defesa, também entraram na ordem do discurso de cuidado global, ratificada e propagada por governos e organismos internacionais como as Nações Unidas. Desde 1972, quando a preocupação global com o meio ambiente ganhou força internacionalmente, a ONU realiza encontros, conferências e estabelece metas para o uso sustentável do planeta: Declaração de Estocolmo (1972), Nosso Futuro Comum (1987), Cúpula da Terra (1992), Cúpula do Desenvolvimento Sustentável (2015), entre outros. Atualmente, está em vigor a Agenda 2030, estabelecida em 2015, momento em que foram traçadas metas para os próximos quinze anos a serem realizadas através das ODS. Dentre os dezessete itens, encontra-se a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, a proteção de nascentes, a promoção da agricultura e de cidades sustentáveis.

[6]O quinto ODS seria um passo a mais aos avanços dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), no sentido de assegurar melhores condições de vida à população feminina. A preocupação com a mortalidade infantil e materna, o que inclui cuidados e políticas para o período gestacional, parto, nascimento e o cuidado na primeira infância, já figurava entre os ODM no ano 2000. O relatório quanto ao cumprimento dos ODM, que embasaram a criação dos ODS, demonstram como a melhoria da sobrevivência infantil (a mortalidade infantil foi reduzida à metade na vigência dos ODM) está relacionada aos cuidados recebidos por mães e crianças durante o parto e nos primeiros dias de vida. O nível de escolaridade materno, no entanto, é considerado o maior determinante nos níveis de desigualdade: filhos de mães com ensino médio ou superior têm quase três vezes mais chances de sobreviver do que filhos de mães sem educação formal. A gravidez na adolescência, que dificulta o acesso à escola e a um emprego remunerado, é um desses fatores que impactam a saúde materna e infantil e refletem uma forma de marginalização social e econômica de meninas. De acordo com o relatório, a diminuição da gravidez na adolescência também contribui para a redução da pobreza, maior igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Diante desses resultados, a fim de reduzir ainda mais a mortalidade infantil, o relatório sugere a garantia de que todo nascimento ocorra com assistência especializada (com acompanhamento de médico, enfermeiro ou parteira), o direito a consultas de pré-natal durante a gravidez e, sobretudo, estratégias que apoiem a educação e o empoderamento feminino.

enunciativas. Utiliza-se como fonte um conjunto de publicações feitas por mulheres-mães na blogosfera materna na última década, assim como os comentários aos textos, além do referencial teórico do obstetra francês Michel Odent, e como método a perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso inspirada em Michel Foucault. A fim de reconhecer as características que esses discursos assumem quando são apropriados, reformulados e enunciados pelas próprias mulheres, não nos ativemos apenas aos teóricos que ajudam a edificar esse discurso, ainda que a proposta de Odent seja fundamental nesta tese. Analisar quem pratica, constrói e replica essas práticas discursivas permite reconhecer elementos que não aparecem nas teorias, nas falas dos especialistas, permite perceber como esses discursos se proliferam e como são construídos fora dos livros e dos objetivos de seus articuladores. Para tanto, dedicamo-nos a análise de postagens e de comentários realizados nos blogs maternos na última década.

A decisão de pesquisar blogs se deu pelo potencial desses discursos para a compreensão das experiências de articulação entre as mães no espaço virtual e pelo ineditismo da empreitada. As pesquisas anteriores realizadas em torno da discussão da humanização do parto e do nascimento, dos significados para as mulheres de formas não hospitalizadas de parturição e de uma maternagem que se pretende mamífera, foram realizadas a partir de métodos etnográficos e contaram predominantemente como fonte com entrevistas realizadas com defensoras da humanização e/ou mulheres que passaram por essas experiências. Para nós, no entanto, interessava compreender como no nível do discurso escrito e divulgado na internet essas defesas e experiências apareciam, eram divulgadas e como acabavam por constituir um discurso maternalista de caráter mais geral, um discurso heterogêneo que abrange as especificidades dos discursos individuais. Nosso foco não era entender, portanto, como as mulheres significavam individualmente essas experiências, quanto elas podiam ter sido ou não libertadoras, e sim como esses significados eram compartilhados, divididos, disputados e construídos coletivamente.

O aspecto da construção coletiva de uma prática discursiva é particularmente importante nesta pesquisa tendo em vista a especificidade do objeto de estudo. A maternidade ativa é fruto de um processo iniciado nos anos 1970 no Ocidente em que mulheres de classes médias a altas deixaram de seguir apenas as recomendações dos médicos dadas nos consultórios e nos manuais de maternidade, e passaram a reinvindicar o direito de decidir como parir e como criar os filhos. Esse questionamento da autoridade médica se tornou

possível com o surgimento de saberes médicos críticos à hospitalização do parto e ao aleitamento artificial e como reflexo da luta de movimentos feministas pela possibilidade feminina de escolher e pelo direito ao próprio corpo. Para realizá-lo, as mulheres passaram a buscar informações que embasassem as escolhas de práticas alternativas de maternagem em livros, coletivos feministas, grupos de apoio e de preparação para o parto. Com o advento e a popularização da internet, a busca materna por informação concentrou-se no universo online. Os sites e blogs possibilitaram a difusão de conhecimentos relativos a práticas alternativas de cuidado e propiciaram a criação de um espaço virtual no qual as mulheres podem expressar seus pontos de vista, descrever suas experiências maternas e contribuir para a construção de novas formas de maternagem. Tal é o movimento que pretendemos compreender e caracterizar na pesquisa.

As questões levantadas por mulheres-mães brasileiras no universo on-line suscitaram problemáticas diversas das que inicialmente nos moveram e nos levaram à busca de uma literatura que abordasse outros aspectos das práticas maternas, a qual ainda foi pouco referenciada nos estudos acadêmicos sobre maternidade realizados no Brasil, como os textos de Sharon Hays e bell hooks[7]. Assim, os limites da liberdade de escolha, a construção de um ideal materno que preserva características românticas e as associa com elementos da racionalidade vigente, o peso da escolha e da culpa, a guerra entre as mães pela melhor maternagem, os julgamentos, a polêmica decisão de entrar para o mercado de trabalho, de permanecer em casa ou de empreender, de assumir posturas feministas ou de relegá-las, aderir ou não às práticas ecológicas e de consumo consciente, são questões tornadas possíveis apenas por meio do contato com o que escrevem as mães.

O uso do temo maternidade ativa também decorre da análise dos blogs. Inicialmente trabalhávamos com o conceito de maternidade naturalista ou ecológica (BADINTER, 2011; ALVES, 2012). Durante a pesquisa consideramos utilizar maternidade mamífera como fazem algumas autoras (PULHEZ, 2015; POMBO, 2013; ALZUGUIR e NUCCI, 2015; CARVALHO, 2012), assim como maternagem naturalista (BOBEL, 1999). Por fim, nos decidimos pela forma como a maioria das mulheres se identifica nos blogs analisados, maternidade ativa, em respeito à sua própria autodenominação e por entender que sua configuração não se restringe à defesa da natureza, da ecologia ou da mamiferização da

[7]Pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora prefere que seja escrito em letra minúscula para dar mais enfoque à sua escrita do que a sua pessoa.

maternidade. Evidentemente, nessa tese, não pretendemos abarcar todos os significados que o termo pode ter no contexto brasileiro e para as mulheres que com ele se identificam. Apresentamos as regularidades encontradas no nível do discurso publicado e aqui analisado e ressaltamos as disputas encontradas as quais demonstram que não há unanimidade em torno de todas as pautas.

Considerações teórico-metodológicas

A despeito da definição corrente na sociedade ocidental contemporânea da condição materna como algo instintivo e inscrito na natureza feminina, tornar-se mãe nos dias atuais é descobrir que sê-lo depende de aprendizagens construídas em diversas instâncias sociais e culturais, desde aquelas provenientes de campos reconhecidos por sua autoridade, como a família, a igreja, as instituições médicas e legais, a ciência e a mídia e, mais recentemente também as construídas nas mídias sociais. Constituindo-se potentes pedagogias culturais, estas proposições ensinam como ser mulher, como ser mãe, como maternar e como amar os filhos, e funcionam como redes de disciplinamento e de controle social.

O corpo feminino na modernidade, sobretudo o materno, passa por rigorosa e constante vigilância e regulação educativa, tornando a maternagem uma tarefa complexa que exige muita aprendizagem e informação. Incide sobre ele o poder disciplinar que, por meio do adestramento dos comportamentos individuais, visa à singularização dos indivíduos e à produção de corpos úteis e dóceis. O corpo materno é também um dos primeiros e mais privilegiados alvos de uma política de gestão da vida, a biopolítica, que atua para promoção e maximização da vida a partir do século XVIII, quando proliferaram tecnologias com esta finalidade. Essa forma de poder, de acordo com Michel Foucault, atua em um conjunto de viventes entendido como um corpo múltiplo, como espécie, intervindo nos problemas relativos à prática governamental como a saúde, a higiene, a natalidade, a longevidade e a raça. Isso porque, "o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e sobre a maneira de viver, e sobre o 'como' da vida" (FOUCAULT, 1999, p. 221). A biopolítica trata assim da emergência da população e de como governá-la, de como ampliar a vida, de como controlar os acidentes, as mortes: para tanto é necessário ordenar as probabilidades, administrar os corpos, gerir de forma calculista a vida. Ao trabalhar com previsões, estimativas, estatísticas, busca-se intervir nas determinações dos

fenômenos em massa da vida, agora quantificáveis, no que eles têm de global, crescendo progressivamente a importância da regulamentação da vida da população (FOUCAULT, 1999, p. 294).

O encontro da regulamentação disciplinar sobre o indivíduo, a disciplina, com a regulamentação da vida da população, a biopolítica, é o que caracteriza o exercício de poder da sociedade moderna ocidental. O biopoder está assim relacionado para Foucault a uma sociedade de normalização, em que se cruzam estas duas formas de regulamentação, que se incumbe tanto do corpo do indivíduo, quanto da vida da espécie. E, nesse ponto, o sexo torna-se mecanismo e alvo central desse poder por se dirigir à gestão do corpo, elemento que faz a vida proliferar. Administrar o sexo, regulá-lo para o bem de todos, tornou-o um campo de importância estratégia capital porque se localiza na encruzilhada do corpo e da população, uma vez que o comportamento sexual depende de um controle disciplinar individualizante e sofre os efeitos da regulamentação em processos biológicos relativos à população em seu conjunto, por seus efeitos procriadores (FOUCAULT, 1999, p. 300).

A compreensão desse discurso maternalista naturalista passa, assim, pela análise da biopolítica, pelo governo[8] dos corpos e da saúde da população, pela normalização da vida que orienta as escolhas individuais e os desdobramentos nas últimas décadas deste tipo de política. E a mulher, geradora da vida humana e cuidadora principal das crianças na primeira infância na sociedade moderna, é o alvo central destes mecanismos disciplinares e biopolíticos desde o século XIX: antes como a responsável pela sobrevivência e conformação moral dos futuros cidadãos da pátria, agora por gerar filhos saudáveis, amorosos e respeitosos com o meio ambiente, futuros cidadãos do mundo. Tal complexo aparato de estratégias de poder e de formas de saber sobre a maternidade, ainda que não seja novo, multiplicou-se ao longo do século XX atualizando, exacerbando, complexificando e multiplicando investimentos educativo-assistenciais sobre a mulher-mãe, governando as formas de agir, de se comportar e de viver a maternidade, revestindo determinadas práticas como a forma verdadeira de exercício da maternidade (MEYER, 2003).

---

[8]O governo inaugurado na modernidade pode ser entendido à luz de Foucault, enquanto práticas de condução de modos de comportamento dos indivíduos ou grupos, podendo ser de natureza política (condução dos outros) ou ética (de si). O governo político pode ser identificado ao crescimento e à produtividade da população, não apenas exercido pelo Estado, mas também por diversos agentes e instituições, como uma maneira de atuar e de conduzir as condutas de outro indivíduo ou de vários sujeitos atuantes, que não se limita ao cumprimento da lei. Já o governo ético, é compreendido enquanto as maneiras de como os indivíduos relacionam-se consigo mesmos e com os outros, e se autoconduzem por meio de exercícios e de técnicas de condução de si.

Nas últimas décadas do século passado, com o advento do neoliberalismo, a normalização da biopolítica passa a se limitar cada vez menos por tecnologias disciplinares, e cada vez mais pela subjetivação dos comportamentos esperados. Como aprendemos com Foucault, nessa racionalidade de poder, mais do que punições corporais ou sanções sociais, os sujeitos tornam-se responsivos por perdas e ganhos econômicos, por sua saúde e pelo seu sucesso pessoal. Isto porque, na governamentalidade liberal, entendida como encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si, a pretensão não é a de tornar os sujeitos dóceis e obedientes, mas sim consumidores e empreendedores, sujeitos que perseguem seus interesses e que acreditam ser livres para fazer suas opções individuais (FOUCAULT, 2001, p. 1604). Os discursos e as práticas outrora disciplinadores, ao serem introjetados, são concebidos como escolhas autônomas e livres. A vigilância não é mais disciplinar e realizada estritamente por instituições, é realizada pelo próprio indivíduo que é responsabilizado por sua vida e, no caso das mulheres, pelo sucesso da família e dos filhos. O comportamento é dirigido pelas ameaças constantes, pelos riscos permanentes, que nem sempre se materializam, mas que levam os sujeitos a assumirem determinadas escolhas a fim de evitá-los. Esse é o caso do medo do fim do mundo por um desastre atômico nos anos 1970 e por um desastre ecológico mais recentemente, de doenças graves ou do medo da inadequação ou do fracasso na formação dos filhos.

Nesses jogos de poder, há a possibilidade de multiplicação de novos modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade; novos saberes, novas técnicas, novos estilos de vida que perturbam setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais, como refere Guacira Louro (2008). Porém, a proliferação de vozes e verdades disputando os comportamentos, as identidades e as sexualidades, borrando suas fronteiras, não apenas não impediram como contribuíram para que pedagogias culturais (LOURO, 2008; MEYER, 2003) e pedagogias afetivas (ZANELLO, 2018), com enunciados de cunho disciplinador, fossem atualizadas e reproduzidas socialmente no que tange aos discursos maternalistas, enquanto escolha pessoal livre e consciente.

Compreendemos, assim, a maternidade, não como um fenômeno determinado pela natureza, e sim como fruto de aprendizado e de relações de poder, de disciplinarização, de subjetivação e de resistências. Como uma construção sócio-histórica e de gênero atravessada por redes de poder diversas, como a produção cultural aprendida pelas mulheres em contextos

determinados, geradora de sentimentos e de práticas distintas a depender da cultura e do período histórico em que se situa. Tendo em vista complexidade e singularidade da maternidade, as formas segundo as quais é exercida, as pressões sociais para que as mulheres se tornem mães e como elas devem exercer o cuidado infantil são fundamentais para a compreensão das posições ocupadas pelas mulheres socialmente, assim como as resistências e a potencialidade de construção de outros discursos, de outras possibilidades.

A perspectiva de análise desta pesquisa, portanto, utiliza como lente metodológica a governamentalidade, os conceitos de poder e saber, e as reflexões propostas por Foucault relativas à biopolítica, assim como a crítica sobre a construção da sexualidade moderna, inaugurada por ele e desenvolvida por outros autores. Os estudos de gênero também se tornam fundamentais nesta empreitada tendo em vista que "buscam explicar os sistemas históricos de diferença sexual nos quais 'homens' e 'mulheres' são socialmente constituídos e posicionados, em relação de hierarquia e antagonismo" (HARAWAY, 2004, p. 211). O conceito de gênero, intimamente ligado à distinção ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história, contesta a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A crítica a essa lógica binária feita no interior do feminismo da chamada segunda onda[9], é particularmente importante em uma pesquisa relativa à maternidade, dada a frequente associação no Ocidente do feminino (e em especial a maternidade) à natureza e do masculino à cultura. Assim como a disputa no interior do feminismo por sua interpretação como determinação biológica ou construção social e seus efeitos nas formações discursivas maternalistas – debate que perpassa toda esta tese.

Esta distinção entre natureza e cultura, no pós-guerra, está relacionada à estruturação do mundo como objeto de conhecimento em termos de apropriação pela cultura dos recursos da natureza e à dominação eurocêntrica daqueles que habitam categorias consideradas naturais como mulheres, animais e o meio ambiente. Ao criticar essa lógica binária e sua

[9] A chamada "segunda onda feminista", marcada pela publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir na Europa e *A Mística Feminina* de Betty Friedan nos Estados Unidos, "denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção)" (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 256) aos feminismos. Para Haraway, a política feminista desse período ocorre no interior de campos discursivos pré-estruturados pelo paradigma de identidade de gênero girava em torno dos "determinismos biológicos" versus "construcionismo social" e das biopolíticas das diferenças de sexo/gênero" (2004, p. 216). É importante apontar que a classificação dos feminismos em ondas tem sido questionada por estudiosas como Clare Hemmings (2009) e Djamila Ribeiro (2017). Para Ribeiro, o debate interseccional, atribuído comumente à terceira onda feminista, já vinha sendo feito desde fins do século XIX, como no discurso de 1851 *Am I a woman?* feito pela abolicionista norte-americana Sojourner Truth, assim como nos escritos de autoras como bell hooks e Audre Lorde, que já denunciavam na década de 1970 a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos do feminismo.

associação com o universo feminino, algumas feministas passaram a entender as categorias corpo e natureza como lugares de resistência às imposições sociais e históricas acabando por reforçar essa associação, enquanto outras, que argumentaram contra o determinismo biológico e a favor do construcionismo social, não conseguiram aprofundar a análise de como os corpos são tidos como objetos de conhecimento e lugares de intervenção da biologia.

A bióloga e filósofa feminista Donna Haraway (2004) considera que o problema destas críticas feministas da segunda onda é não historicizar ou relativizar culturalmente as categorias de sexo ou natureza e as raízes histórico-epistemológicas desta lógica da análise, implícita na distinção sexo/gênero, mantendo intocadas as identidades masculinas ou femininas e inibindo a transcendência dos limites dessas categorias analíticas. Nesse mesmo sentido, a filósofa Judith Butler (2017), defende a necessidade de desqualificar as categorias analíticas que levam à univocidade, expor a ilusão de um centro organizador do gênero e produzir um campo de diferenças de gênero e raça aberto à ressignificação. Para a autora, o conceito de um eu interior coerente adquirido culturalmente ou inato (biológico) é uma ficção reguladora para o conceito ocidental de gênero criador de univocidade desnecessária e inibidora de projetos complexos de atuação e de responsabilidade.

À luz dessas autoras, compreendermos a diferença de gênero não como consequência inequívoca de uma natureza definida biologicamente, mas a partir de interpretações e construções socioculturais das diferenças anatômicas atravessadas por relações de poder e de saber, e das diferenças históricas e situadas, não naturais ou definidas a partir das características biológicas fixas, que operam, inclusive, para a manutenção da heteronormatividade. Concordamos com Haraway em relação à consideração de que a maternidade é natural e biológica e a paternidade é inferida culturalmente, também funciona como uma ficção reguladora básica de gênero que busca fixar os papéis esperados para homens e mulheres. Isso porque, como demonstra a antropóloga Marilyn Strathern (2014), a crença de que as mulheres fazem os bebês é intrínseca às formulações ocidentais de sexo e gênero, não podendo ser generalizada para outros contextos e grupos humanos, como os homens e mulheres do povo Hagen da Melanésia que pesquisa. No que tange à maternidade, a perspectiva de gênero é enfim fundamental porque possibilita abordá-la em suas múltiplas facetas, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação – símbolo de idealização, de opressão ou de poder feminino – construída histórica e culturalmente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro (SCAVONE, 2001a).

Compreender a complexidade dessas construções sociais nos leva a analisar nosso arquivo enquanto práticas e discursos de mulheres em contextos específicos, rompendo com a generalização dos comportamentos e buscando dar visibilidade às formas de opressão e de discriminação que marcam as condições de vida e as subjetividades femininas, como raça e classe. Cada condição de opressão merece uma análise específica. Para as mulheres negras, por exemplo, o debate relativo aos direitos reprodutivos vai além da possibilidade de escolha pela maternidade e de como exercê-la; inclui a possibilidade de realizar um parto em condições dignas, de alimentar seus filhos, da possibilidade de liberá-los de situações sociais que marcam a população negra em sociedades como a nossa, como prisão, moradia inadequada, vícios, mortes e agressões policiais[10]. Conforme Haraway (2004, p. 243), "essas questões tornam perfeitamente claro porque uma teoria feminista de gênero adequada deve simultaneamente ser uma teoria da diferença racial nas condições históricas específicas de produção e reprodução". É por esse motivo que problematizamos os discursos maternalistas naturalistas para além de uma questão de mulheres, para compreendê-los como uma prática de mulheres brancas, intelectualizadas, heterossexuais e de classes média e alta, que tem condições econômico-sociais para escolher como ser mães. Como Christina Bobel (1999), discutimos os privilégios dessas mulheres a fim de evidenciá-los, a fim de perguntar o que, como e quem se beneficia desse discurso maternalista que promete mudança social.

Nesse intento, tomamos nosso *corpus* documental composto por livros, postagens em blogs e comentários de mulheres nas mídias sociais como práticas discursivas integrantes de processos de subjetivação que ensinam e que constroem maneiras de como ser mulher, como ser mãe e como maternar. Imersos em relações de poder e de saber e, portanto, não neutros ou naturais, entendemos por discurso, à luz de Foucault, o conjunto de enunciados de mesma formação discursiva instituintes de modos de ser e fazer, em sua irrupção histórica. De acordo com o autor, as práticas discursivas "tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm" (FOUCAULT[11], 1994 apud CASTRO, 2016, p. 119).

Sem procurar significações prévias a serem desvendadas ou descortinar a intenção de quem o profere, procuramos analisar os enunciados a partir de sua própria aparição e

[10] Sobre o conceito de justiça reprodutiva cunhado nos anos 1990 por mulheres negras nos Estados Unidos, ver Kimala Price (2011) e Loretta Ross (2006).
[11] FOUCAULT, M. **DITS ET ECRITS II**. Paris: Gallimard, 1994.

regularidade, de sua especificidade, daquilo que foi efetivamente pronunciado, das conexões que estabelece, de seu funcionamento. Descrevê-los permite definir um conjunto de regras que compõem uma formação discursiva e as relações estabelecidas com outros enunciados e práticas, sejam eles precedentes ou contemporâneos. Nas palavras de Foucault (2016, p. 34):

> trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais possa estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Trata-se de fazer aparecer o conjunto das condições que referem em um momento dado e em uma sociedade determinada, a aparição do enunciado, sua conservação, repetição, reativação ou transformação, os laços estabelecidos entre eles, o jogo de valores, a sacralização que os afeta. Compreender o jogo das regras que o definem, a sua não identidade através dos tempos, a descontinuidade que suspende sua permanência idêntica, as rupturas produzidas, permite individualizar um conjunto de enunciados e entendê-los em sua irrupção. A regularidade das práticas discursivas evidencia, assim, as condições de possibilidade de existência de um discurso, como as práticas e as redes de poder em um determinado contexto histórico possibilitaram a criação de uma determinada formação discursiva. O poder não é nem a fonte, nem a origem do discurso, pondera Foucault, o poder atravessa-o e é atravessado por ele. O discurso é parte integrante das relações de poder. Nessa perspectiva, compreendemos o discurso como acontecimento, como processo constituinte dos objetos os quais se refere e não apenas como um conjunto de signos, expressão de algo determinado que lhe é exterior e o qual apenas revela. Cada época produz suas verdades e suas condições de enunciação: o que é dito, o que pode ser dito naquele contexto e por quem.

Para Foucault, é necessário que o pesquisador tensione as condições de produção do discurso, os sujeitos nele posicionados (quem pode dizer e como), as relações de força existentes, o conjunto de enunciados com que se relaciona, o lugar a partir do qual é falado. Segundo o autor, são quatro os elementos fundamentais do discurso: o objeto, a posição de sujeito do enunciado, os conceitos e os temas e teorias. Considerando que o objeto do discurso, aquilo do que se fala, não é preexistente ou pré-definido e sim construído na formação discursiva, trata-se de compreender as regras que permitem que algo apareça como objeto. Essas regras, em sua dispersão, ou seja, a forma como determinados enunciados parecem e se distribuem no interior de um conjunto, que confere unidade ao discurso. Assim,

mais do que o objeto analisado, o que confere unidade à maternidade ativa é a regularidade de determinados enunciados que delimitam atitudes específicas que devem ser tomadas para a prática dessa forma de maternagem (o que inclui: informar-se, assumir posturas críticas diante das práticas médicas hospitalares, optar por práticas saudáveis, ecológicas e consideradas naturais) e assim cumprir os pré-requisitos para cumprir esse ideal de maternidade de forma a que seja fruto de escolha feminina, consciente, respeitosa à natureza e aos conhecimentos instintivos femininos, baseada no protagonismo feminino e dedicação intensiva materna.

Quanto aos conceitos presentes nas formações discursivas, é importante delimitar quais aparecem mais recorrentemente e estruturam esse discurso específico, e que tornam possível seu aparecimento e transformação. Identificá-los, não como conceitos fundacionais, essenciais ou ideais em que deve se ancorar a pesquisa, implica em constatar as descontinuidades desses conceitos, os deslocamentos e as transformações que sofrem no interior do discurso. Esse é o caso das acepções de protagonismo, de empoderamento feminino, de maternidade, de mamífero, de liberdade, de consciência e de feminismo, que recebem significações específicas no interior da formação discursiva relativa à maternidade ativa. As acepções que esses conceitos e temas recebem, guardam relação com as teorias que os inspiram e participam de sua composição como, nesse caso, determinadas correntes feministas e ecológicas, pressupostos liberais e neoliberais, teorias biológicas, evolucionistas e etológicas. Ao nível das estratégias (temas e teorias), a análise dos discursos trata de definir o sistema de formação dos diferentes temas e teorias que dão unidade a um discurso, que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade, assim como se questionar sobre seus silêncios estratégicos.

Quanto à posição do sujeito, às condições que um indivíduo deve atender para poder pronunciar-se nesse discurso e ter a sua fala reconhecida, no caso específico da maternidade ativa, não se restringe aos médicos, considerados predominantemente os indivíduos imbuídos de autoridade para discorrer sobre a saúde na sociedade ocidental. Pelo contrário, no interior desse discurso, não é qualquer médico que pode proferir sobre essas práticas. O discurso é pronunciado por aqueles que defendem o mínimo de intervenção possível, a desmedicalização, a amamentação prolongada e exclusiva, mas não pelos que defendem práticas hospitalares da parturição ou o aleitamento artificial. Admite-se também que outros profissionais, alinhados a essa formação discursiva, coloquem-se, como doulas, fisioterapeutas, psicólogos, parteiras, obstetrizes, especialistas em amamentação, assim como

mulheres-mães que ao se informarem, imbuídas de conhecimento científico e de conhecimentos femininos tradicionais de cuidado infantil, tornam-se autorizadas a falar sobre maternagem. Ao analisar as regras que tornam possível a existência de enunciações diversas nesse discurso, percebemos que não há uma oposição entre médicos, consagrados como donos do saber sobre parturição e maternagem, e mulheres leigas no assunto. Há sim, uma oposição entre discursos e práticas consideradas convencionais (sejam elas recomendadas por médicos, defendidas ou praticadas por mães) e discursos alinhadas à perspectiva da maternidade ativa.

Analisar os enunciados que compõem o discurso maternalista de acordo com as proposições de Foucault é, assim, compreender que não descrevem verdades, produzem verdades sobre a maternidade, a maternagem e a relação mãe e bebê, na medida em que nomeiam comportamentos e sentimentos maternos. As mulheres-mães, em suas práticas diárias e ao escrever nas mídias sociais, participam deste processo de subjetivação e de construção discursiva histórica e contingente. Se, por muito tempo coube às mulheres receber as orientações científicas dos especialistas sobre a maternidade, ao escrever nos blogs e livros sobre o assunto, elas assumem outra posição, a de produtoras sem que, no entanto, deixem de reconhecer a autoridade médica, ainda que pretendam edificar um contradiscurso ao saber médico institucionalizado.

Reconhecer as posições ocupadas pelos sujeitos não significa, portanto, privilegiar discursos institucionalizados, científicos ou campos de conhecimento como objeto de pesquisa. Pelo contrário, enunciados de diferentes níveis formais que se relacionam ao mesmo objeto podem e devem ser analisados conjuntamente quando integram um mesmo conjunto discursivo. Em nossa pesquisa, a fim de reconhecer as regularidades do discurso maternalista naturalista, questionando essas unidades e a utilização de documentos oficiais e institucionais, utilizamos, lado a lado, textos escritos por mães e por especialistas: obras científicas como o livro de Michel Odent, o livro de Bela Gil que tem um nível de formalização mais próximo a um manual de maternidade, e postagens em blogs maternos. Questionando a prevalência do discurso proferido pelos especialistas em maternidade, voltamo-nos às mulheres, às suas percepções sobre essas práticas, à participação delas em sua edificação, para compreendê-lo em seu conjunto.

A admissão de novos documentos, no nosso caso, permitiu ampliar a compreensão acerca da composição desse discurso para além de práticas maternas voltadas ao natural, nosso recorte inicial, passando a abranger as suas conexões com o movimento ecológico, a

racionalidade neoliberal e as reações aos feminismos. Nesta pesquisa, ao descrever os enunciados, suas regularidades e como se relacionam com outros enunciados, novas questões surgiram, conexões que não supúnhamos se apresentaram, como enunciados maternalistas precedentes ou advindos de campos discursivos como o ecológico. Além disso, a análise dos blogs permitiu reconhecer séries enunciativas que nos remeteram aos ideais normativos maternos intensificados das últimas décadas, o que nos levou à busca de outra literatura e ampliou nossa concepção acerca desse discurso. Nesse sentido, é importante pontuar que tivemos contato com a obra de Sharon Hays, Abetz e Moore, Douglas e Michaels e Thornton após a análise de blogs e que nossa leitura não tomou suas conclusões como ponto de partida. Pelo contrário, foi a análise das regularidades enunciativas encontradas que levou a essas autoras e que permitiu perceber como esse discurso não é exclusivo da realidade brasileira, que compartilha configurações próximas a de mulheres de outras realidades ocidentais, sobretudo de países dos quais o modo de vida é tido como modelo para nossas classes médias e altas, como é o caso dos Estados Unidos, ainda que guarde especificidades locais.

É com esses referenciais teórico-metodológicos que realizamos nossa análise, partindo sempre de nossas fontes, procurando estabelecer as regularidades desse discurso, as relações estabelecidas com outros discursos, como se posicionam os sujeitos que o constroem e o proferem (de especialistas às mulheres que comentam nas mídias sociais). Procuramos apreender como tal formação discursiva é possível neste contexto histórico, as relações de poder que permitem que determinados discursos circulem, sejam defendidos como verdadeiros e considerados modelares. Partindo do presente, da análise arqueológica dos discursos maternalistas, ensaiamos também uma investigação genealógica, buscando nos aproximar das condições de emergência e de proveniência dessa formação discursiva, dentro dos limites possíveis desta tese.

Nesta empreitada, decidimos utilizar como fontes de pesquisa, além dos escritos de Michel Odent – sobretudo sua obra de *Gênese do Homem Ecológico* escrito em 1979 e traduzido para o português em 1982 –, o livro de Bela Gil, *Bela Maternidade* (2018) – no qual a autora afirma escrevê-lo como mãe e não como especialista – e as publicações e comentários disponíveis nas mídias sociais em blogs e em portais de blogs ligados à humanização do nascimento, escritos e frequentados predominantemente por mulheres brancas e de classe média a alta. Em um primeiro momento, pretendíamos enfatizar o portal *Vila Mamífera*, por ser um local virtual em que, como o próprio nome explicita, estabelece-se

uma relação intrínseca entre mulheres-mães e fêmeas mamíferas de outros animais. Dele, selecionamos relatos de parto e outras publicações da seção exclusiva para mães chamada *Café Mãe*. No entanto, a desativação do site nos impediu de restringir a análise em seu conteúdo e nos levou a ampliar o escopo da pesquisa para incluir o portal de blogs *Minha Mãe que Disse*. Nesse portal, republicavam-se várias postagens de outros blogs escritos por mães, em geral, publicações marcantes e de grande repercussão entre as leitoras. Selecionamos também postagens em blogs relacionados a esse portal, como o *Ecomaternidade* e o *Blog da Mamãe Sustentável*.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa de compreender a adesão de enunciados naturalistas aos discursos maternalistas atuais e suas relações com os feminismos, buscamos identificar na blogosfera materna[12] se e como esses elementos neles apareciam. Optamos por realizar as buscas nos blogs, no campo específico para tal, partindo de palavras-chaves como natureza, natural, mamífera, animal, leoa, ecologia, ecológico, planeta, Terra e feminismo. A análise deste material evidenciou a recorrência de outros enunciados que mereciam atenção a fim de compreender a composição dessa formação discursiva, o que nos levou a ampliar a busca incluindo temas como trabalho, culpa, sacrifício, sagrado, empoderamento, protagonismo, sustentável, sustentabilidade, perfeição, feminismo. Ao todo, selecionamos para análise oitenta e nove postagens realizadas entre 2011 e 2017, publicadas majoritariamente nestes dois portais de blogs, *Minha Mãe que Disse* e *Vila Mamífera*. Além do texto principal publicado, utilizamos na análise os comentários recebidos que, em alguns casos, chegam a cento e vinte menções. Ao citá-los, optamos por mantê-los conforme foram escritos, ainda que contenham erros de ortografia e concordância, gírias ou linguagem própria da internet. Optamos também por não identificar o nome das comentaristas, por entender que ainda que essa informação seja de acesso público, as mulheres não o fizeram com a intenção de tornar público suas percepções, críticas ou elogios, diferente das escritoras que assinam os textos. Em muitos casos, a fim de exemplificar afirmações que fazemos relativas às postagens analisadas, colocamos trechos de postagens em notas de rodapé, com as devidas referências.

No primeiro capítulo, localizamos a emergência dessa formação discursiva nos últimos cinquenta anos relacionada ao questionamento da autoridade médica em relação ao parto, suas relações com teorias feministas, comportamentais e hormonais. Focamos também a reatualização de enunciados que posicionam a maternidade como parte de uma natureza

[12] Entendemos blogosfera materna como o conjunto de blogs dedicados à temática da maternidade, como uma comunidade virtual de blogs.

feminina instintiva, animal e ligada ao planeta. No segundo capítulo, a partir da proposta utópica do obstetra Michel Odent de transformação da humanidade através do nascimento e do cuidado materno, principal referência teórica no Brasil, apresentamos considerações teóricas e históricas para edificação dessa formação discursiva utópica e romântica. Buscamos as condições de emergência desta proposta em fins dos anos 1970 na Europa, contexto em que o autor edifica sua teoria, e nas transformações sociais posteriores, buscando enunciados e formações discursivas que compõem sua proveniência. Refletimos também quanto às conexões entre os discursos de maternagem intensiva, a preocupação ecológica e a racionalidade neoliberal, o que, nos parece, permitiu sua permanência e difusão entre as mulheres, os especialistas e a mídia.

Em seguida, no terceiro capítulo, traçamos um panorama da blogosfera materna analisada e do perfil das blogueiras e participantes, mostramos como se configuram os portais estudados, assim como a defesa de ativismo materno nas mídias sociais e de uma prática de maternagem intensiva. No quarto capítulo, abordamos como a compreensão de que a maternidade pode transformar o mundo aparece na blogosfera desde a forma de parir – compreendida nas mídias sociais e pelos especialistas como um ato político de resistência e de mudança – à adoção de práticas ecológicas de cuidado e alimentação. Abordamos também como o combate ao consumismo, que se desdobra na necessidade de reconexão com a natureza e na adoção de práticas sustentáveis, torna-se fundamental para a maternidade ativa. Propomos nesta análise que o ponto de encontro possível entre sexualidade e ecologia nesse discurso encontra-se na negação ao contexto social vivido em ambas as vertentes. Por fim, abordamos como o ideal de transformação social, que em fins do século XIX e início do XX se voltava ao futuro da nação, deslocou-se para ao futuro da humanidade e do planeta.

No quinto capítulo, abordamos os enunciados de empoderamento materno e como essa formação discursiva está centrada na retórica da escolha e suas ligações com o contexto neoliberal, suas relações com teorias feministas e o paradoxo da escolha pelo natural. O capítulo seis é dedicado à manutenção de enunciados normativos como a culpa, o sacrifício e a naturalidade da maternidade, presentes desde o século XIX nos discursos maternalistas e atualmente associados à ideia de possibilidade de escolha feminina pela maternidade e pela maternagem. Mostramos como, a partir dessas compreensões, erige-se um modelo ideal de mãe baseado na culpa e no sacrifício, como demonstram as discussões em torno da definição

de “mais mãe” e de “menas mãe”, que tem como efeito gerar a responsabilização materna pela saúde e pelo futuro dos filhos e da família.

No capítulo sete, discutimos as defesas da maternidade ativa como uma prática feminista, a repulsa a essa associação e como esse debate centra-se no trabalho remunerado feminino. Descrevemos enunciados referentes a necessidade de a mãe dedicar-se exclusivamente aos cuidados das crianças e da casa, assim como enunciados que defendem a conciliação entre maternagem e carreira através da manutenção do emprego no mercado de trabalho ou do empreendorismo materno. Analisamos como essas propostas se relacionam às teorias feministas e neoliberais e como confirmam o recorte de classe e raça das integrantes.

CAPÍTULO I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MATERNIDADE ATIVA

Elisabeth Badinter, ao publicar em 1980 o livro *L´ Amour en Plus* – traduzido no Brasil como *Um Amor Conquistado:* o mito do amor materno – avalia que os conceitos de instinto e natureza humana haviam perdido o prestígio diante da dificuldade do estabelecimento de atitudes universais e necessárias. O vocabulário teria mudado, mas estavam conservadas as ilusões, afinal "continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza" (BADINTER, 1985, p. 21). A autora atribui a mudança da terminologia de instinto por amor materno a uma forma de tomar distância da animalidade, na medida em que a ligação naturalizada entre a mãe e o bebê, atribuída a sentimentos humanos, traria uma aparência menos mecânica, menos automática e, consequentemente, mais humana ao ideal normativo materno.

O livro recebeu inúmeras críticas após sua publicação por discutir, a partir da filosofia e da história, a existência ou a inexistência do instinto materno em detrimento de todo conhecimento científico, desenvolvido principalmente no campo da biologia, que o comprovava. A repercussão do livro nos meios acadêmicos demonstrou, segundo a autora, que a maternidade ainda era (é) um tema sagrado e que a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada à Maria, símbolo do indefectível amor oblativo. A mudança na nomeação do problema não havia alterado, ela propõe, o imaginário sobre o que é ser mulher, definido a partir do sexo determinado no momento do nascimento, como destino natural atrelado à reprodução, assim como não se alterou a crença em um amor materno que conserva as características do conceito de instinto, em termos de necessidade. A mãe que não ama seu filho continuava a ser vista, segundo a autora, como uma aberração, ou um escândalo (BADINTER, 1985).

Badinter revela ter se surpreendido com as críticas apaixonadas que recebeu, decerto pelo contexto social do início dos anos 1980 em que se verificava o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, igualmente dos movimentos feministas que questionavam a maternidade compulsória e a naturalização da função materna como identidade inevitável feminina. Parece contraditório que nesse contexto tenham surgido discursos e práticas contestadores da medicalização do parto e do nascimento, associados a defesas de que tais eventos devem ser realizados com base em uma natureza feminina, no instinto materno e na aproximação da mulher-mãe às fêmeas de outros animais e ao planeta Terra. Nesses

discursos, resgatavam-se de ideais românticos rousseaunianos de naturalização da função materna e de mamiferização da maternidade, atualizando-os a partir da referência ao saber ecológico, à crítica à sociedade capitalista e consumista, a um projeto revolucionário de transformação social, às demandas feministas, individualistas e de liberdade sexual dos anos 1960.

Enunciados dessas formações discursivas permanecem ainda hoje no discurso maternalista contemporâneo. Há mulheres e especialistas que defendem que se assuma um estilo de vida que mescle a simplicidade voluntária anticonsumista de inspiração ecológica e a criação dos filhos com apego, que se contestem as diversas práticas e produtos tecnológicos (consideradas artificiais e/ou produto do consumismo capitalista) e que sejam priorizados produtos e comportamentos considerados naturais, como o nascimento sem intervenções médicas. Tal valorização do que é considerado natural e a consequente desvalorização da produção cultural e tecnológica humana, tem como efeito da mulher responsável pelo futuro da espécie e do planeta.

O pressuposto de que a natureza, tomada como fonte de verdade inquestionável, deve guiar a maternagem, as formas de parir e as relações mãe-bebê, alicerça práticas em que as escolhas femininas devem priorizar atitudes consideradas naturais, como o parto vaginal sem intervenções médicas protagonizado pela mãe e pelo bebê, a amamentação prolongada e em livre demanda, o atendimento prioritário das necessidades da criança (colo, aconchego, sono, fome, etc.). Nessas práticas, também são frequentes as defesas de uma alimentação saudável (preferencialmente orgânica e produzida no quintal de casa), do aleitamento materno em detrimento do uso de fórmulas (evitando o uso de mamadeiras, que possuem substâncias supostamente cancerígenas), do uso de fraldas de pano (menos poluentes e econômicas financeiramente), do adiamento do ingresso da criança em instituições educacionais e a resistência aos cuidados de babás (terceirização do cuidado), da preferência pelo uso de remédios homeopáticos ou de soluções naturais em detrimento dos medicamentos alopáticos, de questionamentos e até rejeição às vacinações obrigatórias, de restrição aos produtos tecnológicos (como televisão, celulares, brinquedos eletrônicos), do compartilhamento da cama entre o casal e a criança (cama compartilhada) e do uso de tecidos como o *sling* para manter a criança o máximo de tempo possível próxima ao corpo da mãe.

No Brasil, esses discursos se confundem com o movimento de humanização do nascimento e do parto. Esse movimento social, que se consolida junto a outras iniciativas de

humanização da saúde nos anos 1990 em busca de transformações dos modelos de atenção e gestão dos serviços e sistemas de saúde no campo das políticas públicas, tem como objetivo a substituição do modelo de assistência obstétrica em vigor por um novo modelo que resgate o humanismo presente nas relações femininas, o respeito aos desejos da mulher e o acolhimento do recém-nascido. Dentre os vários sentidos que o conceito ganha no país, há abordagens que se concentram mais em evidências científicas, outras em uma relação espiritual entre mãe e bebê, e há aqueles que se dedicam à humanização como exercício dos direitos femininos[13].

A antropóloga Carmen Tornquist (2002), em sua tese de doutoramento, identifica no início do século XXI duas vertentes no interior do movimento de humanização que, apesar de partilharem um universo moral comum e chegarem às mesmas conclusões quanto ao nascimento, o fazem por caminhos diferentes. Ao passo que uma vertente defende a humanização pela via espiritual e holística (nomeada pela autora de "alternativa/naturalista"), a outra se baseia em conhecimento científico (vertente biomédica) por meio da Medicina Baseada em Evidências[14]. A conciliação dessas vertentes teria possibilitado uma identidade comum dentro do movimento de humanização do parto e do nascimento no Brasil, atravessado por princípios de ambas as linhas interpretativas. A autora identifica o crescimento de uma visão ecofeminista dentro do movimento de humanização do parto e do nascimento, o qual permite a associação entre "parto e ecologia ou modo de vida indígena (supostamente universal e próximo da Natureza) e cuidados com o meio ambiente" (TORNQUIST, 2002, p. 48). No interior da vertente alternativa/naturalista, é possível identificar referências explícitas que apontam para as categorias natural/natureza, animal/selvagem, fisiologia e instintos, e a profusão de imagens que associam a questão do parto a elementos da natureza (flores, frutas, animais, paisagens).

No universo on-line das últimas duas décadas é frequente as mães referirem-se a si mesmas como mães conscientes, como mamíferas ou como mães ativas e às práticas que exercem e defendem como maternidade ativa. Ainda que algumas autoras se refiram a essas práticas como maternagem naturalista (BOBEL, 1999), maternidade naturalista (BADINTER, 2011), maternidade ecológica (BADINTER, 2011; ALVES, 2012) ou maternidade mamífera

---

[13]Sobre os vários sentidos do conceito, ver Simone Diniz (2005), Ana Maria Bourguignon e Márcia Grisotti (2018).

[14]De acordo com Simone Diniz (2005), a Medicina Baseada em Evidências (MBE) tem inspiração fortemente questionadora, evidenciando as contradições e a distância entre as evidências sobre efetividade e segurança, e a organização das práticas; traz à tona o papel do poder econômico e corporativo na definição das políticas, e no desenho e financiamento das pesquisas e tem como forte prioridade a defesa dos direitos dos pacientes.

(PULHEZ, 2015; POMBO, 2013; ALZUGUIR e NUCCI, 2015; CARVALHO, 2012), optamos por utilizar maternidade ativa, nomenclatura utilizada por muitas blogueiras, tanto em respeito à sua própria autodenominação, como por entender que sua configuração não se restringe à defesa da natureza, da ecologia ou da animalidade materna: abarca outros princípios como da escolha, do esclarecimento por meio da busca de informações, do cuidado intensivo dos filhos e da transformação social.

Neste capítulo, retomamos alguns antecedentes teóricos e históricos desse discurso. Iniciamos retomando componentes em torno dos quais são mobilizadas as práticas maternalistas questionadoras do modelo médico dominante ocidental nos últimos cinquenta anos, como a resistência à medicalização do parto e do nascimento, e a importância dos hormônios, do apego e do instinto nas práticas maternas, assim como essas questões aparecem na realidade brasileira. Em seguida, exploramos a relação entre mulher-mãe e a fecundidade do planeta Terra e o modo como as mulheres que ocupam a posição de sujeito de enunciado desse discurso referem a si mesmas: atendem por mamíferas.

1.1Resistências à medicalização do parto e do nascimento

> *O Brasil é hoje, o país que apresenta a maior taxa mundial de cesáreas (vários hospitais paulistas apresentam 80% ou mais de cesáreas) e este passou a ser o método normal de parir e de nascer, uma inversão total da naturalidade da vida. Quando o parto é vaginal, a violência da posição, das rotinas e interferências médicas perturbam e inibem o desencadeamento dos mecanismos fisiológicos naturais de parto. Parto e nascimento passaram a ser sinônimo de doença, de patologia e de intervenções cirúrgicas. Estes fenômenos vitais e existenciais cruciais tornaram-se momentos de terror, angústia, impotência alienação e dor. Seu custo social, psicológico e econômico é muito alto e a sociedade é vítima indefesa desta realidade (MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO, 1993).*

Um dos principais enunciados dos discursos maternalistas atuais como o da maternidade ativa, refere-se à medicalização institucionalizada do ato de nascer, entendida como a redução à lógica médica de um evento fisiológico feminino. A medicalização do parto é considerada, nos discursos maternalistas que a criticam, necessária apenas em casos específicos mais complexos, tendo em vista as consequências físicas e afetivas que a sua prática corriqueira pode gerar ao bebê e à mãe por inibir os mecanismos fisiológicos e naturais de nascimento, além de retirar da mulher o conhecimento sobre a gestação e o processo de parturição. A realização dos partos em ambiente hospitalar é considerada nesse discurso como responsável por limitar a possibilidade de escolha feminina, já que é a equipe médica que decide como fazê-lo na maioria dos casos sem informar corretamente a mulher, sem considerar seus desejos, em nome da comodidade médica ou de benefícios financeiros. Como contraponto a essas práticas são defendidos modelos assistenciais alternativos em que a gestante deve receber informações corretas, saber suas opções e poder fazê-las; em que há a possibilidade de realizar o parto em locais que propiciem que ocorra em seu próprio ritmo, como em casas de parto ou na própria casa da parturiente; em que a mulher se torne protagonista e não o médico, o qual deve intervir apenas quando estritamente necessário. A humanização do nascimento e do parto questiona, enfim, o excesso de intervenção médica atual nesse evento considerado natural, fisiológico e feminino, que não dependeu ao longo de milênios de intervenção masculina ou científica para que fosse realizado.

Esse tipo de demanda se justifica dada a incontestável hospitalização do parto nos contextos urbanos ocidentais: no Brasil atual cerca de 98% dos nascimentos são realizados em ambiente hospitalar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, on-line). O processo massivo de hospitalização nas grandes cidades que ocorreu ao longo do século XX e mudou significativamente a forma de nascer, teve início na modernidade, quando a medicina passou a intervir na sociedade para além do cuidado das doenças com caráter normativo, aproximando-se do Estado, abrangendo problemas públicos tratados até então pela religião ou por meio de códigos morais, como o alcoolismo, a homossexualidade e a reprodução[15]. Data do século

[15] Autores como José Leopoldo Ferreira Antunes (1999) e Rita de Cássia Marques (2005) questionam a medicalização da sociedade brasileira como um processo avassalador de modificações tão profundas como propõe autores como Jurandir Freire Costa (1989). Marques atribui a essa ideia uma imprecisão histórica que ignora a existência de outros poderes, que não apenas o médico, em disputa pela regulação da sociedade. Para ela, não apenas as concepções da higiene, mas também a moral, teriam influenciado a institucionalização no Brasil da medicina (MARQUES, 2005, p. 3). Antunes, por sua vez, propõe a utilização do termo "socialização da medicina" – enquanto apropriação social do conhecimento científico nessa área e sua consequente transformação – no lugar de "medicalização da sociedade", reforçando a construção social do conhecimento

XIX a intensificação do processo de medicalização de atributos morais, comportamentos e corpos femininos voltados à procriação e à maternagem, refletida na criação de especialidades médicas como a ginecologia e a obstetrícia[16], no desenvolvimento de técnicas de parturição e na transformação das formas de nascer nos países ocidentalizados.

Até o início do XX, os partos eram realizados nas residências das parturientes, com a ajuda de outras mulheres e de parteiras que aprendiam o ofício na prática. Os médicos, chamados apenas em casos complicados, pouco a pouco passaram a substituir as parteiras com a introdução dos instrumentos cirúrgicos, como o fórceps, de uso a elas interditado. Até então, no Brasil, apenas mulheres pobres, indigentes, mães solteiras e prostitutas eram atendidas nas Santas Casas de Misericórdia que prestavam socorro assistencial, em acomodações precárias onde infecções e mortes eram frequentes. A historiadora Maria Lúcia Mott (2002) refere que a partir dos anos 1920 o parto domiciliar começou a ser considerado pelos médicos muito trabalhoso devido à necessidade de vigilância constante. Na década seguinte, quando novos conhecimentos sobre micróbios patogênicos tornavam, em tese, os partos mais seguros, passou a ser divulgada de forma abundante na literatura médica brasileira a indicação de que o hospital era um lugar seguro para parir (MOTT, 2002). As maternidades deixam de ser consideradas nessa época como local de infecções destinada à população carente para se tornarem locais ideais para parturição por se tratarem de estabelecimentos construídos de acordo com as regras higiênicas, possuírem o aparato necessário – salas cirúrgicas, instrumentos esterilizados – e o auxílio de enfermeiras para ensinar à mãe as primeiras lições de puericultura.

---

médico na nova atividade científica (ANTUNES, 1999, p. 275). Segundo o autor, o pensamento médico refletiu e interagiu no fenômeno cultural da atualização da medicina, modelado pela sociedade e não vice-versa, repercutindo, em especial, a dimensão moral da vida social. Em sua pesquisa, Antunes (1999, p. 274) concluiu que os médicos não conseguiram impor a maioria das medidas preconizadas no âmbito da moral, tampouco estiveram de acordo entre si sobre cada uma das medidas ou defenderam mudanças organizadas em um plano integrado.

[16] No século XIX, os conhecimentos sobre ciclo menstrual avançaram propiciando um maior entendimento da fecundação e foram desenvolvidas técnicas fundamentais para a criação da Obstetrícia e da Ginecologia, assim como de técnicas de parturição. A antropóloga Fabíola Rohden lembra ainda que, essas "especialidades médicas dedicadas à mulher, em especial a ginecologia, se constituem a partir da noção de que o corpo e o papel social feminino são determinados pela função procriativa. (...) É com base na ideia de que o seu comportamento é gerenciado pela sexualidade que a ginecologia instituiu o direito de intervir muito além dos órgãos reprodutivos propriamente ditos, convertendo-se, não sem pretensões, em uma verdadeira ciência da mulher" (ROHDEN, 2006, p. 176). A medicina da mulher passará a abordar não apenas a etiologia e o tratamento de doenças e técnicas de parturição, como também questões referentes à amamentação, ao cuidado da família e dos filhos, com a argumentação que evoca princípios instintivos e que fixa características "naturais" para conformar as mulheres à maternidade, como afetividade, delicadeza, debilidade moral e amor (COSTA, 1989, p. 236).

Em 1945, os partos hospitalares já chegavam a 29,5% no município de São Paulo, percentual que só cresceu nas décadas seguintes. Nos anos de 1970, com a expansão da assistência hospitalar ocorreu uma transferência massiva dos partos para os hospitais nas cidades. Nessa década, as taxas de cesárea, cirurgia que se tornou confiável nos anos de 1950 devido ao desenvolvimento de conhecimentos de antissepsia e anestesia e à disponibilidade de antibióticos e de transfusões sanguíneas, chegaram a 31% no Brasil (GRANADO-VEIGA, 1982). Nos dias atuais, esse percentual está em torno de 55,6% dos partos realizados no Brasil, chegando a 84% da rede de saúde suplementar, indo de encontro à recomendação de uma taxa máxima de 15% preconizada pela Organização Mundial da Saúde, que considera que a cirurgia deve ser realizada apenas quando o parto compromete a vida da mãe ou do bebê, dado os riscos imediatos e a longo prazo que pode gerar (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, 2020).

Se o processo crescente de hospitalização do parto durante o século XX teve como efeito positivo a redução de forma acentuada as taxas de mortalidade materna, também contribuiu para tornar as mulheres cada vez mais dependentes da medicina, das técnicas hospitalares para parir e dos aconselhamentos dos profissionais para os cuidados com a primeira infância. Ainda nos anos 1940 tem início as críticas a esse modelo de assistência julgado como excesso de intervenção médica geradora de passividade nas gestantes e a falta de preparo físico e emocional da mulher para o parto. Nessa década, verificamos o aparecimento de métodos de parto desenvolvidos por médicos propondo técnicas comportamentais de controle da dor durante o parto sem o uso de anestésicos, como Grantly Dick-Read na Inglaterra que criou o método conhecido como Parto sem Temor, em referência ao livro publicado em 1942 *Childbirth without fear*. Em 1950, Frederick Goodrich publica *Parto natural: guia para os futuros pais*[17] nos Estados Unidos, baseado na concepção de preparação emocional e física para o parto desenvolvida por ele, Herbert Thoms e Robert H. Wyatt, na Universidade de Yale (AYRES; AMORIM; HENRIQUES, 2018). No ano seguinte, o médico francês Fernand Lamaze leva para seu país uma releitura das técnicas soviéticas de Parto sem Dor (PS). O método Lamaze foi muito difundido na França e em outros países, graças ao apoio do papa Pio XII (TORNQUIST, 2009). Na década de 1960, o médico francês Frédérick Leboyer propôs ações para que o nascimento se tornasse o menos traumático

[17]Há pouca literatura no Brasil sobre a obra de Goodrich. Sobre o referido livro, ver Lilian Fernandes Ayres, Bruno David Henriques e Wellington Mendonça de Amorim (2018).

possível ao recém-nascido como recebê-lo com pouca luz e em silêncio (parto Leboyer) e o uso da massagem indiana *shantala* no bebê.

No Brasil, essas técnicas começaram a chegar ainda na década de 1950. Em 1953, o médico Arnaldo de Moraes traduziu alguns fragmentos do livro de Dick-Read, autor do qual teve conhecimento em razão da visita que fez à Maternidade da Universidade de Londres em 1949, durante o décimo segundo Congresso Britânico de Obstetrícia e Ginecologia[18]. Naquela oportunidade, obstetras brasileiros que participavam do congresso assistiram em uma maternidade a prática dos exercícios musculares no preparo para o parto natural. O interesse pelo tema se intensificou a partir da tradução de artigos para o português e de sua publicação nas seções de novidades das revistas científicas brasileiras, como o artigo intitulado Introdução à Obstetrícia Psicossomática, escrito pelo médico Edgard Braga e publicado em 1953 na *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* (AYRES; AMORIM; HENRIQUES, 2018). Dois anos depois, a obra de Goodrich foi publicada no Brasil, mesmo ano em que Lamaze visitou o país e publicou seu livro *O que é Parto sem Dor* na França (TORNQUIST, 2009). Nos anos seguintes, foram publicados por médicos brasileiros livros inspirados nessas teorias, como *Parto sem dor pelo método psicoprofilático* de Gerson de Barros Mascarenhas (1958), e *Parto natural sem dor* de George Beutner (1962). Há registros de que na década de 1960 era oferecido às gestantes um curso de preparação para o parto sem dor pelo método de Read no atendimento médico pré-natal da Escola de Saúde Pública e Higiene de São Paulo, mesma década em que a fisioterapeuta Martha Zanetti desenvolveu uma técnica que introduzia nesse método o referencial pedagógico de Paulo Freire, baseado na *Pedagogia do Oprimido*, e no psicodrama[19].

Essas novas práticas de parturição, realizadas por profissionais dissidentes da obstetrícia tradicional (DINIZ, 2005), tinham em comum a busca por um parto menos dolorido, com menos intervenções médicas e com maior protagonismo feminino. Elas ocorrem em paralelo com a ampliação das preocupações mundiais com a assistência

---

[18]Arnaldo de Moraes cita também os ótimos resultados que outros médicos, como Goodrich e Thoms teriam tido na Universidade Yale ao aplicar o método de Read.

[19]De acordo com Pamplona (1990), após participar do atendimento pré-natal e parto pelo método parto sem dor na Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, Zanetti participou de formação no local para multiplicar o trabalho e passou a preparar para o parto em sua residência as mulheres de classe popular em um bairro de periferia de São Paulo, em trabalho ligado à Igreja Católica. Nessa experiência, a fisioterapeuta teria utilizado conhecimentos referentes à pedagogia de Paulo Freire para levantar o universo vocabular das mulheres sobre o parto e identificar semelhanças e diferenças entre a realidade das gestantes da classe popular e da classe média. Posteriormente, em 1966, teria adicionado à técnica o psicodrama por indicação do ginecologista Decio Teixeira Noronha. Infelizmente não localizamos mais detalhes da atuação de Zanetti e o uso do método de Freire.

obstétrica oferecida à mulher e ao recém-nascido, como pode ser verificado na formação de um comitê de especialistas da maternidade, no âmbito da OMS, em 1950 (AYRES; AMORIM; HENRIQUES, 2018). No primeiro relatório publicado pelo comitê no ano seguinte, são defendidas medidas de proteção à maternidade, dentre elas, oferecer às mães ensinamentos quanto aos cuidados necessários aos bebês e os quais permitissem o parto normal, como instruções relativas à psicologia da gestação e do parto, às modificações somáticas e psicológicas suscetíveis de se produzir ao longo da gravidez, à justificativa dos exames efetuados e à preparação física e psicológica para o parto (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1952).

Nos anos 1960, essas preocupações com a forma de parir, os cuidados destinados aos bebês e seus efeitos posteriores, aparecem em uma segunda geração de especialistas[20] que, identificada com o espírito libertário da época, trouxe valores individualistas/libertários aos debates quanto às formas de nascer, como a participação do pai em todo o processo desde a gravidez até o cuidado do recém-nascido, à sexualidade da mulher, à valorização da natureza e do feto e do recém-nascido considerados como sujeitos. Este é o caso de autores estrangeiros como o obstetra francês Michel Odent, criador do Parto Selvagem, da antropóloga feminista inglesa Sheila Kitzinger e do obstetra brasileiro Moysés Paciornik, criador da cadeira para parto de cócoras e de técnicas de parturição e preparação da gestante, baseadas em sua experiência como médico comunitário em reservas indígenas no sul do país. A crítica à medicalização da saúde, marca desse período, também se constitui enquanto um contraponto fundamental em relação ao período anterior, por incorporar técnicas orientais de cuidado com o corpo e com a saúde[21], retirar do médico a centralidade durante o trabalho de parto e investir no preparo pedagógico da gestante. Outros profissionais são incorporados ao processo de nascimento, como enfermeiras, psicólogas, professores de ioga e parteiras, e passa a ser fundamental a defesa do protagonismo da mulher que fisiologicamente sabe parir.

---

[20]Tânia Salem (2007) e Carmen Tornquist (2004) nomeiam esses médicos de geração Pós-Parto Sem Dor (Pós-PSD).

[21]Rosamaria Carneiro acrescenta à pulverização dos movimentos de humanização do parto a ideia de uma recuperação das experiências na contemporaneidade ou uma suposta "orientalização" do ocidente. "Essa 'orientalização do ocidente' significaria a gradativa e persistente substituição de um Deus transcendente e pessoal para outro, mais imanente e impessoal, que engendraria atitudes religiosas místicas não mais salvacionistas, mas mais orientadas ao autoaperfeiçoamento. Em seu entender, portanto, desde a modernidade, mas ora com muito mais afinco, assistiríamos ao despontar de perspectivas religiosas que postulam a unidade entre o homem e a natureza, entre o espiritual e o físico, entre a mente e a corpo, sugerindo um processo interno de transformação do próprio campo religioso ocidental na pós-modernidade" (CARNEIRO, 2011).

Movimentos feministas[22] e *hippies*[23] também contribuíram para a divulgação e a defesa do parto natural.

1.2 Retomada do instinto e da necessidade do vínculo entre mãe e bebê

Os anos 1970 são marcados também pelo redescobrimento do instinto materno pela pediatria e pelo desenvolvimento de teorias como a do vínculo e do apego que atribuem, grosso modo, ao vínculo estabelecido entre mãe-bebê o desenvolvimento psíquico infantil saudável. Uma das principais referências na área é o psicanalista e psiquiatra inglês John Bowlby (1907-1990) que, a partir da observação de crianças órfãs após a Segunda Guerra Mundial, passou a estudar como se desenvolvia a relação entre a criança e seu cuidador principal na primeira infância e a ansiedade gerada pela separação de ambos (LIMA, 2007). Bowlby considerou o apego um comportamento biologicamente programado instaurado de forma inata pelo bebê, por necessidade de proteção e de segurança que, com o passar do tempo, é responsável por desenvolver o vínculo afetivo que afeta o estilo de apego do indivíduo ao longo da vida.

Essas teorias do desenvolvimento infantil passam a ser defendidas por vários pediatras e ganham reconhecimento institucional mundial quando o *bonding* (contato pele a pele logo após o nascimento) é reconhecido em 1991 pela OMS como uma das condições estabelecidas para intitular um hospital como amigo dos bebês dentro de um programa de incentivo ao aleitamento materno. Ainda que existam pesquisadores que questionem a eficácia do vínculo para o desenvolvimento humano, como Michael Lamb (ALZUGUIR; NUCCI, 2015), tais teorias, os conhecimentos sobre os hormônios e a possibilidade de atribuir uma identidade ao feto durante a gravidez graças a procedimentos médicos como o ultrassom e estudos relativos

---

[22]Simone Diniz (2005) aponta como exemplo o movimento pela Reforma no Parto e a criação dos centros de saúde feministas e dos Coletivos de Saúde das Mulheres nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1970, assim como as defesas posteriores feministas de assistência baseada em direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos. No Brasil, uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em 1981, na cidade de São Paulo.

[23]Um exemplo do movimento *hippie* e contracultural é a experiência da comunidade *The Farm* nos EUA, criada em 1971 por jovens hippies, em Summertown (Tennesse), e de sua parteira Ina Gaskin, referência ainda hoje para parteiras e doulas (DINIZ, 2005). Durante a caravana entre São Francisco e o local, teriam nascido doze bebês, o que levou as mulheres presentes a auxiliarem as parturientes. Criou-se na comunidade uma casa de parto que oferece apoio na gravidez e parturição chamada *The Farm Midwifery Center*. Ina Gaskin, que se tornou a principal parteira da comunidade, lançou em 1977 seu livro *Spiritual Midwifery*, referência até hoje para muitas parteiras e doulas (INA MAY GASKIN, 2019; MÃES D´ÁGUA, 2016).

às funções psicológicas intrauterinas[24], ajudaram a promover a defesa da amamentação e de práticas de maternagem que valorizam o vínculo entre mãe e bebê como algo inscrito em uma natureza humana desde a concepção.

A pesquisadora Christina Bobel (1999) aponta o *Attachment Parenting* (AP) ou criação com apego como ficou conhecida a teoria no Brasil, como um estilo de vida que define a maternagem naturalista nos Estados Unidos[25]. Criada pelo pediatra William Sears, autor de mais de trinta livros sobre o assunto, a partir das formulações de Bowlby, valoriza o contato prolongado entre mãe e bebê. A criação com apego defende que a mãe deve estar atenta para responder às necessidades do bebê, deixá-lo próximo ao corpo da mãe por meio da cama compartilhada e do uso do *sling,* amamentá-lo a partir de sua demanda, sem necessidade de horários definidos e sem prazo limite para o desmame, (BOBEL, 1999, p. 5). De acordo com a neurocientista Ligia Moreiras Sena, o conceito envolve "a criação de pessoas seguras, autoconfiantes e empáticas" e se baseia "no respeito aos comportamentos inatos de uma criança" (apud NORDI, 2012, on-line).

A aderência a essa teoria teve como contribuição pesquisas que retomam aspectos biológicos femininos lembrando que as mulheres são mamíferas dotadas de hormônios maternos, o que as leva a estabelecer laços imediatos com seus bebês em um processo neurobiológico e químico. Um dos principais autores responsáveis por disseminar esta teoria hormonal foi o médico Michel Odent que, em 2001, publicou o livro *A Cientificação do Amor.* Para o autor, os hormônios ocupam papel fundamental no processo de mamiferização do parto e de fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê. A ocitocina, liberada durante o parto, e a prolactina, liberada durante a amamentação, são consideradas por ele hormônios do amor. A primeira mamada, segundo Odent, é um acontecimento-chave no processo de nascimento e "põe em jogo comportamentos intimamente ligados às necessidades vitais

---

[24] Anna Carolina Lo Bianco (1985) sugere que a atribuição de uma identidade ao feto durante a gravidez (denominada por ela como psicologização do feto) baseada em teorias psicanalíticas de aperfeiçoamento da relação materno-infantil, contribuiu para a criação de novos modelos de maternidade. A relação mãe-bebê se fortalece assim desde a gravidez dada esta antecipação da condição afetiva de bebê ao feto, possibilitada por procedimentos médicos disponíveis, como o ultrassom e os cursos de preparação para o parto. Para a autora, dada a ênfase acentuada nessa relação, a gravidez passa a ser alvo cada vez mais de estudos dos especialistas e de normalização, numa perspectiva de que vivenciá-la pressupõe um cuidado crescente focado no desenvolvimento do feto em detrimento da mulher. Data desse período o desenvolvimento de estudos relativos às funções psicológicas intrauterinas. A elaboração de modelos considerados como alternativos de vivência da maternidade parece ter sido um dos setores influenciados pelos discursos e práticas psicanalíticas nas modificações ocorridas nesses processos de subjetivação.

[25] No Brasil, Carolina Pombo (2013) também atribui à constituição da maternidade mamífera ao *Attachment Parenting*.

fundamentais inscritas, *a priori*, portanto, em um registro pré-cultural selvagem" (1982, p. 95).

Segundo a pesquisadora Odile Fillod (2014), a teoria da ocitocina se disseminou a partir de 2000 de forma tendenciosa, com resultados exagerados de descobertas anteriores e servindo como comprovação da existência do instinto materno. O neuroendocrinologista francês Jean-Didier Vincent foi o primeiro a esboçar a teoria da ocitocina em seu primeiro livro em 1986, extrapolando os resultados de estudos seus e de outros pesquisadores ao concluir que essa era a causa do instinto materno em ratos. Essa autora afirma que os estudos realizados com animais e humanos não confirmaram a teoria, o que não impediu que fosse validada pela mídia e por diversos especialistas, dentre eles pediatras, como Edwige Antier e a antropóloga norte-americana Sarah Blaffer Hrdy, autora de *Mãe Natureza: uma visão feminina da evolução* (1999).

Para Fillod, a teoria da ocitocina como um mito é consistente com o senso comum ao convenientemente explicar os sentimentos expressos por algumas mães e está ligada à noção psicanalítica de que a experiência da gravidez as faz desenvolver um vínculo único com a criança. A seleção natural teria colocado na mesma substância o poder de ajudar a mulher a parir, a amamentar e a estar disposta a cuidar do seu recém-nascido[26]. Ainda que se reconheça que os seres humanos têm reações menos estereotipadas do que os primatas quanto aos efeitos desses hormônios, esses conhecimentos dão legitimidade à defesa do parto vaginal para liberação da ocitocina e da amamentação para garantia do vínculo mãe-bebê com ajuda da prolactina.

A redescoberta dos hormônios e do instinto, assim como algumas teorias feministas e a defesa da natureza contribuíram para a promoção do aleitamento materno, prática que está no cerne das transformações nas formas de maternar. Badinter (2011) e Bobel (2001) atribuem a uma organização cristã conservadora norte-americana, a *La Leche League* (LL) fundada em 1958, o aumento progressivo do apoio desses setores da sociedade para defesa do aleitamento. Na década de 1960, ela esteve próxima ao movimento de contracultura, que pregava o retorno a natureza e a crítica ao *establishment*, acreditando que isso lhe traria popularidade. Mas na década seguinte, a LL afastou-se quando ecologistas pediram que a organização se manifestasse sobre outros temas como aborto e política ecológica

[26]Para a autora, essa teoria é sedutora porque, apesar das mulheres continuarem a ser as principais cuidadoras das crianças, parecem livres para que se comportem de outra maneira. Além disso, é uma maneira de tranquilizar as mulheres em relação a sua capacidade de maternar e, caso elas não se sintam realizadas como mães, permite invocar uma disfunção biológica e evitam questionar suas escolhas de vida.

argumentando que se dilatasse muito suas pautas, perderia adeptos. Outra aliança proveitosa foi feita com a comunidade médica, adepta do novo nascimento e do *bonding*, em torno da defesa do aleitamento, questão fundamental em ambas as pautas. As fundadoras da LL também se filiaram ao movimento feminista maternalista que lutava em prol do parto natural e criticava o excesso de medicalização. Apesar das divergências quanto ao aborto, o consenso dava-se em relação à natureza materna feminina.

Além dessas alianças, a flexibilidade com que se adaptava às mudanças sociais (como quanto ao uso da bomba de extrair leite para a mulher trabalhadora), propiciou que a LL crescesse e se internacionalizasse. Em 1981, a instituição tornou-se consultora da UNICEF, organismo das Nações Unidas que trabalha para promover políticas voltadas à defesa da infância internacionalmente. A atuação da UNICEF em prol da amamentação traduziu-se, entre outras medidas, na aprovação em 1989 do aleitamento materno como um dos Direitos da Criança; na recomendação de amamentação exclusiva até os seis meses adotada da *Declaração de Innocenti* em 1990; e no ano seguinte, na criação do selo Hospital Amigo da Criança, que tem como pré-requisito o incentivo à amamentação nas primeiras horas de vida. Badinter (2011) e Bobel (2001) atribuem a notoriedade e o reconhecimento da importância do leite materno em nível global à LL, instituição que se considera autoridade mundial em amamentação e que, segundo elas, convenceu políticos e representantes das instituições da superioridade do aleitamento materno[27].

Badinter refere que o discurso conservador da LL se uniu a teorias etológicas, psicanalíticas, feministas essencialistas e ecológicas em um contexto de fim do multiculturalismo do pós-guerra e de estagnação econômica europeia no período após a crise do petróleo de 1973, levando à ascensão de discursos naturalistas de retorno das mulheres ao lar. Mal pagas, insatisfeitas profissionalmente e sob o risco de perder o emprego a qualquer momento, muitas mulheres preferiram abandoná-lo para dedicarem-se ao trabalho doméstico. Nesse movimento, a filósofa acredita que as mulheres das gerações atuais, muitas delas filhas de feministas que lutaram para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, decidiram

[27]De acordo com Bobel (2001), a argumentação utilizada pela LL organizava-se em torno de quatro temáticas principais: a autoridade moral da natureza, as vantagens do aleitamento, a condição da mulher e a reforma moral da sociedade; e os dois últimos temas reveladores dos objetivos da organização, mais políticos e polêmicos, foram dissimulados. Para a autora, a volta da mulher ao lar como melhor solução para o cuidado do bebê defendida no âmbito da LL como o cumprimento de um papel social fundamental no desenvolvimento harmônico da criança e na transformação moral da sociedade, ainda que possa encorajar as mulheres para que reivindiquem seus corpos e resistam às instituições convencionais, acaba por limitar as mulheres aos papéis socialmente prescritos e enraizados no determinismo biológico.

tomar essa atitude por questionarem as vantagens da dupla jornada e por considerarem que suas mães não lhes deram a atenção e o cuidado que lhes era devido, por tentarem conciliar família e trabalho.

1.3 Difusão de outros modelos e práticas de maternagem na segunda metade do século XX

Os modelos dissidentes de maternidade engendrados a partir da década de 1960 no mundo Ocidental tornaram-se possíveis em um contexto de individualização crescente dos sujeitos, de influência de teorias psicanalíticas, de medo de uma catástrofe atômica, de crescimento do movimento feminista e da emergência de novos papéis sociais possíveis para as mulheres. Nessa época, marcada pelo medo da guerra e da iminência de uma catástrofe atômica, a indignação, a revolta e o desespero são vocalizados em manifestações, e a crença na superação dos problemas deste mundo passa a ser vista a partir de transformações individuais (SALEM, 2007).

Nesse contexto, a maternidade passou a ser entendida e valorizada sob novas bases, colocada agora em termos de escolha, gerando uma maior responsabilização do casal nesse projeto, a necessidade de se informar para escolher e o estabelecimento de uma nova relação com o corpo médico[28]. A antropóloga Tania Salem (2007), uma das principais pesquisadoras sobre as transformações nos modelos e nas práticas de maternagem no Brasil, ressalta que as representações de maternidade e de paternidade deixaram de ser pré-determinadas e estanques nos anos de 1980, e passaram a ser sujeitas a um compromisso do casal nas camadas abastadas. Denominado pela autora de projeto casal grávido, o novo modelo pressupõe maior participação paterna nos cuidados com o bebê e durante a gestação, presença obrigatória do pai durante o nascimento e a assunção de todos os cuidados infantis pelo casal, dispensando o auxílio de babás e de outros membros da família ampliada, como das avós, e a substituindo pelos especialistas. A maternidade começa assim a aparecer como uma experiência a ser

[28]De acordo com a socióloga Maria Isabel Mendes Almeida (1987), no Brasil dos anos 80, erigia-se entre as classes urbanas de maior poder aquisitivo a construção de um novo modelo de maternidade, alternativo ao padrão vigente, disputando as representações do ser mãe. Para ela, a maternidade começa aparecer como uma experiência a ser partilhada pelo casal e relacionada à experiência pessoal da mulher, afastando cada vez mais a família ampliada do cuidado infantil e a substituindo pelos especialistas, em um processo de nuclearização da família e de crescente individualização dos sujeitos.

partilhada pelo casal e relacionada à experiência pessoal da mulher baseada em uma ética de igualdade de gêneros e de relacionamento igualitário.

O projeto de casal grávido reivindica uma conotação vanguardista, alternativa, por tirar a exclusividade do feminino no nascimento e criação, por propor a desmedicalização do parto e por defender valores igualitários entre o casal, segundo a autora. Os cônjuges se percebem como sócios livre-contratantes e como iguais na relação familiar, a decisão que tomam quanto ao nascimento dos bebês implica em uma preocupação com a formação e com a liberdade que se quer dar à criança, entendida como possibilidade de ação individual para transformação social. Esta ética psicologizante clama por uma autenticidade do eu que faz coro à adesão de modelos considerados alternativos de nascimento.

Quanto ao parto, o ideário do casal grávido preconizava realizá-lo da forma mais natural possível, ou de cócoras, evitando excesso de medicalização e interferência médica; o obstetra deveria assumir o papel de facilitador que agiria apenas em caso de complicações, deixando à mulher o conhecimento relativo à parturição. Para que o processo ocorresse com sucesso, a mulher deveria ser treinada durante a gestação por meio de exercícios físicos e preparação psicológica e ser ativa na busca de informações sobre procedimentos e intervenções médicas. Esse processo acabava engendrando, para a autora, uma "medicalização de segundo grau", na medida em que "a exigência de conhecimentos técnicos em nome do exercício de autodeterminação redunda em seu maior envolvimento com o paradigma médico" (SALEM, 2007, p. 74).

Nesse período, vários grupos passam a oferecer assistência humanizada à gravidez e ao parto no Brasil como o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, criado em 1981, a Associação Comunitária Monte Azul em São Paulo, e os grupos Curumim e Cais do Parto em Pernambuco. Nas décadas seguintes, surgiram maternidades públicas como a Leila Diniz inaugurada em 1994 no Rio de Janeiro e a criação das Casas de Parto – que têm como critério aderir às recomendações da OMS de garantir a presença de acompanhantes no pré-parto, parto e pós-parto, a assistência aos partos de baixo risco por enfermeiras, e o controle das taxas de cesárea. Em 1993, é fundada a Rede de Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuNa), principal organização de divulgação de informações de cuidados perinatais no Brasil que reúne profissionais da área da saúde em prol de uma mudança de paradigma nas formas de

nascer[29]. Na virada para o XXI, a pressão pela humanização do parto e do nascimento tem como marco o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) e o de Programa de Humanização de Hospitais lançados em maio e junho de 2000, resultado das iniciativas das décadas precedentes de movimentos sociais por uma nova obstetrícia no Brasil e internacionalmente (DINIZ, 2005).

No início do século XXI, há um aumento do número de eventos e da divulgação de debates acerca da adoção de práticas consideradas naturais de parturição no Brasil. O Brasil recebeu duas Conferências Internacionais Ecologia do Parto e do Nascimento: em 2002 em Florianópolis e em 2004 no Rio de Janeiro – que contaram com a presença de ilustres autores estrangeiros como a parteira mexicana Naomi Vinaver, a antropóloga norte-americana Robbie Davis-Floyd e o obstetra francês Michel Odent. Também, foram ministrados cursos de Ecologia do Parto e do Nascimento em parceria com Odent, além da difusão de blogs e sites relacionados ao parto ecológico e à mamiferização da maternidade como o blog *Mamíferas* (2008) e o portal *Vila Mamífera* (criado em 2013), entre outros. Em 2010, foi fundada por um grupo de mulheres envolvidas com o nascimento humanizado no país a Associação Nacional para Educação Pré-Natal (ANEP Brasil) ligada à ONU[30], que "tem como objetivo facilitar o plano da natureza: promover e apoiar o pleno desenvolvimento físico, psíquico e espiritual das crianças, por meio da educação pré-natal" (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-NATAL, 2018, on-line). A ANEP Brasil parece reunir os defensores da vertente naturalista da humanização do parto e conta, entre seus membros, com a médica Eleanor Luzes, que apresentou em 2008 um projeto de lei chamado *Vida Bem-Vinda*, que busca tornar disciplina obrigatória do ensino médio e superior no país a teoria desenvolvida por ela de uma Ciência do Início da Vida[31]. Na imprensa voltada à educação dos filhos na última década, verifica-se também o aparecimento de temáticas que postulam a necessidade

---

[29]Sobre mudança de paradigma, ver Heloísa Regina Souza (2017), Luis David Castiel e Eduardo Conte Póvoa (2002).

[30]É regulada pela OMAEP (Organização Mundial das ANEPs), que por sua vez faz parte do ECOSOC *(Economic Social Counseling* / Conselho Social Econômico) junto à ONU (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-NATAL, 2018).

[31]A Ciência do Início da Vida (CIV) é descrita como uma nova disciplina, aliada à arte e às tradições na preparação para a concepção consciente, a gestação, o parto natural, o aleitamento materno e os cuidados nos três primeiros anos de vida. A transmissão desse conhecimento, segundo o site, "é absolutamente transformadora e curativa, criando não só uma maternidade e paternidade conscientes mas também um nascimento em plenitude para todos os seres. É mais que um projeto sobre como ser pai e mãe com segurança, trata-se de conhecer novos caminhos em busca de se ter filhos com plena saúde física, mental e espiritual, gerando assim um Novo Ser com grande amor próprio, que vem na paz, pela paz e para a paz! Uma nova jornada em busca de uma humanidade amorosa, fraterna e autossustentável" (CIÊNCIA PARA O INÍCIO DA VIDA, 2020, on-line).

da adoção de posturas ativas maternas frente ao meio ambiente (FERNANDES, 2014), assim como de uma ligação entre a limpeza do planeta e dos corpos grávidos, entre o ambiente planeta e o ambiente corpo (SCHWENGBER, 2006).

Desse ponto em diante, cresce também o número de grupos voltados à orientação materna e paterna quanto à parturição e à primeira infância, de movimentos sociais voltados aos direitos maternos e dos bebês, assim como de cursos de formação de doulas, de casas de parto e hospitais que aceitam a realização de partos humanizados e, no mundo virtual, de blogs, de sites e de grupos de discussão voltados a essas questões, dentre eles, vários em que são discutidas as práticas de maternidade ativa e naturalistas entre as mães.

1.4 De mamífera à mãe Terra: a aproximação entre mulheres-mães e elementos da Natureza

A associação entre maternidade e a Natureza, entre a mulher e os elementos físicos do planeta, justificada pela capacidade de gerar vida, é antiga. Nas sociedades rurais, a maternidade sempre foi assimilada à fecundidade da terra (SCAVONE, 2001b). Datam dos períodos Paleolítico e Neolítico as primeiras representações de figuras femininas com formas arredondadas, seios e nádegas volumosos, vulva à mostra, indicando a existência de mitos de Deusa Mãe criadora da vida. As Vênus paleolíticas e neolíticas, como ficaram conhecidas, demonstram a aproximação entre fertilidade feminina e fecundidade da terra, presentes entre os povos agricultores. Sobre este processo, Joseph Campbell (1997, p. 258) afirma que o corpo da mulher

> sempre foi vivenciado em sua própria natureza como uma força divina, como corporificação do princípio da continuidade da vida, bem como o símbolo da imortalidade da matéria terrena, que é em si, informe, mas que ainda assim veste todas as formas.

O mito que mais correntemente é utilizado nos discursos ecológicos para referir-se à Terra é o mito grego da deusa Gaia. Gaia representa a fertilidade da Terra, a força primordial da geração. Filha do deus Caos gerou espontaneamente o mar, o céu e as montanhas. Um de seus filhos, Cronos, levou à criação do tempo e do espaço terrestre. Gaia, associada ao feminino, tem o poder de se reproduzir sem o elemento masculino, é fértil e representa os

primórdios da criação do planeta, condição para o surgimento e o desenvolvimento da humanidade[32].

A *Pachamama*, a mãe do tempo do mundo andina, também tem aparecido nas últimas décadas na literatura ecologista, como aquela que nutre e alimenta, é protetora da natureza contra as agressões humanas. A referência a essa deusa deve-se também, nesse discurso, à identificação dos indígenas como populações que vivem em harmonia com o mundo natural. Essa ideia de Mãe-Terra é compartilhada por muitos movimentos populares e ecológicos como a Pastoral da Terra no Brasil, para quem a *"Pachamama* é fonte de vida, é intuída como um grande seio materno fecundo, que abriga ao mesmo tempo todos os seres vivos e proporciona o sustento necessário para todos" (ALMEIDA, 2005, s/p). *Pachamama*, no entanto, não é uma divindade com atributos considerados tipicamente maternais no Ocidente associados à imagem de uma mãe boa e sofredora com capacidade infinita de doação, aliás, como nenhuma das divindades terrestres das culturas andinas e mesoamericanas. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 146). Ela se define tradicionalmente como uma divindade que provoca a seca e a fertilidade, é desafiadora e ávida por sacrifícios humanos. Apenas após a colonização espanhola da América, ela foi domesticada por meio de sua assimilação à Virgem Maria, consolidando-se tal imagem de boa Mãe-Terra, não sem alguma perplexidade por parte dos indígenas das terras altas do continente.

A antropóloga norte-americana Sherry Ortner (1979, p. 114) aponta como um dos principais motivos para que a mulher seja encarada culturalmente como mais próxima da natureza do que o homem (associado ao mundo da cultura) é a fisiologia feminina mais envolvida com a reprodução e com a preservação da vida, tanto pela gestação quanto "pela penosa função de transformar as crianças num estado primitivo em seres civilizados". Se as mulheres criam vida a partir de sua própria essência (ao parir e cuidar), o homem deve basear sua criatividade artificialmente por meios culturais através de símbolos e tecnologias. O corpo feminino parece condená-las à reprodução e confiná-las ao contexto familiar doméstico motivado pelo processo de lactação. A dependência infantil dos adultos também é um fator

[32]O mito entrou para o vocabulário ecológico após o desenvolvimento da Hipótese Gaia em 1979, pelo químico inglês James Lovelock (2010), segundo o qual a Terra comporta-se como um grande organismo vivo, com sistemas de preservação dos seres vivos que abriga uma espécie de simbiose que favorece todas as partes que o compõem. Segundo Latour, Lovelock assumiu um ponto de vista exterior ao planeta e olhando para ele, enxergou uma esfera celeste vagando no universo em conformidade com as leis da matemática, enxergou algo que não deveria estar ali (aqui), um *apax* cosmológico (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 57). Nessa concepção, a humanidade seria uma parte dispensável, já que é a vida que está no comando e não o homem. No entanto, outros autores que optam por utilizar a mesma denominação, desconfiam dessa unidade, dessa ideia de organismo vivo, enquanto uma forma moderna de unificação.

importante de ligação feminina à natureza, na medida em que as crianças e, sobretudo, os bebês são considerados como parte da natureza por ainda não estarem sob o domínio da cultura. Nesse sentido, as mulheres ocupariam um papel intermediário entre a cultura e a natureza, agindo como mediadoras responsáveis para a conversão da natureza em cultura, em referência à socialização das crianças. Quando interpretadas como elemento mediador, além da desvalorização universal feminina advinda dessa identificação com a natureza, há uma tendência de circunscrever e restringir as funções femininas "desde que a cultura mantenha o controle sobre seus mecanismos pragmáticos e simbólicos de conversão da natureza em cultura" (ORTNER, 1979, p. 117).

Na modernidade, a relação entre maternidade e natureza ganha contornos biopolíticos, enquanto argumentação científica, filosófica, moral e econômica. Nesse período, a natureza feminina materna é justificada a partir de seus aspectos físicos e biológicos, de forma dicotômica (homem-mulher, natureza-cultura, normal-patológico), através do saber médico higiênico e de esforços institucionais normalizadores. A exaltação do amor e do instinto materno, ao mesmo tempo natural e social, torna-se favorável à espécie e à sociedade (BADINTER, 1985, p. 146), condição para o desenvolvimento infantil e para a criação do adulto saudável ideal, garantia do futuro da nação.

Carolyn Merchant (1980), em seu livro *A Morte da Natureza:* mulheres, ecologia e revolução científica, examina a formação de uma visão de mundo e ciência que dominou mulheres e a natureza, a filosofia mecanicista cartesiana, ao conceituar a realidade como uma máquina e não como um organismo vivo. Tal visão da natureza começou a transformar-se a partir do século XVII na Europa devido à industrialização e a exploração da matéria prima necessária, em atividades como mineração e desflorestamento. Antes desse período, a imagem da natureza como uma mãe que alimenta e provê, era um empecilho para a devastação. Segundo Merchant, Francis Bacon, considerado um dos pais do novo método científico, moldou seu conceito de investigação científica da natureza a partir do interrogatório das bruxas sobre tortura, do qual surgiu uma representação da natureza como uma mulher a ser conquistada, revelada, estuprada (MERCHANT[33], 1980, apud FEDERICI, 2017, p. 366). Era uma linguagem carregada de violência contra a natureza, tradicionalmente ligada a uma imagem de fêmea, com termos como "dominar e deter seus devaneios", "obrigá-la a servir",

[33]MERCHANT, C. **The Death of nature**: women, ecology and the scientific revolution. Nova York: Harper & Row, 1980.

"escravizá-la e torturá-la para extrair dela seus segredos". Merchant analisa essa linguagem e relaciona com o fato de que o autor estava intimamente familiarizado com procedimentos de tortura a mulheres no início do século XVII, uma vez que atuava como Fiscal Geral da Inquisição. Utilizava, portanto, dessas metáforas das audiências contra bruxas e hereges, para seus escritos científicos, marcando o vínculo poderoso entre ciência mecanicista e valores patriarcais. Para Silvia Federici (2017), foi a partir dessa conceituação, que se constituiu a noção de corpo como lugar de dominação e controle no Ocidente.

A associação entre a natureza e o universo feminino adere às práticas de maternagem que questionam a medicalização do corpo feminino a partir dos anos 1970 (SALEM, 2007; TORNQUIST, 2004). Nessa época, surgem também teorias ecofeministas em que o controle do corpo feminino é comparado à exploração da natureza, abundam imagens de mulheres grávidas em que as barrigas representam o planeta, em que seus corpos se enraízam no solo como árvores. A proposta de algumas correntes feministas de recuperação da identificação entre mulher e natureza, é de inversão da valoração desse conceito considerado patriarcal[34] (PULEO, 2013). Em contraposição à cultura masculina obcecada pelo poder e exploradora da natureza e das mulheres, é valorizada a ética do cuidado feminina como esperança de conservação da vida, tendo em vista que as aptidões maternais predisporiam as mulheres ao pacifismo e à preservação da Natureza (PULEO, 2013). Esse feminismo buscou conhecimentos científicos alternativos como possibilidade de se contrapor aos conhecimentos considerados invasivos desenvolvidos por médicos e pelas indústrias farmacêuticas, como o uso de anticoncepcionais hormonais.

Contra o controle do corpo feminino e da natureza, muitas dessas feministas passaram a defender o parto como um evento ritual, questionando o predomínio da técnica em detrimento dos processos considerados naturais e instintivos, e postulam o retorno a uma vida mais simples e, em alguns casos, próxima a dos animais. Nas mídias sociais[35] e na fala dos especialistas há referências constantes às mulheres como mamíferas. O médico Michel Odent

---

[34] Luis Felipe Miguel e Fabiana Birolli (2014) referem que o uso do termo patriarcado é controverso dentro da teoria feminista. Os autores propõem que falar em dominação masculina, portanto, seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado, entendido como uma das manifestações históricas da dominação masculina.

[35] A definição da mãe a partir da classificação taxonômica dos seres humanos no reino animal enquanto mamífera cresceu nos últimos anos no Brasil, como é possível verificar em sugestivos nomes de blogs, sites e canais de vídeos de maternidades, como nos blogs *Mamífera*, *Vila Mamífera* e *Mãemífera*. Algumas autoras nomeiam este fenômeno recente de naturalização da função materna como "maternidade mamífera" (ALZUGUIR; NUCCI, 2015; POMBO, 2013; PULHEZ, 2015) e "feminismo mamífero" (PULHEZ, 2015). Algumas mães relatam nesses blogs que viraram bicho durante o nascimento de seus bebês, referidos como crias.

é um dos autores que defendem esta animalização da mulher-mãe. Em palestra proferida em 2008 no Seminário BH pelo Parto Normal, ele afirma que a prioridade nos dias atuais não é humanizar o parto, mas mamiferizá-lo (2016a). O autor discorre sobre o imperativo de

> eliminar o que é especificamente humano, as crenças e os rituais do parto que tem como efeito separar a mãe do bebê. É necessário redescobrir que o bebê precisa da sua mãe assim como a mãe precisa do recém-nascido, é necessário redescobrir, atender e satisfazer as necessidades universais que todos os mamíferos em trabalho de parto têm, que é se sentir seguro (...) e ter privacidade *(*ODENT, 2016, on-line).

Para o autor, o parto pode ser experimentando de forma "selvagem" como o fazem outras fêmeas mamíferas, caso a parturiente se permita ir além de sua memória cultural, deixe-se guiar pelos hormônios e pelo instinto. Segundo ele, as fêmeas mamíferas precisam de proteção e intimidade para parir, aflorar seu instinto – que nada mais é que a memória inscrita no cérebro profundo e antigo (ODENT, 1982, p. 102) - e para que o hormônio ocitocina se manifeste, motivo que as leva a criar estratégias para não serem observadas durante o parto. Mulheres em culturas pré-alfabetizadas e não literárias também seguiriam este comportamento (ODENT, 2006a).

A retomada do instinto e a aproximação entre a mulher-mãe e as fêmeas de animais remonta à construção do ideal normativo moderno de mãe. A historiadora da ciência Londa Schiebinger (1998) demonstra como a taxonomia zoológica que nos classifica como mamíferos emerge de matrizes culturais complexas e é uma nomenclatura histórica cunhada em um contexto em que os cientistas se esforçavam para convencer as mães sobre a importância da amamentação. Esse é o caso do naturalista Carl Von Linné ou Lineu, criador da taxonomia dos mamíferos, que cunhou o termo *Mamalia* em 1758 na 10ª edição de seu livro *Systema naturae*. A designação era inteiramente nova, até então os seres humanos se encontravam entre os *Quadrupedia*, de acordo com a classificação aristotélica. Esse termo foi o único das divisões do autor a centrar-se em órgãos reprodutivos e o único a destacar características específicas femininas: outras classes como das aves e dos insetos continuaram a usar os nomes propostos por Aristóteles e se referiam a outras características destes animais. Schiebinger (1998) argumenta que o autor poderia ter escolhido termos igualmente válidos para designar a classe de animais em que nos encontramos como *Pilosa* (dotados de pêlos), *Aurecaviga* (com buracos nos ouvidos), *Lactantia* ou *Sugentia* (os que sugam), tendo em vista o reconhecimento de que há pelos menos seis características comuns entre as espécies classificadas dentre os mamíferos, algumas delas mais abrangentes do que a identificação das

mamas, órgãos presentes em apenas metade desses animais e úteis em pequena parte da vida ou nunca[36].

Essas considerações demonstram para Schiebinger o caráter arbitrário, histórico e a política de gênero da nomenclatura zoológica surgida nesse contexto e entre conflitos específicos. A criação por Lineu do termo *Homo sapiens* para diferenciar os seres humanos dos animais, é um dos exemplos possíveis de terminologia carregada de significado histórico e de delimitação de gênero. Para ela, se na formulação desse autor as mamas – uma característica biológica feminina – nos aproxima na ordem taxonômica dos animais, a razão, atributo tradicionalmente ligado ao universo masculino, marca deles nossa separação, o que está de acordo com a leitura de Ortner (1979) quanto à contraposição entre natureza e cultura associada a esses gêneros. Schiebinger defende que o termo criado por Lineu "ajudou a legitimar a reestruturação da sociedade europeia, enfatizando quão natural era para o sexo feminino – humano e não humano – amamentar e criar suas próprias crias" e de como as fêmeas de todas as espécies eram por natureza mães ternas. Essa compreensão pode ser verificada, segundo a autora, na dissertação escrita por Lineu em 1752 contra os males da amamentação mercenária realizada por amas de leite, considera pelo autor uma violação das leis da natureza (uma mãe carinhosa e providente) que coloca as mães e os bebês em risco. Nesse texto, as mulheres que se negavam a amamentar são consideradas bárbaras e são exaltados os cuidados de animais como a baleia, a leoa e a tigresa, as quais espontaneamente oferecem as mamas a seus filhotes (SCHIEBINGER, 1998, p. 236-239).

A comparação entre mulheres e animais, como tigresas e leoas, que abandonam sua ferocidade quando cuidam dos filhotes, era uma característica comum da literatura anti amas de leite e em prol da amamentação realizada pela mãe. Em 1848, Ernest Legouvé se comove com o heroísmo e a dedicação da leoa, e a coragem com o amor da toutinegra. Vinte anos depois, o doutor Brochard louva as fêmeas que, ao contrário das mulheres, "nunca procuraram se subtrair a uma obrigação que é o resultado de sua própria organização" (BROCHARD[37], 1868 apud BADINTER, 1985, p. 189). No Brasil do século XIX, as referências a outras fêmeas mamíferas também eram recorrentes. O médico Zeferino Meirelles cita que "nunca as baleias, as leoas, as panteras recusaram as mamas a seus filhos" e lamenta que a mulher,

---

[36] Lineu contou com notáveis detratores entre os naturalistas à época em relação a essa designação. Buffon foi um deles: "uma característica geral, como a mama, tomada para identificar os quadrúpedes, deveria pelo menos pertencer a todos eles". Outros taxonomistas contemporâneos a ele como Felix Vicq-d´Azyr e Thomas Pennat continuaram a usar o termo aristotélico *Quadrupedia* (SCHIEBINGER, 1998, p. 224).

[37] Brochard, A. **De l'allaitement maternel.** Paris: 1868, p. 10-11.

"dotada de uma razão tão esclarecida, de tanta sensibilidade e ternura, seja o único ser que abusa da sua liberdade, do seu entendimento, e que não cora de pejo quando vê que os animais guiados somente pelos instintos lhes ensinam seu dever!" (MEIRELLES[38], 1847, apud COSTA, 1989, p. 257). As mulheres, diante do exemplo das feras, deveriam sentir-se culpadas ou constrangidas pela negação em cumprir com os ditames da natureza.

As mulheres consideradas selvagens e por isso mais próximas da natureza, também haviam ocupado um lugar de honra nesta literatura, sobretudo no século XVIII "todos se apaixonam por essas mulheres seminuas que não se separavam dos filhos até o desmame" (BADINTER, 1985, p. 184). Os relatos dos viajantes são usados para evocar a amamentação, o carinho das mães e a liberdade corporal proporcionada às crianças. O comportamento das mães nas cidades é criticado, considerado pernicioso, corrompido pela cultura. O elogio aos costumes dos selvagens demonstra um desencanto com a sociedade da época e com o desenvolvimento social, tendo em vista que se verificava já na Roma Antiga a renúncia da condição materna por mulheres ao se negarem a amamentar. Para Badinter, essa é a razão para que se recomendasse a imitação das atitudes das fêmeas dos animais, mais obedientes aos impulsos da natureza: "entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto tão desnaturado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher" (BADINTER, 1985, p. 186). Não se temia que os animais fossem corrompidos pela cultura, que se tornassem como as mulheres desnaturadas, fora da norma da Natureza.

O comportamento natural da fêmea materna, afastado das mulheres pela civilização, é assim entendido como um dever não apenas com a própria prole, mas com toda espécie, sua manutenção, seu futuro. A gestão dos casamentos, dos nascimentos e a sobrevivência da população, estava relacionada à responsabilidade biológica pela espécie no século XIX e na passagem para o XX, como demonstram os discursos voltados às mães como responsáveis pelo futuro da nação. A retomada de um discurso de mamiferização materna nas últimas décadas, associado ao discurso ecológico, também parece cumprir este papel de responsabilização biológica pela vida no planeta (não mais apenas pela espécie humana) diante de um desencantamento com a sociedade atual.

O discurso do médico Michel Odent que defende a mamiferização, por exemplo, é permeado de críticas à destruição da biosfera e à separação do ser humano da natureza na

[38]MEIRELLES, Z. **Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.

sociedade industrial, de onde advém a necessidade da criação do homem ecológico. Esse autor compreende a amamentação como uma ação de eliminação de toda carga cultural e de preservação "em quase total pureza" dos comportamentos ditados pela memória pré-cultural, animal, selvagem; uma ação irracional e contracultural em uma sociedade produtivista, em que todos os intercâmbios culturais se transformam em mercadoria (ODENT, 1982, p. 104). Diante da destruição da Natureza causada pelo progresso social, a humanização deixa de ser o caminho ideal a ser percorrido. Busca-se o retorno às formas originais de parturição e maternagem (incluída a amamentação) e a eliminação do que é especificamente humano desse processo, como estratégia para a sobrevivência do planeta.

Nesse sentido, é interessante notar que Lineu, criador do termo *Mammalia* e militante da amamentação materna, é também considerado como o precursor da ecologia por ordenar no mundo os seres naturais dispostos por Deus e teorizar sobre a importância da coexistência entre os seres vivos para manutenção da vida (*Oeconomia Naturae)*[39]. Suas teorias teriam dado suporte tanto à defesa de simbiose entre as espécies quanto às críticas da destruição humana da natureza, ainda que a harmonia do mundo fosse considerada obra divina. Se, por um lado, ao insistir sobre os equilíbrios providenciais entre as espécies o autor legitimava todas as ações humanas de modificação da natureza como finalidade integrante de um projeto divino, por outro demonstrava sua fragilidade. Essa fragilidade passou a ser temida quando o pensamento lineano foi laicizado por autores como Darwin e Haeckel, tornando sem finalidade transcendental a dominação humana do mundo natural. Lineu também teria nos colocado "diante de um problema ecológico incontornável: o da identidade ambígua do Homem, cuja figura emerge na confluência turbulenta do biológico e do social", tornando inseparável a preocupação com a natureza (ecologismo) de uma reflexão sobre a natureza dos seres humanos (ACOT, 1990, p. 7).

A importância de Lineu tanto na história da ecologia quanto na defesa da amamentação dá-nos pistas acerca da aproximação entre os discursos maternalistas e

[39]A corrente científica a qual pertence Lineu é "considerada por vários analistas como um dos elos genealógicos mais imediatos do que veio a ser chamado do século XIX de 'ecologia'" (PADUA, 2002, p. 15). Esse é o caso do historiador Camille Limoges. O historiador Pascoal Acot pondera que o pensamento do naturalista Lineu, que influenciava o saber ecológico desde finais do século XIX, quando laicizado por Lyrell, Darwin e Haeckel, funcionava ao mesmo tempo como ideologia de legitimação da ação destrutiva humana e como revelador da fragilidade dos equilíbrios naturais. Segundo Acot, Lineu postula que "no governo da natureza, o homem é o mais alto servidor" e que "a natureza inteira tende a prover a felicidade do homem, cuja autoridade se estende por toda a terra e que pode se apropriar de todo o seu produto". Para Acot, o providencialismo e o finalismo lineanos constituem obstáculos à pesquisa de causas materiais na medida em que têm base teológica e não descrevem os mecanismos de investidura dos lugares das espécies levando em conta condições bióticas e abióticas (ACOT, 1990, p. 4-7).

ecológicos ao colocar os seres humanos em um sistema natural que deve ser equilibrado e no qual uma característica fisiológica feminina e materna (a mama que produz leite e nutre), além de nomear uma classe de animais, cumpre importante finalidade para o equilíbrio do mundo. Esses enunciados se refletem, por exemplo, na proposta de homem ecológico do médico Michel Odent – a qual abordaremos no próximo capítulo – baseada na atuação da mulher-mãe que deve, por estar mais próxima da natureza, deixar de lado suas próprias necessidades e ambições humanas e culturais para assumir sua natureza animal, restaurando o lugar dos seres humanos no ecossistema planetário, neste grande ecossistema que é Gaia.

CAPÍTULO II - A CRIANÇA DO FUTURO: NATUREZA, ECOLOGIA E NEOLIBERALISMO

Neste capítulo, partimos da obra de Michel Odent, principal referência do discurso maternalista nacional, para analisar a fundamentação teórica do discurso da maternidade ativa. Centramo-nos no primeiro livro de sua autoria, publicado no Brasil em 1982, *Gênese do Homem ecológico*, de 1979. Essa obra, segundo o autor, refere-se à tomada de uma consciência ecológica: o parto e a maternagem são entendidos como aspectos do mundo industrializado dos quais é necessário tomar conhecimento quanto aos seus efeitos para evitar um desastre ambiental.

A importância que as premissas do autor adquiriram no discurso em construção no Brasil nos oferece pistas de que tipo de formulação teórica contribuiu para esta edificação, ainda que nem sempre se reconheça esta filiação como a relação com os movimentos ecológicos e utópicos evidentes na teoria do autor. Muitos elementos presentes em seus escritos permanecem nos enunciados da maternidade ativa, como a necessidade de conscientização relativa aos cuidados durante a gestação, parto e primeira infância, a aproximação entre o feminino e a natureza, a defesa do parto sem intervenções médicas, a crítica a autoridade médica masculina e o protagonismo feminino. A compreensão do nascimento como um evento determinante para a vida no âmbito individual e para a construção do novo homem transformador da sociedade e amoroso ao planeta, é um enunciado importante que baliza a maternidade ativa.

A partir da Odent, aprofundamos o debate relativo aos atravessamentos ecológicos e utópicos imbricados no discurso maternalista que sua obra evidencia. Discutimos as relações entre os discursos maternalistas e enunciados ecológicos, a aproximação entre maternidade e natureza, o legado de Rousseau e as propostas utópicas de preservação da natureza e de transformação do mundo. Em seguida, debatemos como o saber ecológico passou a integrar o centro das racionalidades ocidentais europeias a partir da segunda metade do século XX, o que levou a uma ampliação da valorização da vida do ser humano para outros seres vivos e para o planeta, em um deslocamento da biopolítica para ecopolítica. Por fim, nos debruçamos em como a preocupação ecológica foi capturada no neoliberalismo, como os enunciados relativos à sustentabilidade, e em como uma responsabilização individualizada pelo cuidado do mundo (na defesa do consumo consciente, reciclagem, etc), se reflete na mulher-mãe

tornando-a responsável não só pela saúde, bem-estar e desenvolvimento de seus filhos e de sua família, mas também pela preservação da vida de todo planeta.

2.1 "SÓ A UTOPIA PODE SALVAR A HUMANIDADE"[40]

"Só a utopia pode salvar a humanidade". Esta é a crença do obstetra francês Michel Odent (2015, s.p.), uma das principais referências na área de humanização do nascimento no Brasil e de defesas de formas não medicalizadas de parturição no mundo. O nascimento e os primeiros cuidados infantis, para o autor, constituem o cerne de um projeto revolucionário, da construção de uma utopia, através da mudança de um paradigma científico, com vistas à sobrevivência da humanidade e à transformação do mundo. No país, são raros os sites, livros ou manifestos que não citem a frase por ele cunhada na década de 1970: "para mudar a vida é preciso primeiro mudar a forma de nascer"[41]. Na *Carta de Campinas* (MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO, 1993), documento de fundação da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuNa), a sentença consta como epígrafe[42]. A trilogia brasileira de documentários *O Renascimento do Parto*, produzida por Eduardo Chauvet e Erica de Paula, também nela se inspira, assim como na obra *Birth Reborn*, publicada em 1984 pelo médico.

Michel Odent ficou conhecido por propor uma nova organização do local de parto na clínica que dirigiu entre 1962 e 1985 em Pithiviers, França. Neste local, o obstetra criou ambientes aconchegantes para o parto semelhantes a moradias, sem equipamentos médicos, com almofadas coloridas, cortinas e toca-discos. De diferente de um cômodo onde se vive, incluiu apenas uma cadeira obstétrica e, eventualmente, uma piscina inflável. A sala de parto selvagem, como foi batizada, permite que a parturiente se movimente, se alimente e possa parir como lhe convier, na companhia de parentes próximos ou de outras mulheres mais experientes como parteiras e em contato com sua animalidade, com sua natureza, com os instintos. Esse modelo, distante da assistência hospitalar obstétrica e que não conta com a

---

[40]ODENT, 2015, s.p.

[41]A frase "On ne changera pas la vie sans changer d'abord la façon de naître" foi publicada pela primeira vez no livro de Michel Odent *Bien Naître* de 1976 (sem tradução para o português). Morel (2016) sugere que a sentença lembra a proposta do escritor Aldous Huxley: " Dai-me boas mães e eu farei um mundo melhor" No Brasil, há citações com a variação "para mudar o mundo é preciso mudar a forma de nascer", como o artigo publicado pela ANEP Brasil *Nove Meses para Salvar o Mundo* (MACHADO, 2012, on-line).

[42]Para Tornquist (2004, p. 127), o sucesso de Michel Odent na ReHuNa, dá-se porque ele chega às mesmas conclusões que os integrantes do viés alternativos, que o fazem por uma via espiritual e holística.

presença obrigatória de obstetras para realização dos procedimentos de parturição, inspirou a criação de casas de parto no Brasil.

Na concepção de Odent, o parto não é um evento a ser realizado protocolarmente em ambiente hospitalar por uma equipe médica. Para ele, o parto é um evento fisiológico que pode ocorrer em qualquer local, já que realizado pela mulher guiada por seus instintos, como acontece com qualquer mamífera, e por hormônios, dentre eles a ocitocina (hormônio do amor). O bebê também tem participação ativa no nascimento e deve ser recebido sem violência, de forma respeitosa e logo colocado junto ao corpo da mãe. A sala de parto selvagem foi criada assim, com o propósito de favorecer que o nascimento de bebês ocorra da forma mais natural possível e para isso a parturiente deve sentir-se confortável para parir em seu próprio ritmo, sem a pressa rotineira dos hospitais, e com o apoio de pessoas próximas. Essa situação, segundo Odent, permite que aflorem comportamentos regressivos maternos, os quais ultrapassam "tudo o que foi adquirido pela memória cultural", permitem que a mãe expresse uma memória inscrita nas estruturas cerebrais mais profundas: pré-culturais e animais (ODENT, 1982, p. 81). A importância de realizá-lo desta forma animalizada, considerada natural[43], é justificada pela necessidade do ser humano guardar contato com suas raízes mais profundas; de ativar a memória, de respeitar o conhecimento do cérebro antigo, do cérebro víscero-afetivo (ODENT, 1982, p. 104). Para o autor, a causa do declínio social, da sociedade suicida contemporânea, decorre da perda do contato do ser humano com estas raízes, que leva à falta de amor pela vida.

Odent (1982) divide com seu mestre Frédérick Leboyer, considerado por ele parteiro de uma evidência, a compreensão de que o nascimento, momento crucial da vida humana, tem efeitos a longo prazo no âmbito individual, civilizacional e planetário. Para Leboyer (1998), o trauma do nascimento é lembrado a vida toda ainda que recalcado no inconsciente mais profundo, afetando o destino do ser humano, como lida com a agressividade e a ansiedade[44]. De acordo com Odent (1982, p. 147),

---

[43]Odent admite que o qualitativo "natural", utilizado com uma conotação sociológica, "não tem nenhum sentido na medida em que uma sociedade natural é inconcebível e que toda sociedade humana está impregnada de uma cultura. Por outro lado, o significado desse adjetivo é muito preciso quando se trata de filogenética. Um parto é natural quando a memória, o conhecimento do cérebro antigo, do cérebro víscero-afetivo, é respeitado" (ODENT, 1982, p. 104).

[44]A historiadora do nascimento Marie-France Morel (2016, p. 55) refere que o nascimento sem violência inaugurado por Leboyer, mudou não apenas a maneira de acolher o recém-nascido permitiu considerá-lo como um sujeito, uma pessoa.

> Leboyer permite reencontrar a necessidade de procriar no mundo. Ao colocar o nascimento e a importância das primeiras experiências do recém-nascido como centro de suas reflexões, ao introduzir o prazer, a alegria, o amor nas salas de parto, desse um outro sentido ao parto e à gravidez e o exercesse diretamente sua ação sobre um dos aspectos da dinâmica de sobrevivência.

O "fenômeno Leboyer", no qual o autor se inclui, aparece assim na obra de Odent como uma tomada de consciência de efeito destruidor sobre as sociedades industriais face ao equilíbrio emocional do ser humano. Para ele, a mudança na forma de nascer implica na transformação das relações entre os seres humanos e desses com o ambiente, com as outras espécies e com o mundo, tendo como base o amor à vida. O nascimento é compreendido como um evento capaz de transformar a humanidade e de garantir a sobrevivência da espécie e de todo planeta. Mudar a forma de nascer ganha sentido revolucionário e utópico na obra do autor.

Enquanto Leboyer defende o nascimento sem violência, um novo olhar sobre o (terrível sofrimento do) nascimento e não uma nova técnica, Odent defende o exercício de uma nova forma de obstetrícia, a eco-obstetrícia, incorporando as críticas de Ivan Illich à instituição médica[45] e aspectos do projeto revolucionário de Mao Tse Tung[46]. A revolução obstétrica ecológica que visa propiciar que o ser humano entre em contato com suas raízes mais profundas, pressupõe o fim da opressão técnica nas maternidades, "ela exclui tudo o que se assemelha a um método, porque ela aceita a improvisação e a escolha" (ODENT, 1982, p. 58). Aparecem aqui enunciados centrais na construção do discurso da maternidade ativa como a crítica ao controle biomédico do parto e nascimento, a possibilidade de escolha feminina, o protagonismo feminino *versus* a passividade da mulher e do bebê submetidos à cesárea.

Nessa nova forma de exercer a obstetrícia, os profissionais de saúde devem atuar apenas como suporte no processo de nascimento intervindo quando estritamente necessário. A presença do médico é considerada desnecessária na maioria dos partos; valoriza-se o apoio que as parturientes recebiam nos círculos familiares femininos em outros contextos históricos

---

[45]Crítico da sociedade industrial, Ivan Illich (1926-2002) influenciou a propagação de um movimento contra os cuidados da saúde pela medicina na década de 1970. Em seu livro *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina* (1975) critica a colonização médica da vida, que aliena os meios de tratamento e o monopólio profissional.

[46]Odent elogia Mao Tse Tung como aquele que traçou o caminho chinês para o comunismo, que foi capaz de "revelar que o sexo era uma força cósmica carregada de potencialidade revolucionária", capaz de lançar as bases de uma ética médica diferente da moral médica (ODENT, 1982, p. 31). Contraditoriamente às defesas de liberdade sexual do obstetra, no entanto, durante a Revolução Cultural chinesa, liderada por Mao, em 1966, o sexo e a sexualidade foram duramente reprimidos, considerados comportamento e sentimentalismo burguês, e o controle reprodutivo pelo Estado foi implantado.

e os saberes femininos sobre o nascimento e cuidado infantil; critica-se o domínio e controle masculino sobre este processo. As mulheres aparecem assim como as protagonistas do parto e como aquelas que detêm o conhecimento – instintivo, natural, afetivo, visceral – sobre a gestação, a parturição e o cuidado infantil.

Odent argumenta que a sociedade industrial é comandada pelo cérebro lógico e racional masculino que, ao desenvolver-se demais, ao atingir o ponto máximo, desarmoniza o conjunto. Por isso, faz-se necessário valorizar outro tipo conhecimento, afetivo e instintivo, que persiste entre mulheres e crianças, e fundi-lo com o conhecimento científico a fim de criar uma consciência ecológica e salvar a humanidade. O resgate de uma sensibilidade e intuição feminina não racionalizada é apresentado como a única mutação que pode salvar o mundo da grande derrocada do poder masculino, dos perigos induzidos pela sociedade industrializada. Para ele, a alternativa é o "feminismo ou a morte" (ODENT, 1982, p. 37).

O autor exalta o ecofeminismo e autoras como Shulamith Firestone e Françoise D´Eaubonne, que comparam, segundo ele, o cérebro lógico e racional ao masculino e a intuição e o cérebro sensível ao feminino. A sentença *Feminismo ou morte* é o título do livro de D´Eaubonne publicado em 1974. A autora, primeira a usar o termo ecofeminismo, relaciona a exploração da mulher à da Natureza pela capacidade de criação que ambas possuem. As mulheres são vistas como as impulsionadoras de uma revolução ecológica que pode mudar a relação entre os sexos e da humanidade com o meio ambiente. D´Eaubonne dialoga com o livro de Shulamith Firestone *A Dialética do Sexo* publicado em 1970, autora que condiciona a libertação da mulher ao desenvolvimento de métodos reprodutivos artificiais, eliminando a necessidade do corpo feminino no processo de reprodução e da opressão biológica da maternidade. Firestone defende que esta condição feminista coincide com a ecologia revolucionária já que assim seria possível controlar a explosão demográfica, preocupação central do movimento ecológico à época. D´Eaubonne, também preocupada com a degradação do meio ambiente e com a ameaça da superpopulação, se afasta de Firestone entretanto quanto à confiança na tecnologia ao suspeitar que os avanços tecnológicos não poderão resolver as injustiças de gênero e de classe. Para ela, é necessário defender o controle da natalidade com o direito ao aborto e à contracepção e desfazer a família patriarcal, mantendo uma aliança entre mãe e suas filhas e filhos. Nessa concepção, a dominação masculina predatória, responsável há séculos pela exploração dos recursos naturais e do

ventre feminino, deve acabar e devem ser restaurados elementos dos tempos pré-falocráticos através do ecofeminismo, para que ocorra a revolução ecológica e a manutenção do planeta.

Há assim, na composição na teoria elaborada por Odent, questionadora da assistência médica dada ao parto, a ânsia por transformações sociais que tenham início no nascimento, em que devem ser valorizados conhecimentos inscritos em uma natureza feminina ligados à intuição e ao cuidado infantil e do planeta. A referência ao ecofeminismo de D´Eaubonne demonstra essa filiação a um projeto revolucionário ecológico que parte da diferença feminina e que tem como finalidade um novo mundo diferente do atual, marcado pela atuação predatória masculina. Odent (1982, p. 24) enuncia que no século XX há uma competição em que a "Mãe Tecnologia", criada pelos homens, pretende tomar o lugar da "Mãe Arcaica" (Natureza), a qual as mulheres estão ligadas, aquela que determina "o simples, bárbaro e irrepreensível amor à vida".

Para Odent, o domínio da tecnologia e da racionalidade teria levado as sociedades industriais a sofrerem com o enfraquecimento progressivo da dinâmica de sobrevivência individual e coletiva gerando uma sociedade suicida. O caráter suicida da sociedade produtivista tecnologicamente avançada, segundo ele, pode ser verificado na taxa de suicídios, evidentemente, como também na ocorrência de acidentes em que o indivíduo se colocar em risco, doenças autodestrutivas como as de origem autoimune, e outras alterações do sistema imunitório, como o câncer[47]. O enfraquecimento da dinâmica de sobrevivência é interpretado como falta de apego à vida, que se traduz pelo desaparecimento do altruísmo, pelas agressões contra os indivíduos do mesmo grupo e pela diminuição da procriação, proteção e educação da prole nos países industrializados. Entre os "sintomas" dessa "profunda doença coletiva" figuram ainda as explosões demográficas nos países pobres, o alcoolismo, o tabagismo, patologias da gravidez e da obstetrícia, as reticências em relação à amamentação, problemas obstétricos e altas taxas de criminalidade (ODENT, 1982, p. 145-150).

Como antídoto à retração dos números de nascimentos no Ocidente e a falta de apego à vida, Odent aposta no resgate das raízes perigenéticas, filogenéticas e hominianas, já que esta situação é resultado (ou punição) do distanciamento humano de suas raízes, sobretudo durante o parto. Investir neste resgate e no cuidado amoroso dos bebês, é o que pode garantir a sobrevivência da espécie, é o que deve ser estimulado com vistas ao devir.

[47]Odent (1982, p. 144) acredita que uma das chaves da prevenção do câncer, está nos estímulos sensoriais do feto, do recém-nascido e do bebê.

Para isso, faz-se necessária a fusão dos dois mundos, masculino e feminino, ciência e natureza, para o nascimento da criança do futuro, para mutação da história da humanidade.

> A criança do futuro, enquanto centro dos interesses e dos esforços do homem é a alavanca que unificará mais uma vez a humanidade e fará dela uma única comunidade pacífica de homens, de mulheres e de seus progenitores (ODENT, 1982, p. 162).

Essa citação atribuída por Odent ao psicanalista austríaco Willhem Reich é usada para descrever o que espera do novo homem e seu potencial revolucionário. Reich, em seu texto *Children of the future* publicado pela primeira vez em 1950, considera que os seres humanos estavam imersos em uma sociedade miserável, cheia de males e que iria de encontro à vida (FARIA, 2012). Os adultos teriam falhado na construção de uma nova orientação para a vida; cabia às crianças a formação de um novo futuro. Para tanto, as crianças não deveriam ser moldadas à miserável realidade cultural do momento, não deveriam ser adaptadas à cultura de guerras e de deteriorização moral, à nenhuma imposição externa que confrontasse suas naturezas, o meio é que deveria adaptar-se a elas. Para o autor, não cabe aos adultos dizer as crianças como construir seus futuros, "já que nos mostramos incapazes de construir nosso próprio presente. O que podemos fazer, entretanto, é dizer às nossas crianças exatamente onde e como falhamos" (REICH, 1984 apud FARIA, 2012, p. 73)[48]. Aos adultos, caberia proteger suas capacidades vitais, respeitar suas necessidades infantis e sua natureza e deixá-las escolherem seus próprios caminhos. A melhoria da condição humana, para Reich, depende do respeito ao fluxo de desenvolvimento natural e os primeiros anos de vida são os mais importantes para o desenvolvimento posterior do indivíduo[49].

Apostando também nos anos iniciais de vida das crianças, Odent elabora sua proposta de alteração social, em que a civilização do bem-estar dos recém-nascidos deve ser mais importante que todo o resto. Para ele, a revolução tem como ponto de partida o nascimento sem violência, como finalidade outro homem e outra maneira de viver e, como consequência, a transformação das estruturas políticas. O novo homem de Odent é o homem ecológico, pacífico e amoroso com seus semelhantes, com as outras espécies e com o planeta, é a aposta revolucionária de regeneração da humanidade (e da Terra), a partir da mudança do paradigma

---

[48] REICH, W. *Children of the future on the prevention of sexual pathology.* New York: Farrar Strauss Giroux, 1984.

[49] Em seu centro de pesquisa Orgonomic Instant Reserch Center (OIRC), fundado em 1949 nos Estados Unidos, Reich estudou de perto cerca de doze mães e seus filhos. O centro tinha como proposta de atuação, aconselhar os pais durante a gestação sobre como eles deveriam proceder para que se desenvolvesse da forma mais saudável possível nos primeiros anos de vida (FARIA, 2012).

médico, da geração da criança do futuro e da retomada pelas mulheres de seu cérebro afetivo, do instinto mamífero, do contato com suas raízes durante o parto.

Em 2011, Odent desenvolveu em formato ficcional sua utopia. O prólogo da 4ª edição de seu livro *Le bébé est un mammifère* (sem tradução para o português) é escrito como se fosse a introdução de um livro publicado em 2031 sobre a história da Terra da Utopia, contada a partir das transformações no modo de nascer da população[50]. Odent narra o debate fictício ocorrido em uma conferência multidisciplinar realizada em 2010 em que os especialistas, preocupados com o que poderia ocorrer à civilização caso os hormônios do amor (ocitocina e prolactina) se tornassem inúteis durante o nascimento, decidem tomar medidas para impedir o crescimento do número de cesáreas. Vinte anos após essas mudanças, verifica-se no conto a diminuição no uso da medicalização no parto, a redução expressiva no número dessas cirurgias, o aumento do índice de lactância materna aos seis meses (chegando a 90%) e a redução nos casos de autismo. A conferência científica demonstra como a verdade já está dada, os dados e teorias científicas estão disponíveis, e o que falta é a tomada de consciência necessária e a coragem de tomar medidas que pareçam utópicas ou até politicamente incorretas para que o amor reine. Segundo Odent, em 2031, o "homem sábio" da Terra da Utopia tem certeza que a maioria das mulheres pare seus bebês e placentas graças à liberação do coquetel de hormônios do amor o que gera, como consequência, uma sociedade mais amorosa (ODENT, 2015, s.p.).

A utopia de Odent, compartilhada por ativistas no Brasil, pode ser verificada em textos como *Nascer em 4012* publicado em 2016 por Laura Uplinger. Laura constrói uma ficção muito parecida com a do médico, projetando os resultados na sociedade das transformações na forma de nascer, antes uma utopia. As novas gerações de pessoas bem-nascidas, nessa narrativa, teriam levado a sociedade a atingir o que ela caracteriza como uma idade de outro civilizacional em que as fronteiras entre as nações não mais existiam, assim como prisões e asilos psiquiátricos. Para ela, o amor à vida é fundamental para a criação do novo homem, dos humanos considerados bem-nascidos.

[50]O autor faz alusão à *Utopia* (1516) de Thomas More ao dizer que se trata de um território independente. Essa obra, que inaugura as utopias modernas, em linhas gerais fala de um lugar que não existe e que pouco se assemelha à realidade inglesa da época. Ao reconhecer os males da sociedade em que vive, More busca a ruptura com essa ordem e projeta uma sociedade ideal e boa, que alcança a perfeição de suas instituições quando a sociedade se volta para o bem-estar social e material de seus habitantes. A construção de uma ideia de bem comum garante a manutenção do bem-estar e da felicidade coletiva desse lugar.

A conscientização ecológica, indissociável de uma conscientização humana de sua espécie, encontra-se no centro da proposta revolucionária de Odent que se considera junto a Leboyer, integrante de uma minoria consciente, de uma vanguarda. Para ele, a tomada de consciência autêntica é mais que um saber no sentido habitual que exige uma concordância; ela exige uma harmonia entre o cérebro lógico, racional e o instintivo (ODENT, 1982, p. 86). O questionamento cotidiano da maneira de viver vem acompanhado naturalmente por um conhecimento do próprio corpo, do cérebro instintivo e emocional. Segundo Odent (1982, p. 11), conscientizar-se de que o processo de universalização da Terra, de "planetização", é uma realidade, leva ao questionamento da maneira como vivemos e de como a humanidade sobreviverá a isso enquanto espécie. Se reconhecerá as origens do simples, bárbaro e irrepreensível amor à vida no nascimento de cada ser humano e garantirá as condições para que se multiplique e transforme a humanidade ou se, pelo contrário, manterá o domínio da tecnologia e da racionalidade e continuará a reproduzir a sociedade suicida, descolada de suas raízes como a atual. A utopia é que se reconheça e se restabeleça o amor à vida para regeneração humana, para revolução ecológica em que haverá uma solidariedade entre as espécies vivas. Mudar a forma de nascer é o meio, é a estratégia revolucionária, a forma de combate do futuro distópico de fim da humanidade e do planeta que para ele se avizinha.

Há assim em Odent, para além da criação da sala de parto selvagem e da defesa de formas naturais de parturição, uma proposta utópica de regeneração humana através do nascimento atravessada por princípios ecológicos[51] que se pretendem revolucionários e que dependem do cuidado intensivo materno. Nos próximos tópicos, exploramos esses atravessamentos, buscando compreender as condições de emergência e de proveniência do discurso de Odent, referência teórica importante da maternidade ativa no Brasil.

[51]A conexão entre a formação do ser humano e a ecologia é corroborada em livros do autor como *O Camponês e a Parteira* e *Água e Sexualidade*, em que Odent associa a medicalização do parto à exploração predatória dos recursos naturais, a defesa dos princípios ecológicos a do parto natural, o cuidado do planeta ao cuidado do útero (primeiro ambiente humano) enquanto ambientes a serem preservados, enquanto espaços de adaptação. No Centro de Saúde Primal fundado pelo autor em Londres, o médico dedica-se ao que intitula como ecologia do útero (*wombecology*): estudos do ambiente intrauterino e das primeiras relações mãe-bebê, período de maior adaptabilidade e vulnerabilidade a fatores ambientais que gera tem consequências a longo prazo afetando a sociabilidade, a agressividade e a capacidade de amar.

2.2 A ecologia como utopia romântica e a influência de Rousseau

> *O "Discurso" de 1755 abre um novo capítulo na história da cultura humana: o capítulo do romantismo (revolucionário). Se esta maravilhosa e refrescante corrente continua a fluir, é culpa de Rousseau. (LOWY, 2012, on-line).*

A constatação de que a exploração predatória dos recursos naturais após a Revolução Industrial e o consumismo desenfreado do século XX está esgotando o planeta e que isso gerará um colapso, impele-nos a repensar as atitudes do presente para restituir a possibilidade de futuro ou para que, pelo menos, seja menos sombrio. A necessidade de tomar medidas refletidas e propositivas, ecologicamente referenciadas, para transformação do futuro pode caracterizar algumas vertentes ecológicas como utópicas, como as relacionadas ao discurso maternalista que analisamos. Vários autores, como Michael Lowy e Robert Sayre (2015), Elias Thomé Saliba (2003) e Márcio Seligmann-Silva (2009), vêem estreita relação entre as utopias e o movimento romântico e entre a ecologia e o romantismo (LOWY; SAYRE, 2015), em torno da superação do presente em direção a "uma nova cultura, uma nova unidade com a natureza, uma nova comunidade" (LOWY; SAYRE, 2015, p. 324).

Saliba (2003) entende o romantismo como um movimento sociocultural enraizado na paisagem histórica europeia, entre fins do XVIII e meados XIX, que teria se nutrido da realidade e da possibilidade de uma mudança radical na história, oscilando entre o medo e a esperança, diante das mudanças sociais que ocorriam à época, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A frustração com os ideais revolucionários e seus desvios posteriores, partilhados por progressistas e por conservadores, gerava perplexidade diante de um mundo sem direção. Essa conjuntura teria levado, segundo ele, a uma sensação do instável provocada por um desmoronamento do presente[52], a uma negação radical do contexto vivido e a uma interrogação quase frenética do futuro, impulsionando teorias românticas que procuravam transcender o tempo e transformar o devir. A crítica à sociedade capitalista industrial da época apoiava-se em uma atitude retrospectiva pautada na busca da natureza e do ser humano não

[52]Seligmann-Silva (2009) refere a impossibilidade de pensar a sociedade, seus modelos e a ideia de razão nas utopias românticas a partir do XVIII, sem levar em conta o indivíduo moderno, que se vê desde a Revolução Francesa, como um potencial agente revolucionário e como um "nada", um ser solto sem liames mais sólidos com a vida. Esse indivíduo teria dentro de si um "burguês", mas também um "revolucionário", a ele não cabe acomodação ao presente; acomodar-se "implica uma série de patologias, como o tédio, a melancolia ou a morbidez".

corrompido por essa sociedade, atitude quer permitia a prospecção de um futuro de realização dos ideais humanos de felicidade. Para Saliba (2003, p. 15-16), este mergulho no passado era uma espécie de compensação ao espetáculo de quebra de continuidade oferecido pelo tempo presente: uma nostalgia das sociedades pré-capitalistas que ansiava por retomar o fio de uma continuidade orgânica do passado, o que teria levado alguns autores a buscar tradições nacionais, imersas num passado remoto e obscuro, ou demonstrar saudosismo da original e sagrada natureza.

Lowy e Sayre (2015) defendem, entretanto, que o romantismo tem início bem antes da Revolução Francesa, se for considerado que, em meados do XVIII, já há manifestações importantes de um romantismo, como é o caso de Rousseau. Para eles, mais do que a crítica artística ou literária à sociedade moderna, o que caracteriza o movimento é a contestação da condição de vida da sociedade capitalista em vários aspectos e com diferentes direcionamentos, como uma resposta à transformação mais lenta e mais profunda de ordem econômica e social que é o advento do capitalismo. Enquanto uma visão de mundo em nome de certos valores do passado e contrária à civilização capitalista, a história do romantismo teria continuidade até os dias atuais. Apesar de reconhecerem a existência de correntes românticas restitucionistas e retrógradas [53], no caso do romantismo revolucionário, a lembrança do passado, segundo eles, serve como arma na luta para o futuro, como referência para a construção da utopia. Sem nostalgia do passado, não poderia existir sonho de futuro autêntico (LOWY; SAYRE, 2015, p. 326).

O romantismo revolucionário do século XX, presente nas manifestações de maio de 1968 e em movimentos ecológicos, tem início assim com uma nostalgia do passado alimentada por Rousseau (LOWY; SAYRE, 2015). Rousseau, referência nos discursos maternalistas e naturalistas até os dias atuais, é considerado o precursor do romantismo

[53]Lowy e Sayre criticam interpretações de que o movimento romântico significa necessariamente a intenção de um retorno a um tempo pré-capitalista, assim como as realizadas pós-Segunda Guerra Mundial por McGovern, de que o romantismo, e em especial Rousseau, serviu como preparação para o nazismo, e a de Lukács para quem o romantismo é uma corrente reacionária, inclinada para a direita e para o fascismo. Para os autores, ainda que o nazismo tenha bebido do romantismo, isso não os autoriza a reescrever toda a história do movimento como um prefácio histórico do Terceiro Reich, já que outras tendências políticas nele se inspiraram, como o romantismo reformador e o romantismo revolucionário. Seligmann-Silva, por outro lado, refere que "o ovo da serpente do biopolítico que culminou no nazismo, também se encontra no ninho romântico" (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 322). No caso específico da ecologia, Lowy e Sayre identificam uma nostalgia passadista, que inclui uma ecologia tradicionalista, que tem como projeto de restauração do modo de vida pré-moderno é irrealizável e indesejável.

francês[54]. Na metade do XVIII, o autor articula a visão do mundo romântico com seu pessimismo em relação à sociedade e à civilização, por sua exaltação da natureza e pela compreensão de que a natureza humana é corrompida pela cultura. Para ele, os homens, submetidos às leis gerais da economia da natureza e pela compreensão de que a natureza humana é corrompida pela cultura. Para ele,

> parece, a princípio, que os homens nesse estado de natureza, não havendo entre eles qualquer espécie de relação moral ou de deveres comuns, não poderiam ser nem bons nem maus, ou possuir vícios e virtudes, a menos que, tomando estas palavras num sentido físico, se considerem como vícios do indivíduo as qualidades capazes de prejudicar a sua própria conservação, e virtudes aquelas capazes de contribuir, caso em que se poderia chamar de mais virtuosos àqueles que menos resistissem aos impulsos simples da natureza (ROUSSEAU[55], 1987-88, apud LARRERE, 2012, p. 13).

Assim, na natureza, o homem não é bom nem mau, mas ao afastar-se dela, deforma-a e deforma-se. A história do homem em sociedade é a história de sua queda, de sua degeneração, já que "tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entra as mãos do homem" (ROUSSEAU, 2004, p. 9). Para o autor, a vida nas cidades e o sentimentalismo urbano causam enfraquecimento físico nos homens, tornado-os mais vulneráveis às ações da natureza. Em sociedade, os homens causam seus próprios infortúnios. Em carta a Voltaire, Rousseau comenta a necessidade de "mostrar a contribuição dos homens aos males que os afligem" e estabelece uma separação entre o que deriva da natureza e o que deriva da sociedade (ROUSSEAU[56], [17--], apud LARRERE, 2012, p. 16). Dessa forma, é introduzida a compreensão de que as catástrofes e os acidentes naturais, não são simplesmente obra do acaso, providência divina ou da natureza, mas também fruto da intervenção humana. A ciência, uma das principais ambições inovadoras da modernidade, é questionada em sua gana de descobrir o funcionamento da natureza

> o espesso véu com que ela cobriu todas as suas operações pareceu nos advertir suficientemente de que ela não nos destinou a pesquisas vãs. Mas haverá alguma de suas lições que tenhamos sabido aproveitar, ou que tenhamos negligenciado impunemente? Povos, saibam, ainda uma vez, que a natureza quis preservá-los da ciência, como uma mãe que arranca uma arma

---

[54]A introdução do vocábulo "romântico" na língua francesa é atribuída a Rousseau, em sua obra *Devaneios de um caminhante solitário*, de 1777, ao descrever as margens do lago Bienne como selvagens e românticas (SALIBA, 2013, p. 13).

[55]ROUSSEAU, J-J. **Discours sur l'origine de l'inégalité, Préface**, OC, t. III, p. 123. Edição brasileira: ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987-88 (Coleção "Os pensadores"), [N. do T.]

[56]ROUSSEAU, J-J. **Lettre M. de Voltaire**, t. IV, [17--], p. 1061.

> perigosa das mãos de seu filho; que todos os segredos que ela esconde são igualmente males dos quais ela protege, e que a dificuldade que encontram em se instruir não é a menor de suas benesses (ROUSSEAU[57], 1988, apud LARRERE, 2012, p. 21).

As críticas à civilização e sua intromissão na natureza fazem de Rousseau, na visão de muitos autores, um admirador do bom selvagem, nostálgico de um estado primitivo ou natural em que a corrupção não existia; defensor de uma natureza intocada, primordial, a que o homem deve retornar. O modo de descrever a natureza em suas caminhadas teria contribuído para a construção dessa imagem de amante passivo da natureza e misantropo. A pesquisadora Catherine Larrère (2012) refere, no entanto, que o autor não prega um retorno da natureza como muitos aferem. Para ela, sua relevância reside na importância que atribui à natureza: o puro sentimento da natureza de Rousseau deixaria evidente que o homem não está mais simplesmente perante a natureza, contemplando-a como mero espectador, pelo contrário insere-se na vida interior dela e vibra em seus ritmos próprios. Nesse sentido, a natureza da qual a sociedade se separou, não é apenas exterior. Em algumas passagens, Larrère lembra, Rousseau pondera que o estado de natureza é uma ficção, é "um estado que não existe, que talvez jamais tenha existido, que provavelmente jamais existirá" (ROUSSEAU [58], 1987-1988 apud LARRERE, 2012, p. 13), o que nos impede de "voltar a viver nas florestas com os Ursos" (ROUSSEAU[59], 1959-1995 apud LARRERE, 2012, p. 13).

É por compreender que não há essa intenção de retorno, que Lowy o considera revolucionário. Para o autor, suas críticas românticas, se referem

> a um passado pré-moderno – real ou imaginário, sem dúvida idealizado, pouco importa –, o do homem "natural" ou inclusivamente "bárbaro" que "não inclina a sua cabeça ao jugo que o homem civilizado suporta sem murmurar"; o homem selvagem "só desfruta do repouso e da liberdade" –, o civilizado "sua, agita-se (…) trabalha até a morte". Contrariamente aos românticos reacionários que, nas décadas seguintes, vão cultivar a nostalgia da Idade Média aristocrática, cristã e monárquica, Rousseau vai inspirar-se num universo primitivo livre e igualitário. Não é o que farão os socialistas e comunistas dos séculos seguintes, ao referirem-se ao "comunismo primitivo"? (LOWY, 2012, on-line)

---

[57]ROUSSEAU, J-J. **Discours sur les sciences et les arts** (fin de la première partie), OC, t. III, p. 15. Tradução brasileira: Discurso sobre as ciências e as artes. Trad. de Lourdes Santos Machado. 4a edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção "Os Pensadores"), [N. do T.]

[58]ROUSSEAU, J-J. **Discours sur l'origine de l'inégalité, Préface**, OC, t. III, p. 123. Edição brasileira: ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987-88 (Coleção "Os pensadores"), [N. do T.]

[59]ROUSSEAU, J.J. **Discours sur l'origine de l'inégalité,** note IX, OC, t. III, p. 207. As referências são às Œuvres complètes, Paris, Gallimard, bibliothèque de la Pléia de, 5 vol., 1959-1995.

Rousseau não seria, assim, um romântico retrógrado, um advogado do regresso ao passado, e sim revolucionário, dada sua crítica implacável da desigualdade social e do poder exorbitante da oligarquia dos ricos, presente em seu Discurso de 1755, "um grito angustiado de revolta e de protesto contra a civilização moderna" (LOWY, 2012, on-line). Lowy identifica nele uma primeira intuição da dialética do progresso, uma visão crítica do desenvolvimento das artes e indústrias do capitalismo nascente do ponto de vista das suas vítimas; uma denúncia do *ethos* da civilização moderna, o seu vazio moral e a sua desumanidade. Suas defesas teriam feito dele o inspirador e herói dos revolucionários de 1789/1794 e seu discurso "está inscrito no mármore da cultura libertária e não deixou de exercer efeitos subversivos ao longo da história" (LOWY, 2012, on-line).

A visão romântica de Rousseau, de crítica à sociedade moderna e seus efeitos sobre a natureza (que é tanto humana como exterior), profundamente marcada pela temporalidade e portanto, pela possibilidade de transformação futura a partir das ações humanas do presente, própria da episteme moderna, foi motor para a edificação e continuidade das utopias românticas e para a compreensão das relações entre humanidade e natureza, seja advogando um regresso a um estado de natureza primitivo, seja para construção de um projeto revolucionário. Como vimos com Odent (1982), a recusa aos desenvolvimentos científicos em nome do afloramento do instinto e de um modo de vida mais natural e simples é associada a um projeto utópico de transformação do mundo, e tem influência do pensamento de correntes socialistas e ecológicas. O autor exalta Cristo, Rousseau, Reich e Leboyer em sua proposta de revolução ecológica (ODENT, 1982, p. 44)[60]. A referência a Rousseau, que aparece em discursos em defesa de formas alternativas de maternagem e de protagonismo materno como o de Odent, se justifica por essa compreensão das relações entre seres humanos e natureza e em nome de uma transformação social, mas evidencia o paradoxo do discurso analisado tendo em vista as propostas conservadoras, se não misóginas do autor, que contrariam qualquer idéia de emancipação feminina[61].

---

[60] No livro "Gênese do Homem ecológico" Odent (1982, p. 29) afere que os escritos de Leboyer, autor em que se ele embasa suas práticas e teorias, é uma linguagem nova de propostas mais antigas como as de Rousseau. Uma epígrafe de Rousseau abre um dos capítulos.

[61] Além de ser favorável a volta das mulheres ao "estado de natureza", como mãe e esposa, Rousseau defende a docilidade, a fragilidade e a submissão feminina. No livro Emílio ou Da Educação, o autor afirma "que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já pela simples razão de ser forte (ROUSSEAU, 2004, p. 415)

2.3 "O mundo-sem-nós"[62]

O liame da natureza em mim e da natureza fora de mim, que Rousseau introduz, encontra-se na construção do amor pelo selvagem, pela natureza e pela solidão moderna e pela própria concepção moderna de Natureza ambientalista. Larrère (2012) afere semelhanças entre o pensamento do autor francês e as propostas de Henry David Thoreau, precursor do movimento ecológico nos Estados Unidos, que corrobora com a indissociabilidade entre natureza humana e exterior e liga a ideia de natureza à de liberdade[63]. Em seu livro, *Walden ou A vida nos bosques*[64], publicado em 1854, Thoreau reflete sobre a defesa dos direitos da natureza, a vida selvagem e a crítica ao desenvolvimento econômico consumista. Suas obras tiveram muita influência entre os amantes da natureza nas décadas seguintes e serviram de inspiração para o movimento de ecologia profunda[65] na década de 1970.

O historiador Willian Cronon (1996) sustenta que o movimento ambientalista moderno é um neto do romantismo e da ideologia pós-fronteira que Thoreau ajudou a construir. O autor aponta para influência do conceito de sublime, uma das expressões românticas mais importantes e o conceito norte-americano de fronteira, para edificação da ideia de *wilderness*[66], como lugar de natureza não corrompida pela presença humana, intocados, edênicos. A construção cultural dessa ideia de imagem paradisíaca da natureza do mundo a ser conservada, teria dado início à preservação de paisagens naturais nos Estados Unidos do século XIX, como as Cataratas do Niágara, primeiro local a ser preservado, e os parques nacionais de Yosemite em 1864 e Yellowstone em 1872. Vários autores indicam a influência de Thoreau para criação desses parques.

A *wilderness* passou a ser associada a afetos positivos, a sentimentos próximos do sagrado, despertados pela experiência de contemplação de uma natureza grandiosa, anterior e superior ao humano, em fins do século XVIII. Nessa época, os românticos vislumbravam o

---

[62] DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.39.

[63] A maioria dos intérpretes entende que, para Rousseau, o que importava era a natureza humana e não a exterior. Larrère (2012), no entanto, aponta que quando o autor fala de floresta, de campo e de jardim: ele se interessa pela natureza exterior.

[64] Walden era o nome do lago à beira do qual construiu uma cabana e morou por dois anos, em um estilo de vida simples, longe das cidades.

[65] Termo proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess em 1973. Naess sugeriu uma mudança do paradigma antropocêntrico dominante (chamada de "ecologia rasa") para uma concepção ecocêntrica ou biocêntrica. A ecologia profunda considera que a natureza tem valor intrínseco, enquanto o direito das diferentes espécies deve ser defendido e o especismo deve ser combatido.

[66] Optamos por manter o termo em inglês, por considerar, seguindo as indicações de Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014), que não há correspondente em português.

rosto de Deus em paisagens sublimes, onde não se pode deixar de se sentir insignificante e se lembrar da própria mortalidade: no topo da montanha, no abismo, na cachoeira, na nuvem de tempestade, no arco-íris, no pôr do sol. A experiência sublime estava longe de ser uma experiência prazerosa para os primeiros românticos, inspirava mais temor e desânimo do que alegria ou prazer.

Progressivamente, a terrível admiração deu lugar a uma relação mais confortável. O lamento de um mundo mais antigo, mais simples e verdadeiro que está prestes a desaparecer para sempre, remonta ao romantismo e a Rousseau, segundo Cronon (1996), enquanto crença de que o melhor antídoto para os males de um mundo moderno, excessivamente refinado e civilizado, era o retorno à vida mais simples e mais primitiva. A nostalgia de um modo de vida selvagem, mais livre, verdadeira e mais natural do que outros lugares mais modernos, inclinada a ver as cidades e fábricas da civilização urbano-industrial como confinantes, falsas e artificiais. Contra a artificialidade da vida moderna, era preciso salvar os últimos remanescentes intocados como monumentos para o passado americano, como apólices de seguro para proteger o seu futuro.

Essa nostalgia é expressão, para Cronon (1996), de uma peculiar forma burguesa de antimodernismo, em que os mesmos homens que mais se beneficiavam do capitalismo urbano-industrial, estavam entre aqueles que acreditavam necessário escapar de seus efeitos debilitantes. Nas décadas seguintes à Guerra Civil Norte-americana (Guerra da Secessão 1861-1865), cada vez mais os cidadãos ricos da nação procuraram os locais com paisagens intocadas para seu deleite, o que faz crescer o número de propriedades rurais para viagens, ranchos, passeios guiados e hotéis de luxo. A *wilderness* torna-se altamente atraente à artificialidade da civilização moderna.

Essa procura na segunda metade do século XIX pelo *wilderness* como um espetáculo para ser olhado e apreciado por sua grande beleza torna o sublime domesticado. Apesar de continuar sagrado, os sentimentos religiosos que evocava eram mais de uma agradável igreja do que as de uma grande catedral ou um retiro de deserto severo. Construía-se, segundo Cronon (1996), uma tradição cultural para o mito da montanha como catedral, como templo sagrado. O *wilderness* passou a ser visto assim como um jardim original, do qual os humanos foram expulsos, como fronteira, mundo selvagem que atesta o heroísmo

civilizatório norte-americano sobre o ambiente, como a casa de Deus, que pressupõe uma ideia de paraíso intocado e inalterado pelo tempo, como uma fuga da história[67].

Para o autor, a natureza selvagem cumpre o antigo projeto romântico de secularização da religião judaico-cristã, de modo a tornar uma nova catedral não em algum prédio humano mesquinho, mas na própria criação de Deus, a própria natureza. Ele identifica esses valores, quase religiosos, no ambientalismo moderno quando adeptos expressam sentimentos equivalentes ao temor religioso ao vislumbrar paisagens naturais – ainda que muitos rejeitem noções tradicionais da divindade e se considerem agnósticos ou ateus. Ainda, o conceito de *wilderness*, permeado por valores espirituais e religiosos, ofereceria a ilusão de que podemos fugir das preocupações e dos problemas do mundo criados por nós (CRONON, 1996).

A crítica da modernidade, uma das contribuições mais importantes do ambientalismo, também apela ao *wilderness* para medir as falhas do nosso mundo. A natureza selvagem aparece como o mundo natural, antítese de uma civilização antinatural que perdeu sua alma, como lugar de liberdade em que podemos recuperar nosso verdadeiro eu perdido para as influências corruptoras de nossas vidas artificiais, como lugar onde podemos ver o mundo como ele realmente é conhecer como e quem realmente somos (CRONON, 1996).

A difusão dessa compreensão no ambientalismo contemporâneo aparece, segundo Cronon (1996), na defesa de ecossistemas intocados como os melhores e mais ricos repositórios das espécies não descobertas, por exemplo[68]. A floresta tropical é para ele o exemplo clássico, já que desde a década de 1970 se tornou o ícone moderno mais poderoso da terra sagrada não corrompida pelo homem, mas que preservá-la, muitas vezes, significa protegê-la das pessoas que lá moram, ocasionando a expulsão de comunidades locais. O extremo lógico desse paradoxo é que, se a natureza selvagem é a única coisa que vale a pena salvar e se a nossa presença a destrói, então a única solução para a nossa própria antinaturalidade, a única maneira proteger esses locais sagrados da humanidade profana, é o suicídio.

---

[67] A expulsão dos índios que moravam em áreas a serem preservadas para que os turistas tivessem a ilusão de que estavam vendo uma paisagem natural em um estado primitivo, original, é um exemplo da eliminação da história do lugar em nome da manutenção de uma virgindade do local, segundo o autor.

[68] Houve um deslocamento na maneira de enfocar a questão da conservação da natureza da preservação da *wilderness*, com suas paisagens sublimes e sua fauna e flora carismáticas, para a conservação da biodiversidade.

O autor refere que ambientalistas radicais frequentemente chegam perto de aceitar essa premissa como um princípio, quando expressam a noção de que nossos problemas ambientais começaram com a invenção da agricultura, relegando boa parte da história humana a uma história de devastação ecológica[69]. Desse lugar, se torna difícil não chegar à conclusão de que a única maneira dos seres humanos viverem naturalmente na Terra é voltar a serem caçadores e coletores, é voltar ao Éden e abandonar praticamente tudo que a civilização nos deu. Essa concepção incorpora, para Cronon (1996), uma visão dualista na qual o humano está inteiramente fora do natural e a natureza, para ser de verdade, deve ser selvagem. A nossa própria presença na natureza representa sua queda. O *wilderness* se torna um lugar para uma luta épica entre a civilização maligna e a natureza benigna, em comparação com outras preocupações sociais, políticas e morais. Na medida em que o celebramos como a medida com a qual julgamos a civilização, apesar de buscarmos o fim da dualidade entre natureza e humanidade, nós a reproduzimos, colocando-as em polos opostos, o que dificulta a construção de outra relação entre nossa espécie, outras espécies e o planeta. Vivendo em mundo em que a história e as pessoas existem e que, portanto, é impossível não deixar marcas, o dilema é decidir quais marcas se quer deixar nesse mundo, que não pode ser entendido apenas como um jardim a ser preservado, mas como a nossa casa.

Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro também referem que a concepção positiva do *wilderness* como "mundo-sem-nós" esteve no centro de alguns movimentos ambientalistas contemporâneos como o preservacionismo radical, que teve sua atuação mais expressiva na segunda metade do século XX[70]. Segundo eles, "essa vertente do ambientalismo considera a existência dos seres humanos como essencialmente desnaturante, não hesitando em propor a expulsão, para fora dos espaços naturais, de toda e qualquer coletividade humana ali localizada" (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 38). Mesmo as populações indígenas, que em nosso imaginário vivem em harmonia com a natureza, correm o risco de expulsão de suas terras, caso introduzam técnicas industriais em seu modo de vida. Nesse sentido, o mundo da *wilderness*,

---

[69]O jornalista e escritor Alan Weisman, autor do Best-seller *The world without us* (2007), por exemplo, defende que "no século XX, quando a nossa população quadriplicou, nós chegamos a um ponto em que redefinimos o pecado original: só por termos nascido somos parte do problema" (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 39).

[70]A oposição entre a vida e a humanidade, também aparece, segundo os autores na projeção para o futuro, de uma visão otimista de desaparição da humanidade do ponto de vista da vida. A ruína da civilização humana permitiria o reestabelecimento da Terra em uma imensa *wilderness*. Nos anos 1990, o ativista norte-americano Les U. Knight teria criado um movimento para a extinção voluntária dos humanos, inspirado na ecologia profunda, ao pregar desaparecimento gradual pela via da abstenção da reprodução.

> é construído em torno de uma oposição fundamental entre a vida, concebida como inesgotável profusão de formas e sutil equilíbrio de forças, e a *humanidade* (seja como espécie 'anti-natural', seja em sua variedade moderna-industrial), imaginada como um fator que conspurca, diminui e desequilibra a vida, quantitativa e qualitativamente (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 39).

O mundo edênico desses discursos é um mundo sem história – a história humana, nesta concepção, teria início com a expulsão do paraíso. É um mundo harmônico, equilibrado, que depende, necessariamente, da exclusão da humanidade para que volte a ser, ou para que seja preservado. A concepção de mundo edênico e harmônico corrompido pela humanidade, de influência romântica, é encontrada em alguns matizes do movimento ambientalista e em discursos maternalistas ecológicos dos últimos cinquenta anos[71]. A separação entre natureza e sociedade, entre o natural (verdadeiro) e o artificial (humano) está presente constantemente nas críticas voltadas à medicalização do parto e do nascimento e aos efeitos nocivos ao planeta dos produtos e práticas adotadas de maternagem. O modo de vida que se pretende resgatar, apoiado nos círculos de mulheres e em suas práticas coletivas de parturição, parece ser idealizado e mítico, de um tempo sem história. É possível identificar valores espirituais e religiosos nos enunciados de forma explícita, assim como na edificação de uma ideia de natureza perfeita e boa na qual podemos fugir dos problemas criados por nós (humanidade), podemos encontrar a verdade sobre o mundo e sobre nós, podemos encontrar a liberdade.

2.4 Regeneração humana através do nascimento

O retorno a um estado natural também estava presente nos discursos do século XVIII e XIX referentes à naturalidade da maternidade e o instinto materno animalizado, quando o investimento se voltava ao aleitamento e à responsabilização materna pela prole. Nessa época,

[71]A esta concepção de natureza como *wilderness*, evidentemente, há outras concepções que se contrapõem, como as de Bruno Latour, Isabelle Strengers, Donna Haraway, Débora Danowski e Viveiros de Castro. Para Latour, a Terra deve ser entendida como Gaia, enquanto um mundo vivo e plural. Não se trata de um mundo edênico, harmonioso ou equilibrado e muito menos dependente da exclusão da humanidade; não é uma entidade onipotente, um superorganismo dotado de intencionalidade, como parecer propor Lovelock. Para ele, é um gigantesco acordo discordante, mutável e contingente (uma bagunça) das intencionalidades múltiplas e distribuídas por todos os agentes. Cada organismo manipula seus vizinhos para tornar sua própria sobrevivência um pouco menos improvável, o que dissolve a oposição entre dentro e fora, organismo e ambiente, já que o ambiente de cada organismo são os demais organismos. A Terra-Gaia, "é antes de mais nada feita de história, ela é história materializada, uma sequente contingente e tumultuada de eventos antes que o desenrolar de uma causalidade supralunar obediente a leis temporais". Gaia é historicizada, narrativizada como a história humana e compartilha com ela a ausência de qualquer intervenção de uma providência (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 120).

os partos eram realizados majoritariamente entre mulheres e sem ou com poucas intervenções médicas, da maneira como se espera realizá-los hoje ecologicamente. A normalização da parturição não era uma questão à época, já que não havia a possibilidade das mulheres escolherem como fazê-lo, situação oposta à vivenciada na segunda metade do XX quando o parto e o nascimento tornaram-se pontos centrais dos esforços maternalistas. A existência de discursos tão próximos em contextos diferentes parece indicar a retomada de enunciados em prol de práticas naturais de maternagem, seja focando no aleitamento, na forma de parir ou em ambos.

Há uma repetição também quanto à importância dada ao cuidado com o cuidado infantil enquanto investimento de futuro. Vários estudos DONZELOT (1980), BADINTER (1985), RAGO (1985), COSTA (1989), FREIRE (2009), MARTINS (2004), LIMA (2007), apontam para a apelação à mãe como a responsável pela geração, educação e formação do cidadão e, portanto, pelo futuro da nação, na modernidade. Ana Laura Godinho Lima lembra que desde o século XVI, o surgimento de manuais e tratados de costumes relativos aos princípios da boa criação estavam ligados à intensa valorização da infância, haja vista o entendimento de que "transformando a criança, seria possível transformar as sociedades; corrigindo-se os defeitos na educação dos pequenos, reformar-se-ia toda a humanidade" (LIMA, 2007, p. 99). Esse é o caso do escrito para educação das crianças *De civilitate morum puerilium* (1530) de Erasmo de Rotterdam e *Some Thoughts concerning Education* (1693), de John Locke (LIMA, 2007, p. 99).

O investimento na saúde infantil para riqueza do Estado e nas formas de controle da natalidade é alvo de vários médicos higienistas, como de Tarbouriech, que publicou em 1902 uma utopia científica, *La cité future: essai d'une utopie scientifique*. Em sua cidade utópica, a justiça médica seria responsável por definir através de exames individuais, os cidadãos aptos a gerar e aqueles que serão submetidos à esterilização. Os pais deixariam de ter direitos sobre seus descendentes passando a ter apenas deveres fiscalizados de perto pelas instituições:

> é o Estado que declara se o homem ou a mulher estão aptos a colaborar na missão de criar o futuro cidadão e que pode, a qualquer momento, substituí-los, se não cumprem a missão de maneira conveniente, em proveito de alguém que o crie ou de um educador que possa oferecer maiores garantias. Trata-se, portanto, de estender a toda a sociedade o regime de tutela, a todas as mães, a atribuição dos auxílios educacionais e do controle sanitário para que elas sejam 'pagas como nutrizes de seus próprios filhos e os criem, não para elas próprias, mas para o Estado' (DONZELOT, 1980, p. 143).

Essa utopia (ou distopia totalitária?) prevê uma aliança entre médicos e o Estado para, através de intervenções normativas na vida familiar, garantir não só a reprodução como a qualidade dos cidadãos criados, para garantir "bem-nascidos". A compreensão da maternidade como um dever para com o núcleo familiar e para com a pátria, como uma família extensa e sentimental (MARTINS, 2004) está presente nos manuais de puericultura e nos tratados médicos até meados do século XX. O médico paulista Dr. Domingos Jaguaribe Filho, por exemplo, publicou em 1880 o manual de higiene voltado às mulheres: *Arte de Formar Homens de Bem.* Recomendado à época pela Academia Imperial de Medicina, foi escrito para as mães por acreditar que "é a mãe quem dá forma ao futuro cidadão e ele será todo ao seu molde; dela provem o caráter de seus filhos e destes provem a importância de sua Pátria" (JAGUARIBE FILHO[72], 1880 apud MARTINS, 2004, p. 237).

Jurandir Freire Costa (1989, p. 148) atribui a analogia entre a saúde da família e saúde do Estado à criação de um mito da função social do grupo familiar, da família nuclear *célula mater* da sociedade. Esse processo transformou-a em corresponsável pela ordem e pelo desenvolvimento do Estado, fazendo com que a ideia de criar crianças para a nação se fortalecesse assim como amor à família associado ao amor à Pátria. Segundo o autor, a higiene apagava a historicidade das instituições sociais ao apresentar o Estado como um corpo natural "em que a família era, simultaneamente, apêndice e útero" (COSTA, 1989, p. 148). O que pode ser corroborado na tese de medicina defendida em 1882 por Adolpho Alves Simões Barbosa, na qual o autor defende que "a Família, a Pátria e a Igreja não representam agrupamentos distintos, porém graus diversos da mais vasta e complexa existência coletiva – a Humanidade, à qual todos estão unidos por laços indestrutíveis" (BARBOSA[73], 1882 apud, COSTA, 1989, p. 148).

A correspondência entre a responsabilidade materna de promoção da saúde e da educação moral da prole e o bem da humanidade é própria da modernidade e se constituiu um dos pilares do discurso higienista no Brasil e no mundo ocidental, em meados do século XIX e início do XX. Progressivamente, a importância dada à formação do cidadão da pátria foi sendo substituída pela formação psíquica do indivíduo. Os manuais de puericultura incorporaram os discursos da área psicológica e reduziram ou excluíram o espaço destinado ao controle de natalidade como forma de geração dos cidadãos da pátria, à santificação

[72]JAGUARIBE FILHO, D. **Arte de formar homens de bens**. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1880.
[73]BARBOSA, **A. Higiene da primeira infânci**a. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882.

materna e à religião[74]. Essa literatura passou a dedicar-se cada vez mais a disseminar dados científicos pretensamente neutros relativos à criação infantil. O abandono da defesa de criar filhos melhores para a pátria, no entanto, não significou que a qualidade do cidadão criado tenha deixado de ser relevante econômica e socialmente. Pelo contrário, a educação física, moral e psíquica das crianças passou a ser cada vez mais pormenorizada, assim como a responsabilização individualizada pela própria vida que desonera o Estado, integrada à nova racionalidade do poder do Ocidente na segunda metade do século XX, o neoliberalismo. O interesse em regenerar a humanidade para evitar guerras e trazer a paz, associado às teorias ecológicas, como é o caso da obra de Odent, resgata a preocupação com a humanidade não em termos patrióticos e sim visando o futuro do cidadão global responsável por todas as formas de vida do planeta, pela possibilidade de um futuro.

A utopia de mudança social através da criação de outro homem desde o nascimento, é marca de idealizadores de métodos de nascimento sem violência – como Odent, Leboyer, Read e Lamaze –, ativistas que nos 1960 e 1970 se empenharam em regenerar a humanidade para evitar a destruição da espécie, através do nascimento de humanos diferentes responsáveis por trazer a paz (MOREL, 2016, p. 37). A historiadora do nascimento Marie-France Morel (2016) atribui o movimento à memória dos horrores da Segunda Guerra Mundial, à Guerra fria, ao novo interesse das disciplinas pelas crianças no pós-guerra, como os estudos realizados por John Bolbwy e Françoise Dolto, a teorias etológicas, ao crescimento da hospitalização do parto e à preocupação com o controle da natalidade. Nesse contexto, na França, o poder médico sobre os corpos era contestado, criticava-se as instituições médicas, clamava-se por revolução sexual, protestava-se contra a Guerra do Vietnã e crescia uma atração pela Índia e suas filosofias. No país, assim como em outros países desenvolvidos europeus e norte-americanos, viviam-se os efeitos da explosão demográfica do pós-guerra conhecida como *baby boom*, o adensamento da hospitalização do parto, a popularização dos atendimentos pré-natais e às transformações quanto ao controle do processo reprodutivo. O aumento do uso de métodos contraceptivos, associado às disputas quanto à possibilidade de escolher ser mãe, à legalização do aborto que ocorre em 1975 na França e os avanços

[74]As várias edições da obra *A Vida do Bebê*, de Rinaldo de Lamare, demonstram como a santificação materna, em referência direta a uma religiosidade cristã, e a defesa da pátria saíram aos poucos do livro ao longo do século. A primeira edição em 1941 a capa trazia a reprodução da obra Madonna do pintor espanhol Bartolomé Murillo (século XVII) ilustrando a Virgem Maria e o menino Jesus. Essa imagem ainda ilustra a capa em 1962, mas já não aparece em 1987 (PIRES, 2017; SOUZA, 2009).

tecnológicos relativos à infertilidade, compõem esse cenário em que se adensa a preocupação com a quantidade e a qualidade das crianças geradas.

A preocupação com a reprodução humana nessas décadas no contexto europeu soma, em sua composição, os temores do pós-guerra às transformações no campo da sexualidade, as tecnologias desenvolvidas que permitem tanto a diminuição da natalidade quanto solução à infertilidade e a preocupação com o crescimento da população mundial. Em Odent, a preocupação com a redução das taxas de fertilidade nos países industrializados e a explosão demográfica nos países pobres, aparece como falta de apego à vida e reflexo da sociedade suicida que deve ser alterada. Em autoras feministas evocadas por ele como D´Eaubonne e Firestone, a preocupação com o crescimento populacional e suas conseqüências ao planeta, também estão presentes em suas teorizações.

Para Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), neste período, ocorreu um distanciamento entre a sexualidade e o processo reprodutivo. A sexualidade teria se desacoplado das práticas e do simbolismo da reprodução, ao passo que a reprodução teria "se tornado o objeto de uma série de formas de conhecimento, tecnologias e estratégias políticas que têm pouco a ver com a sexualidade" (RABINOW; ROSE, 2006, p. 43). A partir da década de 1970, a reprodução passa a ser problematizada a partir de suas consequências econômicas, ecológicas e políticas (como na questão relativa à superpopulação). Surge uma nova política para o aborto e a infertilidade passa a ser um lugar de intervenções legítimas ultrapassando a temática da escolha reprodutiva entre às aptas a fazê-lo. Para os autores, esses movimentos combinaram-se "fazendo da reprodução um campo de problemática, no qual um conjunto de conexões aparece entre o individual e o coletivo, o tecnológico e o político, o legal e o ético" (RABINOW; ROSE, 2006, p. 44).

A possibilidade aberta a algumas mulheres de poder escolher ser mãe, dentre outros fatores, leva à redução das taxas de fertilidade nos países ricos, enquanto o crescimento da população mundial dispara. Em 1974 o planeta chegou a quatro bilhões de habitantes, quase o dobro da população estimada em 1950, em torno de 2,6 bilhões de pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019). O controle populacional tornou-se uma preocupação nessa época e passa a ser relacionado ao desempenho econômico. Como saída, é apresentada por organismos internacionais a necessidade dos governos de países pobres aplicarem políticas para conter esse crescimento como pré-requisito para a modernização. Políticas de controle populacional espalharam-se em países latino-americanos e asiáticos, e variaram da coerção

em campanhas de esterilização a políticas implantadas para limitação da procriação entre pobres baseadas no consentimento voluntário de cirurgias e da escolha informada[75]. Segundo Rabinow e Rose (2006, p. 46):

> a 'bomba-relógio populacional' tornou-se parte do senso comum da opinião pública no Ocidente, e uma maior justificativa para ajuda por parte das sociedades industriais avançadas aos países mais pobres era que isto os capacitaria a limitar suas populações, e, assim, o perigo que o seu crescimento populacional representava.

A urgência da problemática enquanto investimento biopolítico sobre a população foi incorporada em programas educacionais, em discursos de empresas de aconselhamento político, nas políticas de agências de desenvolvimento internacionais. O controle do processo reprodutivo humano, diretamente relacionado aos interesses da prosperidade e da ordem econômica, também gerou a preocupação ecológica à época, na medida em que o aumento populacional incide diretamente na destruição do meio ambiente e da vida no planeta. O biólogo estado-unidense, Paul Ehrlich, em 1968, já alertava para os efeitos noviços ao planeta do crescimento demográfico em seu livro *A Bomba Populacional*, como fome, a destruição da camada de ozônio e a redução da biodiversidade. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, abordou como o aumento da população colocava problemas relativos à preservação do meio ambiente.

A preocupação com a superpopulação, que se volta para a impossibilidade de sustentar este mundo com mais pessoas dependendo do mesmo meio ambiente integra, desde então, as preocupações dos organismos internacionais e de muitas teorias e movimentos ecológicos. Para a bióloga Donna Haraway (2016), o modo de vida dos mais de sete bilhões de pessoas não pode ser suportado sem imensos danos aos seres humanos e não humanos em todo o mundo. Haraway alerta que os discursos nacionalistas pró-natalistas em países que estão preocupados com as baixas taxas de natalidade, como Dinamarca, Alemanha, Japão, Rússia e Estados Unidos, estão embebidos de fantasias de pureza racial e na recusa em aceitar imigrantes como cidadãos plenos. Esses discursos, segundo ela, podem levar a genocídios, uso abusivo da esterilização e de meios contraceptivos impróprios e danosos, a redução de mulheres e homens a meras cifras nas velhas e novas políticas de controle populacional, "e

[75]A esterilização feminina começou a ser realizada no século XIX como medida eugênica, mas somente a partir dos anos 1960 a técnica foi aperfeiçoada e difundida dada a preocupação com o controle populacional, sobretudo nos países pobres. No Brasil, a partir da década de 1970 e durante as décadas seguintes, a prática difundiu-se (ALVES, 2017).

outras práticas misóginas, patriarcais e racistas transformadas em negócio, como se faz em todo mundo" (HARAWAY, 2016, p. 145). Sébastien Malette (2011) lembra também, que a urgência de uma melhor administração do planeta, a fim de garantir a criação de um futuro sustentável, relaciona-se à possibilidade das chamadas sociedades pós-industriais manterem um nível de conforto e opulência facilitada por séculos de apropriação colonial" (MALETTE, 2011 p. 18). Para ele, a política empregada está empenhada na criação de condições ambientais, que passam pelo controle populacional, para que esse modo de vida continue.

A preocupação ecológica com os efeitos ao planeta da explosão demográfica, no discurso maternalista que analisamos, evidencia uma preocupação com o futuro da humanidade, assim como uma tentativa de manutenção de um certo modo de vida ocidental. Em Odent, vimos como o problema da superpopulação mundial, assim como a redução dos nascimentos nos países industrializados, são considerados sintomas da falta de apego à vida a serem resolvidos. Trata-se de um discurso pró-natalista para alguns países e anti-natalista para outros, voltado à criação de seres humanos ideais, onde isso é possível, os quais irão transformar a humanidade e garantir o futuro do planeta. Não se admite a redução das taxas de natalidade em todo mundo e a partilha dos recursos, por exemplo.

Nesse discurso, o nascimento das crianças é colocado num lugar de destaque não mais como um fenômeno a ser controlado e estimulado para a prosperidade da nação, mas como evento que se bem gerenciado possibilita a transformação do futuro globalmente tanto quanto à qualidade do ser humano gerado como quanto ao equilíbrio necessário da métrica populacional para garantir o modo de vida considerado ideal. A natalidade enquanto a possibilidade do novo, do diferente, da ação humana no presente com vistas ao devir, torna-se a aposta política para transformação do mundo e no caso dos discursos maternalistas de fundamentação ecológica, passa pela relação amorosa a ser estabelecida entre os seres humanos e o ecossistema possível a partir do nascimento.

2.5 O perigo do presente

A compreensão de que o planeta Terra é vulnerável, de que está sendo ameaçado pelas ações humanas, pelo crescimento da população mundial e de que uma catástrofe ambiental poderia ocorrer a qualquer momento, está disseminada na sociedade ocidental atual. Recorrentemente, temos acesso a notícias jornalísticas, a filmes, a livros e a campanhas que

anunciam as ameaças sofridas pela Terra e o fim do planeta. Nas distopias das últimas décadas, é possível verificar um deslocamento da identificação de regimes totalitários, como motivação para o fim da humanidade, para catástrofes ecológicas. Ainda que existam aqueles que negam o problema ecológico ou questionem seu alcance, é inegável a difusão de uma sensibilidade ecológica e de estudos científicos e evidências dos efeitos das ações humanas no ambiente.

Segundo o historiador Pascal Acot (1990, p. 168), a ideologia ecologista inaugurada em 1972 exprimirá a ideia de uma subordinação das atividades humanas às exigências objetivas da ordem natural e não o contrário em que a exploração da natureza se justificava em proveito humano. Ainda que o problema de legitimidade da exploração da natureza e do esgotamento dos recursos naturais fosse debatido desde o Renascimento, foi apenas no contexto posterior a 1945 que começaram a ser abordadas as incidências ecológicas das atividades humanas, movimento propiciado pelo desenvolvimento das comunicações, a tomada de consciência pelo público de uma internacionalização dos problemas (dada a mundialização dos conflitos) e a ameaça nuclear. No fim da década de 1960 o problema do meio ambiente começa a ser discutido na ONU e aparece com força a noção de ecossistema mundial, do planeta Terra como uma nave espacial. Em 1972, na primeira Conferência de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo, são lançadas as bases para uma legislação internacional do meio ambiente visando a proibição do armamento atômico e discutindo medidas para o controle de problemas ecológicos mundiais. Acot (1990, p. 171) ressalta que "no fim dos anos 1970, o ecologismo tornara-se uma visão do mundo e um modo de vida, mais do que uma corrente mais ou menos organizada de defesa da natureza" e que "já não existia nenhum problema social que ele não pretendesse resolver".

Segundo Pierre Alphandery (1992, p. 15), o medo ecológico tornou-se, ao fim do segundo milênio, um grande medo planetário "ostensivo, que é dito e escrito, apregoado e filmado, e se oferece em um espetáculo nas dimensões da mundialização da comunicação". Esse medo, incessantemente reatualizado através da descoberta de novos estragos do progresso, se difundiu entre a população ocidental nas últimas décadas, deixando de estar restrito a militantes da causa ambiental ou a pesquisadores. Houve uma tomada de consciência da vulnerabilidade de um mundo que, ao ter levado milhões e milhões de anos para se formar, poderia desfazer-se muito rapidamente devido à poluição ambiental.

Aos perigos cotidianos modernos[76], somou-se, após os anos 1970 e de forma crescente nas décadas seguintes na Europa, o medo do extermínio generalizado causado pelo ser humano através do desenvolvimento tecnológico e da exploração irresponsável da natureza. O alcance das duas guerras mundiais e da Guerra Fria gerou a sensação no Ocidente de que o mundo estava perdido, de que não era possível controlar os processos econômicos e tecnológicos ou tampouco as reações humanas; de que "teríamos perdido o rumo e apressado nossa perda" (BADINTER, 2011, p. 45). A Segunda Guerra Mundial evidenciou a vulnerabilidade global, porque

> se a guerra nuclear total significa o fim da humanidade por meio do fim do mundo, a *shoah* significou o fim do mundo da humanidade, o mundo humanista europeu iniciado no renascimento. O fim da humanidade, neste sentido, começou em Auschwitz, assim como o fim do futuro começou em Hiroshima (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 113).

As bombas atômicas lançadas em agosto de 1945 nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki matando mais de 150 mil pessoas, estarreceu a sociedade européia ao demonstrar que a tecnologia humana havia criado uma arma que pode matar todos os seres vivos muito rapidamente. Segundo Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, se a guerra nuclear trouxe a possibilidade real de fim do planeta e da vida no futuro, a imagem da humanidade como essência única e universal deixou de fazer sentido metafísico desde o programa nazista de extermínio dos judeus. O projeto eugênico nazista, em toda sua violência, ao realizar experimentos médicos, encarcerar e exterminar semelhantes colocou em xeque a característica humana moderna civilizatória que conferia aos europeus, em sua própria atribuição, uma superioridade quanto a outros povos humanos e não-humanos, o papel de dominadores da natureza. O mundo europeu que se considerava civilizado e que arrogava a si o direito de escravizar, matar e torturar outros povos teme o extermínio que pode ser causado por seus semelhantes através de tecnologias até então destinadas ao outro, de "métodos anteriormente

[76]Viver "perigosamente" faz parte da nossa forma de estar no mundo na modernidade, "é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo". Os perigos inscritos nesta racionalidade não são aqueles das grandes ameaças medievais da ordem do divino como a peste ou o apocalipse bíblico, se configuram como os "perigos cotidianos perpetuamente animados, atualizados, postos portanto em circulação" como as campanhas relativas às doenças ou a divulgação jornalística de crimes. Os indivíduos, na modernidade, "são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo" (FOUCAULT, 2008a, p. 9-91).

reservados aos 'selvagens' pelos povos 'civilizados' da Europa" (MBEMBE, 2016, p.132), como os utilizados na escravização moderna negra e no extermínio de populações indígenas[77].

Neste contexto, em que os horrores cometidos aos povos considerados não-civilizados se acercam do mundo "civilizado" moderno e põem em dúvida o projeto humanista e a sobrevivência da humanidade no planeta, a preocupação com a vida na Terra ganha novos contornos. Todos estes perigos criados pelos europeus, evidenciados na Segunda Guerra Mundial, se associam à explosão demográfica, também resultado da ação humana, do desenvolvimento tecnológico e da melhoria das condições sanitárias em vários países.

Nesse cenário, começaram a aparecer narrativas sobre destruição em massa, sobretudo ligadas às ameaças nuclear e ambiental. O historiador Eric Hobsbawn refere que, entre as gerações criadas à sombra de batalhas nucleares na Europa, acredita-se que o fim do mundo poderia ocorrer a qualquer momento (HOBSBAWN, 2004, p. 224). Outro historiador, Christopher Lasch (1983), identifica uma mentalidade de sobrevivência na população norte-americana no mesmo período, marcada pelo enfrentamento de diversos problemas como questões de vida ou morte, e tendo como principais ameaças a nuclear e a ecológica. O livro de Rachel Carson *Primavera silenciosa*? (1962), considerado fundador do movimento ambientalista moderno, é um bom exemplo de como esses riscos associam-se. A autora estabelece uma ligação entre o controle químico de insetos e a bomba atômica, ao trazer a noção de que produtos químicos poderiam agir sobre nós de maneira semelhante à da radiação:

> entre os ervicidas, existem alguns que são classificados como "mutagênicos", ou seja, como agentes capazes de modificar os genes, isto é, os materiais por meio dos quais se transmite a hereditariedade. Nós nos sentimos justamente estupefatos em presença dos efeitos genéticos das radiações; como poderemos, assim, ficar indiferentes aos mesmos efeitos produzidos por substâncias químicas que disseminamos amplamente pelo nosso ambiente? (CARSON, 1969, p. 47).

Carson coloca a possibilidade da extinção da humanidade por meio da guerra nuclear, ao lado da contaminação do meio ambiente, com especial destaque para o uso indiscriminado de pesticidas, como problema central da época. A autora, em uma linguagem distópica em

[77]O filósofo camaronês Achille Mbembe, ao deslocar o foco e a primazia das análises centradas em contextos europeus para incluir os processos de colonização nos contextos africanos e latino-americanos, destitui o holocausto como modelo paradigmático de genocídio de povos e populações e coloca no centro do debate outros genocídios, mais antigos e realizados por europeus, como o sequestro e escravização dos povos africanos e o extermínio de populações indígenas.

relação ao futuro do planeta, questiona o modo de vida moderno e o perigo do desenvolvimento tecnológico.

Pierre Alphandery (1992) refere que a crítica à sociedade de consumo e ao modo de vida industrial predatório está no âmago do movimento ecológico surgido nos anos 1960. Com a multiplicação de cenários pessimistas, acreditava-se nesse período que a humanidade teria ido longe demais na sua vontade demiúrgica de moldar o planeta, gerando um profundo mal-estar. A natureza, segundo o autor, passa a ser evocada por sua ausência enquanto a sociedade passa a ser considerada artificial e abstrata.

Para Badinter (2011), a ecologia nascida nos movimentos contraculturais em apelo ao amor e respeito pela natureza ganhou dimensão catastrófica e vingadora em fins dos anos 1970 e início dos 1980 na Europa, com o discurso de que a "Mãe Natureza" puniria seus filhos contra a exploração humana de seus recursos. Dentre as várias passagens em que isso pode ser verificado nos discursos maternalistas, Odent (1982, p. 16) afirma que "o ser humano não pode perder contato com suas raízes impunemente" e que "o parto e o nascimento são momentos privilegiados para compreendermos esta regra fundamental".

A natureza se torna assim, para parte do movimento ecológico, a verdade da qual não se escapa, um Deus salvador e vingativo caso não seja respeitado. E a Terra se configura o último salvador, "o derradeiro solo para eliminar a procura de qualquer outra base filosófica para ações, a saber, o único solo monoteisticamente verdadeiro: a Terra" (MALETTE, 2011, p. 20). Veiga-Neto (2013) entende que essas crenças próprias do pensamento ecológico contemporâneo, alicerçam-se em elementos provenientes da articulação entre platonismo e as tradições judaico-cristãs que marcaram a Modernidade, os *topoi:* fundamentalismo, denuncismo, catastrofismo e salvacionismo. Para ele:

> a ideia de que vivemos condenados a um mundo de enganos, sofrimentos, corrupção e pecados, sempre à beira de um abismo no qual podemos cair, bem como de que cabe a alguns "iluminados" a tarefa de denunciar esse estado de coisas e nos conduzir para a salvação já havia sido filosófica e politicamente tematizada por Platão. Esses ***topoi*** estão claramente formulados também no Gênesis e se situam no coração daquelas tradições judaicas das quais o cristianismo é herdeiro (VEIGA-NETO, 2013. p. 69 negrito do autor).

Em sua leitura, essas verdades aceitas se consolidaram espiritual e solidamente na modernidade e hoje, apesar de vivermos em tempos líquidos, continuam fundamentando certas lógicas ressignificadas. Nos discursos ambientalistas, o apego àqueles *topoi* e o

extravasamento do humano que sai de sua corporeidade e se estende a todas as esferas do mundo, encontram-se e se reforçam mutuamente, ainda que se configurem como duas tendências aparentemente antagônicas. O catastrofismo, associado ao medo do perigo cotidiano, refletiu, por um lado, na identificação da natureza como entidade salvadora e verdadeira, por outro, em uma ainda maior responsabilização do indivíduo e de suas atitudes cotidianas em relação ao seu destino e ao destino do planeta. A população é convocada à participação na gestão do planeta:

> um novo arranjo entre as forças em combate se institui com base no conflito democrático pelo qual cada um é responsável pelo estado das coisas no planeta. Espera-se de cada um que, com seu potencial inovador, colabore para ***arrumar as coisas***. A favela se transforma em ***comunidade***, as culturas locais são valorizadas, o multiculturalismo se consolida com base na valoração de cada grupo, etnia, conjunto de vulneráveis. É preciso muita polícia, mas, para além da polícia repressão, um ***cidadão polícia*** múltiplo e organizado. Com isso, a cooperação liberal vê-se acrescida da competência e da competição como nova naturalização das desigualdades a serem governadas democraticamente do Estado para a sociedade civil e vice-versa (PASSETTI, 2013, p. 16 negrito do autor).

O processo de individualização que vivemos faz com que as crises sociais e, portanto, ecológicas, sejam percebidas como responsabilidade individual e que o cidadão se autopolicie a fim de minimizá-las. Para o cientista social Edson Passetti (2013), educar pessoas e práticas para a resiliência é um dos alvos da "verdade capitalista sustentável" que reconfigurou a força de trabalho em capital humano e que se expande dos sujeitos às cidades, aos povos e ao próprio planeta. Todos devem ser resilientes à Natureza a fim de garantir um futuro melhor. As preocupações com as atitudes do presente e o devir planetário e ambiental, são princípios fundamentais dessas racionalidades ecológicas que governam tudo que se mostre vivo no presente tendo em vista a garantia de um ambiente viável no futuro e a própria garantia de sua existência. O presente é assim dominado por práticas voltadas ao futuro[78].

Sébastien Malette (2011) refere que a emergência das racionalidades ecológicas está intimamente relacionada às incorporações coloniais europeias e às inovações ambientais decorrentes. Teria sido nesse período que os europeus perceberam a rapidez pela qual podiam transformar e destruir o ambiente. Esta situação, aliada às relações estabelecidas com o outro

[78]Para Ulrick Beck (2011), teórico que defende que vivemos em uma sociedade industrial de risco, o futuro coloniza o presente. Esse autor postula, que esse tempo é de *destradicionalização.* A tradição muda de status e deixa de ocupar lugar central na organização da vida, e é substituída pelo multiculturalismo e pelas inovações tecnológicas: passa a ser votada para o futuro e possui dimensão planetária. Veiga-Neto denomina esse processo como *presentificação* o "colapso do passado e do futuro; um tempo sem memória (passado) e sem a esperança num futuro administrável" (VEIGA-NETO, 2013, p. 66).

não-europeu, levaram à emergência das preocupações ambientais do Ocidente, ou seja, estavam intimamente ligadas à expansão econômica desde o começo.

> a disseminação do colonialismo administrativo e a formatação dos diversos dispositivos políticos para 'governar à distância' estabeleceram, desde o século XV, a rede global da qual as chamadas 'racionalidades de governo neoliberais avançadas' irão mais tarde emergir" (MALETTE, 2011, p. 13).

Essa emergência, mais contemporânea a nós, traduz-se em uma "episteme ecológica" e em racionalidades de governo que "parecem estar convergindo na direção de uma noção mais ampla do que a de 'vida', 'população', 'raça', ou 'economia' para reformular sua legitimidade de ação" (MALETTE, 2011, p. 21). Segundo Malete, a introdução da natureza no centro das racionalidades políticas ocidentais, colocada pelo saber ecológico tem possibilitado às racionalidades e tecnologias ecológicas a produção de normas e de uma série de reivindicações de verdade sobre modos ecológicos de conduta. E:

> é aí que o conceito de Foucault de "governamentalidade" se encaixa: não apenas para explorar as dimensões das nossas experiências constituídas por todas as maneiras de refletir e agir que visam modelar, administrar, regular a conduta das pessoas, mas também recolocar a problemática da normalização conjugada com a "natureza", tal como tem sido delineada no Ocidente durante os três últimos séculos (MALETTE, 2011, p. 11).

A natureza, convertida em um novo espaço de saber e uma nova racionalidade de governo, reorganiza as relações entre os conceitos foucaultianos de população, segurança e economia política constitutivos da governamentalidade moderna, transformando-a em "ecogovernamentalidade" para Malette[79]. Autores, como Beatriz Carneiro (2012), Edson Passetti (2013) e Alfredo Veiga-Neto (2014), entendem que as transformações sociais em curso de gerenciamento do ambiente permitem expandir a compreensão da biopolítica para incluir a preocupação ecológica na racionalidade de governo e na problemática da população.

Veiga-Neto (2014) defende que a valorização da vida da população enquanto espécie, analisada em seu ambiente pela racionalidade neoliberal, ampliou os horizontes da biopolítica, tornando-a ecopolítica. Ele sugere que vivemos em um crescente antropoteísmo, uma identificação total entre o ser humano e o mundo e afirma que*:*

---

[79]Malette atenta para o fato que estudar a ecopolítica, quando as condições sob as quais populações são administradas estão subordinadas a tentativas mais amplas de administrar toda a vida com o desdobramento de racionalidades ecológicas de governo (MALETTE, 2011, p. 11-12), não constitui uma busca pelo significado do que é natureza, e sim o exame dos efeitos dessas formulações nas configurações sociais e culturais que experimentamos. Malete sugere que o problema do governo chegou a uma nova fase crítica em que "o dragão, novamente, está para trocar de pele" e se pergunta se seria uma mudança de episteme (MALETTE, 2011, p. 21).

> a ecopolítica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também e principalmente, amplia, do humano para o planetário, o papel conferido à vida. Assim, nossos interesses e preocupações com a manutenção da vida vão para além da população humana (como corpo-espécie) e se instalam no todo do planeta (como um novo corpo vivo, digamos um corpo-ecológico ou um corpo-planetário) (VEIGA-NETO, 2014, p. 40).

Passetti vai além, ao considerar que o papel conferido à vida na ecopolítica pode alargar-se para fora do planeta. O planeta, compreendido em sua existência no universo em expansão, aos poucos substitui a experiência do território: "O território e a população são assimilados por 'ecossistemas' e são deslocados para o espaço: a importância da humanidade se torna imediata e esta passa a ser o alvo de direitos, políticas, programas e resistências" (PASSETTI, 2012, p. 19-20). O governo não se volta mais apenas para a vida biológica da espécie no presente, mas a tudo que hoje vive e precisa ser mantido no futuro: o presente está repleto de práticas voltadas ao futuro melhor de si e do planeta. Inverte-se a lógica segundo a qual o meio era alvo de investimento para atingir as populações, agora o governo é sobre os ambientes do planeta e as populações estratificadas conformadas neles. Por isso, a ecopolítica se trata "de prática de governo do planeta nos tempos de transformação (de si, dos outros, da política, das relações de poder e do planeta no universo), com desdobramentos transterritoriais e variadas estratificações conectadas" (PASSETTI, 2013, p.10).

Passetti alerta que a nova verdade de desenvolvimento sustentável, em gestação no Clube de Roma desde a década de 1960, convoca todos a conservar o planeta diante dos efeitos devastadores do antigo progresso industrial, gerando uma governamentalidade planetária. A convocação à participação na gestão do planeta, do Estado, de empresas, comunidades e na governamentalidade ambiental, se torna o diferencial na governamentalidade neoliberal, na medida em que nos constituímos empreendedores planetários. Todos se tornam responsáveis pelo estado do planeta, todos devem colaborar para arrumá-lo. Passa-se a sensação de que todos podem governá-lo de modo democrático. Nesse cenário, se torna necessário:

> retirar da ecopolítica os usos atuais restritos à ecologia ou ao ambientalismo que a restringem a uma disciplina ou política de governo no campo liberal de práticas relacionadas à redução da intervenção do Estado, e buscar como as ***ecopolíticas*** e configura relacionada à produção da verdade capitalista ***sustentável***, que o governamentaliza (PASSETTI, 2013, p. 10 negrito do autor).

Para o autor, os efeitos da guerra, as problematizações do contexto europeu em que o socialismo ainda era uma ameaça, a crise das formas liberais de governar, a eclosão de rebeldias no final da década de 1960 e a resistência ao Estado de bem-estar social, teriam gerado uma reação conservadora sob a forma da racionalidade neoliberal. O neoliberalismo teria capturado princípios defendidos pelos movimentos sociais de 1968 e ambientais para criar uma verdade sobre capitalismo e ambiente, de trabalhador como empreendedor, da democracia com gestão do planeta.

Veiga-Neto também inscreve a ecopolítica no marco da governamentalidade neoliberal, e alerta como esta pode ser utilizada para entrada de preceitos, de práticas e de valores neoliberais na biopolítica ou nas coisas da vida em geral, dada a romantização da ecologia e propagação do neoliberalismo. A romantização da ecologia, baseada nos *topoi* modernos (fundamentalismo, denuncismo, catastrofismo e salvacionismo modernos) geram, para o autor, um ecologismo tosco e denuncista de caráter claramente fundamentalista e salvacionista que "pode tomar de assalto a ecopolítica, de modo a engessar e comprometer perigosamente as políticas mais responsáveis que buscam a sobrevivência equilibrada e sustentável do Homem em sua morada" (VEIGA-NETO, 2013, p. 72). O autor defende que descartemos as necessidades universais e compreendamos estes *topoi* como realidades construídas e passíveis de serem mudadas, para que possamos tanto promover quanto refrear as ações biopolíticas e ecopolíticas e ressignificar as relações entre os humanos e o ambiente.

As transformações biopolíticas ocidentais dos últimos 50 anos que ressignificaram a preocupação com a reprodução humana em termos econômicos e ecológicos, em que a população é analisada em seu ambiente, nos ajudam a compreender esta aproximação entre práticas de maternagem e princípios ambientais. Como aponta Donna Haraway (2016), o problema da superpopulação e seus impactos sobre a vida na Terra e sobre todos os seres que nela vivem, não podem ser negligenciados em nome do direito de reproduzir descendentes ou de manter certa forma de vida. Nesse sentido, refletir quanto ao número de crianças geradas e suas conseqüências para a vida no planeta, assim como criar novos laços de parentesco, tornam-se urgências no contexto atual[80]. Por outro lado, há que se questionar quanto a

[80]Donna Haraway propõe, como possibilidade para conviver com o problema, a autora propõe a redução das taxas da natalidade em todo o mundo e o estabelecimento de laços de parentesco, fora do aparelho biológico de reprodução, em arranjos multiespécies. Como possibilidade de novos arranjos parentais, a autora propõe que cada criança tenha vários adultos comprometidos com sua vida (não necessariamente os casais que os geraram), a possibilidade de casas de multicrianças, famílias multigeracionais, adoção por e para os idosos, parentescos inovadores não natais com indivíduos e coletivos em mundos *queer*, descoloniais e indígenas (HARAWAY,

emergência de discursos maternalistas ecológicos, sobretudo em seus desdobramentos atuais, não está associado a um ecologismo salvacionista e a enunciados de sustentabilidade enquanto verdade capitalista neoliberal que pretendem manter o mesmo modo de vida, na medida em que a mulher-mãe é responsabilizada pelo cuidado intensivo dos filhos e agora, também, do planeta.

2.6 O corpo materno como um corpo ecológico

As relações entre esses discursos maternalistas e enunciados ecológicos, além de raramente reconhecidas entre as praticantes, são também pouco exploradas pelas pesquisadoras da área. A socióloga brasileira Lucila Scavone, é uma das autoras que brevemente aponta para o surgimento de um feminismo de inspiração ecológica nos anos 1990, o qual sugere às mulheres uma melhor divisão das atividades profissionais e maternais, dando maior atenção aos filhos e consumindo menos. Segundo ela, esse movimento é fruto de um reavivamento do debate entre natureza e cultura e de valorização da maternidade, resultado do impacto das tecnologias reprodutivas na sociedade e o medo das mulheres perderem o controle da reprodução (SCAVONE, 2011b).

Elisabeth Badinter (2011) é a autora que mais se debruça sobre o assunto, ao dedicar o livro *O conflito: a mulher e a mãe*, publicado em 2010, às práticas contemporâneas de maternidade naturalista, também nomeada por ela como maternidade ecológica. A filósofa atribui a questão ecológica surgida após a Segunda Guerra Mundial – em conjunção com teorias feministas, psicanalíticas e biologizantes, movimentos contraculturais e conservadores como a La Leche League (LL), assim como à situação econômica do continente nos anos 1980 – a retomada, nos anos 1970, da noção de instinto materno e da maternidade inscrita em uma essência feminina e animal. Neste contexto do pós-guerra e durante a Guerra Fria, o

---

2016, p. 145). A proposta de parentesco de Haraway, não limitada aos dispositivos da família ocidental e de um racismo institucional, lida com a problemática da superpopulação sem cair em um neomalthusianismo e reconhece a urgência do problema para além do direito de gerar bebês, despreocupado com as consequências dessa decisão. Para ela, "os bebês deveriam ser raros, cuidados, e preciosos; e os parentes deveriam ser abundantes, inesperados, duradouros e preciosos" (HARAWAY, 2016, 144), de forma a abraçarmos a diversidade das pessoas e assumirmos o risco uns dos outros em nome de uma ecojustiça multiespécies, já que fazer parentes não necessariamente se refere aos indivíduos humanos, mas a todos os terráqueos que, segundo ela, compartilham de uma carne comum. Sua aposta é na diminuição da quantidade de bebês nos próximos dois séculos, para que a população humana possa ser novamente de dois ou três bilhões, gerando bem-estar para os diversos seres humanos e outros seres.

medo do extermínio da humanidade de forma direta (guerras e bombas atômicas) e indireta (destruição da natureza) e o desenvolvimento do conhecimento científico sobre o ecossistema e as tecnologias de cálculo e monitoramento teriam propiciado o estabelecimento da ecologia como um saber verdadeiro de difícil possibilidade de questionamento. Para a autora, a natureza assume a condição de autoridade moral cuja sabedoria nós admiramos (BADINTER, 2011, p. 47) e tudo que é considerado artificial, criado pelos seres humanos, passa a ser alvo de críticas. Cresce a rejeição às técnicas hospitalares consideradas não naturais, como às relativas ao parto e ao nascimento, devido às consequências colaterais que podem gerar e, neste caso, por serem entendidas como desapossamento do corpo feminino. Verifica-se também no discurso maternalista, o crescimento da recusa de utilização de produtos industrializados como papinhas, leite de fórmula[81] e fraldas descartáveis, e a defesa da adoção de práticas consideradas naturais (como o parto vaginal sem intervenções, amamentação, utilização de produtos sustentáveis e alimentação saudável). A difusão desses enunciados, para Badinter, é possível na medida em que "o naturalismo provoca uma espécie de consenso em nossa sociedade pós-moderna" e está a ponto de se tornar dominante. A natureza é um argumento decisivo para impor leis ou oferecer conselho, é uma referência ética que encarna o "Bom, o Belo e o verdadeiro" e por isso é tão difícil criticá-la (BADINTER, 2011, p. 77-78).

Karina Alves (2012), autora que refletiu acerca da sensibilidade ecológica contemporânea no Brasil incluindo as relativas às práticas da maternidade, aponta que a prescrição do comportamento das mães se dá em nome da responsabilidade que elas teriam sobre a saúde e o bem-estar de seus descendentes e da família, assim como da continuidade da vida no planeta. A autora cita um estudo realizado em uma cidade brasileira, publicado em 2009, sobre consumo consciente orientado por critérios ecológicos que demonstra que as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado da família, reconhecem a necessidade de adotar condutas ecológicas que não dependam de recursos financeiros adicionais, como a coleta seletiva de lixo. Para ela, esta disposição revela "um nexo entre a politização do consumo e a politização do cotidiano das mulheres", uma zona de intersecção

[81] Badinter (2011, p. 92) relata que na década de 1990 a defesa do aleitamento materno, por exemplo, a argumentação em prol de fazê-lo ganha argumentos ecológicos e econômicos, como quanto ao valor gasto por criança em leite em pó e as "despesas de combustíveis: a água mineral para as mamadeiras, a água corrente para lavá-las, a eletricidade ou o gás para aquecê-las, o ferro, o plástico e o papel para fabricação das caixas de leite, sem falar da energia necessária para transformar o leite de vaca em leite substituto". O descobrimento nos anos 2000 da devastação ambiental causada pelas fraldas e a descoberta do bisfenol A, substância encontrada em 90% das mamadeiras e suspeita de perturbar o sistema hormonal e de provocar câncer, teria contribuído para a defesa da amamentação.

entre o privado e o público no processo de politização da maternidade. Pela mulher-mãe passaria a gestão política da vida na contemporaneidade, já que:

> ao que parece, novamente as mulheres-mães estão no interstício de uma política da vida, em que, mais uma vez, a vida da família está colocada em relação à vida da população: como reformadora do familiar, é ela o ponto do entrecruzamento entre o *habitus* e o *socius*, entre o lar e a sociedade, vinculando-se à solução de problemas sociais contemporâneos de grandeza e urgência (a gestão dos recursos naturais) a certos modos de praticar a maternidade (a gestão sustentável da casa) (ALVES, 2012, p. 22, itálico da autora).

A nova valorização da maternidade, acrescida do componente naturalista, articula neste sentido princípios de maternagem das crianças enquanto afirmação da feminilidade com valores de defesa ambiental ou de geração de menor impacto possível ao meio ambiente. Por isso, para Alves, a "mãe natura" é também a "mãe ecológica" que deve cuidar da prole e do planeta ao mesmo tempo através do consumo consciente e da escolha de atitudes naturais e não poluidoras (ALVES, 2012). Nessa nova configuração, o corpo materno, em sintonia com o planeta e com as demais espécies, requer um somatório de condutas individuais, requer autocuidado e o uso do próprio corpo de forma ética com o ambiente.

As ações maternas em favor do meio ambiente, incitadas entre as defensoras de práticas maternas ecologicamente referenciadas na blogosfera e em outros espaços, também é referida pela mídia, como demonstram as pesquisas de Ariane Fernandes (2014) e Maria Simone Vione Schwengber (2006). Fernandes (2014), ao analisar as publicações da revista *Pais & Filhos*, refere que a mídia torna as mulheres "paladinas do verde" com poder de transformar o mundo a partir do cuidado e do amor incondicional aos filhos. Schwengber (2006), por sua vez, identifica na mesma publicação a ligação entre o imperativo do planeta ecologicamente despoluído e a necessidade da limpeza dos corpos grávidos, através de prescrições relacionadas à alimentação saudável, realização de atividades físicas e limpeza dos genes via mapeamento genético. Segundo essa autora, a vigilância quanto à limpeza e prevenção maternas se fundamenta na crença de que uma gravidez rigorosamente planejada garantiria a produção de melhores indivíduos, com corpos mais perfeitos e saudáveis; situação que acaba por exigir da mulher gestante um engajamento individualizado de aperfeiçoamento de sua saúde para, através dela, garantir a saúde do feto e da sociedade (SCHWENGBER, 2006, p. 177).

Essa aproximação entre a reorganização do "ambiente planeta" e do "ambiente corpo" das mães (sobretudo do corpo grávido) identificado por Schwengber, em que há uma transferência para esfera individual de responsabilidade pela saúde do planeta (SCHWENGBER, 2006, p. 177), aparece em discursos ecológicos que sugerem que a criação de uma consciência ecológica consistente apenas é possível na medida em que são adotados hábitos saudáveis individuais, como os referentes à alimentação, à higiene, à saúde emocional, à prática de exercícios físicos, etc. (DANTAS; BEZERRA; MELLO, 2009). Dessa forma, a partir da preservação do próprio corpo, é possível perceber a necessidade de preservar o meio ambiente.

Para os pesquisadores Isabel Carvalho e Carlos Steil (2008), essas práticas que interligam o cultivo de si e cultivo do ambiente são sustentadas por um certo espírito do tempo, em consonância com as transformações no conceito de religião na contemporaneidade. Haveria um deslocamento da transcendência para a imanência em que o Deus "colocado fora do mundo, vai pouco a pouco dando lugar a um Deus no mundo, que aparece sob a forma de energias e vivências de tipo psíquico-místico, caracterizando o que tem sido denominado como religiões do *self*" (CARVALHO; STEIL, 2008, p. 290). Esse processo, chamado pelos autores de sacralização da natureza, manifesta-se nos discursos em que a Natureza aparece como autoridade moral inquestionável e nos discursos maternos contemporâneos, como os em defesa do sagrado feminino e do útero como órgão sagrado.

Carvalho e Steil referem que é recorrente a interligação entre o cultivo de si e cultivo do ambiente entre as práticas que visam a saúde e o bem-estar físico, mental e espiritual. O cultivo de si que se remete ao sujeito (*self*) incorpora um conjunto de práticas autoeducativas identificadas "como uma forma de ascese no mundo, que visa o aperfeiçoamento pessoal por meio do cuidado do corpo e da alma" (CARVALHO; STEIL, 2008, p. 290). Esse é o caso dos aprendizados corporais relacionados à alimentação saudável, a prática de exercícios físicos, ao recurso à medicinas alternativas e ao cuidado da alma relativo a novas formas de espiritualidades, terapias alternativas, meditação, dentre outras. O consumo ecológico, a reciclagem e a arquitetura agroecológica, nesse sentido, aparecem como cultivo do ambiente enquanto preocupação ecológica com a sustentabilidade da natureza, a educação ambiental e a sobrevivência do planeta.

Nas práticas maternas, a defesa do parto mamiferizado, a amamentação e os cuidados exclusivos aos bebês são coerentes tanto com o cultivo de si na preservação do corpo materno

e do corpo infantil, quanto com o cultivo do ambiente na preservação da vida na Terra. Essa correspondência está presente nesse discurso para além da adoção de hábitos de consumo ecologicamente orientados e da realização de escolhas não poluidoras. O cuidado com as crianças, histórica e culturalmente associado à posição social ocupada pelas mulheres no lar e no cuidado de seus habitantes é aqui imbricado com o cuidado do planeta, nossa grande casa, o *oikos*[82], e das espécies que o habitam. Como demonstra Schwengber (2006), o corpo materno assume uma dimensão simbólica, tornando-se uma unidade ecológica espelhada do corpo ecológico planetário e nele integrada.

Nesse sentido, esta acepção de corpo materno como aquele que contém em si um saber instintivo sobre a natureza do parto e os cuidados infantis[83] e está em interação com o ambiente e em sintonia com todos os seres vivos incluindo a Terra, pode ser reconhecido para além do corpo-espécie como um corpo integrado a uma unidade maior, a um corpo-ecológico ou planetário, como sugere Veiga-Neto (2014), para o qual estão voltadas as preocupações humanas contemporâneas relativas à manutenção da vida. É nesse espaço de atuação, nessa integração em que a maternidade enquanto cuidado de si se encontra com o cuidado dos descendentes e o cuidado do planeta, que se torna possível, neste discurso, planejar a transformação da humanidade e do mundo através da transformação das formas de nascer.

Neste tempo sem memória voltado ao futuro, o sujeito responsabilizado por suas ações e as consequências decorrentes deve autopoliciar-se, deve individualmente transformar seus hábitos e o mundo. É nessa perspectiva que funciona a revolução simbiótica proposta por Odent (2016) que tem início com a transformação do nascimento. Apesar de ser defendida como um projeto revolucionário coletivo, na prática, só é possível na medida em que as mulheres decidam individualmente aderir ao parto selvagem trazendo ao mundo crianças propensas à união global e respeitosas à Mãe Terra. A escolha está, portanto, no âmbito individual assim como seus efeitos, tanto na manutenção de uma relação predatória com o ambiente quanto na criação de uma relação simbiótica. O indivíduo, consciente e mestre de suas escolhas, responsável por seu próprio destino e por suas ações sobre o ambiente (neste caso a mulher-mãe) é o sujeito da racionalidade neoliberal que se estabeleceu nas últimas

[82]As palavras gregas *oikos* (casa) e *logos* (estudo) dão origem etimológica à palavra ecologia.

[83]Para a psicanalista Vera Iaconelli (2012, p. 70), o corpo materno é reconhecido como um corpo ecológico quando se assume o que esse corpo contém em si. A autora chama a atenção para como este saber ecológico que incide sobre os corpos e a subjetividade das mulheres, não difere fundamentalmente das imposições médicas que o patologiza e às quais busca se contrapor: ambos os modelos impõem uma verdade que ignora a subjetividade materna, impõem o que é melhor para a mulher.

décadas do século XX, imerso na verdade da natureza e na utopia romântica de um futuro melhor.

2.7 O empresariamento da vida, a mulher e a família

A responsabilização dos seres humanos sobre a poluição e a conservação da Terra, quando capturada e convertida em responsabilização individual salvacionista, parece guardar estreita relação com as formas de governo neoliberais do sujeito na medida em se espera autocontrole e adaptação às transformações no meio. Nas teorias neoliberais americanas, o sujeito alvo de intervenção será aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *Homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio (FOUCAULT, 2008a, p. 369).

O *Homo oeconomicus,* indivíduo governamentalizável, é aquele que se autoconduz, que se adapta às mudanças do ambiente neoliberal. "Livre" para consumir, "livre" para escolher produtos e estilos de vida disponíveis no mercado, define sua própria sorte, assume os riscos de sua escolha, de sua liberdade. Caso não se adapte, é responsabilizado individualmente por ter investido pouco em si como um capital. Isso porque, no neoliberalismo, o *Homo oeconomicus* é "um empresário e um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda" (FOUCAULT, 2008a, p. 311). Consumidores e produtores das próprias necessidades, empresas de si mesmo, esses sujeitos são a interface do governo e do indivíduo na medida em que seu comportamento é econômico, em que passam a ser responsáveis por sua adequação ao meio, pela autogestão individual dos riscos e pelo desenvolvimento pessoal. Esta é a marca dessa racionalidade de governo: a forma empresa expandida como forma geral no campo social.

E ser empresa de si mesmo exige gestão de seus riscos, exige autoregulação. Dada a responsabilidade individual pelo seu destino, é necessário mostrar-se ativo em relação a vários aspectos de sua vida como trabalho, família, saúde e educação. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco: "a vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

Responsáveis pelo que nos acontece, nos autocoagimos e nos autoculpabilizamos pelo nosso destino.

O discurso do risco não se manifesta, entretanto, apenas no que tange à vida individual, mas também a uma individualização do risco coletivo. Cada vez mais as crises sociais são percebidas como crises individuais: "o domínio de si mesmo coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 342). É aqui que a questão ecológica se associa. A gestão dos riscos coletivos gerados pelos seres humanos ao planeta e a compreensão da impossibilidade de dominar a natureza, são elementos presentes nos discursos ecológicos, assim como a responsabilidade individual e a mudança de comportamento do sujeito como forma de solução. Ainda que muitas das lutas ecológicas estejam voltadas a transformações globais, institucionais ou nas formas de exploração dos recursos naturais, outras tantas e por vezes mesmos essas, envolvem uma atuação do sujeito que deve escolher como consumir de forma consciente, mudar atitudes prejudiciais ao meio ambiente, adotar estilos de vida sustentáveis, culpar-se pelo resultado de suas ações.

O discurso do risco que exige autocontrole e regulação dos próprios comportamentos, presente na lógica de governo neoliberal e marca da discussão ecológica, também se manifesta na preocupação com a infância tanto no estímulo à autonomia infantil, quanto nos investimentos cada vez mais antecipados voltados à saúde e educação das crianças, responsabilidade dos pais (da mãe, sobretudo). Em *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008a) demonstra o investimento dos teóricos neoliberais americanos no comportamento humano e no ambiente para adequá-los ao modo de produção desejado, o que inclui a regulação das condutas maternas e infantis desde o nascimento.

A preocupação com esta normalização de comportamentos surge do estudo de fatores que fazem aumentar a produtividade do trabalhador e culminam na teoria do capital humano, composta pela análise dos elementos inatos (hereditários) desse capital (riscos à saúde, etc.) e dos elementos com valor econômico adquiridos pelos indivíduos de forma mais ou menos voluntária durante a vida. Dentre esses elementos, são necessários investimentos educacionais na formação destas "espécies de competência-máquina" e não apenas pela via formal, já que:

> sabe-se por observação, que ele é (capital humano) constituído, por exemplo, pelo tempo que os pais consagram aos seus filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está

> no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que se lhe consagraram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

As relações estabelecidas no núcleo familiar, assim como a educação formal, são compreendidas e regidas pelo seu valor econômico nesta nova racionalidade. Passam a ser mensuradas as várias formas de cuidado e de dedicação da mãe, como alimenta seu filho(a), quanto afeto lhe destina, quanto acompanha e a auxilia em seu desenvolvimento escolar. O investimento materno para criança contribui para constituição de seu capital humano e para sua adequação e produtividade quando adulta. Para a mãe, a renda revertida será "psíquica", dada a satisfação de cuidar e aferir o sucesso de seu investimento. Foucault nomeia este tipo de investimento materno de uma relação formativa ou uma relação educacional, que envolve investimento de custo de capital, de benefício de capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico.

A preocupação com a qualidade da relação mãe-pai-prole tem como finalidade a competitividade do futuro cidadão, o que torna o cuidado e o amor cultivados os meios do investimento ambiental sobre a vida da criança. As atitudes a serem estimuladas nesse sentido devem responder às seguintes perguntas: o "que vai produzir capital humano no ambiente da criança? Em que este ou aquele tipo de estímulo, esta ou aquela forma de vida, esta ou aquela relação com os pais, os adultos, os outros, em que tudo isso vai poder se cristalizar em capital humano?" (FOUCAULT, 2008a, p. 316). Essa compreensão abre caminho para a intensificação na regulação dos comportamentos e dos vínculos intra-familiares, já tão normalizados no biopoder.

O economista neoliberal norte-americano Gary Becker considera a família como "uma firma que empresta certa quantidade de recursos em moeda e tempo para produzir 'bens' de diferentes naturezas: competências, saúde, autoestima e outras 'mercadorias', como filhos, prestígio, cobiça, prazer sensorial etc" (BECKER[84] , 1981, apud DARDOT; LAVAL, p. 215). Nessa perspectiva, o casal se torna uma empresa, um núcleo de produção do sujeito governamentalizável futuro. Bob Audrey, que toma de empréstimo a expressão cunhada por Foucault "empresa de si" para desenvolver um método de formação profissional, defende que

[84]BECKER, G. **A treatise on family**, Cambridge: Harvard University Press, 1981, p. 24.

todas as atividades do indivíduo, inclusive a gestão do lar familiar, o casamento, a amizade, a educação dos filhos, devem ser pensadas como empresariais (AUDREY[85], 1990, apud DARDOT; LAVAL, p. 335). Isto porque nenhuma delas pode ser realizada sem que sejam desenvolvidas estratégias e sem que sejam assumidas responsabilidades. Outro importante teórico neoliberal, Milton Friedman, argumenta, no mesmo sentido: "responsabilizar o indivíduo é responsabilizar a família" (FRIEDMAN; FRIEDMAN[86], 1984, apud DARDOT; LAVAL, p. 213). Para este autor, "a unidade operacional última de nossa sociedade não é o indivíduo, mas a família" e, por isso, "como liberais, consideramos a liberdade do indivíduo, ou talvez a família, como o objetivo último no julgamento das organizações sociais" (FRIEDMAN, 2014, s. p.).

A responsabilidade paternal pela formação física, psíquica e pela segurança pelos cidadãos do futuro, fundamental ao funcionamento do neoliberalismo, justifica o investimento sobre a normalização da maternidade e assim como um discurso conservador heteronormativo e de defesa da família. George Gilder, que publicou em 1981 o livro *Wealth and Poverty*, defende a volta aos valores tradicionais trabalho, família e fé. O casamento monogâmico, crença em Deus e o espírito de empresa constituem, segundo ele, os três pilares da prosperidade capitalista (GILDER[87], 1981, apud DARDOT; LAVAL, p. 212). Passetti (2013) analisa que no redimensionamento do *Homo oeconomicus*, os destinos da prole e a produção biopolítica do corpo foram deslocados no neoliberalismo do Estado para a família. Segundo este autor, a família é incluída "nos interesses desinteressados da comunidade", já que é ela a responsável pela segurança dos filhos e a segurança é o principal elemento articulador do discurso democrático e sustentável: "os novos empreendimentos ecológicos exigem segurança no *ambiente"* (PASSETTI, 2013, p. 19-21).

A família no neoliberalismo, enquanto unidade operativa, enquanto empresa, assume a responsabilidade por seu sustento, por sua manutenção, pela educação e pelo sucesso de seus descendentes; não espera políticas estatais de bem-estar social. A busca por segurança das crianças leva à concentração dos esforços familiares na antecipação dos riscos futuros sobre a infância que, como demonstram Flávia Schilling e Patrícia Helena Ferreira (2016), é o segmento da população mais apontado atualmente como potencialmente em risco e que possibilita a fabricação de novos riscos. Essas autoras demonstram como os investimentos

[85]AUDREY, B. **Le travail après la crise**. Paris: Inter Editions, 1990, p. 85.
[86]FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. **La tyrannie du statu quo** (trad Patrice Hoffmann, Paris, Lattés, 1984), p. 11 [ed. Bras.: Tirania do status quo, trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Record, 1984].
[87]GILDER, G. **Richesse et pauvretés.** Paris, Albin Michel, 1981.

voltados a esta parcela da população operam a partir da noção de "risco social" e representam "uma resposta ao presente e um lançamento das bases para um futuro planificado e, por sua vez, cada vez mais controlado e circunscrito" (SCHILLING; FERREIRA, 2016, p. 117). Para Betina Hillesheim e Lilian Rodrigues da Cruz (2008, p. 197), "risco e futuro estão assim intimamente ligados, sendo que, ao relacionar os fatores (de risco) do presente, busca-se fabricar o futuro: a infância (hoje) de risco deve ser transformada no adulto produtivo (de amanhã)".

Os discursos da existência de riscos que individualmente devemos gerenciar através do autocuidado e da escolha por estilos de vida eticamente e moralmente adequados à saúde e prudentes em termos biológicos, em nome de um futuro melhor, encontram-se fortemente presentes nas práticas maternas. Maria Simone Vione Schwengber, em sua pesquisa em que propõe a invenção do corpo grávido na segunda metade do século XX, ressalta o fato de a saúde ter se tornado um valor e que o medo de perdê-la justifica o investimento em prevenção. Ao evocar o futuro no presente, o feto leva à exaltação da vida intra-útero como um imperativo do desenvolvimento saudável da criança e do adulto. Para ela, "é reatualizada, aqui, a tese de que a saúde de uma sociedade depende da educação da mãe na gestação – a garantia do futuro saudável, limpo e perfeito começa no presente de uma gravidez" (SCHWENGBER, 2006, p. 164). A autora lembra como essa gestão dos riscos está diretamente ligada a interesses econômicos e como a saúde funciona assim como instância reguladora do ambiente.

Segundo Schwengber (2006), as estratégias pedagógicas de orientações para as gestantes e de sua classificação como "alto risco" ou "baixo risco" são vinculadas a uma dada racionalidade de governo e de autogoverno dos riscos. Concordando com Luis David Castiel quanto ao caráter apelativo do discurso do risco, a autora considera que as gestantes de baixo risco são consideradas valiosas tanto econômica quanto fisicamente dando futuro produtivo à sociedade, ao passo que as de alto risco trazem insegurança social. O risco é entendido assim, enquanto "uma tecnologia moral: calcular um risco é dominar o tempo e disciplinar os corpos" (SCHWENGBER, 2006, p. 5).

Nesse contexto de reinvenção de corpos grávidos e da maternidade, é possível localizar esta busca pela garantia de futuro da sociedade através da limpeza do planeta e dos corpos das mulheres grávidas. Para além da gestão da própria saúde, a maternidade implica na gestão da saúde de terceiros (da prole), na formação física/psíquica e na adaptabilidade dos

cidadãos quando adultos. No caso das práticas de maternagem com viés ecológico, a associação ao discurso catastrófico de risco de fim da humanidade e da Terra potencializa o medo do futuro, assim como a tentativa de administrar o presente e a culpa não só pelo cuidado familiar e infantil, mas também pela conservação do planeta. Resta assim, àquelas que podem escolher dentre os produtos disponíveis no mercado, o estilo de vida sustentável dedicado aos cuidados com a prole[88].

A fabricação do futuro é iniciada antes mesmo do nascimento, ainda no ambiente uterino, tanto no âmbito familiar quanto no que tange às políticas públicas para a primeira infância embasadas no saber estatístico que cria regularidades para gestão da população. A normalização do casal – sobretudo materna –, necessária para garantia da segurança infantil e para gestão dos riscos, é operada através dos enunciados da mídia, dos manuais de maternidade, do saber médico e da atuação de instituições e políticas governamentais. Schilling e Ferreira (2016, p. 128) entendem que "a inserção, nos discursos proliferados em prol de um investimento cada vez mais antecipado na infância, a importância da educação da infância para o desenvolvimento, opera numa lógica governamentalizadora de cunho neoliberal". O caderno Brasil *Situação da Primeira Infância*, lançado em 2008 pela UNICEF, por exemplo, possui um tópico específico sobre saúde materna, além de vários outros pontos que se relacionam à estrutura familiar e a comportamentos que dependem da mãe para se concretizarem, como o aleitamento.

2.8 A mamãe econômica e intensiva

A mulher-mãe continua a ser no neoliberalismo, assim como o era no liberalismo, a responsável pela unidade da família, pela saúde e educação dos descendentes, tornando-se também a responsável pelo capital humano do futuro e o investimento na infância, com pouco ou nenhum apoio governamental. Wendy Brown (2017) entende que houve uma intensificação da subordinação de gênero já existente neste contexto neoliberal de empresariamento da vida. A privatização da infraestrutura pública, como educação básica de qualidade e creches, penaliza as mulheres na medida em que elas permanecem desproporcionalmente responsáveis por aqueles que não podem ser responsáveis por si

[88]Vera Iaconelli (2012) sugere que a teoria do apego é apenas mais um dos produtos disponíveis. Carolina Pombo (2013) também sugere uma relação comercial com os estilos de maternagem disponíveis para escolha.

mesmos, as crianças, os doentes, os idosos. Para Brown, a continuidade feminina no provimento do cuidado ocupa um lugar silencioso e fundamental na estrutura econômico-social neoliberal, sem o qual a vida não seria possível.

> A persistente responsabilidade das mulheres em prover cuidados de todo tipo, dentro e fora da esfera doméstica, significa tanto que as mulheres requerem a infraestrutura social visível que o neoliberalismo almeja desmantelar por meio das privatizações, quanto são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo de capitais humanos supostamente autoinvestidos. (...) Quando o *Homo oeconomicus* se torna a verdade governante, quando organiza o direito, as condutas, a política e os arranjos cotidianos, o fardo sobre e a invisibilidade das pessoas e práticas excluídas são intensificados (BROWN, 2017, p. 106-107).

Para a autora, a sociedade neoliberal prescinde do trabalho invisível de cuidado feminino, sobretudo devido à desresponsabilização estatal cada vez maior para com os mais necessitados. A invisibilidade do trabalho das mulheres, consequência da compreensão do *Homo oeconomicus* enquanto sujeito neutro (e, portanto, masculino), gera um apagamento das condições que levam as mulheres a não terem acesso aos mesmos trabalhos, salário ou funções que os homens. A esta situação é atribuída a falta de investimento feminino em capital humano e não ao trabalho doméstico, o cuidado de idosos, doentes e crianças, ou a divisão sexual do trabalho. Às mulheres caberia alinharem-se à verdade do *homo oeconomicus*, o que tornaria o mundo inabitável para autora, ou permanecerem como "*femina domestica*", "cola inconfessa de um mundo cujo princípio de governo não pode mais mantê-lo coeso e, neste caso, as mulheres ocupam seu antigo lugar como suportes e suplementos aos sujeitos liberais masculinistas" (BROWN, 2017, p. 104-105).

Com Brown, percebemos como a liberdade oferecida pela racionalidade neoliberal gera novas formas de subordinação de gênero, pois as mulheres continuam sendo as principais fornecedoras de serviços de saúde não remunerados e a responsabilização do cuidado e da educação das crianças sobre elas é intensificada. A invisibilidade do trabalho não-remunerado feminino e o empresariamento da vida geram a necessidade investida sobre as mulheres de conciliar emprego, trabalho doméstico e um cuidado cada vez mais pormenorizado com os filhos. Esse papel fundamental e invisível da mulher na família impacta os discursos maternalistas das últimas décadas, refletindo em toda cobrança de cuidado e educação intensiva feita sobre as mulheres para o investimento no capital humano infantil, na responsabilização individual pela competitividade no mercado de trabalho e no governo dos riscos do presente em políticas globais. Embora Sharon Hays (1996) considere que a

maternagem intensiva dominante desde a Segunda Guerra Mundial está em contradição com a ética da competição neoliberal, várias autoras argumentam que as mães estão, de fato, competindo entre si para ser a melhor mãe (DOUGLAS; MICHAELS, 2004; ABETZ; MOORE, 2018) e de que esse fenômeno guarda estreita relação com o neoliberalismo.

Um dos enunciados centrais do modelo intensivo de maternagem, a livre escolha, é considerado por Johanna Oksala (2019) o aspecto mais insidioso da governamentalidade liberal para o sujeito do feminismo. Segundo a autora, o fato de muitas mulheres escolherem ser donas de casa ou assumirem oportunidades de trabalho é entendido como escolha pessoal, já que o sujeito neoliberal é um átomo livre de autointeresse, totalmente responsável por navegar pelo domínio social utilizando cálculos de custo-benefício. A estrutura neoliberal apaga a percepção de que os hábitos e as escolhas estão ligadas a normas sociais, sanções e recompensas.

Davi Thornton (2014) propõe que na intersecção entre neoliberalismo e uma sensibilidade liberal pós-feminista[89], é criado um modelo ideal materno que enfatiza temas de diferença sexual, individualismo, responsabilidade e empoderamento pessoal. Essa mãe modelar, nomeada pelo autor de mamãe econômica, possui uma neuroplasticidade especial – entrelaçada com seus traços biológicos distintamente femininos – que lhe concede incríveis poderes de flexibilidade, uma característica essencial do *Homo oeconomicus* de Foucault. Ela é ágil, flexível e apta a conciliar as práticas costumeiras da maternidade – incluindo cuidar de sua casa e filhos – para obter lucro corporativo e empoderamento pessoal. A mamãe econômica pode executar qualquer tarefa – trocar fraldas, cantar para os filhos, escrever memorandos corporativos, recuperar seu corpo pré-gestacional – como forma de aumentar seu capital humano para fins pessoais e familiares ou como empreendedora bem-sucedida em trabalhos tradicionalmente definidos como femininos, o que inclui apoio à parturição e várias formas de cuidado.

Se, conforme Foucault, compreendermos o neoliberalismo enquanto racionalidade que dissemina a lógica empresarial a todas as esferas da existência humana, às instituições e às relações sociais, percebemos como, mesmo em práticas discursivas que têm como pretensão

[89]Como demonstra Ana Gabriela Macedo (2006), há mais de uma acepção do conceito de pós-feminismo. Enquanto algumas autoras o identificam ao discurso do pós-modernismo, na medida em que ambos têm por objetivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável, outras o associam a uma agenda liberal e individualista e não com objetivos coletivos e políticos. Thornton adota a última acepção.

se contrapor ao sistema econômico vigente, sua lógica as atravessa. O empresariamento da vida pode ser encontrado nos relacionamentos familiares, nas práticas maternalistas contemporâneas, na normalização feminina, na subordinação de gênero. A noção de risco, em estreita relação com a racionalidade neoliberal, torna a família e a mulher em seu trabalho invisível a principal gestora dos riscos infantis na sociedade atual, propiciando o desenvolvimento de teorias voltadas ao cuidado intensivo da criança desde o ventre, com vistas à fabricação do futuro. Essa configuração, associada ao discurso ecológico de possibilidade eminente de extinção da humanidade e de responsabilização individual pelo próprio risco, propicia o desenvolvimento e difusão de práticas maternalistas em que o investimento intensivo no cuidado infantil se torna a estratégia de sobrevivência e de manutenção do futuro da humanidade e do planeta.

2.9 Paradoxos no discurso utópico de Odent

> *Palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem. E são dadas a cada vez como a formulação enfim obtida, enfim aceita de uma reforma até então sempre fracassada* (FOUCAULT, 2009, p. 257)

A utopia de Michel Odent em que a partir das mudanças nas formas de gestar, parir e maternar podem ser criados humanos melhores, responsáveis pela construção de um futuro diferente do atual respeitoso à natureza, traz em sua constituição, como vimos, propostas de regeneração da humanidade como as de Leboyer, Reich e D´Eaubonne. O investimento em uma transformação social que crie um novo homem, ecológico, pacífico e amoroso, recebe ainda contribuição teórica de Ivan Illich, quanto à medicina, e do líder comunista Mao Tse Tung, no que tange à revolução sexual. Elaborada em um contexto de descrença no mundo do pós-guerra, abalado pela morte de europeus por seus iguais, e pela descoberta dos efeitos nefastos ao planeta da exploração industrial, a proposta de Odent pretende revolucionar o mundo afiliando-se a teorias feministas, ecológicas e de libertação sexual. No entanto, ao analisar sua constituição, se torna nítido que esse projeto encerra paradoxos profundos, além de repetir antigas formulações ou reatualizá-las.

Um dos principais paradoxos presente nesse discurso é a exaltação do protagonismo feminino e a valorização da natureza materna voltada ao cuidado, justificada por certas teorias

feministas junto a formulações erigidas por Rousseau no século XVIII. Rousseau é considerado por várias autoras como responsável por embasar teorias e discursos que fixam a identidade da mulher como mãe e a colocam no lugar doméstico. A mãe modelo de Rousseau, Sophie, é dócil, fraca, passiva, tímida e submissa, feita para agradar e cuidar dos homens durante toda sua a vida; seu prazer são as panelas, os assados e os filhos. Segundo o autor, o lugar da verdadeira mãe de família é reclusa em casa, cuidando lar e obedecendo a seu chefe, seu marido, "como quis a natureza" (ROUSSEAU, 2004, p.579). Embasando-se em um autor que é, para dizer o mínimo, contrário à ocupação do espaço público pelas mulheres, Odent restitui a dicotomia entre natureza e cultura, entre feminino e masculino, marca do pensamento ocidental moderno, e o faz em nome de emancipação feminina. O modo de vida, a natureza e as práticas que se pretende resgatar, são idealizadas e míticas, de um tempo sem história, no qual a função materna é a característica feminina a ser valorizada, é o destino inscrito na natureza da mulher.

Repete-se também o mito de que depende do comportamento da mulher a educação e a criação de adultos melhores para a sociedade. Se na virada do XIX para o XX, o investimento da mãe era para criar cidadãos para pátria, com o saber ecológico difundido, espera-se criar pessoas que respeitem o planeta e os demais seres vivos. O futuro da humanidade continua assim nas mãos das mães. Essa repetição, que dignifica a função social feminina como mãe, também as responsabiliza quase que exclusivamente pelos resultados do cuidado despendido aos filhos, pelo fracasso nas relações familiares, pelo fracasso na criação do ser humano ideal. Fracasso que é evidente, já que ainda se busca formas de sucesso, e que constitui o próprio funcionamento da politização do corpo materno e da normalização da mulher como mãe e da família nuclear. O reforço em marcar o lugar da mulher no lar, presente nesse discurso, que ocorre entre os anos 1970 e 1980, pode representar ainda uma reação aos novos papéis sociais que as mulheres passaram a ocupar, à diminuição nas taxas de natalidade nos países desenvolvidos e às reivindicações dos movimentos feministas. A disputa quanto ao papel ocupado pelas mulheres como mães e como profissionais, demonstra esse esforço em mantê-las no lar e assim evitar que escapem dessas funções.

O conservadorismo dessa formação discursiva, também pode ser verificado na pretensão de uma mudança social coletiva, que depende de uma atuação individual feminina para que ocorra. Ainda que seja necessário um ativismo para divulgação dessas propostas e

que se defenda apoio entre mulheres, depende apenas da mulher-mãe a revolução social. A responsabilização individual pela transformação social, pelo cuidado dos filhos e do mundo, elaborada nesse contexto de fim das grandes utopias coletivas (BAUMANN, 1998) também permite que, de forma paradoxal, esse discurso funcione na racionalidade neoliberal, ainda que tenha como pretensão combater seu funcionamento e a lógica capitalista consumista. No neoliberalismo, o investimento sobre a família como uma empresa, que deve funcionar independentemente do Estado, aprofunda ainda mais o que se espera da mulher-mãe, que deve dedicar-se intensivamente aos cuidados infantis. A mãe ecológica de Odent, é também a mamãe econômica e intensiva do neoliberalismo que acredita poder escolher, que se desdobra em mil tarefas domésticas, de cuidado e da carreira e ainda deve preocupar-se com práticas sustentáveis e respeitosas à natureza.

Vários autores identificam a tolerância no neoliberalismo para movimentos de pautas específicas, como os feminismos e os movimentos ecológicos, seja através da captura de algumas de suas bandeiras (FRASER, 2009; PASSETTI, 2013), da incorporação às estratégias de mercado (HOLDER, 2017), ou por novos modos de governo dos indivíduos que procuram satisfazer suas aspirações de liberdade, como no campo sexual e cultural (DARDOT; LAVAL, 2016), contanto que sigam as regras do jogo (FOUCAULT, 2008a). É verdade que ao realizar a crítica e buscar a fuga da sociedade de consumo industrial, os movimentos ambientais contribuem para o questionamento do humanismo moderno, da dominação da natureza e de populações pobres pelo homem branco ocidental, além de permitirem o desenvolvimento de outras formas de viver na Terra e de outras relações possíveis entre humanos e outros seres vivos. Porém, a individualização dos problemas ambientais pode dificultar a adoção de políticas públicas de maior impacto e a proibição de atividades industriais altamente poluentes, quando não é atacada a lógica econômica. No caso das práticas de maternagem, a responsabilização quase exclusiva da mãe pela formação física, psíquica, intelectual e moral das crianças, pode gerar uma intensificação da subordinação de gênero, além de uma desoneração governamental no oferecimento de infraestrutura para o cuidado infantil (creches, licenças remuneradas para mulheres e homens cuidarem dos filhos, educação gratuita de qualidade).

Há ainda que se considerar que o propósito revolucionário de Odent em prol da criança do futuro ganha aspecto insidioso quando limita uma forma de nascer como a melhor, quando procura normalizar comportamentos maternos e sociais em seu projeto de futuro. Em

que medida, definir quem é bem-nascido e quem não o é (como o faz explicitamente Laura Uplinger) e vislumbrar um futuro sem doenças e mazelas sociais não é delimitar a qualidade do ser humano a partir da forma de nascimento, não é beirar um projeto eugênico em busca de regeneração social através da criação de seres humanos ideais?[90]. Ainda que o que defina os eleitos de Odent seja o amor ao planeta e a todos os seres vivos e o respeito à natureza individual, quanto essas utopias (ou seriam distopias?) não acabam por criar sub-classes de seres humanos, por definir que *tipo de vida é digna de ser vivida* e preservada (BUTLER, 2016) e que vida pode ser descartável, por definir quais são os comportamentos maternos ideais para a criação do homem do futuro e comportamentos condenáveis que comprometem a vida na Terra?

Se de fato não é possível manter o mesmo modo de vida no planeta, é necessário encontrar alternativas que não estratifiquem a população mundial, não coloquem apenas sob os indivíduos a responsabilidade quanto ao cuidado de seus descendentes e do planeta ou mantenham as mulheres nesse lugar de principais cuidadoras e intensificam as desigualdades de gênero. Como propõe Veiga-Neto, o desafio deve ser descartar as necessidades universais fundamentalistas e salvacionistas que se apresentam na ecopolítica, para que possamos ressignificar as relações entre seres humanos, outros seres e o ambiente. É, nesse sentido, deixar de lado as propostas românticas, sair deste lugar entre o medo e a esperança, e *permanecer com o problema* (HARAWAY, 2014), enfrentá-lo de frente no presente, não recusá-lo, assumindo nossas responsabilidades, novas relações, outras histórias. Criar juntos novos laços de parentesco que não se limitem às populações abastadas e que não sejam racistas, nem eugênicas.

[90]O próprio conceito de eugenia, cunhado pelo inglês Francis Galton (1822-1911), possui o significado de "bem-nascido" (DEL CONT, 2008). Galton tinha o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano e sustentava que o controle da qualidade reprodutivas dos indivíduos permitiria não somente elevar o nível de qualidade da raça humana, mas também se constituiria em uma ferramenta de reforma das condições sociais degenerescentes (DEL CONT, 2008).

CAPÍTULO III - ATIVISMO MATERNO NAS MÍDIAS SOCIAIS

> *A maternidade ativa é uma maneira de exercer a maternidade, com mais consciência e empoderamento. Muitas mulheres têm exercido este tipo de maternagem; com mais segurança das suas escolhas como mãe, dos seus instintos maternos e da sua própria intuição. É claro, que aliando isso tudo com informações embasadas na ciência, em evidências e estudos científicos.*
> *(BAUER, 2015, on-line)*

A maternidade ativa, frequentemente referida nas mídias sociais apesar de pouco conceituada, arregimenta mulheres-mães em torno de pautas relacionadas às práticas consideradas naturais de parturição e cuidado, à conscientização e protagonismo materno, a um ativismo com vistas ao devir. É possível que a origem do termo remeta ao conceito de parto ativo proposto por Janet Balaskas nos anos de 1980 o qual, para além da criação de condições naturais e fisiológicas do nascimento do bebê, pressupõe o resgate feminino do controle do próprio o corpo durante o trabalho de parto (BALASKAS, 2015 apud SOUZA, 2018). A defesa da maternidade ativa, entretanto, abrange muito mais do que uma participação ativa da mãe e do bebê no momento do nascimento, ao protagonismo da mulher no parto. Remete à adoção consciente e refletida de práticas de maternagem. Remete também à necessidade de um ativismo por mudanças nas formas de parir e maternar, tendo em vista a importância dada à atuação da mãe para assegurar não apenas o bem estar infantil, mas também para promover a transformação da humanidade e do planeta, por meio dos cuidados dispensados à nova geração.

A primeira referência ao termo que localizamos diz respeito à criação, em 2002, do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA), composto majoritariamente por doulas, que tem como missão "promover uma atitude positiva, ativa e consciente em relação à maternidade", incluindo práticas consideradas naturais de parturição e incentivo à amamentação exclusiva[91] (GRUPO DE APOIO À MATERNIDADE ATIVA, 2020, on-line).

[91]No site da organização, o grupo afirma ter como missão "promover uma atitude positiva, ativa e consciente em relação à maternidade" a gestantes e profissionais e, dentre seus valores e princípios, consta o incentivo ao parto normal e natural, ao parto domiciliar, casas de parto e à humanização do atendimento e da ambientação hospitalar, ao uso das melhores evidências na prática obstétrica e à observância das recomendações da OMS, ao

Alguns anos depois, em 2006, foi lançada a rede Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa (PP), por um grupo de mães que se conhecia de blogs e listas de discussão no âmbito do ReHuNa e que tinha como objetivo partilhar conhecimentos e planejar ações a partir da perspectiva das usuárias (CARVALHO, 2018), A PP, que afirma atuar na promoção da autonomia da mulher quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, e "em especial no que se refere à maternidade consciente" (PARTO DO PRINCÍPIO, 2020), diferencia-se do GAMA tanto por sua forte atuação nas mídias sociais, quanto por se constituir como um grupo formado por mulheres e não por profissionais de saúde que pretende trazer a visão materna para a discussão e articular outras mães em prol de um outro tipo de maternagem: a maternidade ativa. A PP amplia assim a proposta da maternidade ativa de um protagonismo voltado à parturição e amamentação, como aparece no GAMA, para um protagonismo referente às diversas práticas de maternagem, às posturas femininas quanto ao cuidado dos filhos e a criação de adultos melhores. Fazem parte desse processo de composição e divulgação do termo, o blog Mamíferas, escrito a partir de relatos das autoras com o propósito de divulgar e compartilhar a jornada da maternidade ativa (CARVALHO, 2012) e o portal de blogs *Vila Mamífera,* plataforma que intitulava-se como um portal de maternidade ativa e aliava recomendações dos diversos especialistas a narrativas maternas.

Tendo em vista que nosso objetivo é analisar como o discurso da maternidade ativa é construído a partir da blogosfera materna, nesse capítulo, refletimos acerca do funcionamento dos blogs, quem os constrói e participa, o que é esperado encontrar neste espaço e como esta prática discursiva é neles apresentada. Ressaltamos o posicionamento como sujeito ocupado pelas blogueiras, a guerra entre as mães, o viés ativista dessa prática e sua configuração enquanto maternagem intensiva.

3.1 A blogosfera materna: espaço de narrativa, acolhimento e ativismo

> *Ao considerar a movimentação feminina pela estrutura social ao longo da história, mudanças substantivas foram registradas em pesquisas das mais diversas áreas, e que podem ser observadas cotidianamente. Tudo se transforma rapidamente*

---

aleitamento materno exclusivo até os seis meses e misto até dois anos de idade ou mais (GRUPO DE APOIO À MATERNIDADE ATIVA, 2020, on-line).

> *nas relações das mulheres com o trabalho, com os recursos tecnológicos, com o entorno sociocultural, mas uma coisa permanece constante: a maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres atuais. Na pauta de mulheres que utilizam ou trabalham no computador cotidianamente e fazem do acesso aos blogs espaço próprio, espaço de expressão.* (BRAGA, 2008, p. 61)

A palavra blog, derivada de *weblog*, designa uma ferramenta da internet que funciona como uma espécie de site pessoal em que podem ser publicados textos dos mais variados assuntos e que tem principais características a informalidade e a interatividade. Criados em 1997, os blogs se popularizaram na primeira década dos anos 2000 dada a facilidade para edição, atualização e manutenção de páginas on-line. Diferentemente da web até então em voga, baseada na produção de sites, programas e aplicativos por empresas, as transformações no universo on-line na virada do século tornaram-a cada vez mais colaborativa possibilitando que os internautas pudessem ser produtores de conteúdo e não apenas consumidores. Por não necessitar de conhecimentos da linguagem da programação, os blogs tornaram-se ferramentas acessíveis a qualquer usuário, de fácil administração de conteúdo e que permitem interação com o público leitor e com blogs de temas relacionados. Com narrativas em primeira pessoa e temática livre ou direcionada, uma ou mais pessoas podem publicar textos de sua autoria ou escritos por outras pessoas nos blogs. Os textos, chamados de *posts* ou postagens, aparecem na página por data de publicação (do mais recente ao mais antigo). O acesso é público e, na maioria dos casos, há espaço para comentários permitindo aos leitores a possibilidade de opinar, de criticar ou fazer sugestões aos textos, assim como de receber dos autores respostas às suas colocações.

Além de reunirem informação especializada, sugestões e links para outras páginas da internet relacionadas, os blogs funcionam como diários pessoais, o que pode levá-los a serem entendidos como uma extensão das formas anteriores de narrativização feminina, no caso dos blogs maternos (LOPEZ, 2009). Para a pesquisadora Isabela Lemos Arteiro (2017), os blogs voltados à escrita de si e para si se caracterizam por serem confessionais ou testemunhais e se diferenciam daqueles de cunho informativo, assim como dos comerciais. A autora ressalta que esse tipo de escrita é também uma escrita para o outro, num movimento dialético de singularidade e alteridade, em busca de legitimação no campo social. Nesse sentido, os blogs

funcionam tanto para elaboração da experiência materna (ARTEIRO, 2017), através do relato de sentimentos e expectativas, quanto como um espaço de escuta e de acolhimento (PESCE; LOPES, 2020), como local para troca de experiências, como redes virtuais de apoio (CORREA, 2012). Na medida em que as narrativas se tornam públicas e podem ser criticadas e influenciar outras leitoras, os blogs são mais do que espaços de interpretação e reformulação de experiências e angústias, são locais de escrita colaborativa, produtores de conhecimento (GARBIN, 2003) e de discursos. As mulheres que nele escrevem, podem fazê-lo não apenas em busca de desabafo e acolhimento, elas podem perfomar suas narrativas de forma a articular saberes, a militar por de determinadas práticas. Alex Primo (2008) sugere que, dada a essa configuração dos blogs, é possível compreendê-los como espaços coletivos de interação, pontos de encontro em torno de afinidades e causas coletivas.

De acordo com Fabiana Komesu (2010), os blogs dedicados a temas ligados à maternidade surgiram no Brasil no início dos anos 2000. Neles, as mulheres narram sua vida como mães à medida que criam seus filhos, relatam seus partos, relatam suas vivências, dividem angústias, dúvidas e felicidades relativas à maternidade e à maternagem, divulgam informações científicas quanto às formas de cuidado. As mulheres que o escrevem e o acessam o fazem em busca de informações, de conselhos, de apoio, de conexão com outras mães.

Adriana Braga, que analisou as interações verbais do blog *Mothern* entre 2002 e 2006, um dos primeiros dedicados ao assunto no Brasil[92], atribui seu sucesso a uma demanda social reprimida preexistente por um espaço de discussão acerca de temas sociais reprimidos (BRAGA, 2008, p. 260). Criado por duas publicitárias diante da ausência de representação midiática de uma mãe com a qual elas se identificassem, o *Mothern* passou a funcionar como local de questionamento da coerção social sobre o comportamento materno, em busca de modos alternativos de ser mãe e de educar as crianças com respeito à individualidade, em busca de comportamentos que desafiassem as tradições e que se caracterizassem pela busca de padrões considerados modernos de conduta (BRAGA, 2008, p. 271-272).

Várias autoras identificam nos blogs maternos que as narrativas neles contidas questionam o ideal de boa mãe apresentado pela mídia (LOPEZ, 2019; ABETZ; MOORE, 2018; ARTEIRO, 2018), como pretende o *Mothern*. Aline Fernandes de Azevedo Bocchi

[92] O sucesso do blog levou ao lançamento do livro *Mothern- Manual Mãe Moderna* (Editora Matrix), escrito pelas criadoras do blog Laura Guimarães e Juliana Sampaio em 2005 e inspirou a série de televisão *Mothern*, que estreou no canal GNT em 2006.

(2016, p. 311), que estuda a militância feminista na web, ressalta a importância capital do testemunho na produção de um efeito de verdade e como os gestos performativos de "curtir", "compartilhar" e "comentar" amplificam os efeitos sociais, fazendo circular interpretações específicas sobre a mulher e a maternidade. Para ela, os blogs maternos produzem outros modos de narrar as experiências maternas, como o parto e o nascimento, desorganizando o discurso médico estabilizado que governa e administra nossos corpos e reivindicando direitos femininos sobre o próprio corpo. Lopez (2009) refere que colocar em debate questões relativas à maternidade (considerada assunto privado) em público, expor os aspectos negativos ou ambivalentes de ser mãe, pode significar resistir à dicotomia entre boa mãe e mãe ruim e criar novas subjetividades: pode ser libertador. Nesse sentido, a autora considera os blogs maternos como uma prática resistente que desmorona as esferas públicas e privadas.

Para além do *Mothern*, outros blogs maternos ganharam destaque na web a partir dos anos 2000, funcionando com uma proposta semelhante, em que se pode notar a defesa e a crítica a comportamentos maternos idealizados e considerados tradicionais, espaços de trocas de experiências relativas à maternagem, de divulgação de informações e de construção de alternativas de cuidado infantil e de como ser mãe. Em nossa pesquisa, muitos foram os relatos de usuárias relativos à importância desse ambiente por permitir que as internautas entrem em contato com outras mães que estão passando por situações análogas, compartilhem suas experiências e conflitos, além de propiciar o acesso à informação, e receber acolhimento em suas dúvidas quanto à maternagem. Isso pode ser verificado, por exemplo, na postagem de Elba Oliveira, que defende como fundamental aliar-se a uma rede de mães, principalmente entre as mães de primeira viagem.

> Depois que passei a "conviver" com gente que nunca vi mais gorda (e talvez nunca veja) com quem passei a dividir as alegrias e os pesos da vida de mãe, passei a processar melhor minhas escolhas. Comprei brigas e causas. Criei e reatei laços, talvez a maior parte dos que tenho atualmente. Chorei com histórias de pessoas que nunca vou ver. Fiquei mais gente. Interagir com quem está vivendo os mesmos dilemas, neuras e culpas ensina a gente, no mínimo, a passar a entender decisões diferentes das nossas. Ensina a sair do próprio umbigo, do próprio útero e ensina a perceber que há muitas formas de ser "boa mãe" (OLIVEIRA, 2013, on-line).

Nesse sentido, a blogosfera materna, enquanto conjunto de blogs maternos, é compreendida como um espaço de aprendizado entre mulheres, de união feminina, de ajuda mútua, de sororidade, de transformação:

> mulheres ajudando mulheres a se libertarem de paradigmas sociais que nos oprimem. Mulheres ajudando mulheres a se libertarem de si mesmas, de seus próprios preconceitos. Mulheres ajudando mulheres a fazerem suas próprias revoluções, maternando para um mundo novo. Mulheres solidárias, irmãs. O famoso trabalho de formiguinha que se expande pouco a pouco e se materializa em filmes, em passeatas, em mudança de conduta médica… Mulheres, definitivamente nós somos as melhores amigas que a gente podia se dar. Aqui (e fora daqui) estamos todas de mãos dadas, somos todas irmãs. Mulheres de todo o mundo, uni-vos! (MARTINS, 2015, on-line).

Esses novos espaços virtuais, escritos em sua maioria por mães a partir de suas experiências pessoais, configuram-se assim como espaços de acolhimento, de debate, de esclarecimento entre mulheres, de autoria e de ativismo. Como sugere Bocchi (2016, p. 326), "o testemunho tem papel capital na produção de um efeito de verdade que sustenta, por assim dizer, a própria prática de militância" como prática de denúncia. O testemunho-denúncia, associado a conhecimentos científicos embasados em evidências científicas, ajuda a replicar e a construir práticas maternas alternativas às predominantemente defendidas na mídia e pelo discurso médico dominante.

3.2 Guerra entre as mães

A união virtual feminina em torno de questões relacionadas à maternagem e à maternidade, em busca de revoluções pessoais e por um novo mundo que a blogosfera propicia, valorizada por várias blogueiras e comentaristas nos textos analisados, esbarra recorrentemente em julgamentos quanto a atitudes maternas e formas de maternagem. São constantes as disputas em torno de verdades sobre como cuidar, como parir, como ser mãe, de acordo com as próprias internautas. Várias mulheres clamam em seus comentários e *posts* por tolerância e pela diminuição no julgamento das escolhas realizadas – que seguem as possibilidades e convicções pessoais – e apontam como posturas determinantes de modos de ser ou ofensivas podem afastar mães ao invés de acolhê-las. Aponta-se para pouca abertura para críticas, agressividade das palavras de moderadoras e coordenadoras de grupos, falta de diálogo entre grupos que defendem pontos de vista diferentes:

> talvez você se incomode com as enormes listas de "como ser uma grávida engajada, uma mãe engajada, uma blogueira engajada" etc. (...) Na teoria, é muito lindo lutar por um mundo melhor, juntar um monte de mães apaixonadas por seus filhos, criar páginas, blogs e sites, e sair querendo fazer projeto de lei, etc. e tal. Classe média é f*** né? Começa a teclar umas palavras de ordem e ignora completamente os demais… ou os subestima,

> mas vambora! (...) Mas, aí, então, contudo, você vai toda afoita se envolver com determinados grupos temáticos, no auge de sua recém-maternidade ou gravidez, e começa a escutar discursos que fazem o contraponto do-que-seu-médico-diz, mas com o mesmo tipo de postura – aquela que te considera "menos mãe", "menos inteligente", "menos responsável", "menos engajada"… blábla se você não fala e vive como o "movimento" prega. E, no fim das contas, você decide questionar não só a cartilha do doutor reacionário mas também a do doutor revolucionário. E pronto, você se torna o bode expiatório que o "movimento" precisava (POMBO, 2012b, on-line).

Nessa passagem, a autora aponta o tom prescritivo e autoritário da blogosfera materna em que as moderadoras ou o discurso veiculado em várias páginas acabam agindo muitas vezes como "grupos corporativos" querendo "ensinar a ser mãe, a comer, a amamentar, a parir, a educar, e que apesar de carregar a bandeira revolucionária, age como se você continuasse a ser aquela mulher do século XIX, que só tinha valor mesmo se fosse mãe" (POMBO, 2012b, on-line). Comentaristas ao texto corroboram este sentimento de desencantamento com a blogosfera materna e sua intolerância, composta por pessoas que se colocam no lugar de especialistas e condenam as escolhas de maternagem alheias, patrulham em nome do maternar crítico e criam leis que não podem ser questionadas. Para muitas mães falta debate sincero, falta acolhimento, há muito fanatismo. Uma comentarista afirma

> que essa estória de mãe humanizada está ficando igual religião, a minha é melhor a ponto final! O radicalismo está d+ e se tronando chato. O livre arbítrio não está sendo mais respeitável, uma mãe que precisa ou escolhe trabalhar fora é simplesmente colocada como uma mãe ruim e que não ama seu filho. Uma mãe que escolhe um parto cesárea é julgada como a pior de todas… Pessoal, vamos acalmar os ânimos e respeitar uns aos outros e suas opções sejam elas quais forem!!! Isso tá ficando pior que partido político, religião, e futebol!!!! (comentário apud RODRIGUES, 2013, on-line)[93].

Nesse ambiente, em que há a tentativa de controle das práticas defendidas, em que parte das integrantes tenta impor verdades como se fossem dogmas, várias mães apontam para a dificuldade em estabelecer um diálogo respeitoso, não prescritivo, não julgador que determina quem é mais ou menos mãe; dificuldade em questionar não só a medicina tradicional institucionalizada, mas também as técnicas a ela alternativas, que nem sempre são possíveis ou desejadas e tampouco são infalíveis (POMBO, 2012b). A falta de tolerância, a dificuldade no estabelecimento de um debate respeitoso, posturas consideradas fanáticas, retaliações e zombarias descritas nos relatos, traçam um panorama diverso daquele de união

[93]Optamos por não identificar as comentaristas das postagens para não expô-las. Por isso, quando citarmos um comentário, faremos a referência como neste caso.

feminina, retratando a blogosfera materna como “um ambiente de freqüentes discussões inférteis e até brigas” (OLIVEIRA, 2013, on-line). Em outras palavras, uma zona de guerra:

> os próprios termos citados: “militância”, “patrulha”, “xiita”, fazem referência à guerra e evidenciam o campo de batalha que isso se tornou. Mas que inimigo é esse? O sistema, o capitalismo, os publicitários, a mídia, os médicos irresponsáveis, os pedófilos, os traficantes não precisam se preocupar: as mães já estão ocupadas demais brigando umas com as outras. Considero essencial apostar numa sociedade melhor, resgatando o empoderamento feminino, a humanização dos atos, a dedicação, o toque, o afeto. Observemos, contudo, se estamos oferecendo todo o amor aos nossos filhos e reservando todo o ódio a quem pensa diferente (MENEGUIN, 2013, on-line).

Assim como Marusia Meneguin (2013) identifica uma guerra entre as mães, estudiosas do assunto (HAYS, 1998; DOUGLAS; MICHAELS, 2004; DARNTON, 1990; MILKIE et al., 2016, ABETZ; MOORE, 2018) também utilizam essa metáfora para se referirem a essas disputas entre as mulheres quanto aos modos de cuidar dos filhos, sobretudo entre as mães que trabalham e as que ficam em casa. Para as pesquisadoras Jenna Abetz e Julia Moore (2018) os embates entre as mães no ambiente virtual dos porquês suas escolhas de maternagem são melhores, além de criar rivalidades, são usados para impor certas condições de subjetividade, nas quais a boa maternidade depende de autoaperfeiçoamento contínuo e de capacitação individual para tomar as melhores decisões para suas famílias. A socióloga Sharon Hays (1998) considera que o ato de criticar as escolhas de outras mulheres decorre de um esforço materno para validar as próprias escolhas de maternagem diante de sua insegurança e da culpa que sente em meio às contradições culturais e às cobranças intensivas. Em busca de apoio de outras mulheres, em busca de práticas semelhantes, esses julgamentos contínuos intensificam as diferenças entre as mães e sugerem que não importa quais escolhas sejam feitas ou como: elas sofrerão críticas, levando as mulheres a sentirem-se fracassadas.

Ainda que os blogs propiciem a criação de um sentimento de pertencimento, reforcem crenças e fortaleçam convicções nas comunidades virtuais, o anonimato e os nichos criados on-line levam à desumanização de outras mães, ampliam a vergonha e a culpa (ABETZ; MOORE, 2018). A blogosfera materna parece cumprir assim um duplo papel: por um lado divulga informações, acolhe, une, arregimenta mães em prol de um ativismo maternalista e do empoderamento feminino; por outro, afugenta, condena, normaliza comportamentos e impõe formas corretas de maternagem e de ser mãe. Pretendendo contrapor-se ao discurso estabelecido pelo saber poder médico, considerado um campo de conhecimento erigido por

homens, através do debate e da participação política feminina, coloca em outros termos a disputa discursiva pela verdade da maternidade e do cuidado, deixando a cargo também das mães o patrulhamento dos comportamentos esperados. Abetz e Moore (2018) lembram que os blogs, se por um lado, permitem a construção de outras práticas sobre ser mãe, também têm o potencial de restringir identidades e práticas, funcionando como sites de vigilância social, onde os leitores julgam os detalhes íntimos da vida das blogueiras. Como argumenta Meneguin (2013), as mães estão ocupadas demais pregando suas verdades, brigando umas com as outras, reservando hostilidade às que pensam diferente para conseguirem união em prol de objetivos comuns.

A definição da blogosfera materna como um campo de batalha talvez seja a mais ilustrativa deste ambiente que promove acolhimento, união e incentiva o protagonismo feminino quando se está do mesmo lado ou se aceita a verdade apresentada, mas que, ao colocar mães em campos opostos na disputa discursiva pelas práticas legítimas e verdadeiras, tira o foco dos direitos reprodutivos, do empoderamento feminino e da luta pelo comum, reafirmando novos modelos, novas verdades, novos ideais de maternidade.

3.3 Comunidade utópica materna: verdade, liberdade e diversidade

A tensão externada pelas mães que se contrapõem a uma união feminina pelas causas maternalistas é evidente nos blogs analisados quando há espaço não moderado para comentários e publicações. Isso fica evidente no portal de blog*s Minha Mãe que Disse* (MMqD), de onde provêm muitos textos maternos que analisamos nesta tese. Criado por três mães blogueiras[94], tem a pretensão de constituir-se um site de divulgação de negócios voltados ao público materno e que possibilita a troca de experiências entre as mulheres já que, segundo as autoras "de que adianta esquecer as fraldas do bebê, sujar a blusa nova de cocô e dar suco vencido pra criança se você não tem com quem dividir (e rir) de suas gafes mamíferas?" (MINHA MÃE QUE DISSE, 2020, on-line).

O portal, que se apresenta como a maior base de dados da blogosfera materna feito por mães e para mães, reúne cerca de mil blogs maternos apresentando, segundo o próprio, uma variedade de posicionamentos relativos à experiência materna, além de moderar os

[94]As autoras do portal, Flávia, Mari e Roberta, como se denominam, são mães e autoras de outros blogs ligados à maternidade, *o Astronauta*, *Pequeno guia prática para mães sem prática* e *Piscar de olhos*, respectivamente (MINHA MÃE QUE DISSE, 2020).

comentários apenas quando são considerados extremamente ofensivos[95]. Considerando a repercussão das postagens a partir dos comentários das leitoras – há textos com mais de cento e cinquenta comentários –, assim como o volume dos blogs a ele associados, esse parece ser de fato o maior portal e o mais acessado da blogosfera materna entre julho de 2011 e setembro de 2016, período em que replica postagens de outras páginas. Essa interação, as disputas, concordâncias e acolhimentos verificáveis nas publicações desse portal, permitem compreender para além de como se posiciona a blogueira, a aceitação de suas propostas e reflexões entre as freqüentadoras. Por se configurar como um espaço em que era permitida a expressão sem moderação, nesse portal é possível perceber os enunciados e as práticas em disputa, os consensos e os dissensos. Por isso, o MMqD se tornou o principal *lócus* dessa pesquisa em blogs. A maior parte das publicações analisadas nessa pesquisa foram publicadas nesse portal ou em blogs a ele associados, como o *Ecomaternidade*.

Em contraposição a esse ambiente menos controlado, que permite uma aproximação do alcance desse discurso, das contradições e das disputas nele encerradas, também utilizamos como fonte para análise as publicações que conseguimos resgatar do portal *Vila Mamífera*, que promove um discurso delimitado como maternidade mamífera. Inaugurado em maio de 2013, contava com textos escritos por especialistas de diversas áreas, sessões de autores específicos e amplo espaço para que as mães publicassem seus relatos de parto, de amamentação, de cuidado com os filhos, etc. Criado pela doula Kalu Brum[96], uma das responsáveis pelo blog *Mamíferas*[97], o portal tinha como objetivo reunir informação sobre o assunto e ampliar o debate da maternidade ativa "aumentando o engajamento e a mobilização pela causa" (AQUISTAPACE, 2013).

O *Vila Mamífera* reunia vários blogs escritos por importantes nomes na mobilização em prol da humanização do parto e nascimento no Brasil. Alguns deles possuíam nomes que

[95]No MMqD, encontramos apenas um caso em que as responsáveis pelo portal admitem ter excluído ofensas, o texto escrito por Giuliana Vaia em 2013.

[96]Kalu Brum atualmente colabora para a Associação Nacional para Educação Pré-Natal (ANEP Brasil). Fundada em 2010, a entidade é regulada pela Organização Mundial das ANEPs que, por sua vez, faz parte da ECOSOC (Economic Social Counseling) da ONU (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-NATAL, 2018, on-line).

[97] O blog *Mamíferas* foi criado em 2007 por três mulheres que trocavam suas experiências de maternidade numa lista de discussão chamada Materna-SP: Kalu, Tata e Kathy (PULHEZ, 2015). A primeira postagem publicada data de 2018. De acordo com Kalu Brum, a necessidade de criar um canal para divulgar conhecimentos sobre maternidade, surgiu de sua vivência pessoal. Ela relata ter demorado muito para descobrir algumas coisas quando grávida de seu filho, nascido em 2007 de forma natural, após ter conhecido o GAMA. O blog surgiu assim para disponibilizar informação de qualidade sobre o parto às mulheres, em uma época em que haviam poucos blogs sobre o assunto no Brasil. O sucesso do *Mamíferas* e a constatação de que não havia informação reunida sobre o assunto, levou à criação do Vila Mamífera (LOPES, 2013).

remetiam à classificação dos seres humanos entre os mamíferos, como *Olhar Mamífero* de Kalu Brum, *Os Mamíferos*, espaço disponível para que os pais publiquem suas experiências de paternidade ativa e *Beleza Mamífera*, em que as autoras compartilhavam ideias a respeito da beleza natural, do feminino e da autoestima da mulher. Havia também sessões escritas por médicos como *Orelhas de Vidro*, do obstetra Ricardo Herbert Jones, o *Blog do Cacá* do neonatologista e pediatra Carlos Eduardo Correa, e por outros profissionais dentre eles fisioterapeutas, psicólogas, consultoras de amamentação, doulas, entre outros. O espaço reservado à fala das mães, nomeado de *Café Mãe*, tinha como finalidade criar e reforçar laços entre a comunidade mamífera, em um lugar acolhedor, aprazível, pacífico, de reforço de vínculos (VILA MAMÍFERA, 2018). Lançado em junho de 2014, o *Café Mãe* reivindica o lugar de primeira plataforma on-line de publicação coletiva "aberta para troca de experiências, conquistas e reflexões sobre a maternidade", que contava com textos de mães das "mais variadas tribos" e logo teria se transformado em "um grande sucesso na rede materna" (VILA MAMÍFERA, 2019, on-line).

O portal *Vila Mamífera* se constituía, assim, enquanto um site da web que reunia blogs com informações especializadas, sob a ótica da maternidade ativa, relacionadas à gravidez, ao parto, à amamentação e ao cuidado de filhos, além de se propor a abrir espaço para que as mulheres leitoras se colocassem, publicassem seus relatos de parto, suas angústias, suas experiências. O *Vila Mamífera* era descrito no site, como segue:

> Já imaginou uma vila onde crianças nascem o mais naturalmente possível, **crescem com respeito** e amor? Já pensou em um lugar em que a **mãe e o pai,** o homem e a mulher, o obstetra, a doula, o pediatra, a advogada, a enfermeira, a psicóloga, a consultora organizacional, o fotógrafo, a avó, convivem juntos compartilhando o sonho comum de uma vida mais consciente, para criar **filhos mais felizes**? Um lugar em que impera a beleza de verdade e não a ditadura do belo artificial? Um espaço de **acolhimento** do diferente e da raiz que nos sustenta em semelhança? Um lugar para buscar evidências científicas, mas também para papear, trocar experiências, crescer com a diversidade e fortalecer-se na **semelhança**? Um lugar com grandes nomes da humanização do nascimento, de quem apoia o parto livre, a amamentação exclusiva e prolongada? Um lugar com muita **brincadeira** ao ar livre, com comida farta e saudável nas tetas e na mesa? Um lugar para você entrar, **beber um Café** e falar sobre maternagem? Um lugar em que a **maternagem e a atividade física** andam de mãos dadas? Um lugar para sonhar junto, para ir à luta, criar oportunidades, fazer projetos? Um lugar para acolher, crescer e se multiplicar, até que toda mulher possa ter o direito de parir com respeito e amor, até que **todo bebê possa ser concebido**, gestado, parido e criado com consciência, com direito a brincar, mamar, crescer e alimentar-se

> naturalmente? Esse espaço existe. Essa é nossa **VILA MAMÍFERA** (VILA MAMÍFERA, 2019, on-line, negritos do autor, grifo nosso).

O *Vila Mamífera* pretendia, assim, constituir-se como uma comunidade que compartilhava e trocava experiências relativas à maternagem, engajada na defesa dos direitos reprodutivos femininos (de parir com respeito e amor) e dos direitos infantis (de concepção, de gestação, de parturição, de criação e de alimentação consciente) em prol de um futuro mais respeitoso, amoroso e feliz. Com vistas ao devir, o investimento é centrado na criança que se tornará o adulto do amanhã e pressupõe o fortalecimento entre os semelhantes, a prática de uma vida saudável (no que tange à alimentação natural, à amamentação, a prática de atividades físicas, às brincadeiras ao ar livre e ao respeito aos processos fisiológicos), consciente das escolhas feitas e embasada em evidências científicas.

Pressupõe-se também, nesta descrição, que há uma verdade a ser seguida e o *Vila Mamífera* se coloca como o portador, lugar de divulgação e esclarecimento de informações verdadeiras sobre a gestação, a maternidade e a primeira infância, que permite que as escolhas maternas sejam realizadas de forma consciente. A busca por informação especializada, por evidências científicas com grandes nomes da humanização do nascimento, compartilhada de forma horizontal entre pais, mães e profissionais da saúde neste espaço, levaria à conscientização dos cuidados necessários a serem escolhidos na criação dos filhos para que se tornem pessoas felizes, para que sejam respeitados.

A liberdade para expressar as experiências e reflexões quanto à maternidade e maternagem no espaço destinado aos relatos de mães também estava circunscrita a estas defesas. A descrição dos conteúdos passíveis de manifestação materna *Café Mãe*[98] sugere que mulheres deveriam estar alinhadas a alguns princípios, como apoio à amamentação e parto natural, para que seus textos fossem autorizados pela moderação e publicados na plataforma. Apesar do portal afirmar que estava aberto para a publicação de várias "tribos", caso mulheres favoráveis à escolha da cesárea ou contrárias à amamentação prolongada enviassem seus

[98]No portal, constava a informação: "O que gostamos de ver no nosso café: – Reflexões sobre gestação e criação de filhos, – Incentivo a brincadeiras e ao consumo consciente, – Parto natural, parto humanizado (sem apologias às cesáreas desnecessárias), – Relatos de Parto, – Dia a Dia do bebê e crianças: conquistas, fofurices, – Trabalho das Doulas, Enfermeiras Obstetras, Obstetrizes, Médicos Humanizados, – Incentivo e apoio à amamentação, – Desabafo em busca de orientações para uma maternagem ativa, – Textos que promovam à reflexão para uma gestação, parto e infância não medicalizada, – Criação por apego, – Textos que promovam a reflexão sobre a criação livre sem misoginia, homofobia e qualquer espécie de racismo ou desrespeito à religiões. O que você não vai ver por aqui:– Apologia às cesáreas desnecessárias, – Apoio ao desmame precoce, – Práticas violentas como treinamento do sono com choro ou apologia à violência; – Incentivo à sexualização infantil e misoginia; – Incentivo à medicalização" (VILA MAMÍFERA, 2018, on-line).

relatos ou suas angústias, tudo indica que tinham seus textos vetados, já que não eram admitidas "apologia às cesáreas desnecessárias", "apoio ao desmame precoce" ou "incentivo à medicalização" (VILA MAMÍFERA, 2018, on-line). O contato com o site demonstra quanto de fato as publicações lá realizadas estavam fechadas nesse circuito de semelhantes, ainda que se defendesse o acolhimento do diferente. As publicações maternas que analisamos passam esta impressão de um conjunto homogêneo, fechado e coerente de defesas; todas passavam pelo crivo das moderadoras antes de entrarem no ar. Não havia espaço para o contraditório, nem nos fóruns destinados aos comentários abaixo dos relatos. O *Café Mãe* era um espaço fechado, para uma comunidade específica, com conteúdo e perfil restrito.

O *Vila Mamífera*, neste sentido, corresponde a uma comunidade utópica, que professa a verdade sobre a maternidade e a maternagem, voltada ao futuro e centrada na criança, e que tem como uma de suas bases a união entre mães, pais e especialistas da humanização do nascimento. Uma comunidade utópica que para se firmar, assume publicar o que está em acordo com os princípios das moderadoras, não dando espaço assim ao campo de batalha da blogosfera materna que o MMqD , por outro lado, assume.

3.4 "É hora da Vila toda ir para o mundo"[99]

"É hora da Vila toda ir para o mundo". Assim é anunciado o fim do portal *Vila Mamífera* nas mídias sociais em 13 de agosto de 2018[100]. Naquele ano, apenas seis publicações haviam sido feitas, no dia 14 de março de 2018; em 2017 contamos catorze, entre março a dezembro[101]. Na sessão *Café Mãe,* os últimos textos possuem a indicação de terem sido publicados há dois anos e estão relacionados à decoração de chá de bebês e nomes de bebês com personalidades; o último relato de parto foi há três anos. Segundo informação da página do site no *Facebook*[102]:

> nessa semana enfrentamos problemas graves com o servidor do Vila que ocasionou na atual falta de acesso temporária. Estamos empenhados em recuperar os acessos e em breve estará de volta. Isso nos fez reavaliar

[99]VILA MAMÍFERA, 2020, on-line.
[100]Como o levantamento de postagens do site foi realizado em data posterior ao fim do portal, as publicações não continham mais a data exata de publicação, apenas a informação de há quantos anos foram publicadas. Por este motivo, a fim de referenciá-las, indicamos o ano aproximado da publicação tendo como referência o ano de 2019. Assim, onde se lia "há cinco anos", indicamos como referente ao ano de 2014.
[101]Não foi possível verificar o volume de publicações em anos anteriores devido à desativação do site.
[102]*Facebook* é uma mídia social e rede social lançada em 2004 em que é possível conectar amigos, compartilhar fotos e notícias, transmitir e assistir vídeos, criar eventos e grupos de conversa.

> prioridades e decidir: o Vila vai acabar! Estamos em novos tempos pessoais e de comunicação digital. O Portal voltará a ficar ativo para que leitores e autores possam salvar seus textos preferidos e depois toda essa experiência segue seu rumo. Estamos gratos pelo processo e satisfeitos com os resultados. Um fim para muitos começos (VILA MAMÍFERA, 2020, on-line).

A mensagem é acompanhada de um vídeo, trecho do filme norte-americano *Capitão Fantástico* (*Captain Fantastic*), lançado em 2016 e dirigido pelo diretor Matt Ross. Segundo as responsáveis pelo *Vila Mamífera*, o filme foi escolhido porque "faz refletir sobre o potencial humano, o papel dos pais e como um funeral deveria ser" (VILA MAMÍFERA, 2020, on-line). O longa conta a história de um pai que cria seus filhos na floresta longe de centros urbanos e é forçado a sair do isolamento após a morte de sua esposa; o trecho que acompanha o fim do *Vila Mamífera* é de seu funeral. O vídeo mostra pai e filhos cantando e tocando a música *Sweet Child O´mine*[103] durante a queima do corpo da mãe, a beira de um penhasco, em uma paisagem montanhosa. A música que começa lenta e melancólica, ganha alegria e contagia a todos que dançam ao redor do corpo em chamas. O vídeo ainda mostra o momento em que as cinzas são jogadas em um vaso sanitário de um aeroporto. O volume dos resíduos entope o vaso, tornando a situação motivo de riso.

O "funeral do site" é anunciado com um pouco de tristeza e muita comemoração pelos resultados alcançados. Restava descartar as cinzas do site no espaço cibernético[104]. É interessante notar que um site voltado ao público feminino materno escolha a cena de um filme em que a mãe se suicida, está ausente, só aparece como lembrança ou já morta. A opção do site por esse filme parece se fundamentar na opção por uma vida mais simples e natural, questionadora dos valores da sociedade de consumo. No entanto, o estado natural e harmônico em que aparentemente a família vive no início do filme, é aos poucos questionado, assim como a própria legitimidade do pai como figura de autoridade que determina as leis da convivência nesse mundo alternativo. O suicídio da mãe abala a unidade familiar, obriga-os a rever os termos de convivência, leva-os a romper com o isolamento de suas vidas e integrar-se a uma vida comunitária ainda que mantendo princípios de vida simples e natural, questionadora da ordem social.

---

[103] *Sweet child of mine*, da banda de rock norte-americana Guns N´Roses, foi lançada em 1987, em seu álbum de estreia *Appetite for Destruction*. A canção fez tanto sucesso que atingiu o primeiro lugar entre as músicas mais tocadas nos Estados Unidos em 1988. O inusitado dessa escolha é não ser comum esse estilo musical em funerais.

[104] O domínio foi desativado em 08 de março de 2019.

A personagem materna no filme, sempre ausente fisicamente ainda que motivadora de toda a trama pode dar margem a várias interpretações quanto ao papel materno e suas simbologias. Em primeiro lugar, é importante destacar que tudo que sabemos sobre ela é através do olhar ou da memória dos outros. Ela não é a protagonista e sua imagem é idealizada. Enquanto o pai é identificado com a lei e a racionalidade, a figura feminina é associada à natureza, à família, à infância, à inocência e a um lugar seguro e feliz[105]. Ao representar esta natureza acolhedora, a mãe parece cumprir o esperado nesse discurso. No entanto, é a mãe que coloca o conflito com a lei em cena, sua saída da natureza desestabiliza a vida na floresta. É ela que não sustenta, como pretendia o pai, a nova forma de vida, a união da família, a reprodução por tempo indefinido da vida no refúgio natural. É ela que aponta para o fracasso daquele projeto de felicidade através de seu suicídio.

O filme insinua que a mãe tinha dúvidas sobre a escolha feita pelo casal, como na ocasião em que, pouco antes de se suicidar, ajudou o filho primogênito a matricular-se na universidade sem o conhecimento paterno, boicotando o pacto familiar[106]. Essa inconstância, simbolizada pelo transtorno bipolar nela diagnosticado, levava-a a constantes internações por motivos psiquiátricos. Os afastamentos maternos da família assim como as dúvidas quanto ao estilo de vida optado podem sugerir sentimentos atribuídos à feminilidade como de proteção aos filhos, maior compreensão de suas necessidades (como cursar ensino superior) ainda que contrárias aos princípios do núcleo familiar, ações motivadas pelo amor materno. Podemos pensar também em sentimentos negligenciados como ambivalência materna (o que justificaria oscilações na presença e na ausência) e em questionamentos da própria estrutura familiar e do poder masculino, que a impedia de romper em vida com os acordos feitos com o marido quanto à criação dos filhos. A morte parece ter sido a única forma por ela encontrada para contrapor-se à relação estabelecida entre o casal e assim libertar os filhos da vida na floresta. Pode representar também a morte do sujeito que se submete ao estilo de vida ideal nesse discurso, da mãe que recusa o movimento naturalizante.

Dar cabo da própria vida, assim como o transtorno bipolar da mãe, também pode ser interpretado como um sentimento de inadequação ao mundo atual, ao modo de vida norte-

---

[105]Dentre as passagens no filme em que poderíamos identificar essas associações, a música cantada no funeral da mãe é uma delas. Sua letra faz referência a como a memória da pessoa remete a recordações da infância, a um lugar especial quente e seguro, sem dor; a um refúgio que a criança poderia esconder-se para aguardar passar a tempestade. Na ausência da figura a que se destina a música, pergunta-se repetidas vezes, para onde vamos agora.

[106]O filho acusa o pai por sua morte, dada a insistência em se manterem isolados apesar da depressão materna.

americano. Nesse sentido, de certa forma, o desenrolar do filme demonstra que este sentimento de não lugar não é resolvido e, pelo contrário, pode criar outras complicações em sua decorrência, como o filho que se sente estranho por não conhecer o mundo, além do suicídio da mãe que demonstra o fracasso da cura, o fracasso de um projeto de outro mundo que negue toda relação com o mundo atual e que identifica neste lugar e no outro a origem de todos os males. Seu suicídio, assim, pode ser interpretado de várias formas: apenas como resultado de uma doença mental (como a maior parte das críticas parece sugerir), como o fracasso do projeto ideal de vida anticapitalista, pelo amor aos filhos (a única forma de libertá-los de um pai autoritário), como resistência ao sistema patriarcal e ao modelo de família e de maternidade seguido.

Capitão Fantástico expõe os conflitos entre esse ideal de família (possível entre brancos e abonados), de maternidade, de cuidado, de resistência à sociedade de consumo norte-americana e de conexão com a natureza e as possibilidades concretas de realizá-lo satisfatoriamente. Ao associar-se a esse filme e em especial ao funeral da mãe, teria o *Vila Mamífera* se associado também ao fim (ou ao menos reconhecido os limites) desse projeto utópico de família e de sociedade? Teriam as mães que criaram o blog deixado de acreditar no movimento e suicidado o projeto? Teria esse discurso maternalista perdido força, capitulado na disputa por aceitação ou apenas o espaço de interlocução teria se alterado, como sugere a postagem do portal?

Difícil afirmar. É fato que o fim do portal quase não teve repercussão, já não havia adesão a ele[107]. Estava morto, antes do anúncio do suicídio. Acompanhando as transformações da internet[108], parte dessa discussão migrou para grupos do *Facebook* e *Whatsapp,* ferramentas que permitem selecionar os membros por afinidade[109], garantem uma circulação mais controlada do conteúdo postado, que deixa de ser público acessível a qualquer internauta

[107]No *Facebook*, há apenas um comentário de lamento na postagem de anúncio do fim do portal.

[108] O blogs perderam força na segunda década do século XXI, tendo seus conteúdos migrados para redes sociais, ainda mais interativas e com textos mais curtos. O fenômeno é recente, quase não há literatura especializada sobre o assunto. Encontramos apenas algumas reflexões de jornalistas quanto ao fenômeno no Brasil. Em 2015, o jornalista Pedro Doria (2015) identificou que os blogs estavam acabando, derrotados pela necessidade de curvar-se ao que é "viral" nas redes sociais, a tudo aquilo que é de fácil assimilação, que causa impacto, que é raso. Gerusia Florêncio (2019), por sua vez, admitiu em 2019 que "a sensação que predomina é de que as redes sociais (*instagram, facebook, youtube*) engoliram os blogs". Segundo ela, a necessidade de criar um diário virtual e de compartilhar dicas de consumo foram os principais fatores para o grande e rápido sucesso dos blogs, que tiveram sua era de ouro nos anos 2000.

[109]Em algumas situações é necessário responder algumas perguntas para aprovação de entrada no grupo que comprovam a filiação ao tema.

como nos blogs[110] e funcionam a partir da busca por informação de forma mais rápida e interativa. Dentre os grupos maternos que mapeamos com maior número de seguidores, não encontramos intitulados como mamíferos ou com relação direta entre maternidade e natureza, ecologia, sustentabilidade ou instinto[111], o que sugere que os enunciados de mamiferização materna perderam força no discurso maternalista brasileiro mais recente

3.5 Quem são e como se identificam as mães ativas na blogosfera

A maioria das mulheres que escreve nos blogs pesquisados, de acordo com as informações disponíveis e o que conseguimos aferir a partir das fotos, é branca, com formação em nível superior, casada, heterossexual, tem um ou dois filhos e tem entre 30 e 40 anos[112]. A escolaridade e as profissões dessas mulheres indicam que compõem classes médias e altas. É recorrente a identificação entre elas como integrantes de uma classe média nos blogs, como Mari Sá (2011). Dentre as blogueiras que citamos nessa tese, Lia Miranda é tradutora e pesquisadora; Anne Rammi é arte-educadora, design de interiores e cantora; Carol Garcia e Mariana são radialistas, Nine é nutricionista e servidora pública. Várias blogueiras possuem ensino superior e pós-graduação como Marisa, doutora na área de Linguagens em Londres; Lígia Sena doutora em Farmacologia e doutora em Saúde Coletiva; Carolina Pombo doutora em Ciências Sociais; Mariana, Elisa e Celina, comentaristas do texto de Lígia, também possuem doutorado. A maioria delas mora em grandes cidades brasileiras, como Lia Miranda em Brasília, Mariana Zanotto em São Paulo, Carol Garcia em Bauru, Lígia Sena em Florianópolis, e no exterior como as editoras do MMqD Flávia na Espanha e Roberta em Cingapura, e Marisa Silveira do *EcoMaternidade* nos Estados Unidos. Vários relatos apontam para como o debate materno nos blogs está restrito a esse perfil de mulheres. Algumas

[110]A dinâmica também é outra, na medida em que há poucos arquivos fixos nos grupos. A busca por informação é feita de forma mais imediatista e não através da consulta de textos de especialistas, como acontecia no *Vila Mamífera*, por exemplo. É muito comum que os membros publiquem dúvidas nos grupos e aguardem as respostas dos demais sobre o tema.

[111]Dentre os grupos maternos que mapeamos, os que possuem maior número de seguidores são *Criação com Apego* com quase 25 mil seguidores em março de 2019 e *Parto Natural* que em 16 de março de 2019 chegou a 60 mil membros. Motivo de comemoração da criadora do grupo *Criação com Apego*, que considera "somos o maior grupo do *Facebook* exclusivamente dedicado ao compartilhamento de informações, experiências e evidências científicas sobre parto", a maioria das publicações se constitui de relatos de parto e solicitações de indicações relacionadas ao parto (CRIAÇÃO COM APEGO, 2019, on-line).

[112]Não há sempre informações detalhadas das blogueiras, por vezes nem o sobrenome, o que nos impossibilita de traçar perfis precisos de cada uma delas. Traçamos os perfis a partir do que está público e do que era divulgado nos blogs à época.

blogueiras reconhecem que são privilegiadas como as comentaristas ao texto de Paula Abreu (2013) que afirmam: "não podemos deixar de lado a perspectiva de que somos privilegiadas, muito privilegiadas" e "eu sou mega privilegiada e sei disso!". Outras apontam para os problemas que a apropriação do debate relativo à maternagem e da luta por outras formas de maternar exclusivamente pela classe média pode gerar ao desconsiderar a realidade da maioria das mulheres brasileiras que não tem acesso a esse tipo de informação ou atendimento (comentário apud POMBO, 2012b, on-line)

Esse é o perfil das principais blogueiras que citamos neste trabalho, e das frequentadoras de outros blogs maternos, como constatou Adriana Braga em sua pesquisa sobre o blog *Mothern:* mulheres de classe média, na faixa de trinta anos, com grau de instrução superior, profissionais que lidam com o computador diariamente, usuárias leigas dessa tecnologia e que já viveram a experiência da maternidade (BRAGA, 2008, p.15). Christina Bobel (1999), em sua pesquisa com as mulheres adeptas da maternagem naturalista nos Estados Unidos, observa como a maioria dessas mulheres é branca, de classe média, com capital cultural e heterossexual. Para a autora, esses privilégios de classe, de raça e de orientação sexual criam as condições que permitem a opção por essa forma de maternagem e a possibilidade de sofrer menos ataques por suas escolhas, o que dificulta que a maternagem naturalista se torne um estilo de vida possível para qualquer mulher. Bobel refere que as praticantes não reconhecem essas condições; para elas, parece tratar-se apenas de uma questão de escolha pelas práticas naturais consideradas econômicas, menos consumistas, menos tecnológicas, mais sustentáveis.

No Brasil, as autoras que trabalham com o tema, apontam como o ideário da humanização do parto e dos métodos alternativos de nascimento e criação é restrito às classes médias urbanas (ALVES, 2012; CARNEIRO, 2011; HIRSCH, 2014; POMBO, 2013; PULHEZ, 2015; SALEM, 2007; TORNQUIST, 2004). Carneiro, ao fazer uma etnografia das práticas femininas de parto humanizado dos anos 2000 em grupos paulistas de preparo para o parto, identifica o mesmo perfil de mulheres que Bobel (1999), em sua maioria, brancas, heterossexuais e portadoras de capital cultural (CARNEIRO, 2011, p. 302). Tornquist também ressalta o perfil intelectualizado das adeptas que:

> detêm parcelas consideráveis de poder e, qualitativamente, podem fazer a diferença nos lugares onde atuam, posto trabalharem em espaços de saber-poder – universidades, hospitais, órgãos públicos – e priorizarem a produção ideológica como um instrumento de mudança. Como cidadãos globalizados,

> cosmopolitas, intelectualizados e, não raro, capitalizados, têm costumes e hábitos de alto custo: lêem e compram livros, viajam muito de avião e de carros equipados com ar condicionado, usam e abusam da Internet, tiram férias em lugares paradisíacos, moram tanto em cabanas, ao estilo rústico, como em casas que poderiam ser classificadas de mansões (TORNQUIST, 2004, p. 45).

Estas mulheres privilegiadas, brancas, intelectualizadas, heterossexuais e provenientes das classes médias e altas, que escrevem na web e participam dos debates nos *posts* na última década, são em maior ou menor medida engajadas na causa materna, como referem blogueiras como Carolina Pombo (2012) e Anne Rammi (2013), e assumem uma postura crítica contra regras sociais e a medicina institucionalizada. É recorrente nas publicações as mulheres considerarem-se alternativas ao que é imposto pelo sistema e ou naturalista por defender os princípios da maternidade ativa, como direito de parir com dignidade, rejeição das intervenções pediátricas desnecessárias no recém-nascido, amamentação em livre demanda, comidas naturais, rejeição ao uso da chupeta, defesa do uso de *slings* para aproximar os corpos da mãe e do bebê. A blogueira Cláudia Rodrigues descreve estas mulheres conectadas na rede materna como questionadoras do *status quo*, como "uma nova geração de mulheres" preocupadas com os primeiros anos de vida da criança, considerados os mais importantes para a formação de personalidade, de caráter e de hábitos (RODRIGUES, 2013, on-line). Segundo ela, essas mães entendem a maternidade como prazer e não como fardo, criticam a terceirização da maternidade e não têm medo de saber mais, o que provocaria a ira das "defensoras do sistema vigente" que "gritam que não são *menos mães* porque são mães à moda do mercado" (RODRIGUES, 2013, on-line). Esta postura questionadora das convenções sociais e da medicina institucionalizada considerada intervencionista é unânime nos blogs analisados – ainda que nem todas as mulheres coloquem em polos opostos as que defendem e as criticam o que chama de "sistema vigente" e quais são as melhores e as piores mães – e é uma característica importante para compreensão do perfil das blogueiras e do discurso veiculado e construído na blogosfera materna.

Algumas mulheres referem que devido às escolhas críticas ao *status quo* que fizeram quanto ao nascimento e cuidado dos filhos são chamadas de forma pejorativa de *riponga, natureba, hippie, índia, maluca da família, ecochata, cirandeira*, "aquela que quer sentir dor, que está colocando em risco sua vida e de seu bebê" (BASTOS, 2014, on-line). A associação entre escolhas consideradas mais naturais de parturição e experiências neohippies, também verificada por Rosamaria Carneiro (2011) em sua pesquisa, fica evidente no relato de uma

mãe que assume ter tido essa visão preconceituosa, alterada após informar-se e ter concluído que essa era a melhor alternativa:

> eu não sou riponga. Não sou alternativa, não tenho sovaco cabeludo. Eu como porcaria às vezes (tá, bastante). Nunca cogitei chamar meu filho de Anauê Sidharta, nem parir embaixo da bananeira em contato com a mãe terra. Tenho amigas "naturebas" e respeito enormemente quem escolhe parir seu filho naturalmente porque se alinha com essa visão. Mas eu sou *nerd*, urbana, estressada, obcecada por leitura, neurótica, pesquisadora. E no final das contas deu tudo no mesmo, porque quanto mais eu lia (e eu li muito), mais eu via que o parto que eu queria era o da riponga-sovaco-cabeludo mãe do Anauê Sidharta (STABILE, 2014, on-line).

O relato dessa mãe é interessante por mostrar como se acredita que as mães que optam pela maternidade ativa estão em lugares opostos àquelas que não questionam a medicalização do nascimento e o controle dos especialistas sobre a maternagem, entre as defensoras e as questionadoras do sistema vigente considerado prejudicial às mulheres e ao bebê. Se, por um lado, compreender que o movimento não é homogêneo pode contribuir "para a desnaturalização da ideia de que partos 'mais naturais' seriam experiências de 'neohippies'", como aponta Carneiro (2011, p. 301)[113], por outro, percebe-se que há nelas um ímpeto em diferenciar-se das mães não críticas ao sistema, ainda que sob outras designações.

Em sua tese de doutorado, Olívia Hirsch (2014) afere que entre as mulheres de camadas médias, a adesão a esse modelo de nascimento está relacionada à crítica da medicalização excessiva predominante no sistema de saúde privado e na ênfase dada à participação feminina no processo do nascimento e às sensações corporais e emoções vivenciadas, que acreditam ter potencial transformador de suas subjetividades. A busca é pelo reconhecimento da mulher enquanto indivíduo, com liberdade e autonomia para fazer escolhas sobre os procedimentos que serão realizados em seus corpos[114]. Entre as mulheres das camadas populares, no entanto, a desmedicalização não é um desejo predominante, funciona mais como uma moeda de troca, como uma condição que as mulheres aceitam ser

[113]Essas considerações levam Carneiro a uma conclusão diferente de Tornquist, não associando as adeptas da humanização dos dias atuais a uma continuidade dos ideais da contracultura, de uma vanguarda ou como *neohippies*. A autora refere que há uma multiplicidade e diversidade de mulheres participando dos encontros pesquisados quanto à profissão, à orientação espiritual, a estilos de vida, às experiências anteriores de parto, assim como quanto à concepção de dor, de saúde e de risco.

[114]No mesmo sentido, Rosamaria Carneiro (2011, p. 301) refere que enquanto muitas ativistas defendem a naturalidade do nascimento, algumas mulheres que optam por um parto "mais natural" o fazem não em nome de uma naturalidade em busca do reconhecimento de sua "singularidade, sua diferença seus anseios, suas expectativas". Para a autora, seus corpos são positivados enquanto possíveis fontes de satisfação e ponte para o contato com o sagrado imanente; seus corpos que não são compreendidos de forma fragmentada, mas em sua totalidade.

submetidas na casa de parto em busca de um tratamento mais respeitoso fugindo da violência obstétrica tão comum nos hospitais brasileiros. Isto porque, os profissionais de saúde das maternidades públicas são acusados de:

> não reconhecerem na parturiente uma "pessoa", para além do corpo que dá à luz. Sem nome, identidade, história e às vezes na "solidão" de uma enfermaria coletiva – tendo em vista que ainda hoje algumas instituições rejeitam a presença de acompanhantes, a despeito da existência de leis que a prevêem – essas mulheres dão à luz, com medo e em silêncio, temendo desagradar profissionais de saúde atentos apenas à anatomia e à fisiologia, isto é, à chamada "máquina do corpo". Em suma, enquanto para as mulheres do Grupo 1 o que se almeja é ser reconhecida como "indivíduo", para as mulheres do Grupo 2, o que se busca é ser reconhecida como "pessoa" (HIRSCH, 2014, p. 23).

A autora conclui, assim, que entre mulheres das camadas populares a busca é pelo reconhecimento de sua individualidade e de sua história, ainda que seja uma "individualização" transitória e temporária. A centralidade da busca de outra forma de parir não está nesse caso, portanto, na valorização de princípios naturais, mamíferos ou ecológicos, ainda que esses elementos estivessem presentes nos cursos de gestante proferidos na casa de parto pública a que tinham acesso. A análise de Hirsch, assim como a de Bobel, parece confirmar que os privilégios de raça, de classe e de orientação sexual são determinantes para a adesão a formas naturalistas de parturição e de cuidado. As mulheres pobres, em sua maioria negras e pardas, nas raras ocasiões em que têm acesso a um atendimento humanizado no pré-natal, parto e pós-parto, submetem-se à prática a fim de fugir da violência obstétrica e em busca de um tratamento de saúde respeitoso.

Os dados relativos ao nascimento no Brasil ajudam a compreender esse quadro. Estima-se que uma a cada quatro mulheres no país sofra violência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS) (AGUIAR, 2016). Segundo dados da pesquisa *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento*, coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz, de 2014, 56,2% das mulheres das classes D e E são usuárias do SUS, contra 43,9% da classe C e 20,9% das classes A e B. Em relação à cor da pele, 49,4% das mulheres negras são usuárias do SUS, contra 46,9% de pardas, 64,6 % de indígenas, 53,3 % de orientais e apenas 28,8 % de brancas. Ainda que a violência obstétrica também faça parte da realidade dos hospitais privados, no SUS ela é usual[115], o que leva as mulheres pobres,

[115]De acordo com a presidente da ONG Artemis Raquel Marques, "no SUS existe uma postura, por parte dos profissionais, de que a mulher não tem escolha, e que prevalece apenas a decisão do médico. Na rede suplementar, ao contrário, as mulheres têm um mínimo poder de escolha, apesar de serem induzidas a escolher o

negras, adolescentes, presidiárias a sofrerem mais violência dos profissionais de saúde, que sentem autorizados a puní-las por seus erros, por suas escolhas, por machismo, julgamento da vida sexual, idade, ou por preconceitos morais, sociais e raciais (AGUIAR, 2016).

Karoline Miranda (2016, on-line), por exemplo, em seu relato de parto publicado em seu blog *Uma Mãe Feminista*, relata que considerou "idiota" a prioridade de sua mãe antes de levá-la ao hospital para o parto: lixar os pés e limpar possíveis "cascões" do pescoço: "ela não queria que enfermeira nenhuma me achasse "favelada", porque sabia que se isso acontecesse, eu seria maltratada". Em sua experiência no hospital público, compreendeu o temor de sua mãe ao testemunhar o desejo de uma médica de que uma adolescente negra sofresse na sala de pré-parto lotada porque, em sua avaliação, estava drogada e fedia, e os risos dos profissionais de saúde aos gemidos de uma senhora negra angolana. Segundo Maria do Carmo Leal (2017), a razão de mortalidade materna é duas vezes e meia maior em mulheres pretas do que em brancas no Brasil, e as puérperas daquela cor, em comparação às brancas, possuíam maior risco de receberem um pré-natal inadequado e de terem que peregrinar por hospitais para a realização do parto, menor índice de acompanhante durante o parto, além de receberem menos anestesia local para episiotomia [116].

A análise desse quadro demonstra como o recorte de classe e de raça muda a perspectiva em relação ao parto. Dessa maneira, é fácil concluir que as mulheres pobres, sobretudo pardas e negras, sequer têm atendimento médico garantido (vide as taxas de mortalidade materna) e quando o têm é marcado pela violência. A essas mulheres, não há a possibilidade real de escolha por um parto humanizado ou natural; poucas são as casas de parto públicas ou os hospitais que investem em atendimento humanizado no país: "a autonomia está relacionada a condição de pagante" (DINIZ, 2006 apud DIP, 2013, on-line). Para mulheres que mal têm acesso ao atendimento médico hospitalar, não há a possibilidade de prescindir dele.

---

que não querem. E eles douram a pílula, não há tantas agressões verbais. Já as violências obstétricas no SUS são bastante normais, as pessoas já entram esperando ser maltratadas" (AGUIAR, 2016, on-line).

[116]Episiotomia é um corte na área entre a vagina e o ânus chamada de períneo para ampliar o canal de parto realizada corriqueiramente nos partos vaginais. O Ministério da Saúde brasileiro reconhece não existirem evidências confiáveis de que o uso indiscriminado ou rotineiro dessa tenha um efeito benéfico para a mulher e o bebê, porém há evidências claras de que pode causar dano. Considerada desnecessária na maioria dos casos, a prática é compreendida como violência obstétrica quando não consentida pela parturiente e pode gerar complicações de saúde, diminuição da sensibilidade e dor nas relações sexuais (BRASIL, 2018). A costura após o corte pode gerar ainda mais uma violência, o *ponto do marido*, quando se 'aperta' a entrada da vagina, com o intuito de torná-la mais estreita, teoricamente aumenta a satisfação sexual masculina. São frequentes as complicações decorrentes desse método como dor na vulva ou vagina, cicatrizes e deformidades, que levam à necessidade de correção cirúrgica posterior (DINIZ, 2006, on-line).

Em relação à orientação sexual, há poucos dados no Brasil quanto à adesão às práticas naturais de parturição ou à maternidade ativa. A presença predominante de mulheres heterossexuais nesses meios sugere que o discurso veiculado afaste pessoas com outras escolhas identitárias e orientações sexuais dessas possibilidades. Em parte, isso pode ser explicado pela defesa marcada pela influência da psicanálise desde os anos 1970 no Brasil da importância da participação masculina em todo o processo, constituindo o casal grávido (SALEM, 2007). Hirsch (2014, p. 320) afirma que as mulheres parecem expostas a um modelo ideal de mulher e de parturição e que a "heteronormatividade certamente é um desses aspectos". Ela relata que essa questão foi alvo de críticas por parte de um casal de lésbicas em uma aula de parto que presenciou.

Nos blogs pesquisados, não há publicações que debatam a maternidade e a maternagem a partir das perspectivas das mulheres negras, das indígenas ou das homossexuais. Ainda que MMqD possua mais de mil páginas associadas, blogs como *Maternidade Lésbica, Maternidade Dupla* e *Naná Maternidade Negra*, não integram o portal. Para Dany Santos, que escreve no blog *Quartinho da Dany*, não há blogueiras negras na blogosfera materna, "porque tempo é privilégio da branquitude" (SANTOS, 2017, on-line). Mayara Assunção, por sua vez, criticou em 2017 o silêncio da blogosfera materna quando *memes*, charges e piadas racistas circularam na rede após as falas da atriz Tais Araújo relativas aos desafios de criar crianças negras num país estruturalmente racista o que, segundo a autora, é comum e rotineiro para as mães negras (ASSUNÇÃO, 2017). Em sua análise, as pessoas brancas não querem abrir mão de seus privilégios e as lutas das maternas feministas que falam sempre de bem-estar e melhorias no universo infantil "não vão além de nenhuma melhoria que esteja fora do seu círculo e da sua proteção"[117] (ASSUNÇÃO, 2017, on-line). Em relação às mães não casadas, o que se convencionou chamar de maternidade solo, o debate já tem se expandido nas redes apesar do preconceito, como nas importantes iniciativas de Thaiz Leão que escreve as tirinhas *Mãe Solo* e em 2019 publicou o livro *O Exército da Mulher Só* e Helen Ramos vlogueira do canal *HelMother* no *YouTube* que conta com mais de 159 mil inscritos.

Nesse panorama que traçamos quanto ao perfil e a posição que ocupam como sujeito as blogueiras da rede materna, ressaltamos os privilégios de raça, de classe e de orientação

[117]Mayara Assunção (2017, on-line) afirma que se preocupa que "nessa onda por uma Maternagem cada vez mais Humana, a questão racial esteja ficando de fora", e se pergunta: "é Humano para quem? Maternar é para quem? Exercer uma maternidade ativa e responsável é mesmo fechar os olhos para as falas de Mães Negras? Estamos lutando por toda igualdade, menos quando ela é Racial?

sexual determinantes para a adesão às formas naturalistas de parturição. O não reconhecimento desses privilégios, os quais dificultam que a maternidade ativa se torne um estilo de vida passível de ser escolhido por qualquer mulher, possibilita o julgamento das mães que não aderem às práticas consideradas ideais, como se a decisão dependesse apenas de uma disposição individual. Nesse sentido, Carolina Pombo (2013) considera que esse ativismo tem se dirigido ao mercado de consumo e muito pouco às políticas públicas e que as ativistas, ao colocarem-se dominantemente como consumidoras ao invés de cidadãs, acabam ignorando a condição social e econômica mais amplas nas quais estão inseridas e acirrando diferenças entre identidades maternas e entre classes sociais.

Identificamos também que, se por um lado há uma identificação positiva com o que é considerado natural, por outro há um incômodo com identificações que remetam a este universo, ainda que as escolhas feitas quanto à maternagem não se diferenciem fundamentalmente da mãe estereotipada *riponga-sovaco-cabeludo*. Essa distância que se pretende tomar pode indicar não só a dificuldade em assumir posturas pouco usuais no mundo contemporâneo, mas também uma rejeição feminina em assumir todas as recomendações da maternidade ativa ao entender que praticá-las integralmente seria radical, se não impossível.

3.6 Mulheres do mundo, uni-vos![118]

Quando a blogueira Gabriela Martins, ao fazer alusão à importância dos grupos maternos na blogosfera sentenciou "mulheres do mundo: uni-vos" (MARTINS, 2015, on-line), em referência ao chamado à revolução proletária presente no Manifesto Comunista de 1848, ela explicitou como a mulheres engajadas na maternidade ativa percebem-se em relação a esse discurso: buscando união entre iguais, como revolucionárias da transformação social. Mais do que mulheres-mães usando o espaço dos blogs para significar suas experiências maternas, como em diários pessoais e grupos coletivos de escuta feminina, ou como divulgadoras de práticas alternativas de maternagem, essas mulheres assumem um ativismo em defesa dos direitos reprodutivos femininos e dos direitos infantis de cuidado com vistas ao futuro, à transformação da humanidade e do planeta. Esse ativismo pela causa materna, que teria crescido no começo da segunda década do século XXI, é assumido por Kalu Brum, criadora do blog Mamíferas e do portal Vila Mamífera (AQUISTAPACE, 2013).

[118] (MARTINS, 2015, on-line)

Cláudia Rodrigues (2013) descreve as blogueiras como uma nova geração de mulheres, como pioneiras e militantes por mudanças nas formas de cuidado. Carolina Pombo (2012) refere que as mulheres que escrevem e debatem nas redes maternas na última década são, em maior ou menor medida, engajadas na causa materna. Em nossa pesquisa, identificamos nos blogs pesquisados a preocupação das blogueiras em torno de bandeiras como o fim da violência obstétrica, a humanização do parto e do nascimento, o empoderamento feminino, maternidade ativa e feminismo, quer se reconheçam ou não como militantes. Adriana Braga, em 2008, já percebia a tendência de crescimento do ativismo nas mídias sociais, ao considerar que após o resultado bem-sucedido do *Mothern*, passou a fazer parte do objetivo das blogueiras a criação de uma teoria materna que pudesse "catequizar" as mulheres interessadas (BRAGA, 2008, p. 262). A blogueira e militante Anne Rammi[119], por sua vez, identificava em 2013 "pontos de agitação" na web, comparáveis aos fenômenos militantes de outras causas, um conjunto de informações baseadas em experiências reais de mulheres-mães, com manifestações de escolhas, preferências, opiniões, fatos, estudos e ideologias na esfera da maternidade (RAMMI, 2013, on-line).

O próprio termo maternidade ativa em torno do qual as blogueiras debatem e se mobilizam na blogosfera, remete à atividade, a um ativismo, que se contrapõe a uma passividade enquanto mulher, mãe, paciente, consumidora e cidadã. A antropóloga Mariana Pulhez (2015), que estudou o blog *Mamíferas* e entrevistou suas fundadoras, observou três significados que se complementam atrelados à noção de maternidade ativa: a defesa da felicidade e do prazer nas práticas maternas; a possibilidade de realizar escolhas conscientes pautadas numa visão crítica do que é tido como ciência; e a igualdade entre os membros do casal (em acordo com o projeto de casal grávido identificado por Salem nos anos 1980). Segundo a autora, a mulher que busca ativamente e criticamente por informação para tomada de consciência e realização de escolhas deve estar "ciente do que são tidos como embustes envolvidos nas práticas médico-hospitalares" (PULHEZ, 2015, p. 163). A maternidade ativa pressupõe, assim, para as criadoras do blog, a busca feminina por informações e conhecimentos científicos baseados em evidências que possibilitem a realização de escolhas

[119]A trajetória da autora, eleita em 2018 co-deputada estadual por São Paulo pela Bancada Ativista (PSOL) é representativa do crescimento do ativismo maternalista e a migração desse discurso, protagonizado por mães, para outras esferas públicas. A bancada ativista (PSOL) é composta por Érika Hilton, Jesus dos Santos, Claudia Visoni, Raquel Marques, Mônica Seixas, Chirley Pankará, Anne Rammi, Fernando Ferrari e Paula Aparecida. Em um mandato coletivo, reúne nove pessoas sob um único número na legenda, com o compromisso de fortalecer as pautas das maternidades e infância, entre outras pautas ligadas à inclusão e diversidade.

conscientes, através do reconhecimento de quais são as melhores práticas de nascimento e maternagem e da crítica às práticas médicas convencionais. Ela

Em seu *Manifesto Maternista* publicado no MMqD em 2013, a blogueira Anne Rammi tece uma interessante caracterização do ativismo feminino em prol das causas maternas na última década, o que nos permite uma aproximação da construção desse discurso no universo on-line e os principais enunciados em debate. Este ativismo nomeado por ela como maternismo, é descrito como um movimento identificável na web, voltado às questões maternas e de cuidado infantil, realizado "em prol de minorias oprimidas" (mães e crianças) "impedidas de exercer seus direitos" (RAMMI, 2013, on-line). Considerado como um movimento histórico e revolucionário desencadeado por outras "revoluções" como o feminismo, este ativismo materno no universo on-line tem pautas prioritariamente voltadas à maternidade e à maternagem (RAMMI, 2013, on-line).

Protagonizado por mulheres-mães a partir de experiências reais, manifestações de escolhas, preferências, opiniões, fatos, estudos e ideologias na esfera da maternidade, o maternismo apóia-se, segundo ela, em fatos reais de supressão de direitos maternos e infantis, e tem como finalidade da militância materna a quebra dos padrões preestabelecidos de criação infantil e o combate à privação de direitos básicos de maternidade, que crescem como numa "pandemia" causada por "forças obscuras". Através da mudança do discurso predominante e da sensibilização individual, pretende-se "balançar os extremos", mudar o sistema "do patriarcado para qualquer coisa parecida com uma sociedade com valores matrifocais". O papel do maternismo é de permitir que as mulheres saibam quais as escolhas possíveis e as façam com consciência. Para isso, esse ativismo não prescinde da chancela dos especialistas e da ciência, já que é corroborado por "estudiosos, teóricos, diplomados, médicos, cientistas e pessoas mais inteligentes que uma mãe". Para Rammi, o maternismo coloca em polos opostos mães empoderadas por uma ciência baseada em evidências e em outro, mães e médicos defensores do *status quo* (RAMMI, 2013).

O maternismo sintetiza desta forma a busca pelo protagonismo feminino de mães que entendem que as experiências maternas são fundamentais para as práticas de cuidado e para delimitação de políticas de saúde e que por isso reivindicam direitos femininos maternos, sem abrir mão da validação por especialistas e de conhecimentos empíricos relativos à maternagem. Nessa perspectiva, as mães ativas, empoderadas de suas verdades, chanceladas por um conhecimento científico específico, querem fazer suas escolhas e sentem-se

autorizadas a participar da política e a questionar a medicina considerada intervencionista e masculina sobre parturição e maternagem. O questionamento de práticas médicas tradicionais, a valorização do conhecimento feminino, a reivindicação de direitos reprodutivos e de participação política nos assuntos ligados à maternidade e ao cuidado implicam em um protagonismo feminino materno que tem como potência questionar a ausência de participação política de grupos subalternizados na democracia e alterar a estrutura social de dominação masculina. Rammi compara as mulheres maternistas, militantes dessa mudança, às paineiras que são "explosivas": árvores que jogam sementes em vários terrenos para fecundá-los; ela acredita que, em alguns locais, os discursos/sementes maternalistas brotarão (RAMMI, 2013, on-line).

A descrição que faz Rammi do maternismo explicita princípios e o funcionamento da maternidade ativa, como a própria autora afere em seu manifesto. Assim, além das características identificadas por Pulhez (2015) em seu estudo: a felicidade nas práticas maternas, o protagonismo feminino ancorado na busca por informações e conhecimentos científicos baseados em evidência e a igualdade entre os membros do casal, Rammi descreve a maternidade ativa como ativismo. Como militância feminina que visa a transformação das formas de cuidado infantil e de protagonismo materno, que não só busca outras práticas maternas e médicas mas que combate às ligadas ao *status quo* e que, apesar de ser possibilitada pelo feminismo, dele se difere tanto pela centralidade no cuidado infantil quanto por considerar que ao proporcionar a ida das mulheres ao mercado de trabalho o movimento teria gerado um esvaziamento do lar e a preocupação de quem cuidará dos filhos (RAMMI, 2013).

3.7 Maternagem intensiva, mamífera e revolucionária

Partindo das caracterizações acima, dado o foco no cuidado infantil, parece-nos que a maternidade ativa se aproxima da maternagem intensiva, como proposto pela socióloga norte-americana Sharon Hays[120]. Hays identificou na década de 1990, uma série de comportamentos

[120]Apesar do termo proposto por Sharon Hays *intensive mothering* constar na tradução do livro para o português (realizada em 1998 por Beatriz Sidou) como maternidade intensificada, adotamos a tradução como maternagem intensiva como o faz Maria Collier de Mendonça (2014), por considerar que traduz mais adequadamente o termo proposto por Hays. Quanto à aproximação entre maternidade ativa e maternagem intensiva, a pesquisadora Clarissa Carvalho (2012, p.10) corrobora esta hipótese quando assume usar, em sua dissertação de mestrado, os termos de forma intercambiável dada a proximidade das definições.

e práticas realizadas por mulheres norte-americanas de diferentes classes sociais baseadas no cuidado intensivo dedicado aos filhos. Segundo ela, esse é o modelo cultural de maternagem considerado socialmente adequado, resultado do conflito entre a maternagem centrada na criança e a valorização da carreira profissional; conciliar essas duas demandas, esses papéis esperados e atribuídos às mães, é o dilema, a contradição cultural contemporânea em que as mulheres se encontram e que contribui para a manutenção da hierarquia de gênero. Hays analisa essas contradições a partir de entrevistas realizadas com mães de diferentes classes sociais. Nelas, a maternagem intensiva aparece na cobrança individual constante pela melhor prática materna, em um modelo de maternagem centrado na criança em que a mãe é a principal responsável pelos cuidados e bem-estar do filho, considerado sagrado e inocente, e deve realizá-lo seguindo as orientações dos especialistas. Dentre os efeitos desse discurso nas mulheres, a autora verificou que a cobrança intensiva e a impossibilidade de cumpri-la integralmente, possua ou não a mulher uma carreira profissional, gera culpa às mães por acreditarem não serem suficientemente boas e as leva a acusar outras mulheres em suas práticas cotidianas como negligentes ou egoístas.

Outras autoras também identificam que o modelo de maternagem intensiva tornou-se predominante na sociedade ocidental nas últimas décadas, gerando uma competição permanente entre as mães para saber quem é a melhor. Susan Douglas e Meredith Michaels (2004) propõem que esse modelo materno é a versão atualizada da mística feminina dos anos 1960 sugerida por Betty Friedan, gestada em um período em que houve uma campanha massiva para fazer as mulheres voltarem para a casa, pós Segunda Guerra Mundial. O *new momism*, como nomeiam a ascensão desse ideal de maternidade na virada para o século XXI, pressupõe que as melhores mães devem ser amorosas, pacientes e abnegadas, devem colocar as necessidades dos filhos antes das próprias; o amor que sentem por eles deve ser ilimitado, infalível, impecável. Esse padrão inevitável de boa maternidade na sociedade ocidental contemporânea, já que o tema tornou-se uma das maiores obsessões da mídia nos últimos três anos[121], encontra-se acima dos limites possíveis às mulheres, produzindo uma compreensão de que apenas a mãe é responsável pelo bem-estar do seu filho, gerando culpa e competição. Maria Collier Mendonça também identifica esse esforço da mídia brasileira, assim como essa

[121] Segundo as autoras, as mulheres foram inundadas por um deslizamento cada vez maior de conselhos, programação e marketing da mídia materna que moldam poderosamente como as mães se sentem sobre o relacionamento com os filhos e de como se sentem em relação a elas mesmas. Nas últimas duas décadas do século XX, teria havido uma avalanche de livros publicados nos Estados Unidos (mais de oitocentos) enquanto entre 1970 e 1980, apenas 27 foram lançados.

idealização intensiva do ser mãe. A autora usa a imagem da personagem da animação *Os Incríveis*, a mãe-elástico[122], como proposto pela psicanalista brasileira Maria Helena Fernandes (2006), para ilustrar este ideal de mãe que precisa de muita elasticidade para alcançar o ideal de perfeição incansável, o que lhe rende constante sensação de culpa e impotência.

O modelo de mãe em voga, que coaduna a maternagem intensiva e elasticidade para dar conta de todas as tarefas e todos os papéis possíveis, ganha novos contornos no caso da maternidade ativa. O fato do termo ter se difundido através do blog *Mamíferas*, pressupõe uma adesão ao estilo mamífero de maternagem, que o aproxima de práticas naturais e ligadas às defesas de naturalização, de essencialização e de mamiferização maternas. Nesse ponto, essas práticas diferem-se daquelas analisadas por Hays, Douglas, Michaels e Mendonça. Enquanto aquelas pressuponham uma intensidade quer a mãe realize cesárea ou parto normal, quer amamente ou não, trabalhe fora ou dedique-se à família, aqui o protagonismo é defendido de forma a que a mãe consciente das consequências aos filhos das práticas de maternagem, assuma aquelas com menos intervenção médica e mais apego, escolha as consideradas mais naturais e, de preferência, não terceirize o cuidado infantil deixando de trabalhar fora, exercendo atividades remuneradas em casa ou tornando-se empreendedora.

Além da preferência por determinadas práticas de maternagem, pela felicidade nas práticas maternas e pela participação do pai durante a gestação, parto e cuidado das crianças, há outra característica específica dessa formação discursiva que a torna ainda mais intensiva do que a prática identificada por Hays: o ideal utópico de transformação das formas de maternagem e do mundo. Se Rammi (2013) compara as ativistas a árvores que jogam sementes para transformar a sociedade, outra blogueira descreve a maternidade ativa como:

> a forma de maternar que se pretende para um mundo novo. Uma maternidade em que as mães sejam as responsáveis por suas escolhas, que vivam aquilo que escolheram por refletirem a respeito, sem viver somente as escolhas de outras pessoas. O que hoje buscamos é uma forma de ser mãe que liberte e fortaleça a mulher, que lhe dê autonomia, coragem e que fortaleça sua auto-estima, colocando-a como peça de mudança ativa no mundo. (...) Vivemos numa época de resgate da consciência ecológica, por termos chegado a um ponto crítico em termos ambientais. E, pelo mesmo motivo, vivemos um resgate pela maternidade ativa, consciente, conectada, intuitiva, porque chegamos a um ponto humano também muito delicado. Se queremos um mundo melhor para nossos filhos, também queremos filhos

[122]A animação *The Incredibles* (*Os Incríveis* na versão brasileira), dirigido por Brad Bird, foi lançado em 2004 pela Pixar Animation Studios. O enredo é sobre uma família com super poderes; a mãe tem como poder a elasticidade.

> melhores para nosso mundo. E isso passa, diretamente, por nossas escolhas enquanto mães. (...) Ser mãe é ter a chance de ser a mudança que queremos ver no mundo (SENA, 2012, on-line).

O engajamento pelas causas maternas em prol dos direitos infantis e femininos é compreendido como uma atitude própria de ser mãe que envolve fazer o que é melhor com o futuro dos filhos e da sociedade. A maternidade ativa congrega, assim, ideais intensivos de maternagem, a adoção de práticas consideradas naturais de parturição e de cuidado infantil, o combate à medicina intervencionista, o empoderamento materno e a preocupação com um mundo melhor feito a partir de pessoas melhores, conscientes dos efeitos de suas ações às crianças, à humanidade e ao planeta. Essa prática é ainda mais intensiva do que a descrita por Hays na medida em que estabelece mais exigências a serem cumpridas pela mãe ideal, requer um ativismo pelos direitos maternos e infantis e também ecológicos, um engajamento feminino pela causa. Essa especificidade propositiva, transformadora e descrita como revolucionária da maternidade ativa, é objeto de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV - "PARA MUDAR O MUNDO É PRECISO PRIMEIRO MUDAR A FORMA DE NASCER"[123] E DE CUIDAR

A premissa de que, ao tornarem-se mães, as mulheres passam a querer um mundo melhor para os filhos é corroborada em vários depoimentos nos blogs, em colocações como "uma mulher, depois que vira mãe, quer mudar o mundo, nem que seja so um pouquimho…" ou "quero arrumar o mundo para meu filho viver melhor" (comentário apud POLICARPO, 2011, on-line). Tornar-se mãe, nessa leitura, implica em um distanciamento do imediato, do individual, para preocupar-se com o futuro, com o coletivo; implica assumir posturas reflexivas sobre suas práticas, suas decisões, a maneira de colocar-se na sociedade; implica tornar-se responsável pelo mundo em que seu filho viverá e também em deixar filhos melhores para o mundo. Ao perceber-se como "parte de uma organização, seja ela a família, a comunidade ou a humanidade em geral" (POLICARPO, 2011, on-line), a mulher que se torna mãe não pode assumir uma postura passiva e obedecer sem questionamento o funcionamento social, a opressão médica masculina sob o corpo feminino, as exigências quanto ao cuidado infantil, as práticas poluidoras do planeta, o consumismo desenfreado. Resistir à sociedade atual para a criação de outras possibilidades individuais[124] ou coletivas é uma atitude materna fundamental nesse discurso, quer seja se concentrando na forma de parir, de maternar, ou através da reconexão com a natureza e de adoção de práticas sustentáveis. Em outros termos, ao reconhecer sua insignificância individual e sua importância em termos globais, a mulher-mãe compreende seu papel no mundo, a importância de suas ações para mantê-lo e melhorá-lo no futuro.

Neste capítulo, trabalharemos com essas perspectivas de transformação social. Iniciamos abordando como a forma de parir é compreendida nas mídias sociais como um ato político de resistência e mudança, como a escolha pelo parto sem intervenções médicas é considerada a atitude correta da gestante e como a alimentação também adquire esse poder político. Abordamos como o combate ao consumismo, que se desdobra na necessidade de

---

[123]MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO, 1993, on-line.

[124] No discurso da maternidade ativa, apesar de algumas mulheres referirem que se tornaram pessoas melhores após virarem mãe, há pouco destaque às mudanças individuais que a maternidade traz. Em sua pesquisa com mulheres israelenses, Orna Donath identificou que a promessa de uma vida melhor, o renascimento de um novo mundo, a possibilidade de melhorar sua situação por meio da maternidade, integra nos dias atuais os ideais maternos e a motivação para que se tornem mães (DONATH, 2017, p. 39-41). A transição para a maternidade é comparada a atravessar uma ponte; do outro lado as aguardaria a aceitação da comunidade da qual se sentiam excluídas. Dentre o que se espera melhorar, a autora cita a garantia de alguém para amá-la ou para dela cuidar em sua velhice, de manutenção do casamento e de felicidade.

reconexão com a natureza e na adoção de práticas sustentáveis, torna-se fundamental nestes discursos maternalistas atuais. Propomos, nesta análise, que o ponto de encontro possível entre sexualidade e ecologia nesse discurso encontra-se na negação ao contexto social vivido em ambas as vertentes. Por fim, abordamos como esse ideal de transformação social, que em fins do século XIX e início do XX se voltava ao futuro da nação, deslocou-se para ao futuro da humanidade e do planeta e como a educação assume centralidade nesse discurso.

4.1 Parir é um ato político: a natureza feminina materna reprimida pela sociedade

> *No universo materno, o mundo naturalmente se encaminha para situações de terceirização das responsabilidades com relação aos filhos e submissão aos sistemas desempoderantes. Não existe militância que lute para nos tirar o direito de parir por exemplo. Existe um mundo, um grupo de pessoas, e as forças obscuras (RAMMI, 2013, on-line).*

É possível identificar na blogosfera materna um descontentamento frequente com o mundo atual e a necessidade de transformação de diversos aspectos da sociedade, como as formas de maternagem e cuidado infantil, a prática médica obstétrica, a relação estabelecida com o meio ambiente, o desrespeito aos diretos humanos, entre outras. Nos enunciados analisados, é comum a referência a um sistema responsável por estas mazelas, a que se deve resistir e combater. Não há definição precisa, no entanto, de qual seria e como se configuraria tal sistema. Em poucas passagens, há a referência ao capitalismo ou ao neoliberalismo; em geral, é associado a uma forma de governo opressora à sexualidade feminina e/ou o estilo de vida, que tem como finalidade tirar o poder de escolha do indivíduo e afastá-lo de sua verdadeira natureza. O sistema referido aparece, quase sempre, como uma estrutura de poder que conforma as relações humanas e que é de difícil identificação – ainda que o saber médico convencional e os objetivos econômicos sejam seus principais representantes neste caso.

Exemplar neste sentido é o *Manifesto Maternista* de Anne Rammi (2013), analisado mais detalhadamente no capítulo anterior, em que a autora aponta para a existência de forças obscuras na sociedade, que agem de forma desconhecida e com o auxílio de "personagens anti-militantes", e são responsáveis por privar progressivamente pais e mães dos direitos da parentalidade, do direito de fazerem escolhas para os filhos. Homens e mulheres estariam

submetendo-se nesta perspectiva, por opção ou por obrigação, aos "sistemas desempoderantes" que implicam na terceirização das responsabilidades em relação aos filhos e desempoderam as mulheres quanto ao direito de parir (RAMMI, 2013, on-line).

O parto realizado em hospitais é descrito em várias passagens como uma enganação do sistema que tira da mulher seu direito mais legítimo (FIGUEIRA, 2014), corrompe a natureza materna, leva à morte mães e bebês e impele mulheres a fugirem do parto humanizado (PINHEIRO, 2015). As mulheres submetidas à cesárea são consideradas como "vítimas do sistema" (ROCHA, 2014, on-line), vítimas da falta de informação e de médicos que por conveniência, por desconhecimento ou por ganhos econômicos, influenciam as decisões femininas relativas ao parto. Há a compreensão de um excessivo controle médico externo e artificial, sob eventos considerados fisiológicos e naturais, e de como as mulheres são condicionadas a aceitá-los e a renegar sua animalidade. Para Marisa (2014b, on-line, negritos da autora), "(...) se não fossemos tão distantes de nossa **essência animal, mamífera, bicho-gente**, será que estaríamos tão suscetíveis à prática cesarista e à indústria da fórmula infantil?)".

A crença humana na separação entre humanidade e natureza e o decorrente distanciamento de sua essência animal, mamífera e natural, é considerada a causa da susceptibilidade feminina aos processos artificiais de nascimento e cuidado infantil e da exploração da natureza. O reconhecimento de nossa natureza humana, imbricada com a natureza exterior, é considerado fundamental para a construção de um futuro melhor em que o mundo não tenha sido devastado e a que a humanidade viva com ele em harmonia. Esta transformação teria início com o cuidado materno desde o útero, durante o parto, o nascimento dos bebês, o vínculo estabelecido entre mãe e bebê, o amor pela natureza estimulado.

A necessidade do reconhecimento da natureza feminina animal e instintiva está disseminada nos blogs analisados, sobretudo quando se trata de relatos de parto. Em quase todos os relatos a que tivemos acesso na *Vila Mamífera*, há alguma referência a tornar-se animal ou selvagem durante o período expulsivo do parto, da amamentação e em atitudes protetoras maternas. Nos outros blogs pesquisados essas associações são menos unânimes, ainda que frequentes. Os argumentos utilizados para aproximar os humanos dos animais vão desde explicações biológicas de classificação da espécie entre os mamíferos no reino animal, até aproximações de comportamentos maternos considerados instintivos e naturais. Há quem

lembre que somos bichos (CARVALHO, 2013, on-line), mamíferos, "da ordem dos animais", e que, embora *sapiens*, "ainda temos a essência animal e o instinto de sobrevivência" (MARTINI, 2014a, on-line) [125]. A animalidade justificada pela biologia e pelo instinto é associada à ideia de amor incondicional e a comportamentos defensivos e protetores. Nesse sentido, uma mulher afirma ser "mãe onça, que se preciso mata pela cria" (ELECTO, 2014, on-line), enquanto outra considera que, depois do parto, se tornou forte e guerreira e que aprendeu a amar incondicionalmente (SIQUEIRA, 2015, on-line).

A experiência do parto traria à tona, nos relatos analisados, uma animalidade adormecida e natural incompatível com as técnicas médicas artificiais desenvolvidas pelos homens. Os aspectos fisiológicos femininos são ressaltados com a capacidade de parir de outras fêmeas mamíferas, como a das leoas, das girafas e das gatas (MARTINI, 2014a, on-line) e são valorizados enquanto um poder, exclusivamente feminino, de trazer a vida para o mundo (PINHEIRO, 2015, on-line). Para que tal animalidade seja aflorada, esses processos precisam ocorrer de forma mais natural possível, "do jeito que a natureza sempre quis" (PINHEIRO, 2015, on-line), em um ambiente seguro, sem intervenção médica, sem medo dos instrumentos e procedimentos hospitalares. O período expulsivo do parto é frequentemente descrito positivamente como um momento em que as mulheres "perdem o controle", aflorando comportamentos animais. Não são poucos os relatos em que mães afirmam rugir como leoas durante o parto, transformar-se em "bicho" ou "bicho-fêmea" (AIFIGUEIRA, 2014). Há casos de mulheres que afirmam que, sob o efeito de hormônios, sentiram vontade de lamber seus bebês como fazem, segundo elas, outras fêmeas mamíferas (ELECTO, 2014, on-line). Em *Parir é uma animalidade linda!*, a autora afirma que

> realmente parir é coisa de animal, é isso que viramos no processo, puramente mamíferos, leoas urrando pra expulsar suas crias. Estudos comprovam até que em alguns partos naturais as mulheres se desligam completamente do seu neocortex e se ligam apenas aos seus cérebros primitivos. Viramos verdadeiros animais que somos (MARQUETO, 2016, on-line).

A sensação de perder o controle durante o processo de parturição é compartilhada por muitas mulheres como afloramento de uma animalidade adormecida, como por Laís Martini, autora do texto *Se nascer é divino… Parir é animal!,* Laís descreve que, durante seu

[125]Em um relato de parto, o desenvolvimento do feto é comparado à evolução das espécies: "em alguns meses passaram por todas as formas da vida humana dentro do universo do meu útero. Uma mutação constante, de formato de peixe, logo parecidos a criaturas semi – aquáticas do oceano primitivo, hoje já são mamíferos" (GORA, 2015, on-line).

trabalho de parto, se desligou "desse mundo" e se conectou com seu eu primitivo adormecido no cotidiano. A autora afirma ter percebido o quanto escondia de si mesma seu lado animal, lado que transpareceu no parto, descrito enquanto um "momento intenso de muito hormônio e instinto (que) nos leva de volta às raízes primitivas do ser humano como um bicho mamífero", despertando nela uma "força animalesca e a delícia do parir como mamífera" (MARTINI, 2014a, on-line). No relato de Laís, assim como na passagem anterior, é possível verificar a identificação de uma desconexão com a razão, um desligamento do neocortex (como defendida por autores como Michel Odent) e, em contrapartida, uma conexão com instintos mais primitivos, que aproxima as parturientes de uma verdade primitiva adormecida no cotidiano, própria do mundo animal e natural e conectada com a natureza. Um processo inscrito na natureza humana e comprovado pela ciência.

O vínculo estabelecido com o bebê, sobretudo nos segundos seguintes ao nascimento, também é considerado determinante para o afloramento da animalidade. Os instintos passariam a operar durante o nascimento do bebê, nos cuidados a ele dedicados e no ato de amamentar. Nesse sentido, há relatos de manifestação instintiva logo após o parto, como no caso da mãe que afirma que, ao receber sua filha em seus braços, "soube instintivamente como segurá-la, mesmo sem nenhuma experiência prévia com bebês" porque a mãe nela tinha nascido, "seus instintos mais viscerais estavam todos lá" (CARVALHAES, 2016, on-line). Este impulso inconsciente despertado nas mulheres é apontado como responsável por levá-las a adotar a amamentação em livre demanda, o colo e o compartilhamento da cama com os bebês (CARVALHO, 2014, on-line). Defende-se que o instinto, que "raramente falha", possibilita que a mãe proteja os filhos e faça as melhores escolhas para eles (AGATHAFGD, 2015, on-line).

Considerados benéficos à espécie, esses comportamentos instintivos estariam sendo perdidos na sociedade atual através da medicalização do nascimento "em nome de uma pseudo-qualidade de vida moderna" (CARVALHO, 2014 on-line). Devido a essa imposição social, algumas mulheres relatam ter lutado contra seus instintos, outras revoltam-se com a sociedade que, segundo elas, opõe pais e crianças à sua natureza (comentário apud CARVALHO, 2014, on-line). Uma mãe, Agatha, em sua postagem relativa ao empoderamento materno, identifica uma padronização social desde o nascimento:

> hoje em dia os bebês são trazidos ao mundo, geralmente, por meio de cirurgias, em ambientes refrigerados e são retirados de perto de sua mãe desde o momento em que nascem, são avaliados e enquadrados em tabelas e

> curvas de referência, têm a obrigação de se adaptar imediatamente ao mundo que os cerca, tem que ser quietos, calmos, adestrados, independentes, rotineiros e super desenvolvidos, se não forem tudo isso são mimados e a mãe os estragou. Será mesmo? (AGATHAFGD, 2015, on-line).

Para esta mãe, a sociedade impõe um padrão de comportamento irreal para bebês e crianças, o que "resulta em catástrofes em longo prazo" (AGATHAFGD, 2015, on-line), como a dificuldade das crianças em abandonarem as fraldas, mamadeiras e chupetas. Sabino (2014), por sua vez, ressalta que as escolhas maternas

> são condicionadas por aqueles que dominam o *saber* e por isso acreditam também saber o que é melhor pra nós, melhor que nós mesmos! Nossas escolhas são condicionadas pelos outros, pela mídia, pela família, pelos amigos, muitas vezes travestidas de conselhos ingênuos, que são só conselhos, já que no fim a escolha será nossa! Será mesmo que quando uma mulher escolhe a cesariana é uma escolha só dela, ou por trás dessa escolha está uma sociedade (que) busca normatizar e controlar tudo que lembre, mesmo que vagamente, que somos – ainda – animais? (SABINO, 2014, on-line)

A sociedade buscaria, assim, apagar qualquer vestígio do animal indomável que existe em cada um para mais facilmente nos controlar. Nessa perspectiva, os serem humanos são entendidos como animais domesticados, "prisioneiros num castelo" construído por eles mesmos, vivendo em uma sociedade que torna tudo uma questão médica (SABINO, 2014, on-line). Para Sabino, a natureza é imprevisível, não é possível controlá-la; não se trata de ser contra a ciência e os avanços maravilhosos na área médica, mas de perceber esse excesso de controle. E é esse controle pernicioso que deve ser combatido, a seu ver.

A imagem do castelo que essa blogueira constrói é exemplar da compreensão de como, os humanos decaídos, ao distanciarem-se de sua natureza e de animalidade e investirem na ciência, ao buscarem controlar o mundo e os comportamentos, aprisionam a si próprios causando sua própria ruína. Nessa formulação, percebemos a aproximação entre o discurso ecológico de degradação do mundo e da humanidade por obra humana, que coloca em polos opostos natureza e sociedade, e a defesa do parto natural contraposto ao medicalizado. Nesse caso, de um lado se encontra a forma de parir fisiológica, animal e inscrita na natureza feminina e, de outro, o controle médico masculino artificial do processo de parturição, que reprime a sexualidade feminina. A realização do parto de forma natural torna-se, nesse discurso, a oportunidade para libertação feminina: "parir é a força do corpo te libertando das amarras que a sociedade impõe, das algemas do comportamento civilizado" (MARTINI,

2014a, on-line); "parir é, também, um ato político" (PINHEIRO, 2015, on-line) contra este sistema repressor construído pelos homens e a ser combatido.

Liberdade, resistência ao sistema e escolha pelo natural encontram-se assim articulados nesse discurso, de forma indissociável. A noção de liberdade parece estar associada, aqui, a uma atitude necessariamente contraposta aos comportamentos esperados pela sociedade e a uma autenticidade. É como se, ao ter contato com outras experiências maternas, com outras evidências científicas, se tornasse inescapável sustentar escolhas diferentes dos conceitos impostos pela sociedade e pela comunidade médica. Laís Martini (2014a, on-line) defende que liberdade de escolha e autonomia da mulher sobre o próprio corpo traduz-se no enfrentamento das críticas e reprovações da sociedade e em não abrir mão de convicções pessoais.

> Eu entendi, que enquanto eu puder e quiser amamentar minha filha, eu POSSO e DEVO fazer isso, porque essa é uma escolha minha, e dela, e não de terceiros que pouco ou nada sabem das nossas vidas. E mais uma vez, eu rompi as barreiras do preconceito, as minhas próprias barreiras, eu ultrapassei os meus próprios limites. Eu mostrei pra mim que é possível ser quem eu sou e que nada que os outros falam pode alterar meu caráter e minha conduta como mãe e ser humano (MARTINI, 2014a, on-line).

O empoderamento feminino, que levaria à liberdade de escolha, pressupõe nesse enunciado, autenticidade e posicionamento crítico e político frente às formas dominantes de maternagem. Não caberia, neste caso, a escolha de seguir o *script* básico indicado pelo médico ou ocupar o papel tradicional de mãe. Afinal, ao munir-se de informação, a mulher saberia que determinadas formulações médicas são opressoras da feminilidade e visam o lucro e a comodidade do profissional envolvido e de empresas. Nesse cenário, torna-se inadmissível que uma mulher opte pela cesárea a pedido, uma "(desne)cesárea", como se referem por vezes ao procedimento[126]. Algumas blogueiras consideram que as mulheres que escolhem realizar a cirurgia, mesmo diante de toda informação disponível quanto aos benefícios do parto normal, nem deveriam ter filhos:

---

[126]Mesmo quando o procedimento cirúrgico é necessário, é descrito como uma violência à mulher e ao bebê. Sara Brum (2015), em seu relato de parto *Uma cambalhota que muda tudo (do parto em casa à cesárea*), por exemplo, relata as sensações que teve quando se submeteu a uma cesárea considerada necessária até pela equipe de saúde que a acompanhava para o parto domiciliar: "Num pulo eu estava a caminho da sala de cirurgia: rezando, tremendo: fêmea acuada com medo do desconhecido, com frio, vendo todos aqueles instrumentos e procedimentos, uniformes, luvas, medicamentos… (...) Não foi fácil. Claro que eu me sinto muito feliz em ver minha filha com saúde, linda e fofinha. (...) Mas eu tenho direito de chorar pelo nosso parto. Toda mulher tem esse direito (BRUM, 2015, on-line).

> Eu tento ser compreensiva, mas o meu modo de pensar e essa minha "compreensão" estão se contradizendo! (...) Você que programa sua cesárea sem necessidade, você que não lê que não estuda os perigos de uma cesárea eletiva, você que quer facilidades (dando bico remédio mamadeira e leite artificial) e que de novo não lê sobre os malefícios dessa atitude, você que acha bonito terceirizar a criação do seu filho por 24h. (...) Você que se sentiu ofendida com minhas palavras. (...) Você deveria adotar um gato, que é um bicho independente e na primeira demonstração de descaso e abuso ele vai embora. #prontofalei. (...) Nosso país quer falar de direitos humanos, mas o cidadão brasileiro já nasce contradizendo os princípios dos direitos humanos (CAMARA, 2015, on-line).

A liberdade de escolha materna se choca com o direito do bebê, ser indefeso e portador de direitos humanos, de ter acesso ao que se supõe ser melhor para ele. As mães que pedem ou concordam com a cesárea são vistas como "menas mães", porque mesmo tendo acesso ao conhecimento que comprova os benefícios do parto natural, não privilegiam o que é melhor para os filhos e sim sua comodidade. Algumas mães, quando admitem a possibilidade de escolha da cesárea, apesar dos malefícios ao corpo feminino clamam, pelo menos, para que se espere o tempo certo do bebe nascer:

> Façam cesárea! O corpo é seu, vc que sabe se prefere uma dor rápida em baixo ou uma dor fodida de pós-operatório em cima. Vc tem o direito de escolher pelo mais arriscado pro seu corpo, mas por favor, parem de agendar! Se não for a 3ª Guerra Mundial ou o Apocalipse se aproximando, espera esse serzinho dar o ar de que tá pronto. Uma gestação pode ir com tranquilidade até as 42 semanas. Tirar 3, 5 semanas antes disso me soa de uma covardia médica sem tamanho (MELLO, 2015, on-line).

Cláudia Rodrigues (2013) coloca em polos opostos mulheres que escolhem o que é melhor para os filhos e as que não o fazem, "as que questionam o *status quo* e as que seguem o mercado". A nova geração, "mais sabida" em suas palavras, busca se contrapor à "velha guarda" que chama

> essas pioneiras de burras que querem voltar ao passado perdendo a competitividade no mercado de trabalho ou quando fazem piadas sobre ser o parto natural um ato pré-histórico. Essa nova geração estuda profundamente seu momento histórico dentro da sociedade e mais do que isso, pratica uma maternidade menos vaidosa, menos egoísta, menos egotista, mais voltada para o desenvolvimento dos bebês e de seus próprios corpos, seus hormônios, a fase da vida em que estão – ou em que se meteram por desejo de fecundação. (...) Preferem investir num novo modus operandi, recusando-se a repetir os velhos padrões de comportamento que se acirraram nos últimos 60 anos (RODRIGUES, 2013, on-line).

Essas mulheres pioneiras, nesta leitura, apesar de defenderem "o velho ato de parir", se vêem como uma nova geração que não pretende voltar ao passado (RODRIGUES, 2013, on-line). O passado é representado pela "velha guarda" "mantenedora do *status quo"* e que se baseia nos padrões de comportamento dos últimos sessenta anos, consumista e intervencionista em suas práticas maternas.

Nota-se, nessa passagem, que a delimitação do que é o passado e do que se pretende como futuro da maternidade é discutível, disputável e até contraditório no interior do próprio discurso. Se algumas mulheres consideram que "o romantismo de ser mãe está sendo resgatado" (ALBUQUERQUE, 2013, on-line) e defendem práticas tradicionais de parturição natural e amamentação, para outras o passado a ser combatido é este tempo histórico mais recente, estabelecido pela sociedade industrial e pela medicina intervencionista. Nesse sentido, este discurso se aproxima de teorias feministas de valorização de uma natureza feminina que, segundo Haraway (2004), afirmavam as categorias natureza e corpo como sítios de resistência às dominações da história:

> a natureza parecia simplesmente estar lá, uma reserva a ser preservada das violações da civilização em geral. Ao invés de marcar um pólo categorialmente determinado, "natureza" ou "corpo feminino" significam, de modo simplificado, o centro saudável da realidade, distinguível das imposições sociais do patriarcado, do imperialismo, do capitalismo, do racismo, da história, da linguagem" (HARAWAY, 2004, p. 218).

De certa forma, é como se as práticas maternas naturais não tivessem história, fossem a-históricas, a-culturais, já que fisiológicas, instintivas, determinadas pela biologia. Adotá-las não seria um retorno ao passado e sim a assunção de uma natureza feminina atemporal, mítica, utópica, prejudicial aos interesses econômicos atuais e, portanto, propositiva, voltada ao devir. Nega-se que a biologia, que a construção da ideia de amor materno e de família monogâmica, tenham história, tenham sido construídas indivíduos em contextos e sociedades específicas. Crê-se ser possível a dissociação do ser em uma natureza animal da cultura social e das tecnologias que nos compõem hoje. Vê-se a continuidade da separação entre natureza e cultura. Recorre-se à ciência para a atribuição de verdade a uma prática considerada natural, como se os conhecimentos científicos baseados na biologia fossem puros, imparciais e verdadeiros, como se os processos históricos e sociais não integrassem sua constituição e as descobertas científicas.

Nesses discursos, os efeitos históricos humanos sobre a prática materna são identificados apenas no último século, período no qual a humanidade teria se distanciado em

vários aspectos das práticas naturais, o parto teria sido medicalizado e a amamentação substituída por leite em fórmula. Nesta concepção de combate ao sistema que impõe o comportamento civilizado e reprime a sexualidade feminina (MARTINI, 2014a, on-line), como num "jogo entre uma energia selvagem, natural e viva provinda de baixo, que aumenta sem cessar, e uma ordem que tenta lhe opor obstáculo de cima" (FOUCAULT, 2017, p. 79), é possível identificar a crítica da repressão sexual impulsionada pela obra do psicanalista William Reich, Importante referência dos movimentos de contracultura dos anos 1960, contexto em que surgem as práticas maternalistas que estudamos (SALEM, 2007; TORNQUIST, 2004), para Reich, todos os flagelos da civilização industrial estariam localizados na repressão sexual, entendida como a base da alienação da vida. A gestação de uma nova ordem social estaria condicionada e subordinada à liberação plena da sexualidade dos indivíduos e à erotização das relações sociais.

Outra referência importante do período – apesar de suas críticas ao parto natural considerado um retorno forjado à natureza hippie-rouseaniano e comparado a "cagar uma abóbora" –, é a feminista Shulamith Firestone (1976), que condiciona a libertação feminina ao controle do próprio corpo e da sexualidade feminina. Para ela, a revolução deveria não apenas acabar com as classes sociais, mas também com as classes sexuais. A artificialização da reprodução e o desaparecimento da distinção cultural do sexo levaria à liberdade sexual total e a um retorno a uma sexualidade original, polimorfamente pervertida, desaparecendo os tabus da homossexualidade e das relações com as crianças (FIRESTONE, 1976, p. 215).

Foucault refere que esta crítica que prega a liberação sexual e representa o poder pela proibição é resultado de um deslocamento tático de todo o dispositivo de sexualidade em termos de repressão generalizada, vinculada a mecanismos gerais de dominação e exploração. Para o autor, seu sucesso, à época, estava ligado ao fato de que se desenrolava ainda no dispositivo da sexualidade e não fora ou contra ele e, por isso, não poderia desmantelá-lo, ainda que pregasse a libertação e que tenha gerado efeitos consideráveis no comportamento sexual (FOUCAULT, 2017, p. 143)[127]. Nessa dobra do dispositivo, o questionamento da interdição vincula-se à tarefa da verdade, tornando possível

[127]Foucault reconhece o valor da crítica histórico-política da repressão sexual e seus efeitos consideráveis na realidade. Pondera, no entanto, que "o fato de tantas coisas terem mudado no comportamento sexual das sociedades ocidentais sem que se tenha realizado qualquer das promessas ou condições políticas que Reich vinculava a essas mudanças, basta para provar que toda a 'revolução' do sexo, toda essa luta 'antirrepressiva' representava, nada mais, nada menos – e já era muito importante – do que um deslocamento e uma reversão tática no dispositivo da sexualidade" (FOUCAULT, 2017, p. 143).

> um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade estão ligados entre si. (...) E, perguntemo-nos como foi possível que o lirismo, a religiosidade que acompanhavam durante tanto tempo o projeto revolucionário tenham sido, nas sociedades industriais e ocidentais, transferidas, pelo menos em boa parte, para o sexo (FOUCAULT, 2017, p. 12).

No caso analisado, o projeto revolucionário empreendido pela mulher-mãe, através da revelação da verdade sobre o parto e a maternagem e, consequentemente, da busca por liberação de sua sexualidade[128], promete um futuro promissor, promete felicidade não apenas às envolvidas e aos seus descendentes: estende-se a toda a humanidade e a todas as formas de vida no planeta. A transformação do mundo começaria, assim, com a transformação da forma de nascer, como propõe Odent, tendo a mulher como principal agente revolucionária.

Do interior do dispositivo da sexualidade, em nome de uma verdade redentora, este discurso que defende liberdade e autonomia feminina e tem como mérito permitir que as mulheres questionem o saber médico e as práticas cotidianas, acaba por também impor formas ideais de parturição, maternagem e de como ser mãe, que tanto procura combater. E, além disso, aprofunda a compreensão de natureza e cultura em âmbitos separados, contribuindo para fixar a mulher na condição de animal e reserva ao homem o domínio da razão e da técnica. Defende que o lugar da mulher é na toca cuidando da cria, ainda que ocupe outros espaços públicos ou no mercado de trabalho, marcando na mulher a maternidade enquanto essência definidora de sua feminilidade.

4.2 Consumo consciente e preocupação com o meio ambiente – por um estilo de vida simples?

> *Só uma mãe entende a necessidade de uma nova forma de consumo consciente, porque só uma mãe se sente capaz de mudar o mundo para torná-lo um lugar melhor pro seu filho! (POLICARPO, 2011, on-line).*

As críticas ao modo de vida e à lógica da sociedade contemporânea aparecem também nas discussões da blogosfera materna associadas à compreensão de que há a imposição de

[128]E, nesse caso, não está vinculado necessariamente a todo tipo de liberação sexual. Ainda que seja admissível uma mãe solo, ou lésbica, por exemplo, defender e "liberar-se" sexualmente durante o parto, a prática e o discurso volta-se no Brasil, desde os anos 80, sobretudo para casais heterossexuais (SALEM, 2007).

uma padronização dos comportamentos e dos modelos a serem seguidos interessantes ao modelo econômico vigente, viabilizados pelo consumismo.

> As pessoas cada vez mais precisam consumir para se sentir importantes. Para ter algum valor na sociedade. Consumir virou motivo de vida. E essa é uma construção que vem desde a infância.(...) as crianças de hoje crescem sob os mantras do consumo: compre, use, colecione, coma, beba, peça, implore, tenha, exiba…quando adultos, é natural que mantenham o padrão de consumo. Que se tornem pais alheios ao problema, pois nunca refletiram sobre ele. São vítimas de um sistema cruel, que nos obriga a viver para ganhar dinheiro e consumir (BOUDAKIAN, 2012, on-line).

O texto *Culpa zero, menos mãe e outras asneiras* escrito por Lia Miranda e publicado no MMqD em 2012 é um bom exemplo de como muitas mães compreendem que o consumismo compromete a criação dos filhos e a construção de um mundo melhor no futuro. Ao problematizar as escolhas maternas influenciadas pelo mercado de consumo, a autora considera que "está na hora de quebrarmos a corrente da reprodução cega de tudo que sempre foi feito de uma certa forma, e refletirmos sobre nosso papel na sociedade" (MIRANDA, 2012, on-line). Para ela, existem mães e pais piores que, dentre outras atitudes nocivas que afetarão o mundo de amanhã, "preferem viver anestesiados pelo consumo, pelo lazer, pelo ócio". Parte da responsabilidade por esta situação é atribuída à grande mídia e à indústria publicitária que, segundo a autora, teriam criado um "mito" de que existe um conflito entre pais e filhos com intuito de vender brinquedos eletrônicos, papinhas industrializadas, DVDs, roupinhas caras e artigos de decoração, como uma forma de compensação parental pela ausência de culpa. Este "engodo" que visa desumanizar e tornar as pessoas vítimas perfeitas do consumismo e do capitalismo industrial seria responsável por aniquilar a consciência materna, tornaria as pessoas marionetes programadas para seguir o padrão de sucesso e beleza estabelecido e para consumir. Os meios de comunicação de massa, através de campanhas de produtos industrializados e de "teorias maliciosas como a da culpa zero", agiriam para convencê-las a acreditar de que não há culpa em criar os filhos de acordo com os ditames do mercado (MIRANDA, 2012, on-line).

A preocupação materna com o consumismo, entendido como modo de vida a que estamos submetidos na atualidade e seus efeitos sobre as crianças e o planeta, fundamental na crítica à sociedade contemporânea, pode ser verificada a partir da criação e da atuação do Movimento Infância Livre de Consumismo (MILC), em que se baseia o texto de Lia. Formado por mães, pais e cidadãos "conscientes e atuantes" comprometidos com uma

infância livre de comunicação mercadológica dirigida a crianças, o MILC afirma em seu site defender o envolvimento parental no debate sobre a regulamentação da publicidade infantil, e atuar de forma vigilante no ambiente on-line (onde construiu uma rede de quase 250 mil fãs no *Facebook*) e fora dele em eventos relacionados à sustentabilidade, ao consumismo e à publicidade infantil.

Esse movimento de mães foi criado em 2012 a partir de um grupo de discussão on-line, em reação à campanha sobre regulamentação da publicidade infantil promovida pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), intitulada *Somos Todos Responsáveis*. A censura sofrida por algumas integrantes que tentaram participar do evento e a compreensão de que o intuito da campanha era culpabilizar exclusivamente os pais como únicos responsáveis por controlar a exposição de seus filhos às propagandas abusivas veiculadas, teria motivado a abertura de um espaço de encontro na internet, juntando os insatisfeitos com o *status quo,* em defesa de regras mais severas para o setor[129].

Para o MILC, a pressão por adquirir bens de consumo, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquiri-los, causa "estresse familiar" e pode trazer prejuízos psíquicos às crianças, cujo senso crítico está em desenvolvimento. A disputa entre o mercado publicitário e a criança, entendida geralmente como "solitária, indefesa e vulnerável", que ainda não aprendeu as "manhas do mundo adulto e acredita no que lhe é dito e mostrado", é considerada covarde:

> O marqueteiro, que estudou vários anos e em geral fez curso superior, é um especialista em psicologia infantil, estuda os hábitos, conhecendo profundamente os desejos e aspirações de seu público-alvo. Todo esse conhecimento tem como propósito derrubar as barreiras, filtros e principalmente a consciência crítica que define critérios para a compra de produtos. O que importa ao marqueteiro é obter o resultado esperado pelo anunciante: vender mais para mais gente. Para eles, o mercado infantil também representa a busca pela fidelização da marca pelas crianças desde a infância (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2012, on-line).

Diante dessas estratégias, as crianças ficam indefesas, assim como muitas mães. Situação que demonstra, para o movimento, quanto a publicidade é incompatível com o ideal

[129]Argumentando procurar abrir um "canal de diálogo verdadeiro com toda a sociedade", o MILC reivindica, para combater o consumismo e a publicidade "predatória": espaços de diálogo direto entre os pais/familiares e os governos e as agências reguladoras da publicidade infantil no que diz respeito à elaboração dos marcos regulatórios; regras que evitem a entrada da publicidade em espaços infantis, como escolas e consultórios de pediatria; participação governamental nos debates internacionais acerca do tema; e o fomento a mais pesquisas na área da educação e mídias que incluam também os pais como atores fundamentais nessa relação (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2019, on-line).

de uma sociedade que preza o bem-estar de seus cidadãos (como é o caso da Suécia em que a publicidade infantil é proibida), ao abalar a possibilidade de senso crítico das pessoas e transformar as crianças em consumidoras desde cedo, impossibilitando que sejam educadas para que se tornem cidadãs conscientes. Para Lia Miranda, "os adultos perderam o poder da criticidade e da contestação" e o consumismo é prejudicial à educação consciente ao gerar nas crianças demandas "que não são delas", incitar à competitividade, desconsiderar os danos ao ambiente e estimular o consumo de produtos alimentícios industrializados em detrimento da comida saudável (MIRANDA, 2012, on-line). A informação adquirida e a reflexão, que permitem perceber os objetivos e as manipulações do discurso publicitário, são fundamentais para lidar com esta situação; quando mães e pais se aproximam do debate, dificilmente deixam de reconhecer os prejuízos aos seus filhos e coletivamente refletem sobre as possíveis estratégias de sobrevivência, aprendem a "perceber as entrelinhas dos discursos" (BOUDAKIAN, 2012, on-line).

Segundo o movimento, é injusto achar que é possível competir com profissionais treinados para persuadir, que dispõem de ferramentas avançadas e verbas milionárias. É por isso que, munidos desses conhecimentos, prega-se a necessidade de organização para cobrar políticas públicas e refrear este cenário abusivo:

> Estamos vivendo tempos maravilhosos. Pela primeira vez na história, não somos obrigados a engolir calados as "verdades" que nos são impostas por quem detém os meios de comunicação. Hoje temos voz e ferramentas para que todos nos escutem. Não podemos permitir que mais uma vez, a opinião pública seja manipulada para que a família seja a culpada por mais um problema social. A família é responsável, claro. Mas todos os demais tem sua responsabilidade no consumismo infantil. E isso é o que a ABAP não quer que vejamos (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2012, on-line).

Por acreditar em um mundo em que valores humanos estejam acima dos interesses das empresas e entender que hoje "quase todo o poder" se concentra na mão delas, o "sistema é falho" e a regulamentação "fraca", o MILC denuncia "campanhas publicitárias abusivas e mensagens distorcidas", "predatórias" e de conteúdo "manipulatório" e "inadequado" (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2012, on-line). A denúncia da verdade do que está encoberto no discurso publicitário é vista como uma atitude necessária para que se possa cumprir com a responsabilidade de educar os filhos para a cidadania e a sustentabilidade, afinal, quem "está verdadeiramente preocupado com a formação e o desenvolvimento de uma criança saudável: um grupo de publicitários e anunciantes ou um

coletivo de mães e pais?" (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2012, on-line).

O MILC encara que os efeitos do excesso de propaganda e o incentivo ao consumismo, além dos efeitos diretos sobre as crianças, representam ameaças ao meio ambiente e a história humana, na medida em que dificultam a educação cidadã e o consumo consciente e sustentável dos responsáveis pelo futuro. Como primeira geração consumista do planeta, "geração do descartável, do substituível, da inovação e do modelo mais novo", os pais e mães atuais são vítimas desse modelo e devem tomar consciência de que se continuarem a formar consumidores desde o berço, o planeta "sucumbirá" (MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DE CONSUMISMO, 2012, on-line). Marisa, criadora do blog *EcoMaternidade*, corrobora com este temor pelo fim do planeta, tendo em vista que

> a maioria dos pais e mães quer que seus filhos – e netos e bisnetos – tenham uma vida saudável e cresçam em um planeta limpo e seguro. Mas muitos dos problemas ambientais de nossa era pioraram nas últimas décadas: houve um aumento avassalador de casos de doenças respiratórias, os desastres ambientais têm se tornado cada vez mais frequentes, os oceanos se transformaram em um 'sopão' de dejetos poluentes, entre outras coisas. Como mães e pais, temos a opção de tomar para nós a responsabilidade de ao menos minimizar o impacto ambiental causado pelas nossas famílias e contribuir para que as futuras gerações encontrem o planeta em melhor estado (ECOMATERNIDADE, 2020, on-line).

A autora clama por um pensamento crítico em relação a questões ambientais que reflita o impacto das práticas individuais num cenário ambiental mais amplo, e em que as mães e pais são os principais protagonistas dessas mudanças. Para ela, a impossibilidade de viver totalmente fora do sistema de serviços e consumo não pode ser usada como justificativa para ignorar os problemas ambientais causados pela maneira como vivemos atualmente. Em sua visão, é possível incorporar hábitos de consumo mais ecológicos e "incentivar o pensamento crítico em relação aos problemas ambientais que nossa civilização enfrenta" (ECOMATERNIDADE, 2020, on-line).

A autora argumenta que o problema começa em não nos entendermos como parte da natureza, em a vermos como uma entidade separada de nós; temos pouco contato com o mundo natural, vivemos em "florestas de concreto"; defendemos preservar a natureza como algo "bom para o meio ambiente, como se nós, seres humanos, não fizéssemos parte dele" (MARISA, 2014b, on-line). Nesse sentido, defende que as crianças precisam mais brincar ao ar livre "mais do que aprender sobre o meio ambiente ou sustentabilidade" porque a natureza

propicia experiências sensoriais não artificiais, o contato com a sujeira é importante para o sistema imunológico na primeira infância, melhora o humor, reduz a vulnerabilidade à depressão (MARISA, 2014a, on-line). A proximidade às áreas verdes, assim, é considerada importante para nossa saúde mental e física, o que leva a dar preferência a morar e passar férias em lugares "com vista para a natureza" (árvores, uma montanha ou o mar). O argumento mais importante para este contato com a natureza, é que é "uma ótima maneira de nossos filhos se aproximarem da natureza e estabelecerem uma conexão com o mundo natural" (MARISA, 2015, on-line), conexão necessária diante dos problemas ambientais que as próximas gerações terão que enfrentar.

> Como mães e pais, temos a opção de instigar em nós mesmos – e por que não em nossos filhos? – um pensamento crítico em relação a questões ambientais, refletindo sobre o impacto que nossas práticas diárias têm diante de um cenário ambiental mais macro (MARISA, 2014a, on-line).

Para Marisa, a fim de criar os filhos com consciência ambiental, é necessário propiciar a eles a oportunidade de ter "contato mais direto com a natureza, por mais piegas ou cliché que essa afirmação possa parecer" (MARISA, 2014a, on-line). Um exemplo citado dessa prática é uma pré-escola ao ar livre em Washington (EUA), em que os alunos passam o dia em uma floresta, independente do clima, comendo frutos silvestres e fazendo as atividades que tem interesse. As professoras atuam apenas como mediadoras. Ao reconhecer que essa escola está "longe da realidade da maioria de nós", a autora sugere como alternativa que as pré-escolas e os pais se esforcem para ampliar o tempo em que as crianças, principalmente as menores, passam em contato direto com a natureza. Para ela, brincar ao ar livre o máximo de tempo possível, em conexão com a natureza, é mais importante que decorar o abecedário e uma forma mais eficaz de compreensão dos problemas ambientais do que uma aula sobre mudança climática na escola.

Marisa acredita na premissa de que o que é melhor para o meio ambiente é também melhor para a saúde humana, já que poluir o ambiente compromete nossa saúde. Esse é o caso de algumas substâncias usadas na indústria são potencialmente tóxicas à saúde humana, como produtos feitos de plásticos ou alimentos industrializados. Marisa admite que a mudança de hábitos necessária para adoção de um modo de vida "ecologicamente consciente" exige disciplina e planejamento, mas acredita que por questão ética vale a pena o sacrifício. Para ela, ações individuais fazem a diferença, não podemos esperar de governos e empresas: "frequentemente, são as ações individuais ou de pequenos grupos, concomitantemente à

disseminação de informação, que dão início ao processo de mudança de uma prática empresarial ou de políticas públicas", por isso, "precisamos ter coragem para agir de modo diferente e nos libertar de certas convenções sociais" (MARISA, 2014a, on-line). Luísa Berlitz (2017, on-line) defende que é possível fazer melhor com menos, "consumir menos – carregar menos embalagens" e até "pensar menos e respirar menos", "indo para a essência do "minimalismo".

Nesses enunciados, as ações e as escolhas individuais baseadas em informação e na resistência às convenções sociais, ainda que impliquem em sacrifícios, importam na construção de um mundo melhor para as gerações futuras, sobretudo para as mães, que parem, educam e cuidam das crianças. As ações coletivas, como o MILC, são fundamentais na crítica ao sistema, na mudança de políticas públicas e empresariais, e na disseminação de informações para que mais mães possam escolher criticamente e conscientemente as formas de cuidado que impactam o presente e o futuro. E a forma consciente é tentar desgarrar-se de todos os "engodos do mercado", resistir a este "estilo de vida doente", já que "não precisamos de tanto dinheiro quanto imaginamos" (ABREU, 2013, on-line).

A resistência ao modo de vida contemporâneo artificial e consumista, necessária para proteção infantil e para criação de um futuro melhor para crianças e em defesa do planeta, está presente em várias postagens nos blogs analisados, ainda que os graus de dedicação se diferenciem entre as mães. Enquanto Marisa se preocupa com os mínimos detalhes para que sua vida e de seus filhos seja o mais sustentável possível (incluindo criticar o uso de fraldas de pano, considerada uma atitude difícil de assumir pela maioria das mães), algumas mães admitem se preocuparem em conseguir equilibrar seu impulso de comprar (ARTEMIS, 2013, on-line), outras afirmam se esforçarem para educar os filhos quanto à necessidade de adquirir todos e tantos objetos e de se tornar um ser consciente das ciladas do consumo[130].

A missão materna de transformação do mundo passa, assim, pelo consumo consciente, pela preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade. Um dos produtos sob o qual

[130]Mari Sá (2014), em seu *post Coisas são apenas coisas*, afirma conversar com sua filha sobre a necessidade de adquirir todos e tantos objetos, mas não os proíbe. Isto porque, segundo ela, "se engana quem acha que o fato de conseguir resistir aos apelos será suficiente para obter o sucesso a longo prazo na formação de um ser consciente das ciladas do consumo", é "importante reconhecer que estamos imersos neste mundo de consumo e que as crianças estão susceptíveis aos apelos". A autora conta que sua infância e adolescência foram marcadas pela militância do pai sociólogo e comunista que, ao proibi-la de possuir objetos que os colegas tinham a tornou compulsiva por roupas de grife, bonecas *Barbies* e coleções. Segundo ela, ao invés do pai ensiná-la a ser "resistente" ao consumo, ele acabou por transformar "coisas em desejos" (SÁ, 2014, on-line).

mais se discute estratégias sustentáveis é a fralda descartável, dado o impacto ambiental gerado. A preocupação com o seu uso e o lixo que dele decorre, teria motivado inclusive a criação de um blog, o *Blog da Mamãe Sustentável,* em 2013, de Luísa Berlitz**. S**egundo a autora, que se autodenomina a "eco-chata da família" e mãe vegetariana preocupada com o presente e futuro do planeta

> o número é alarmante. Uma fralda convencional descartável pode levar até 450 anos para se decompor em aterro sanitário – a idade de uma cidade como São Paulo. (...) Como uma criança usa, em média, 5 mil fraldas descartáveis em dois anos, optar por fraldas de pano significa também economizar (BERLITZ, 2015, on-line).

A preocupação com o descarte de fraldas descartáveis a partir de dados de tempo de decomposição e quantidade utilizada por bebê leva a autora a considerar que não parece não haver solução para o lixo gerado pela sociedade a não ser mudar de planeta (BERLITZ, 2015). Luísa propõe como possibilidade paliativa, a fim de gerar menor impacto ambiental, a redução da produção do lixo e do uso de sacolas plásticas para seu descarte, que podem atrasar ainda mais a decomposição do que há nele contido. Como opção, a autora sugere a utilização de sacos de papel de pão, dobraduras com papel jornal e a utilização de embalagens de fraldas entregues em sacos biodegradáveis feitos de milho.

Marisa do *Ecomaternidade* aponta que, apesar das fraldas de pano estarem voltando com força e existirem opções muito mais fáceis de serem usadas dos que as de antigamente, também requerem o uso de matéria-prima e energia para serem produzidas, além de precisarem de energia para serem higienizadas continuamente. Para ela, as fraldas de pano são melhores para o meio ambiente mas, para que a diferença seja realmente significativa, devem ser usadas por mais de uma criança ao longo de sua vida útil, a lavagem deve ser feita com água fria e a secagem deve ser feita sem secadora elétrica, isto é, deve-se estender as fraldas no varal. Quanto às opções biodegradáveis feitas de amido de milho, já disponíveis em alguns países, a autora aponta para a problemática de serem descartadas em aterros sanitários comuns e em sacos plásticos, o que impede que se decomponha rapidamente; além do custo de quanto milho teria que ser produzido e água necessária para isso. Em contrapartida, Marisa defende como opção ecológica a técnica que usou com seu filho conhecida em inglês como *Elimination Communication* (EC), em que o bebê não usa fraldas e é colocado diretamente no vaso ou pinico para evacuar e urinar. Além da facilidade, a técnica traz também vantagens ambientais, já que por não ter "que tirar o excesso de cocô das fraldas de pano" ajuda a

economizar água, lavando as fraldas de pano de forma mais espaçada e com menos esforço (MARISA, 2016, on-line).

Dentre outras opções ecológicas apresentadas na blogosfera, há indicações de produtos feitos com algodão orgânico (de roupas a brinquedos) ou de madeira de reflorestamento (cadeiras, por exemplo), tapa fraldas impermeáveis e fraldas ecológicas de pano, além do uso de produtos naturais como ervas, roupas de segunda mão, reforma de objetos (carrinho, bonecas), fantasias recicláveis, presentes e lembrancinhas ecológicas. Encontramos também dicas sobre viagens sustentáveis, como viajar fora de época, e passeios como piqueniques (BERLITZ, 2016). Quanto aos brinquedos das crianças, há a aposta em objetos usados e lojas que alugam brinquedos, além de bonecos feitos de algodão orgânico em alternativa ao plástico, produto altamente poluente[131]. Sugere-se também o presente "experiência" como um passeio, que evita o acúmulo de objetos em casa e minimiza o impacto ao meio ambiente (MARISA, 2015b, on-line) e festas de aniversário sem presente em que se pede aos convidados que doem a instituições de caridade (MISURA, 2013, on-line). Há críticas ao uso de eletrônicos, que têm processo de fabricação e descarte altamente poluentes, sabão não biodegradáveis, e às substâncias tóxicas presentes em cosméticos como no esmalte e batom (MARISA, 2015b). Para uso das mães, caso não queiram cortar o "mal pela raiz" através do uso de anticoncepcionais ou amamentação prolongada (BERLITZ, 2014b), são recomendados protetores de seio laváveis, coletores menstruais e absorventes biodegradáveis, embalados em plástico também biodegradável e que podem ser descartados no lixo comum sem culpa,

A necessidade de consumir menos e de defender o meio ambiente é unânime entre as blogueiras e comentaristas. Não localizamos um comentário sequer que defenda o consumo desenfreado ou a destruição ambiental. No entanto, há divergências quanto ao grau de sacrifício possível de ser feito em prol de um estilo de vida mais simples. Enquanto muitas leitoras elogiam as dicas de produtos ecológicos e concordam quanto à preocupação com a sustentabilidade, outras referem que são muito caros e, por isso, optam em adquirir apenas alguns itens sustentáveis novos e reaproveitar roupas, brinquedos e acessórios (comentários apud POMBO, 2012a, on-line). Apesar de ser unânime a preocupação com o meio ambiente e

[131] Marisa (2015b, on-line) considera que doar objetos usados pelos filhos, como brinquedos, livros e roupas, é positivo tanto social quanto ambientalmente. Ela pondera, no entanto, que mesmo que sua vida útil seja estendida, ele será descartado em algum momento e, dependendo da matéria-prima utilizada demorará séculos para se decompor. Para ela, jogar fora do ponto de vista ambiental simplesmente não existe. A doação para crianças de classes menos privilegiadas também é criticada pela autora, por entender como uma forma de continuar com o círculo vicioso de compras da família privilegiada, fazendo com que liberem espaço – físico e mental – para que sigam com o hábito de presentear e serem presenteadas sem limite.

com o consumismo exagerado, é nítida uma resistência feminina quanto à aquisição de produtos ecológicos por motivos financeiros, devido à dificuldade em abrir mão de comportamentos culturais ou de um estilo de vida.

A dificuldade de debater o consumismo no cotidiano infantil, de restringir algumas práticas e acúmulos, aparece de forma evidente nos comentários ao *post* de Paula Abreu, *Quanto custa ter um filho?* publicado em 03 de junho de 2013, que recebeu oitenta e um comentários. A autora constata que as famílias de classe média e alta, que tendem a dizer que é muito caro ter um filho, "foram engambeladas pela quantidade abissal de marketing que empurra produtos e serviços para pais desesperados", que eles mesmos não tiveram quando crianças e cresceram felizes. Em seu texto, Paula dá como exemplo duas famílias: uma de classe alta que acha que: "ter um filho é muito caro!" e outra pobre - com renda mensal de um ou dois salários mínimos, sem carro, em que todos os membros dormem no mesmo aposento e tem uma vizinha viciada em crack – que não percebe tanta diferença em ter uma criança mais, afinal "onde comem três, comem quatro". Os exemplos são usados por ela para demonstrar que muitas das despesas familiares não são necessidades da criança, "são só uma forma de dar vazão ao desejo de consumo desenfreado dos próprios pais" (ABREU, 2013, on-line). Isto porque

> a cultura do consumo aumentou também os desejos dos pais e essa renda "maior", em vez de ser investida em lazer e maior qualidade de tempo em família, começou a ser gasta em supérfluos que, de uma hora pra outra, foram disfarçados em "necessidades" imprescindíveis. E assim chegamos aos tempos modernos, em que pais acreditam que precisam de carros enormes com 7 lugares pra se locomover, viagens pra Disney pra se entreter e escolas caras e super exclusivas pra educar seus filhos (ABREU, 2013, on-line).

Para Paula, a "verdade" abafada debaixo de camadas e mais camadas de consumismo e delírios da vida moderna e que todo mundo sabe, é que uma criança realmente precisa de amor, tempo e atenção dos pais e que o impulso de comprar é, muitas vezes, uma forma de tentar substituir essas faltas, afinal, "criar um filho incrível não custa quase nada" (ABREU, 2013, on-line). A maioria dos comentários ao texto concorda com a autora que o consumismo é "um mecanismo que a própria sociedade criou para 'suprir' algumas carências emocionais" e de que é necessário a ele não se render. No entanto, muitas mulheres discordam com a premissa de que é possível criar o filho com pouco, argumentam que a comparação entre as classes sociais é equivocada, porque é caro investir em qualidade de vida: saúde, educação,

alimentação boa, segurança e alguma cultura e se quiser investir em "um padrão de vida conquistado com muito trabalho" (comentário apud ABREU, 2013, on-line). Neste padrão ótimo de criação, estão incluídas boas escolas, alimentação saudável (priorizando orgânicos), livros (muito caros no Brasil e diante da ausência de boas bibliotecas públicas), saúde (plano de saúde é considerado caro, e o sistema público de saúde ruim). O uso do carro é defendido como uma necessidade atual, com argumentos de que o transporte público não funciona, os ônibus são cheios e representam um risco para as crianças. Algumas leitoras defendem as viagens à Disney[132], consideradas conquistas merecidas pelo trabalho dos pais, como oportunidades culturais e de adquirir conhecimento, além de serem mais econômicas do que destinos nacionais; há também comentários ressaltando a importância de conhecer outros países.

A defesa de viver com conforto é recorrente nos comentários. Várias mães defendem que não podemos nos privar das boas coisas que a vida pode nos oferecer ou de oferecer ao filho conforto. Para elas, é uma questão de prioridades, "a desigualdade financeira não pode ser meio de se avaliar quanto custa um filho" (comentário apud ABREU, 2013, on-line). Nesses argumentos, a defesa da meritocracia e da manutenção dos privilégios fica explícita, algumas vezes de forma agressiva, ainda que a autora não tenha excluído a possibilidade de realizar as viagens e sim de entendê-las como imprescindíveis à infância. Em defesa da vida moderna, algumas mães consideram romantismo acreditar que antigamente a vida era melhor e que as coisas simples são suficientes e adequadas

Quanto aos gastos com educação, a opção em investir nesta área é praticamente unânime nos comentários, apenas algumas mães admitem que colocariam os filhos em escola pública. Os argumentos estão relacionados na maioria dos casos à qualidade do ensino, capacitação dos professores, prédios em falta de condições de uso, e à falta de segurança (violência, drogas) das escolas públicas. Há também argumentos relacionados aos comportamentos das crianças e professoras, à alimentação e cultura que os filhos teriam contato, ao tipo de relação estabelecido entre as famílias que frequentam a escola pública. Alguns comentários expressam preconceito generalizando o público dessas escolas, como crianças que "dançam funk e requebram, falam palavrão", não tem vínculos familiares e são mal-educadas (comentário apud ABREU, 2013, on-line). O *homeschooling* [133]

[132] Parque de diversões Walt Disney Word, Flórida, EUA.

[133] A prática da educação realizada em casa não é legalizada no Brasil, mas muitas mães referem nas redes sociais que se pudessem, adeririam. Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal considerou a prática

(desescolarização) é citado como uma boa opção educativa, caso não houvesse tanta complicação jurídica no Brasil, dada a qualidade de ensino precária no país e os interesses ideológicos por trás da obrigatoriedade do ensino - que poderiam ser provados, de acordo com uma comentarista, através dos "tipos de cartilhas e afins as crianças são submetidas nas escolas, tanto públicas quanto privadas" - e as escolhas pessoais na educação dos filhos[134] (comentário apud ABREU, 2013, on-line).

A análise dos blogs indicou que a aderência ou não ao consumismo depende de uma ação individual crítica e consciente de questionamento e de responsabilização pelas escolhas feitas. Responsabilização individual materna quanto à educação dada aos filhos e o cuidado com o meio ambiente, convertida por vezes em sacrifício e culpa. Os comentários agressivos demonstram, entretanto, que nesse universo materno, muitas mulheres admitem a possibilidade de repensar e restringir suas práticas de consumo em nome do ambiente e do mundo do futuro, contanto que isto não signifique frustrar os desejos e as necessidades infantis e tampouco a formação educacional de seus herdeiros, investimento considerado unanimemente fundamental.

A resistência ao sistema, fundamental e unânime quanto às formas de parir e maternar, em relação à questão ambiental, aparece relacionada ao consumismo como forma de fortalecimento e reprodução econômica capitalista predadora do meio ambiente, foco de questionamento e resistência possível do indivíduo. A crítica à sociedade de consumo e a crença de que a humanidade teria ido longe demais na exploração do planeta (ALPHANDERY, 1992) marca o movimento ecológico de meados dos anos 1970, desenvolvidos no clima de crise do marxismo (VIOLA, 1987). A herança socialista desse discurso explica em parte a presença, nesses enunciados, do entendimento de necessidade de

---

inconstitucional. Em países em que a prática é legalizada, é adotada amplamente por mães "alternativas". Para Bobel (1999), um dos princípios da *natural mothering* nos EUA é praticar o *homescholling*.

[134] A autora do *post*, admite que seu filho também estuda em escola particular e que ainda não conseguiu colocá-lo em uma pública, como gostaria, e tampouco pode fazer *homeschooling*. Abreu afirma que, nesse caso, estaria disposta a complementar "qualquer eventual deficiência do ensino estando PRESENTE na educação escolar dele (inclusive me voluntariando na escola)" e lembra que o ensino público não é sinônimo de fracasso, pelo contrário, conta ter estudado em escola pública parte da minha vida, e ter se formado advogada e feito Mestrado na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Para ela, a educação de que as crianças precisam depende dos pais: falta atenção dos pais, falta sentar junto pra estudar, pra ler, pra mostrar o mundo; o que importa é estar confortável com suas escolhas, feitas de forma atenta e consciente. Ela clama para que as mães convivam com suas escolhas, façam suas escolhas por elas e pelos filhos, se responsabilizem por elas, façam-nas com mais consciência. Ela se diz cansada de ouvir mães revoltadas porque têm que sentar pra estudar com o filho e acha absurdo "quem nitidamente não tem tempo nem saco pra ter filho e tem só pra riscar da *bucketlist* e cumprir seu papel social" porque "criar um filho direito é trabalhoso pra caramba e exige um saco sem fim (ABREU, 2013, on-line).

resistência a um sistema opressor, de revolução social, de desvelamento de interesses obscuros e de ideologias sociais guiadas por interesses econômicos. E é aqui que se associa, neste discurso utópico, o posicionamento crítico ao consumismo e a busca pela liberação sexual, marcas da geração dos anos 1960 e 1970, enquanto resistência a um sistema opressor que reprime e a natureza humana e a desconecta dos demais seres vivos e do planeta. O discurso maternalista analisado, nascido nesse contexto e fruto desses enunciados, justifica as propostas de transformação do mundo a partir do nascimento (a mãe ecológica de Odent), assim como a necessidade de adoção de um estilo de vida simples (BOBEL, 1999; 2001).

4.3 Comer é um ato político (e ecológico)

Para Marisa do blog *Ecomaternidade*, que defende a adoção de um estilo de vida materno simples e não consumista, poucas coisas hoje em dia estão tão relacionadas ao meio ambiente quanto a maneira como nos alimentamos. Além dos malefícios à saúde advindos do consumo de produtos industrializados, a seu ver, é necessário calcular o custo ambiental desses itens com a produção, o descarte de embalagens não recicláveis e o combustível gasto para o alimento chegar aos pontos de venda e do deslocamento para a compra. Para ela, uma boa educação alimentar vai muito além do valor nutritivo "na criação de nossos mini-humanos"; é relevante também "deixar que as estações do ano nos ajudem a definir o que será consumido (em vez de lançar mão de agrotóxicos e comer as mesmas coisas o ano inteiro)" (MARISA, 2014c, on-line).

As mulheres-mães, responsáveis pela nutrição e desenvolvimento dos filhos assim como pelo mundo de amanhã, devem ter consciência não apenas do valor nutritivo, como também da distância que um alimento viajou antes de chegar ao prato, do tipo de embalagem usada para armazená-lo e seu potencial poluidor. Estas precauções também se aplicam à comida ingerida pela gestante e lactante, tendo em vista a nutrição do bebê. A amamentação saudável e sustentável deve ser complementada a partir dos seis meses e posteriormente substituída por uma alimentação composta por comida de verdade, de dieta variada, pobre em itens processados. Para algumas mulheres, a consciência ambiental tem início com a preocupação com os alimentos consumidos, tanto na preocupação com seu processo de produção, quanto em relação à embalagem, transporte e o descarte.

A adoção da amamentação é valorizada nesse discurso como uma das práticas mais autossustentáveis que uma mãe pode ter. Dentre as vantagens apontadas pela autora do blog *Mamãe Sustentável*, ressalta-se que não há necessidade de uso de produtos industrializados, é natural e gratuita, não é preciso preparo de fórmulas ou uso de mamadeiras e de todos os recursos utilizados para sua produção e limpeza. Há ainda a vantagem de adiar o retorno da menstruação e consequentemente do uso de absorventes poluentes. A exaltação da amamentação é corroborada com frases como, o leite materno é "sustentável porque não há melhor do que utilizar nada além do seio, a boca e o coração", "é o melhor e mais completo alimento, já vem pronto, quentinho e sem embalagem" (comentário apud BERLITZ, 2014a, on-line).

Bela Gil[135], em seu livro *Bela Maternidade: meu jeito simples e natural de ser mãe*, ressalta a importância dessa postura em relação à alimentação, fundamental para transformação social (GIL, 2018). Para ela, comer é um ato político. A escolha dos alimentos é considerada política porque deve ser pautada pelos efeitos que aquele alimento tem na saúde de quem o consome e nas outras pessoas envolvidas no processo de produção, no ambiente e na sociedade. Assim como em relação às formas de parir, aos produtos utilizados nos cuidados com o bebê e as formas possíveis de maternar, é necessário um esforço educativo coletivo e individual a fim de incitar a busca por informação que propicie fazer as melhores escolhas, com menores impactos poluentes. Comer, assim como maternar, é uma ferramenta para transformação mundial.

> Muita gente não enxerga a alimentação como uma ferramenta política, econômica, social, ambiental e de saúde. Meu marido e eu, sim. Acreditamos que o mundo pode ser transformado para melhor por meio da alimentação. Cuidar da procedência dos alimentos e ter o hábito de cozinhar *são* atos de respeito ao corpo, à terra, aos animais, aos produtores e a outras pessoas envolvidas nessa cadeia. E são esses valores que queremos passar para nossos filhos. Tem gente que escolhe a música, tem gente que prefere a política e outros vão pelo caminho do esporte, da pintura ou dos livros para lutar por um mundo melhor. No meu caso, optei pela comida (GIL, 2018, p. 217).

O ato de alimentar-se, respeitando o próprio corpo, o de outras pessoas, de animais e o meio ambiente, é um valor em que devem ser pautadas as escolhas maternas tanto no exemplo e na educação a ser dada para as crianças, quanto para a conformação de sua saúde física e

[135] Bela Gil é uma das figuras públicas mais conhecidas pela divulgação da alimentação saudável no Brasil nos dias atuais. Além dos livros publicados, Bela apresenta programas de TV, tem um canal no Youtube e ajuda a vender produtos sustentáveis como fraldas ecológicas e alimentos Mãe Terra.

mental. A alimentação saudável da mãe que gera e amamenta e uma introdução alimentar saudável, são apresentadas no livro como condições determinantes para o crescimento e o desenvolvimento ideal de todos os órgãos e sistemas do bebê, otimizando o funcionamento físico, mental e emocional por toda a vida. A preocupação com os efeitos da alimentação no desenvolvimento dos corpos e mentes infantis deve ter início na concepção. Gil (2018) cita estudos na área de epigenética sobre a importância do estado nutricional da mulher antes mesmo da gestação. Ela aponta para preocupação com a alimentação materna, dada sua condição de nutriz, durante a gravidez e a amamentação (que deve ser prolongada e exclusiva até que a criança complete seis meses), e posteriormente quando suas escolhas alimentares servirão de exemplo para as crianças.

A introdução alimentar é apresentada como uma jornada dirigida pelo bebê: deve ser individualizada e adaptada à realidade imprevisível da criança. O papel dos pais é apenas oferecer condições para que o processo seja o seguro e agradável possível, e por isso devem entender que cada criança é um individuo, respeitar suas reações, seus horários e vontades, enfim devem adaptar-se à "realidade singular e imprevisível do seu filho". A autora ressalta a importância de apresentar-lhe alimentos importantes em termos nutritivos, culturais e com a menor quantidade de agrotóxicos possível; para ela pais conscientes e comprometidos incentivam o consumo de alimentos naturais e impedem que os jovens fiquem viciados em industrializados, que podem colocá-los em risco. A chave para a educação alimentar para Gil (2018) é o conhecimento: uma vez que se reconhece que uma boa alimentação traz saúde, energia e qualidade de vida, mães e pais querem proporcionar isso aos filhos, mesmo que seja desgastante. E por isso devem educá-los para que estejam cientes das consequências de suas escolhas e capacitá-los para serem livres e responsáveis com seus corpos e com o planeta, de forma que prejudiquem o mínimo possível os outros e o meio ambiente.

Gil (2018, p. 51) defende a preferência por alimentos orgânicos e agro ecológicos que causam menos impacto no ambiente e, em alguns casos, segundo ela, podem até ajudar a regenerá-lo, em detrimento dos produzidos com aditivos químicos "nocivos à saúde, poluem a terra, a água e o ar e ainda prejudicam agricultores".

> Os desequilíbrios nutricionais causados pela má alimentação atual podem comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida das próximas gerações. A nutrição adequada, incluindo a qualidade do alimento, a quantidade do que consumimos e a variedade que plantamos, é também uma garantia da preservação da espécie (GIL, 2018, p. 51).

Nesse sentido, a importância de optar por alimentos saudáveis e orgânicos vai além de evitar venenos e se torna também um ato político e ecológico de resistência e transformação, de preocupação não apenas consigo e com seus descendentes, mas com a sociedade como um todo, com a manutenção da espécie, do planeta, do futuro. Para ela, a sociedade e a escola deveriam enxergar a alimentação saudável como um "investimento cujo retorno não tem preço: saúde e qualidade de vida" (GIL, 2018, p. 215) e não defender valores "invertidos" na nossa sociedade, que fazem com que saúde tenha se tornado sinônimo de mais hospitais, e não a promoção de hábitos saudáveis. Por isso, pondera que a responsabilidade relativa à alimentação saudável não pode ficar apenas sob os pais, quando a preocupação com a saúde deveria ser da comunidade como um todo: pais, cuidadoras, escola e qualquer adulto que conviva com a criança. Zelar pela saúde das crianças, criá-las de forma a que não dependam de produtos industrializados, valorizar o verdadeiro sabor da nossa terra e produzir menos lixo para poluir o planeta, são citados como princípios associados à alimentação saudável que deveriam integrar as práticas maternas e de toda sociedade (GIL, 2018).

Os discursos da existência de riscos que individualmente devemos gerenciar através do autocuidado e da escolha por estilos de vida eticamente e moralmente adequados à saúde e prudentes em termos biológicos, em nome de um futuro melhor, encontram-se fortemente presentes nas práticas maternas ao longo do século XX. Schwengber, em sua pesquisa, propõe que foi reatualizada a tese de que a saúde de uma sociedade depende da educação da mãe na gestação, de que a garantia do futuro saudável, limpo e perfeito começa no presente de uma gravidez (SCHWENGBER, 2006, p. 164).

Em Gil, a limpeza do planeta e a garantia do futuro da sociedade através da conscientização materna ecológica não se encontra apenas nos corpos das mulheres grávidas, se faz presente na própria alimentação e na alimentação infantil, na educação dada aos filhos, na adoção de práticas sustentáveis. Segundo ela, cabe à mãe a responsabilidade de "deixar os filhos limpos, descansados, alegres e bem-alimentados" (GIL, 2018, p. 184). Assim, para além da gestão da própria saúde, a maternidade implica, ao assumir sua posição política, na gestão da saúde de terceiros (da prole), na formação física e psíquica das crianças, na educação a elas dada a fim de formar cidadãos melhores, conscientes e responsáveis para com a humanidade e o planeta.

4.4 "Quer fazer um ato político? Eduque um filho"[136]

> *Penso que é sim necessário questionar a razoabilidade do modo como estão educando as pessoas que vão ser parte do futuro dos meus filhos, e gerarão lixo com o qual eles vão ter que lidar, doenças que serão tratadas com impostos que eles pagarão e, quiçá, decidirão pelo caminho mais fácil quando se virem diante da possibilidade de ganhar rios de dinheiro votando projetos de interesse de governos mensageiros… O futuro dos meus filhos depende do futuro do mundo, e o futuro do mundo depende de como cada uma das mães vai educar suas crias… faz sentido? (comentário apud FIUZA, 2014, on-line).*

"O futuro do mundo depende de como cada uma das mães vai educar suas crias" (comentário apud FIUZA, 2014, on-line). Essa sentença de um comentário publicado no MMqD demonstra a importância dada nesse discurso à educação transmitida pela mãe para a formação dos cidadãos do amanhã, para o futuro da humanidade e do planeta. Vimos como o ensino, seja o formal oferecido pela escola ou o *homescholling,* é visto como um investimento indispensável para formação do indivíduo entre as blogueiras. Há a crença, nesse discurso, que é da mãe a responsabilidade pela transmissão às crianças de valores necessários à transformação da sociedade e do planeta, através da adoção de práticas sustentáveis, da rejeição ao consumismo, da busca por informação para tomar as melhores escolhas durante a maternagem e o cuidado infantil e do investimento que faz na educação de seus filhos. A mulher, ao tornar-se consciente desse seu papel no mundo, sentir-se-ia movida a torná-lo um lugar melhor; o que, neste caso, inclui uma rejeição aos valores sociais dominantes da atualidade a serem passados aos filhos no cotidiano e através da educação.

Vimos como a preocupação com a regeneração física e moral da nação entre fins do século XIX e início do século XX atribuíram à mulher a missão civilizadora de zelar e garantir o futuro não apenas de seus filhos e de seu marido, mas da nação e de toda a humanidade. Nesse período, as mulheres se tornaram objeto de um processo educativo voltado prioritariamente para a melhoria de sua *perfomance* como educadora dos filhos (FREIRE, 2009, p. 117), baseado em um movimento civilizador. Marta Luna Freire ressalta

[136]PINHEIRO, 2015, on-line

como no contexto dos anos 1920, a educação assumiu um caráter redentor, quase como uma cura das mazelas sociais, e como isto se refletiu na missão educadora materna. Ainda que o instinto maternal fosse reivindicado a todo momento, como inerente à natureza feminina, este não seria suficiente para garantir a criação adequadas dos filhos conforme os novos pressupostos de base científica, guia das sociedades que se pretendiam modernas. A mulher precisava ser educada para poder exercer seu papel de mãe e, portanto, para garantir a formação de uma geração forte e sadia, "formar o caráter do homem futuro", missão grandiosa e bela (FREIRE, 2009, p. 142).

A crença de que as mulheres seriam capazes de resolver os problemas da humanidade, através do cuidado investido e da educação infantil redentora permaneceu no transcorrer do século em discursos maternalistas, atribuindo às mães a responsabilidade por filhos desajustados socialmente, com dificuldades de aprendizagem, doentes física, psíquica e moralmente. A missão materna, quando reatualizada em tempos de preocupação ecológica, passou a abarcar também a preocupação em como educar as crianças para respeitar ao meio ambiente, para conscientizar-se dos efeitos futuros do modo de vida contemporâneo, de consumismo e a geração de lixo dele decorrente.

A importância atribuída a este tipo de educação fica evidente nos escritos de Bela Gil quando, já na orelha do livro, se afirma que a educação a ser dada deve passar "longe do sistema de consumo desenfreado, desconectado da natureza e com valores éticos e morais distorcidos" (GIL, 2018). Para a autora, as crianças devem ser capacitadas para serem livres e para que façam suas escolhas de forma responsável, cientes das consequências implicadas para si, para os demais e para o meio ambiente, diferente do que tem sido transmitido pela sociedade. No papel de mãe, ao questionar-se como educar uma criança para que, em vez de ser mais um peso neste mundo, traga leveza, Gil (2018, p. 251) considera que

> dá pra ser mãe e criar filhos levando uma vida que não tem nada a ver com a dos comerciais de margarina. Não precisamos daquilo tudo que tentam nos vender, seja em termos de produtos (o enxoval feito em Miami, os brinquedos caros, as papinhas prontas) ou de ideologia (a rotina perfeita, o BB que dorme a noite toda sozinho, a cartilha para criar um filho feliz ou bem-sucedido). Para ajudar nossos filhos a serem pessoas legais e responsáveis, não é preciso abrir mão de nossos valores e daquilo que nos faz feliz: a vida profissional, os momentos de lazer, o romance com o parceiro, os ideais de um mundo melhor.

Nessa visão, o consumismo de produtos e de ideologias corromperia a felicidade e os valores humanos que incluem o objetivo de um mundo bom. Enquanto nos blogs as críticas

são dirigidas a uma entidade nebulosa identificada como "sistema", na obra de Gil, voltam-se à sociedade "que mais atrapalha do que ajuda", como sugere um subitem no capítulo referente à amamentação (GIL, 2018, p. 139). E por isso o investimento educativo nas mães e nos filhos é tão importante na criação de outras possibilidades:

> muitas pessoas têm receio de colocar um serzinho neste planeta violento, caótico e desigual. Eu, por outro lado, acredito que ter filhos é uma oportunidade de transformá-lo. Educar as crianças e criá-las com amor e respeito máximo pela natureza, com compaixão pelo próximo e com criatividade é uma forma de deixar o mundo mais leve e divertido. Recentemente ouvi uma frase de um autor que desconheço e que diz o seguinte: 'devemos pensar em deixar não um planeta melhor para nossos filhos, mas sim filhos melhores para o nosso planeta'. Mas uma vez meu peito se inundou de liberdade e esperança! (GIL, 2018, p. 251).

Há um mundo violento e caótico a ser transformado e a mãe, a mulher ecológica, é a protagonista deste projeto de manutenção e melhoria do planeta. Cabe a ela educar as crianças para que sejam melhores para o planeta através do amor, respeito máximo pela natureza, compaixão e criatividade. As mães, se fiéis "ao seu coração e à natureza" (GIL, 2018, p. 184), são responsáveis pela esperança, pela promessa de liberdade desse sistema econômico que acaba com o meio ambiente, com a segurança das crianças, com a felicidade e valores não corrompidos. Na orelha do livro

> a maternidade nos convida a algo *romântico e utópico*: poder criar e educar pequenos cidadãos com os valores que herdamos de nossos pais ou dos outros seres humanos que contribuíram para nossa criação – valores como amor, respeito e coragem para tornar o planeta um lugar mais justo, mais limpo e mais bonito de se viver. Acredito que, dando a nossos filhos uma boa educação – que preserve sua liberdade e criatividade e os estimule a pensar por conta própria -, conseguiremos mudar o mundo pra melhor (GIL, 2018, on-line).

Para Bela Gil, a boa educação baseia-se em valores inscritos na natureza humana transmitidos de geração em geração, como amor, respeito, coragem para transformação, liberdade e criatividade. Esses valores, baseados em uma concepção de pureza e uniformidade de valores humanos, como se todos fossem respeitosos e amorosos por natureza, em contraposição à sociedade em que vivemos, assim como verificado nos blogs, confirmam uma visão dicotômica de natureza (boa) *versus* humanidade (destruidora), por vezes contraditória como se a sociedade não tivesse sido erigida pelas mesmas pessoas às quais se pretende transmitir os valores.

A mulher ecológica de potencial revolucionário é aquela que, responsável pelo cuidado com o planeta e com os filhos, promove através do amor, da liberdade, do respeito à natureza e de determinados conhecimentos científicos, seres humanos mais limpos, justos, livres (das amarras da sociedade de consumo?), amorosos e éticos, acarretando numa melhoria do planeta como um todo. É interessante notar como os princípios de limpeza, de justiça e de liberdade estão aqui relacionadas à conexão com o planeta, como se houvesse naturalmente uma conexão entre estes valores criados pela humanidade e o amor à natureza, assim como aparece em Odent. Como se ao mantermos nossos filhos limpos e ensiná-los a importância da higiene, naturalmente esses valores seriam transmitidos em relação ao meio ambiente. Ao ensinarmos as crianças a serem livres, não poderiam elas optarem por ser capitalistas exploradores preocupados com o próprio lucro que acreditam ser justa a defesa de seus interesses pessoais e a exploração do planeta?

4.5 O futuro do mundo depende das mães

Há aqui uma crença no poder de uma educação moralizadora, redentora, que professa uma verdade essencial, de uma normalização dos costumes (primeiro das mães e através delas de seus descendentes) que conformam uma maternidade romântica e utópica, balizada por conhecimentos científicos, ainda que proclame a naturalidade dos atos. A verdade está na natureza e é apreensível pela experiência direta, mas também está na ciência, a que se recorre para justificar essa visão das coisas. Há a ciência boa e verdadeira, conforme a natureza (feminina?), a qual deve se sobrepor à ciência má, artificial, a serviço dos interesses econômicos, ameaçadora (masculina). Essa educação, baseada no exemplo, na busca de informações e adoção de práticas respeitosas ao meio ambiente, tem como característica central a postura crítica resistente ao sistema opressor da natureza humana (tanto no que tange à sexualidade, quanto à bondade e ao amor à natureza) e destruidor da natureza do mundo. A missão da mulher-mãe, reatualizada sob termos ecológicos, inclui a responsabilidade cada vez mais pormenorizada pelo cuidado do próprio corpo, dos corpos dos filhos e marido, com o corpo de outros seres vivos e do planeta, transformando a maternagem em uma missão cada vez mais complexa, difícil, sacrifical e repleta de culpa, ainda que esteja embutida a promessa de libertação, igualdade e revolução.

Esse pensamento em que se defende um sistema opressor imposto verticalmente sob uma humanidade naturalmente boa tem raízes nas críticas à sociedade de consumo e à medicalização do parto e nascimento presentes nos movimentos ambientalistas e maternos dos anos 1970, na rejeição feminista à organização social enquanto produção masculina (como na defesa do protagonismo feminino durante o parto) e na concepção narcísica e individualista crescente nas últimas décadas do século XX. Tais elementos que compõem o discurso maternalista atual, se por um lado propiciam o questionamento de como estamos sendo governados e por quem, por outro, podem limitar as possibilidades dos sujeitos em sua fundamentação dicotômica e aprofundar a responsabilização individual pela própria saúde, pelos filhos e pelo planeta, em consonância com a lógica neoliberal de empresariamento de si.

A compreensão de um sistema social opressor à sexualidade feminina, que impõe formas de parir e de cuidar, aparece em muitos relatos de mulheres nos blogs analisados, como na defesa de que parir é um ato político, e coloca duas questões fundamentais para nós na compreensão desse fenômeno e seus desdobramentos. Em primeiro lugar, se há um sistema repressor que normaliza o cuidado, há verdades maternas reprimidas, inscritas na natureza feminina, no instinto ou na condição mamífera, e isto é dito com todas as letras em blogs como o *Vila Mamífera*. Essas verdades, ainda que pretendam libertar as mulheres do julgo patriarcal e masculino e não julgá-las, acabam por delimitar modelos ideais de mãe normalizados pela culpa e pelo sacrifício.

A identificação de um sistema opressor, nos parece, é o que permite aproximar a maternidade à ecologia, já que algumas vertentes do movimento ecológico também entendem que a sociedade atual reprime a natureza humana e a desconecta do planeta e dos demais seres vivos. Essas ligações com a ecologia aparecem nos blogs de forma direta, na exaltação da natureza, na crítica ao consumismo e na defesa de práticas sustentáveis[137]. Mesmo quando não há o reconhecimento de como a pauta ecológica, as constantes referências às necessidades de transformação social e das formas de maternar que aparecem nas narrativas maternas ativas,

[137] Nesse sentido é interessante a trajetória da blogueira Anne Rammi, defensora da maternidade ativa e de um maternismo. Eleita em 2018 co-deputada estadual por São Paulo pela Bancada Ativista (PSOL), filiou-se ao Partido Rede Sustentabilidade em junho de 2019, afirmando que a agenda que defende é inovadora e não cabe no pensamento endurecido e sem criatividade da política tradicional. Na rede, afirma ter encontrado a possibilidade verdadeira de espaço para travar diálogos, no seu caso acerca de maternidades e infâncias desde a perspectiva das mães e crianças. Outro motivo apontado por ela é o fato do partido ter um compromisso com o "bem maior", que é o mundo que temos, "estamos detonando" e assim "acabando com o direito ao futuro das crianças", o que vai ao encontro do ecofeminismo que teria a ensinado "a não separar nunca mais minha (sua) existência de mulher com a gênese da própria vida na terra: a natureza" (RAMMI, 2019, on-line). Em setembro do mesmo ano, Rammi anunciou afastamento da candidatura por tempo indeterminado e mudança de domicílio para Inglaterra.

aproximam esse discurso às proposições de Michel Odent, relativas à transformação do mundo a partir do nascimento, da mãe entendida como mulher ecológica responsável pela humanidade no futuro.

CAPÍTULO V - EMPODERAMENTO MATERNO, FEMINISMOS E A ESCOLHA PELO NATURAL

> *Empoderar é devolver o poder de decisão para aquela mulher, que munida de informações verdadeiras sobre o processo que envolve o parto pode escolher, de acordo com suas convicções aquilo que "pode ser" melhor para ela. (BRUM apud PULHEZ, 2015, p. 75).*

A maternidade ativa, como o próprio nome indica, requer da mulher que se torna mãe ações, atitudes propositivas para a transformação da humanidade e do planeta, como vimos no capítulo anterior e, no âmbito individual, inclui a busca por informação correta para a realização de escolhas conscientes em relação à maternagem, a não assunção de uma postura passiva frente à autoridade médica; pressupõe um empoderamento materno. O uso desta terminologia é frequente em blogs (*Mulheres Empoderadas*, *Maternidade Empoderada - O nascer da Mãe*, *Mãe Empoderada)*, em locais de acolhimento para gestantes e mães, como o *Espaço Mulheres Empoderadas*[138] em Campinas, e em cursos (como *Mulheres Empoderadas Revelando Doulas)*, apesar de pouco se discutir seus significados.

Devido à ausência de conceitualização nas mídias sociais, o termo pode ganhar significados diversos a depender do contexto empregado, como bem notaram Fernanda Alzuguir e Marina Nucci (2015), ao analisarem o blog *Mamíferas*. Em geral, empoderamento, equivalente em português da palavra inglesa *empowerment*, surge nesse discurso como um sinônimo de autonomia, como a capacidade de decidir sobre questões que dizem respeito a um indivíduo ou grupo. A ativista indiana e estudiosa do assunto, Srilahta Batliwala, define empoderamento como

> um processo que desloca o poder social de três formas críticas: desafiando as ideologias que justificam a desigualdade social (como gênero ou casta), mudando os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais, e transformando as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes (família,

[138]Criado em 2014, oferece atendimento com profissionais de saúde (doulas, ginecologistas, pediatras, entre outros), atividades para gestantes e mães como grupos de apoio e palestras, cursos de preparação para o parto, além de sediar o curso de formação de doulas *Mulheres Empoderadas Revelando Doulas* (MULHERES EMPODERADAS REVELANDO DOULAS, 2020, on-line).

> Estado, mercado, educação, mídia, etc.) (BATLIWALA[139], 2007, apud CORNWALL, 2018, s. p.).

As primeiras referências ao termo empoderamento são localizadas nos Estados Unidos dos anos setenta com o movimento negro por direitos civis; movimentos de mulheres também começaram a usar o termo nesta década (COSTA, 2000). Para as feministas, empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres como gênero (COSTA, 2000), funciona como um instrumento para questionar, desestabilizar e eventualmente erradicar o domínio masculino (SARDENBERG, 2010, p. 235). A luta por empoderamento guarda, portanto, forte correlação com os feminismos.

Nas poucas ocasiões em que há uma tentativa de definição do conceito na blogosfera materna, a busca por informação é a característica mais apontada (LANNE, 2012), considerada a "primeira arma" no processo de empoderamento materno (LAGO, 2014, on-line). Camila Lago associa empoderamento ao "resgate do papel ativo da mulher nesse processo, a busca pelo protagonismo na gestação e no parto" (LAGO, 2014, on-line). Presume-se que a busca por informações e a tomada de escolhas conscientes pelas mães possibilita que a mulher se torne protagonista de sua maternagem, realize as melhores escolhas para si e para seus descendentes e possa assim conquistar autonomia quanto a este processo. Uma mãe define que empoderamento é "exatamente isso: escolher o caminho e bancar as consequências das escolhas feitas" (NINE, 2013, on-line).

5.1 "Primeira arma: informação"

> *minha maior preocupação era me munir de informações para tomar minha decisão (FIGUEIRA, 2014, on-line).*
>
> *primeira arma: informação (LAGO, 2014, on-line).*

Na blogosfera materna, é recorrente a defesa da necessidade de informar-se para tomar as decisões com autonomia e segurança, para que possa fazer as próprias escolhas, para que a

[139]BATLIWALA, Srilatha. **Taking the Power out of Empowerment** – An Experiential Account. Development in Practice 17, nºs 4-5, 2007, p. 557-565.

mulher se empodere. Compreendendo-se como sujeitos autônomos e responsáveis, essas mulheres consideram necessário ter acesso a uma gama diversa de informações para que possam embasar suas escolhas maternas de forma consciente, optar por um estilo de vida, questionar a autoridade médica institucionalizada, ter autonomia em suas práticas maternas. A informação que se busca está para além daquela disponível nos consultórios médicos e na mídia: volta-se para conhecimentos científicos que não circulam com tanta frequência nestes espaços e em experiências maternas. A blogosfera materna é considerada pelas próprias blogueiras como o espaço propício para isso, ao possibilitar a troca de experiências, dicas e informações entre as mulheres, assim como a divulgação de outros saberes relativos à maternidade.

> Ao ler diversas opiniões, relatos, histórias, reflexões, desabafos, evidências científicas que não são divulgadas em outros meios, estou formando o meu próprio senso crítico sobre diversos assuntos relacionados à minha maternidade. Estou recebendo indicações de livros, de outros blogs, de portais informativos, e o mais importante, estou aprendendo a ser mãe da melhor forma que posso ser (de uma forma que, apesar de viver me perguntando se estou fazendo certo ou não, defendo com segurança por ser de acordo com meus princípios e instintos) em grande parte graças a tudo o que aprendo diariamente ao devorar durante as - poucas - horas que me restam os posts dos blogs que acompanho. Eu espero que mais e mais mulheres possam vir a ter consciência de suas capacidades e se empoderem (em tempo hábil!) a partir de toda a informação - de qualidade e de fontes confiáveis, pelamordedeus - que é transmitida na web, de graça e com muito amor. Do que depender de mim, eu vou cada vez mais, em rodas de mães, continuar a começar as minhas frases com "então, no blog da ~fulana~tem um post sobre isso, que diz que ~blablabla~, eu vou te mandar o link quando chegar em casa", ajudando a desmistificar as toneladas de mitos podres que nos são passados desde que nascemos. Blogueiras da maternidade ativa: a todas vocês, meu muito obrigada (ROCHA, 2014, on-line).

Para Amanda (ROCHA, 2014, on-line), ter acesso à informação "de qualidade" e de fontes "confiáveis" que ajudam a desmitificar "as toneladas de mitos podres que nos são passados desde que nascemos", torna possível que a mulher forme seu próprio senso crítico e seja a melhor mãe dentro de suas possibilidades. A mulher torna-se, assim, sujeito consciente de suas capacidades e empoderada a partir de toda a informação baseada em evidências e experiências maternas, o que a possibilita quebrar paradigmas relativos à maternidade e mudar seus comportamentos, de seus descendentes e consequentemente da humanidade.

Dentre os comportamentos a serem alterados, o protagonismo materno pressupõe o questionamento do saber médico dominante, masculino e intervencionista. A postagem *Sobre parto, lua e fisiologia...*, escrito por Natalia Mello (2015), é um bom exemplo dessa busca por

atuação ativa e autônoma. A autora relata, ainda grávida, que se ela não fosse informada e se rendesse à prática dominante, sua filha teria nascido antes da hora, via cesárea, por pressão médica. Ela afirma que nunca poria a vida dela e do bebê em risco pra adiantar o processo de nascimento como fazem outras mulheres que acreditam em profissionais que "não sabem nada de parto normal e só entendem de mutilar e coagir mulheres", o que a levou a questionar a necessidade de realização da cirurgia (MELLO, 2015, on-line). Natalia se coloca, assim, como detentora de um saber sobre parturição, nascimento e saúde, reivindicado enquanto terreno exclusivo da comunidade médica científica durante boa parte do século XX. Em posse desse saber e se considerando autorizada não apenas a ser protagonista de seu parto e a questionar o saber médico, mas a divulgar suas convicções, a autora afirma esforçar-se para colocar isso na "cabeça das pessoas", não simplesmente pra ser diferente da maioria e para se opor a um sistema – como uma "louca xiita" catequizando "as mães tudo à parirem que nem fêmeas uivantes no monte" –, mas por ter estudado muito, o que lhe confere, em sua perspectiva, conhecimento suficiente para saber do que está falando (MELLO, 2015, on-line).

Na narrativa de Natalia Mello (2015), fica evidente que essa mãe reivindica para si um conhecimento verdadeiro sobre parturição adquirido através de muito estudo e busca de informação. Ela acredita que, por assumir uma postura ativa em relação à maternidade, está autorizada a questionar o conhecimento científico ensinado nas universidades e, em suas palavras, os médicos "carniceiros", postura impensável em outros períodos históricos em que as mulheres sequer tinham acesso a este tipo de saber, quanto mais à possibilidade de criticá-lo ou de a ele contrapor-se. Ela se sente autorizada também a julgar as mulheres que escolhem fazer cesárea, segundo ela, lubridiadas pelo discurso oficial e em nome de caprichos pessoais, como escolha do signo da criança.

As mulheres, munidas de informação e empoderadas, nessa concepção, podem não só questionar o saber, o poder e a prática médica, mas também escolher entre os profissionais que lhe convém, aqueles que lhe passam segurança, aqueles que possuem o conhecimento e a prática de acordo com suas crenças. Dessa forma, parece haver também médicos melhores e médicos piores, profissionais que seguem o conhecimento científico considerado adequado, baseado em evidências e experiências maternas, e aqueles que só reproduzem a prática institucionalizada. E a mulher que adere à maternidade ativa, que se informa e faz as melhores escolhas, que é protagonista de seu parto e de sua maternagem, faz um ato político, de

empoderamento e combate ao sistema que impõe o comportamento civilizado e reprime a sexualidade feminina.

A crítica à medicina como instrumentalização masculina do processo de parturição e nascimento ou roubo de um saber feminino instintivo ou culturalmente construído e compartilhado parece contrapor-se a discursos científicos relativos à maternidade e maternagem. No entanto, a possibilidade de escolher profissionais em acordo com determinado viés médico e a apropriação de conhecimentos femininos comprovados por pesquisas científicas demonstra que não há um rechaço total à ciência e sim a eleição de determinados resultados considerados mais verdadeiros do que outros.

Os movimentos em defesa da humanização do nascimento e do parto, assim como na blogosfera, fazem referência a conhecimentos e práticas baseadas em evidências científicas. A Medicina Baseada em Evidência (MBE) em voga no âmbito biomédico originou-se do movimento da epidemiologia clínica anglo-saxônica no Canadá nos anos noventa e é definida como o "processo de sistematicamente descobrir, avaliar e usar achados de investigações como base para decisões clínicas" (CASTIEL; POVOA, 2002, p. 117). Os médicos Luis David Castiel e Eduardo Conte Póvoa (2002) observam que, apesar de anunciar-se enquanto um novo paradigma científico, a medicina baseada em evidências conserva características como a busca pela objetividade científica, sua capacidade de enunciar verdades e a crença na neutralidade do conhecimento produzido. Na prática maternalista, a antropóloga Heloísa Regina Souza acrescenta que

> as evidências científicas parecem adquirir o valor de um fundamento, por serem consideradas um conhecimento cientificamente comprovado, verdadeiro, atual e, sobretudo, confiável. Algo no qual, justamente, se poderia basear uma mudança de práticas considerada de grandes proporções (SOUZA, 2017, on-line).

Segundo a autora, a aderência de práticas maternalistas contemporâneas como a maternidade ativa à medicina baseada em evidências, dado o desejo de revolucionar o *mainstream* obstétrico, assume a forma de uma imensa tarefa de mudança de paradigma que, no entanto, ratificam a racionalidade médica ocidental já existente, por meio da sofisticação e refinamentos de objetivos e técnicas, segundos os cânones dos empreendimentos científicos. Tânia Salem (2007), nos anos 1990, já questionava a quebra do paradigma médico por esses movimentos. Segundo ela:

> a retórica que radicaliza a desmedicalização do parto não autoriza concluir por um sentido antimedical do movimento. Há um explícito reconhecimento dos progressos alcançados pela obstetrícia, ressalvando-se apenas o uso "abusivo" e "desnecessário" à moderna tecnologia médica. Mas isso não é tudo: o movimento em favor da desmedicalização engendra, conforme salientado por Lo Bianco (1983), um paradoxo singular, consubstanciado no que a autora designa como uma "medicalização de segundo grau". Ou seja, a exigência de uma familiaridade dos casais com os conhecimentos técnicos em nome do exercício da autodeterminação redunda em seu maior envolvimento com o paradigma médico. Desse modo, reitera-se o papel do último como conformador das experiências da gravidez e do parto (SALEM, 2007, p. 74).

Nesse sentido, ainda que exista um discurso de inversão hierárquica dos papéis da relação médico/paciente, em que a centralidade do médico é retirada e a protagonista passa a ser a mãe e em que a autonomia da mulher é estimulada, o saber científico continua a embasar estas práticas discursivas maternas. Persiste a busca por legitimação científica para as práticas defendidas como naturais, assim como no discurso erigido em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. A diferença reside no envolvimento cada vez maior das mulheres no paradigma médico (SALEM, 2007; SOUZA, 2017) nas últimas décadas. Esse envolvimento permite que as mulheres, ao apropriarem-se de discursos científicos relativos à maternidade e à maternagem, julguem-se capazes de questionar determinado saber médico e autônomas para escolher como maternar e como parir; mas não as liberta da primazia de abordagens objetivantes, universalizantes e previamente qualificadas "cientificamente" quando da escolha pela "melhor evidência" (CASTIEL; PÓVOA, 2012, p. 119) e do paradoxo da escolha pelo natural. Ainda que estas práticas maternalistas contemporâneas pretendam resistir às práticas médicas convencionais, continuam da ciência dependentes, advogando "boas" práticas médicas humanizadas e centradas no protagonismo feminino, que adensam o discurso maternalista. Ao assumirem o papel de detentoras de um saber até então exclusivo dos médicos – o que pode trazer autonomia e empoderamento, mas também angústia e culpa –, essas mulheres, até então excluídas, disputam espaço na ordem do discurso médico, além de assumirem por vezes o papel do especialista de supervisionar as práticas maternas e as escolhas alheias, procurando impor a melhor forma de maternagem e de como ser mãe.

5.2 O poder da escolha

Escolher ser mãe, como parir, como maternar e como educar, permeia os discursos maternalistas contemporâneos. A possibilidade de realizar escolhas é a base d o discurso da maternidade ativa, da possibilidade de ser mãe às formas de cuidado infantil. O empoderamento materno, a resistência e a busca de transformação revolucionária do sistema, também têm a questão da escolha como solo discursivo. Várias autoras (DONNATH, 2017; ZANELLO, 2018; HAYDEN; HALLSTEIN, 2010; QUINEY, 2007; DOUGLAS; MICHAELS; THORNTON, 2014) destacam que nas narrativas de maternidade contemporâneas as mães figuram como agentes de escolha, como agentes autônomos capazes de optar por se envolver em qualquer combinação de tarefas que desejarem: criar filhos, manter o lar e manter com êxito a carreira e demais atividades relacionadas. A maternidade é tomada enquanto uma possibilidade reflexiva e não como destino inevitável em acordo com as transformações sociais e culturais da modernidade (SCAVONE, 2001b), ainda que a maternagem, prática que também resulta de escolhas femininas, receba predominantemente conotação naturalizada e voltada ao cuidado infantil e planetário. Na blogosfera materna, essa questão recorrentemente invocada nos enunciados é compreendida como intrínseca à condição materna; tomar decisões quanto à vida de seus descendentes faz parte do ser mãe[140]. E, para fazê-las, espera-se da mulher que busque informações científicas e experiências maternas que a habilite a ser protagonista de sua prática materna, que a permita ser livre para fazer as escolhas com as quais se identifica e de forma consciente.

A autonomia requerida mediante liberdade de escolha está em consonância com a forma que a saúde pública passou a ser entendida desde os anos 1980: um valor ético, considerada sob o âmbito individualista do comportamento ou do estilo de vida (ROSE, 2013). Segundo Nikolas Rose, no modelo biopolítico até então em voga, os cidadãos eram instruídos quanto aos modos como deveriam se portar em relação à sua saúde e reprodução; o indivíduo já não era um receptor passivo das normas, estava obrigado a cuidar de seu próprio corpo e, se fosse mulher, cuidar também dos corpos de seu esposo e de seus descendentes. Era necessário que cada um exercitasse "prudência biológica, para seu próprio bem, para o bem de suas famílias, de sua própria linhagem e o de sua nação como um todo" (ROSE, 2013, p. 25). No contexto da década de 1980, quando a construção das identidades passa a ser constituída cada vez mais por formas consideradas autônomas, dinâmicas e individualistas, se

[140]Lais Martini, por exemplo, afirma que "ser mãe, nunca foi, e nem nunca será uma tarefa fácil. Longe disso. Tomar decisões que diz respeito à vida de alguém a quem tanto se ama, decisões que poderão refletir na vida dos nossos filhos para sempre, é muito difícil, é uma responsabilidade enorme" (MARTINI, 2014b, on-line).

torna irrecusável escolher estilos de vida – que podem ser voltados a um aperfeiçoamento moral, como no caso dos vegetarianos, ecologistas ou adeptos da simplicidade voluntária – e ser responsabilizado por suas escolhas, sobretudo no que tange à sua própria saúde.

A responsabilização do indivíduo sobre seu futuro e sobre sua existência corporal e psicológica decorre, para Rose, de nossa condição atual em que a ética da maximização do estilo de vida, do potencial da saúde e da qualidade de vida tem se tornado quase obrigatória. Isto porque, "o indivíduo é levado a pensar a si mesmo como alguém que modela ativamente o curso de sua vida através de atos de escolha em nome de um futuro melhor" (ROSE, 2013, p. 45). Este imperativo leva a avaliações negativas e julgamentos daqueles "que, não importa por que razão, não adotaram uma relação ativa, informada, positiva e prudente com o futuro" (ROSE, 2013, p. 44).

Os pesquisadores Luis David Castiel e Carlos Álvarez-Dardet (2007) referem que tal responsabilização é centrada na culpa. Segundo eles, a ideia de que cada indivíduo deve cuidar de sua saúde para seu próprio bem, de seus descendentes ou da sociedade pode gerar culpabilização quando determinantes socioeconômicos, culturais e ambientais não são colocados em perspectiva (por exemplo, no caso da pobreza). Este modelo de sujeito consciente se dirige àqueles que podem atuar como consumidores, ou seja, aqueles "cujo poder aquisitivo permite a adesão a um determinado 'estilo de vida' compatível com o que o mercado tem a oferecer" (CASTIEL, 2017, s. p.)[141]. Não é qualquer pessoa de qualquer classe, raça ou condição social que poderá escolher determinada forma de conduzir sua própria vida ainda que esteja informado e consciente do custo/benefício de suas ações: dependendo da posição ocupada há um rol de escolhas possíveis ou a ausência delas na prática. O próprio acesso à informação é restrito a determinados grupos sociais, tanto pela ausência de recursos tecnológicos e financeiros quanto pela atuação médica.

O encorajamento a interessar-se ativamente por sua própria saúde, a difusão de conhecimentos médicos e a cultura de uma participação ativa na vida possibilita que os indivíduos se recusem a permanecer apenas como receptores das imposições dos profissionais

[141] Na atualidade, os sentimentos de culpa e de irresponsabilidade são aplicáveis, para Castiel e Dardet (2007, p. 44), "à esfera da gestão pessoal, como hábitos alimentares, tabagismo, exercícios físicos" , ou seja, na relação cotidiana consigo próprio, que envolve o controle da satisfação ou da supressão dos desejos. Para os autores, a ética da nova higiene, a "higienética", se configura como o controle moral relativo a noções de autocuidado ensejado pela promoção da saúde individualista (CASTIEL; DARDET, 2007, p. 46). Esta nova moralidade é paradoxal, já que ao mesmo tempo em que estimula a fruição dos objetos de desejo oferecidos pelo mercado, prega o comedimento ou mesmo a evitação ao desfrutá-los. Os autores ressaltam que "o autocuidado é uma estratégia de tornar os indivíduos pessoalmente responsáveis pela gestão de riscos socialmente gerados" (CASTIEL; DARDET, 2007, p. 61).

de saúde. De pacientes tornam-se consumidores que cobram informações sobre as doenças e as formas possíveis de tratamento, que escolhem usar a medicina, medicamentos e as técnicas alternativas para maximizar e incrementar sua própria vitalidade (CASTIEL; DARDET, 2007). O estilo de vida passa a ser objeto de escolha. Novos profissionais ganham espaço no aconselhamento das práticas comportamentais de saúde, como psicólogos, enfermeiras, parteiras, puericultores e muitas outras especialidades são criadas como terapeutas ocupacionais, arteterapeutas, além de técnicas orientais.

A possibilidade de adesão a um estilo de vida e de questionamento das prescrições médicas ocorre no âmbito do capitalismo neoliberal que prega uma ideia de autonomia mediante liberdade de escolha e direito de decidir os modos de condução da própria vida (CASTIEL, 2017). A partir da concepção de um sujeito autônomo e responsável com capacidade de estabelecer relações custo/benefício em suas ações no mundo, enquanto empresas de si, julga-se que os indivíduos estariam aptos a eleger o que é mais adequado às suas necessidades e demandas. E, para isso, é preciso estar bem informado, consciente.

A ficção de que os indivíduos têm a liberdade de escolher voluntariamente, independentemente das assimetrias na produção das alternativas que estão dispostas e das condições desiguais em que se adere, gera um apagamento dos privilégios e dos contextos sociais nos quais suas vidas são organizadas (BIROLLI, 2017). Esse é o caso, por exemplo, do trabalho que as mulheres realizam na vida cotidiana doméstica, que não é uma escolha voluntária, ainda que não seja assumido em situações que possam ser identificadas como de ação ou em contextos nos quais existam impedimentos legais para a busca de outros caminhos[142].

A escritora israelense Orna Donath tece interessantes considerações relativas à escolha da maternidade em sua pesquisa com mulheres arrependidas de terem se tornado mães. Segundo ela, embora a livre escolha se apresente em torno de princípios de liberdade, autonomia, democracia e responsabilidade pessoal; é um conceito ilusório, pois ignora de maneira ingênua desigualdades sociais, coações, ideologias, controles sociais (DONATH, 2017, p. 30). Neste sentido, a escolha pela maternidade dificilmente pode ser descrita como

[142]Para a cientista política Flávia Birolli (2017, p. 88), é construída uma ficção no liberalismo na qual os indivíduos precederiam e teriam exterioridade em relação a suas preferências e projetos. A ausência de constrangimento quando da escolha, é o que permite defini-la como voluntária, independentemente das assimetrias na produção das alternativas que estão dispostas e das condições desiguais em que se adere a uma ou a outra. Esta visão de que os indivíduos têm a liberdade de escolher, ainda que em condições desiguais, apaga as estruturas de autoridade e a dinâmica social de acúmulo de privilégios.

pura e livre se aceitamos as reflexões sobre os custos, os benefícios e as consequências dessa decisão; e sim como uma decisão passiva, quando as normas são vivenciadas como algo dado, que não demanda consideração ou reserva. Segundo ela,

> sua capacidade (das mulheres) de se ver como as responsáveis por escrever sua história de vida, como se promete em uma sociedade capitalista e neoliberal, é por vezes vaga, e confunde a simples distinção entre a escolha e não escolha ao ignorar experiências mais subjetivas e turbulentas, com frequência permeadas por incerteza, hesitação, confusão, contradições, mistura de sentimentos, sorte e acaso. Portanto, referir-se à transição para a maternidade como uma consequência exclusiva do desejo das mulheres de ser mães pode gerar e manter falsas impressões que, em um círculo vicioso, são usadas repetidas vezes para persuadir as mulheres a terem filhos (DONATH, 2017, p. 49).

Espera-se que as mulheres façam a escolha certa; ou seja, se tomarem uma decisão de acordo com o desejo social, são consideradas indivíduos livres, independentes e autônomos. Caso tomem uma decisão diferente, são condenadas por suas escolhas e deixadas sozinhas para lidar com as implicações decorrentes. Neste sentido, é uma liberdade condicionada. Dentre as normas que condicionam esta decisão, Donath cita a cultura heteronormativa, a promessa de uma vida melhor encerrada na maternidade e o uso social da linguagem da natureza para persuadir as mulheres a conceber e que impõe uma verdadeira tirania biológica.

As considerações de Donath quanto à decisão de ser mãe trazem à discussão o questionamento dos limites da liberdade de escolha pela maternidade, dos condicionamentos sociais e do acesso limitado às informações e à contracepção de mulheres de etnias ou classes desfavorecidas[143] (DONATH, 2017, p. 230). Para a autora, a escolha se constitui nesse sentido enquanto um mito neoliberal que, ao aprisionar as mulheres oferecendo-lhes a ilusão da possibilidade de escolher, normaliza-as e deixa-as sozinhas para lidar com as implicações de suas decisões e aprofunda os sentimentos de ambivalência e culpa maternas.

Na blogosfera materna, essa escolha condicionada pela maternidade e a responsabilização dela recorrente aparecem quanto à possibilidade de ser ou não mãe. Ainda que muitas mulheres condenem o aborto e outras defendam o direito ao próprio corpo[144], é

---

[143]Orna Donath cita que Susam Himmelivert também refere que o conceito livre escolha não se aplica a todas mulheres, bombardeadas em todo o mundo com a mensagem de que seu útero deveria ser recrutado em benefício da nação, enquanto Diana Meyers considera que a retórica da escolha é colonizada já que as diferentes motivações que levam mulheres a tornarem-se mães são ocultadas a fim de manter a linguagem da natureza (DONATH, 2017, p. 33).

[144]Os comentários ao texto "A liberdade de escolher ser mãe", publicado em 09 de junho de 2013 por Carol Mathias, são exemplos de que não há posicionamento consensual entre as blogueiras. Nele, há comentários favoráveis, como "sou a favor do aborto em todos os casos", "toda e qualquer mulher é livre para querer ter um

unânime a compreensão de que as mulheres nos dias atuais podem e devem escolher serem mães. Considera-se que a decisão deve ser baseada não apenas no desejo de sê-lo, mas também nas possibilidades reais de cuidar da melhor forma possível da criança gerada. O ônus decorrente dessa decisão recai constantemente sobre a mulher, considerada a responsável pela criação do cidadão do futuro, com argumentos como porque decidiu ter filhos ou que seria egoísmo colocar uma criança no mundo sem amor e sem preocupação, correndo o risco de que se torne bandido ou assassino (comentário apud MATHIAS, 2013). Prega-se que as mulheres devem assumir as consequências de suas escolhas em enunciados centrados na preocupação com o cuidado infantil, situação geradora de culpa.

Para professora Valeska Zanello (2018), o que Donath delimita enquanto um mito neoliberal integra os caminhos privilegiados de subjetivação feminina existentes em nossa cultura, o dispositivo materno e o dispositivo amoroso. De acordo com a autora, as mulheres se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem que as escolha (dispositivo amoroso) e a partir da naturalização da capacidade de cuidar das mulheres (dispositivo materno). Não ter filhos significa, nesse sentido, desviar-se de uma norma, é como se a mulher não se realizasse por inteiro, o que demonstra, para ela como a possibilidade de escolha feminina é colonizada.

De acordo com as pesquisadoras Sara Hayden e Lynn O´Brien Hallstein (2010), a era da escolha feminina pela maternidade guarda intrínseca relação com a luta pelos direitos reprodutivos femininos. Se na década de 1950, época de conformidade e consumismo nos Estados Unidos, reforçava-se o mito da família nuclear feliz que tinha a mãe como o coração familiar, a partir dos anos 1960, o desejo de mulheres brancas e de classe média de expandir a educação e sua participação do mercado de trabalho foi catalisador para segunda onda feminista e, consequentemente, para as discussões relativas à escolha reprodutiva, pré-condição para realização de escolhas profissionais e educacionais. Segundo as autoras, neste

---

filho ou não ainda que ela não tome contraceptivos e venha a engravidar se não quer ter um filho não é obrigada" e "hoje eu sou pró-escolha, acho que a mulher deve decidir se quer ou não abortar" (comentário apud MATHIAS, 2013). Dentre os contrários, encontramos "Sou contra o aborto feito por aquelas pessoas que, podendo, não se preveniram e toparam correr o risco de uma gravidez indesejada. Gente, aquele "feijãozinho" que pulsa, na minha opinião, é vida, que deve ser resguardada, a menos que haja um motivo imperioso, como é no caso do estupro.outra: Nao sou a favor de aborto em hipotese alguma. Simplesmente porque Deus deu, só Deus pode tirar" (comentário apud MATHIAS, 2013, on-line). Uma mulher afirma que é: "100% contra esse argumento de a mulher ser dona do seu corpo (odeio essa expressão quando usada pra defender o aborto) e usar isso como desculpa pra dizer que ela é quem tem que decidir ter um filho ou não. Tome essa decisão ANTES de engravidar. Existem muitas formas de evitar. Ai vem um grupinho dizer 'ah, mas foi só um lance que eu tive com um cara, descuidei, não quero responsabilidade pra vida toda com um filho'. Eu digo "Dane-se filhinha !" (comentário apud MATHIAS, 2013, on-line).

processo, o termo escolha assumiu um lugar central e moderador na cultura norte-americana no fim do ano de 1970, através dos esforços das feministas brancas para legalizar o aborto, levantando um desafio fundamental à ideologia dominante que posicionava a maternidade como um papel central da mulher. Assim, enquanto na década de 1950 a vida das mulheres era inextricavelmente ligada à maternidade, em 1980 a maternidade branca e de classe média, tornava-se uma questão de escolha, definidora do sujeito[145].

O neurocientista Davi Thornton (2014), concordando com Hayden e Hallstein (2010), refere que a ênfase na escolha sinaliza o alinhamento da retórica da maternidade contemporânea com uma sensibilidade liberal pós-feminista definida por temas recorrentes de escolha, liberdade, individualismo e diferença sexual. Segundo ele, nesse movimento, não se repudia diretamente os ideais e discursos feministas, pelo contrário, integra-os à retórica e às reivindicação da segunda onda feminista, apresentando, assim, um entrelaçamento de feminismo e antifeminismo. Assim, apesar dos atrativos apelos à autonomia e ao controle feminino, a maternidade permanece neste discurso como essência do cumprimento do papel feminino, já que ainda se espera que as mulheres sejam mães. Esta combinação de escolha e tradição coloca as mulheres como responsáveis por administrar as demandas da maternidade e da carreira, exigências tradicionalmente incompatíveis. Ainda, ao compreender os desafios maternos como efeitos de suas escolhas individuais, e não como consequências de formações estruturais, retóricas e culturais, estes ideais da maternidade estão entrelaçados com ideologias de raça, de classe e de gênero, que geralmente assumem a maternidade normativa branca, de classe média e heterossexual como norma. Nesse sentido, ainda que o ideal de boa mãe pós-feminista se apresente como uma alternativa ostensivamente fortalecedora a noções mais restritivas da maternidade tradicional acaba por reinventá-la por meio de uma retórica de escolha, fortalecendo um ideal normativo de maternidade tradicional, branco e de classe média.

---

[145]Donna Haraway aponta para como "para as mulheres brancas, o conceito de propriedade do eu, o ser dona do próprio corpo, em relação à liberdade reprodutiva, tem sido em geral focalizado no campo de eventos em tornos da concepção, da gravidez, do aborto e do nascimento", enquanto para as mulheres negras e submetidas à conquista do Novo Mundo "se defrontam com um campo social mais amplo de falta de liberdade reprodutiva no qual seus filhos não herdaram o estatuto de humanos nos discursos hegemônicos fundadores da sociedade norte-americana" (HARAWAY, 2004, p. 243). Kimala Price argumenta que muitas mulheres negras - assim como mulheres pobres, da classe trabalhadora e lésbicas – não se identificaram com o movimento "pró-escolha" por considerarem que negligenciava indicadores de diferença envolvidos nos direitos reprodutivos como raça, etnia, classe, sexualidade e falhava em ver como a reprodução está conectada a outras questões de justiça social, como justiça econômica, reforma do bem-estar, reforma penitenciária, sistemas de adoção e assistência social, imigração, direitos LGBT e questões ambientais (2011, p. 556).

A filósofa Johanna Oksala (2019) considera que o aspecto mais insidioso da governamentalidade liberal para o sujeito do feminismo é o foco excessivo na livre escolha. Segundo a autora, o fato de muitas mulheres escolherem ser donas de casa ou assumirem oportunidades de trabalho é entendido como escolha pessoal, já que o sujeito neoliberal é um átomo livre de autointeresse, totalmente responsável por navegar pelo domínio social utilizando cálculos de custo-benefício. A estrutura neoliberal apaga a percepção de que os hábitos e as escolhas estão ligadas a normas sociais, sanções e recompensas:

> a crença de que as mulheres possuem controle completo de suas vidas, que a feminilidade tradicional é sua livre escolha, e que elas podem conseguir tudo aquilo que queiram, não apesar de, mas com a ajuda dessa livre escolha, torna-as mais condescendentes com as técnicas normativas de gênero. Se acreditarmos na doutrina neoliberal de que os sujeitos não fazem nada que não seja de seu próprio interesse, então a feminilidade normativa deve ser aquilo que verdadeiramente queremos (OKSALA, 2019, p. 135).

Os limites das possibilidades de escolha feminina pela e na maternidade, dissociada do contexto social, dos papéis ocupados e dos privilégios, sob uma aparente neutralidade, em nome da autonomia da mulher e, muitas vezes, de reivindicações feministas, configura-se com frequência enquanto uma escolha condicionada (DONATH, 2017) ou colonizada (ZANELLO, 2018), uma ficção (BIROLLI, 2017) ou um mito (DONATH, 2017). O acesso à informação e a necessidade de informar-se parece aparecer não como a abertura de um rol de possibilidades às mulheres, mas como o acesso à verdade sobre a maternidade, a parturição e o cuidado infantil.

5.3 Empoderamento colonizado

> *O adjetivo **consciente** para a palavra **escolha** tem um peso muito importante no discurso **mamífero**. Para as blogueiras e seguidoras, toda escolha feita em relação à maternidade deve ser **consciente**, isto é, baseada em muita pesquisa e informação. É nesse sentido que optar pelo parto **natural** e pela amamentação prolongada, por exemplo, faria parte de uma **escolha consciente** por parte da mulher que quer se empoderar. (PULHEZ, 2015, p. 135, negrito da autora).*

A doula Kalu Brum, criadora do blog *Mamíferas* e do *Vila Mamífera*, associa o empoderamento materno às escolhas que valorizem procedimentos naturais que envolvem a gestação, parto e cuidados com bebês e crianças com embasamento científico[146] e a criar os filhos na contramão do consumismo, do individualismo, do desrespeito, rompendo padrões, informando e provocando reflexões, quebrando paradigmas. Na fala de Brum, o olhar mamífero mais humanizado e consciente que traria empoderamento às mulheres está intrinsecamente relacionado a determinadas formas de cuidado infantil e a assunção de posturas femininas críticas à sociedade atual, baseadas na busca de informação e na conscientização feminina quanto à maternagem. Empoderar-se, nessa perspectiva, é informar-se sobre o que é natural e rebelar-se contra a sociedade consumista, tendo em vista as consequências das escolhas maternas para a formação das crianças e para o futuro do planeta.

> Empoderar é devolver o poder de decisão para aquela mulher, que munida de informações verdadeiras sobre o processo que envolve o parto pode escolher, de acordo com suas convicções aquilo que "pode ser" melhor para ela. (...) Essa escolha passa pelo direito de optar por uma cesárea eletiva? Muitas ativistas acreditam que sim. Eu acredito que não. (...) Uma cesárea eletiva por escolha é um crime ético por parte do médico e uma escolha prejudicial por parte da mãe em relação a seu filho (KALU, apud PULHEZ, 2015, p. 75).

A escolha consciente feminina, que empoderaria a mulher, passa assim para Brum, pela escolha pelas práticas de cuidado consideradas melhores e naturais, como o parto, a amamentação e práticas sustentáveis de cuidado. A escolha é condicionada à natureza e à criança. Há pouco espaço para os desejos e perspectivas femininas. Ao esclarecer-se, a mulher não poderia optar pelo processo medicalizado ou amamentação por fórmula ainda que esta fosse sua vontade, já que ao tomar uma escolha consciente, baseada em muita pesquisa e informação, ela saberia que estas não são as melhores práticas maternas.

Esta concepção de um empoderamento, que leva necessariamente a determinadas práticas e decisões maternas, é compartilhada nas mídias sociais por outras mulheres. Anne Rammi (2013, on-line) identifica dois "pacotes" do maternar: "de um lado estão todas as escolhas ligadas ao empoderamento", "de outro lado estão todas as escolhas ligadas à terceirização" das responsabilidades com relação aos filhos e de "submissão aos sistemas desempoderantes". Apesar de admitir que esta separação tem apenas efeito didático, a autora

[146]Segundo as criadoras do blog *Mamíferas*, o blog foca "na humanização do nascimento, na amamentação e no empoderamento da mulher, o que queremos mesmo é levar a mães, pais, gestantes e a todos que se interessem pelo tema informações com embasamento científico que valorizem os procedimentos naturais que envolvem a gestação, parto e cuidados com bebês e crianças" (BRUM *et al*, 2017, p. 27).

aponta para a importância da militância materna na luta para mexer com os extremos, a fim de alterar o ponto de equilíbrio e as possibilidades femininas de maternagem. Como exemplo dessas alterações, cita o parto; segundo ela, até pouco tempo, era impensável que a "mulher empoderada parisse seu filho no hospital sem drogas", hoje já há a possibilidade de fazê-lo em casa. Rosane Baldissera (2014, on-line), por sua vez, parabeniza as mamães empoderadas que amamentaram ou amamentam por dois anos ou mais e conseguiram a difícil tarefa de ultrapassar as barreiras da sociedade, tarefa que Nine (2013) não conseguiu realizar, segundo ela, por considerar que não estava suficientemente empoderada. Já Ágathafgd (2015) associa o empoderamento a escolhas que não seriam aceitas pela sociedade (como amamentação prolongada, cama compartilhada, não bater nos filhos, amamentar à noite na cama, desfralde prolongado), a uma maternidade alternativa. Ela acrescenta que a sociedade espera que as mães façam tudo sempre igual e as que não o fazem, as mães empoderadas, sofrem por suas escolhas.

O empoderamento materno parece estar, nestas sequências, centrado na busca de informações que permitam à mulher escolher e realizar suas escolhas; não realizá-las de forma consciente é entendido por vezes como um falso empoderamento. Pressupõe também que estas escolhas estejam voltadas a comportamentos femininos considerados ideais pelo grupo, resistentes ao "sistema" dominante e inscritos em uma verdade da natureza e do cuidado infantil. Empoderar-se está relacionado a assumir certas práticas, como a amamentação prolongada ou o parto natural. Dificilmente caberia neste discurso considerar empoderada uma mulher que escolheu não amamentar ou realizar cesárea, como ressaltou Brum. O protagonismo feminino defendido é aquele que questiona determinadas imposições sociais e que pressupõe certas atitudes para contrapô-las, não qualquer atitude, não a elas aderir ou aderir parcialmente. Raros são os comentários na contramão desse posicionamento, como o feito ao texto de Luciana Misura que aponta como "é no mínimo contraditório falar de empoderar as mulheres e ser contra o seu direito de escolha" (comentário apud MISURA, 2013, on-line) referindo-se às posturas agressivas nas mídias sociais quanto à escolha da cesárea, entre outras atitudes condenadas.

5.4 Paradoxo da escolha pelo natural

Ao considerar que as escolhas maternas conscientes devem ser orientadas por práticas naturais, através de muita pesquisa e informação pautada numa visão crítica do que é tido como ciência, "ciente do que são tidos como embustes envolvidos nas práticas médico-hospitalares" (PULHEZ, 2015, p. 163), por "um novo aprendizado do que é o natural e o afeto autêntico" (PULHEZ, 2015, p. 147), pressupõe-se uma verdade sobre as formas de nascer e de maternar que é essencial e pode se chocar com a possibilidade de escolha feminina, caso a mulher opte por uma prática que não é considerada a ideal como a cesárea, por exemplo. A antropóloga norte-americana Christina Bobel (1999) aponta essa dimensão da "escolha" como uma das contradições da maternagem naturalista, juntamente à busca pela retomada do controle do corpo e do processo de parturição. Ela se pergunta como é possível a mulher escolher se o conhecimento deriva de um corpo natural em que o comportamento é dirigido pelo instinto e o corpo controlado pela natureza. Não seria fugir do controle das instituições e dos especialistas para deixar que outro tipo de controle incontrolável pela mulher reine e admitir uma escolha já definida pré-determinada? E se é pré-determinada não deveria aflorar naturalmente em todas as mães?

Carmen Tornquist (2002) considera que o paradoxo desse discurso é o reconhecimento de que é preciso recuperar os instintos perdidos através de uma socialização consciente de aprendizado de técnicas corporais que foram desaprendidas quando o parto passou para o campo médico. Presentes, sobretudo, em manuais para grávidas, tal aprendizado passa a ser definido enquanto uma tarefa da mulher que escolhe dar à luz e que é dona de sua sexualidade. Esse processo é nomeado pela autora como pedagogia do parto e didática da gestação. Rosamaria Carneiro (2011) e Olívia Hirsch (2014), em suas pesquisas etnográficas, também verificaram essa pedagogia nos cursos de preparação do parto humanizado estudados e ressalvam que as formas como as mulheres recebem os ensinamentos e vivenciam as experiências não são uniformes e que há uma diferença significativa entre o discurso dos especialistas e os significados atribuídos pelas mulheres a essas experiências.

A existência desse paradoxo não é, no entanto, exclusividade dos discursos maternos das últimas décadas. A mãe modelo de Rousseau, Sophie, é educada para satisfazer as necessidades de seu marido e filhos, ainda que o casamento e a condição materna fossem considerados tarefas naturais femininas. Vários estudos realizados sobre a maternidade entre fins do século XIX no Brasil e início do XX, como Martha de Luna Freire (2009) e Elisabeth

Badinter (1985), também remetem à contradição que essa pedagogia materna encerra. Freire (2009, p. 248) aponta que:

> a dupla concepção da maternidade – simultaneamente instinto natural e técnica a ser aprendida – não se constituiu em obstáculo aos esforços doutrinários dos médicos, tampouco à retórica das feministas. Ao contrário, ambos exploraram tal dualidade ao argumentar que a maternidade era um dom vinculado à anatomia e fisiologia femininas - e, portanto, não poderia ser negado – passível, entretanto, de se aprimorar através da educação.

Esse paradoxo de aprendizagem e de aprimoramento dos comportamentos instintivos ganha novos contornos a partir dos anos 1970, quando a dimensão da escolha passa a integrar os discursos maternalistas. A busca pelo controle do próprio corpo e dos processos relacionados a ele passa nesses discursos pela possibilidade e capacidade da mulher escolher ser ou não mãe, como parir e como maternar. Pesquisadoras que estudam os discursos e as práticas maternas das últimas décadas, como Badinter (1981; 2013), Carneiro (2011), Hirsch (2014), Iaconelli (2012), Pombo (2013), Salem (2007), Tornquist (2002; 2004), são unânimes na identificação desse conflito entre a defesa do instinto materno e a possibilidade de escolha guiada pelo aprendizado de como resgatar do comportamento natural[147]. A psicanalista Vera Iaconelli chama a atenção para o quanto esse discurso pode se igualar ao discurso médico que pretende combater, dada a primazia do conhecimento verdadeiro, ao supor que bastaria informar a mulher:

> sobre suas verdadeiras opções que ela escolheria a melhor (o que varia da cesariana eletiva até o parto domiciliar) e que, se ela não faz a melhor escolha (cujo valor depende do grupo de referência) é porque não está devidamente informada, está sendo enganada, ou é neurótica, ou perversa (IACONELLI, 2012, p. 63).

Na mesma linha argumentativa, Bobel (1999) aponta que o controle sobre o próprio corpo e sobre a maternagem que as mães naturalistas acreditam ter arrancado das instituições e dos especialistas não repousa no indivíduo, antes, é entregue à natureza, tornando-as a ela subservientes. As mulheres que procuram resistir a uma cultura *mainstream* aceitam sem crítica uma crença diferente, ainda mais poderosa, do naturalismo, da natureza como uma força a ser confiada e respeitada. E aí, segundo a autora, está o paradoxo: onde colocar a natureza como autoridade suprema ainda que afirmem que o indivíduo que deve determinar a

[147] Raquel Simas (2016) também verifica este fenômeno no discurso das doulas, em que convive uma valorização saudosista da "natureza", que remete ao parto ideal ao passado, com outra forma de valorização da natureza não dissociada do saber científico.

substância da vida familiar. A maternagem naturalista, ao mesmo tempo, resiste e aceita uma força maior do que a própria mãe.

Ao supor que há uma forma melhor de parturição e maternagem a ser escolhida, descoberta e resgatada, a possibilidade da escolha está restrita a assumir ou não a maternidade, não há espaço para decidir como vivenciá-la. Orna Donath (2017) argumenta que, dentre os fatores que condicionam a escolha materna, é usada a descrição da natureza feminina em sua correlação fisiológica, que reforça a ideia de instinto materno, para justificar a obrigação de ser mãe. A mãe ideal deve admitir assim, sua "natureza" e praticar as formas "verdadeiras" e instintivas de nascimento e cuidado infantil.

5.5 O mito da maternidade original

> *Deixe-me à natureza, por favor! Não me rasgue, não me deite, não me injete! Não me obrigue a ver um médico. Quero parir como uma loba, uma índia da mata. Deixe-me de quatro, deixe-me de cócoras. Por favor! Eu quero gritar, gemer, me contorcer! Deixe-me parir em paz. Liberte-me para a espontaneidade de trazer meu filho ao mundo. Deixe-me dar o exemplo de luta, fé, instinto, naturalidade! Deixe-me ser primitiva, me agarrar à terra, enraizar. Deixe-me aceitar e compreender a dor, vivenciá-la como um processo de amadurecimento. Deixe-me lidar com a minha sombra.*
> *Não extraia o fruto meu! Não o arranque de mim à força! Não me corte em 7 camadas para que meu filho veja a luz! Não me apresente alternativas ao medo, não me anestesie a vida! Eu quero meu filho massageado pelas minhas entranhas, quero sentir sua passagem, o peso de seu corpo, o círculo de fogo!*
> *Deixe meu espírito dançar. Sou capaz de secretar meus próprios hormônios, sou capaz de transcender a dor, ser involuntária e fisiológica!*
> *Sou capaz de parir! Sou capaz de ser mulher! (CHAGURI, 2013, on-line)*

O empoderamento materno entendido como a atuação ativa e autônoma feminina durante a gestação, parto e cuidado infantil, que pressupõe busca de informação, a realização de escolhas conscientes, resistência e insubmissão às imposições da medicina tradicional, está intimamente ligado à valorização do conhecimento fisiológico e natural feminino que teria sido apropriado pelo saber médico masculino. Empoderar-se, o que a princípio aproxima estas práticas de maternidade de defesas feministas enquanto autonomia da mulher para escolher seu destino e gerenciar seu corpo, pode restringir-se, na prática, a comportamentos que priorizam o resgate de um poder e de saberes femininos que teriam sido perdidos no processo civilizatório. Esses saberes, hoje valorizados por algumas vertentes científicas e médicas, passam pela valorização do instinto materno, dos hormônios e das formas fisiológicas de parturição, cuidado e criação de vínculo com o bebê.

A reprodução do mito da maternidade, de que fomos corrompidos pelo progresso social, que remonta ao século XVIII na Europa, foi resgatado nesta formação discursiva e é usada como justificativa para a concepção de empoderamento feminino através de uma prática natural de concepção e criação. Esta dimensão de empoderamento, se não estava assim formulada nos séculos precedentes, remete a um esforço que já era comum à época de usar a maternidade como forma de emancipação feminina. Se econômica e socialmente, enaltecer o governo da função materna significava redução das taxas de mortalidade infantil e controle normativo da população, o que se revertia em aumento da riqueza da nação (tinha caráter e função econômica), para algumas mulheres era a possibilidade de variar sua posição social e de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar e da sociedade (BADINTER, 1985; COSTA, 1989; FREIRE, 2009; EHRENREICH; ENGLISH, 2003; DEL PRIORE, 2009). Essas mulheres, organizadas em movimentos feministas, desde o século XIX, usavam a favor de suas reivindicações a valorização da maternidade promovida pela higiene e o relativo poder adquirido pela mulher na família (ao tornarem-se responsáveis pela criação, manutenção da família e formação dos "cidadãos da nação"), em sua luta pela emancipação feminina, demandando educação, possibilidade de entrada em espaços públicos e direito ao voto (FREIRE, 2009). As lutas femininas e as mudanças sociais permitiram a ampliação da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres na primeira metade do século XX, em ações filantrópicas, etc. Elisabeth Badinter (1985, p. 147) refere que

> inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram

> conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana.

A valorização da importância do papel materno para a família, para os filhos, para a sociedade e para nação, constitui-se argumento e reivindicação feminista na virada do século XX e nas primeiras décadas, permitindo a ocupação feminina de outros espaços públicos para além do lar[148]. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, adensa-se a compreensão da maternidade como eixo central de opressão feminina por teóricas e movimentos feministas, num contexto contracultural de defesa das liberdades sexuais, disseminação dos métodos contraceptivos e consolidação da sociedade industrial com aumento progressivo da participação feminina no mercado de trabalho. Questões específicas das mulheres passaram a ser discutidas como o direito a ser ou não mãe, sê-lo quando e como quiser e a divisão das tarefas domésticas entre o casal. Priorizou-se o direito ao corpo, ao prazer e o combate à dominação masculina. A obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicada em 1949 na França, é considerado um marco dessa contestação. Beauvoir cunha a célebre frase "Não se nasce mulher, torna-se mulher", trazendo à discussão a construção social do feminino e dos papéis naturalizados para explicar a desigualdade entre homens e mulheres, negando a maternidade enquanto destino biológico. Nos Estados Unidos, o livro de Betty Friedan *A Mística Feminina,* de 1963, que questiona a definição da mulher a partir de sua identificação sexual enquanto esposa, mãe e dona de casa, encontrou enorme ressonância entre as mulheres brancas de classe média no país, com impacto parecido com o de Beauvoir na Europa[149].

Ao buscar a desnaturalização dos papéis sociais femininos maternos e entender o corpo como espaço de opressão, essas feministas defendiam o direito de poder escolher ser mãe como condição fundamental para liberar as mulheres do lugar que ocupavam na vida privada, permitindo que participassem em igualdade de condições com os homens na esfera

---

[148]Destoavam dessas defesas escritoras ligadas ao movimento operário de viés revolucionário, como a anarquista Maria Lacerda de Moura no Brasil e a socialista russa Alexandra Kollontai. Já no início do século XX, estas autoras questionavam a maternidade enquanto destino inevitável e de responsabilidade exclusiva da mulher. Moura defendia, além da maternidade enquanto opção, o direito ao prazer sexual e o amor livre (RAGO, 2007). Kollontai, preocupada com as condições sociais das trabalhadoras na criação dos filhos, pregava a coletivização desse cuidado (BIROLI, 2017).

[149] Outra norte-americana Adrienne Rich, na década seguinte, discutiu a maternidade enquanto instituição patriarcal que visa garantir o controle masculino sobre a mulher através da exploração de suas capacidades reprodutivas, no livro *Of a Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* (1977). A autora identifica o corpo feminino enquanto espaço de opressão e aborda os sentimentos maternos ambíguos ou de ódio à prole, negligenciados pela cultura da maternidade, procurando desconstruir a ideia de mãe "natural" e de amor incondicional.

pública. Essas defesas, nomeadas de igualitaristas, marcaram o movimento feminista internacional entre os anos 1970 e 1980 e são entendidas em vários contextos (ainda hoje na blogosfera materna) como posturas feministas em relação à maternidade, associadas a um suposto desprezo pelo papel materno e pelas mulheres que optam por ser mães em contraposição a teorias feministas que valorizam atributos especificamente femininos, como a maternidade.

Carmen Tornquist (2004), que estudou os sentidos que empoderamento ganhou entre as vanguardas obstétricas nacionais, remete o uso desse conceito associado à reprodução do mito da maternidade, como a importância política da crença em um matriarcado original, compartilhada por feministas nos anos 1970. Visto como fonte explicativa da opressão da mulher e da possibilidade utópica de "retomar o poder confiscado pelos homens" (TORNQUIST, 2004). No entanto, também tem como efeito reproduzir o mito da maternidade original, uma vez que propugna por um determinado modelo de família e de mãe de questionável universalidade (TORNQUIST, 2004). O feminismo que aqui se associa está ligado à singularidade feminina de gestar e parir que, se por um lado, dá positividade à experiência feminina; por outro, sugere uma essência feminina universal, liberada da dimensão simbólica, e, ainda, uma equivalência entre feminilidade e maternidade, que pode ter desdobramentos bastantes normalizadores.

A defesa de uma natureza feminina, de uma forma de ser mulher, defendida por esses discursos e pelos feminismos das diferenças e fundamentados em argumentos biológicos, propaga concepções homogeneizantes e normalizadoras de maternidade e da condição materna como essência feminina, excluindo mulheres que não compartilham das características definidas como comuns e que não conseguem ou não querem seguir as determinações da natureza. Pesquisadoras brasileiras como Carolina Pombo (2013) e Vera Iaconelli (2012) também identificam a reafirmação de uma identidade materna universalizante nestes discursos. Para Pombo, estes discursos não conseguem superar a representação tradicional da "mãe universal" (POMBO, 2013, p. 20). Iaconelli analisa que "supor que todas as mulheres, uma vez informadas e apoiadas, fariam a mesma escolha, diante da concepção, da gestação, da parturição e do aleitamento, é supor que existiria A Mulher" (IACONELLI, 2012, p. 74), dissociada das questões raça, classe, origem, orientação sexual, contexto histórico e possibilidades efetivas de escolha da maternidade.

A filósofa Elisabeth Badinter sugere que a retomada desse discurso nas últimas cinco décadas está relacionada a uma pressão reacionária voltada ao refreamento das conquistas femininas. Para a autora, esta "revolução silenciosa" em curso sem que percebamos, tem como objetivo recolocar a maternidade no centro do destino feminino, como Rousseau ajudou a fazer outrora:

> ironia da história: é no momento em que as mulheres do Ocidente conseguem finalmente se livrar do patriarcado que elas encontram um novo senhor na casa! (...) A suave tirania dos deveres maternos não é nova, mas se acentuou consideravelmente na volta com toda a força do naturalismo. O maternalismo tão defendido ainda não engendrou nem matriarcado, nem igualdade dos sexos, mas antes uma regressão da condição das mulheres. Regressão consentida em nome do amor que se tem pelo filho, do sonho da criança perfeita e de uma escolha moralmente superior (BADINTER, 2011, p. 121).

A pesquisadora francesa Odile Fillod (2014), também identifica que a reafirmação de teorias hormonais biologizantes – como a importância da ocitocina que ganha *status* de hormônio do amor – está relacionada ao contexto do pós-feminismo e integra um conjunto de reações ao impacto da segunda onda feminista. Nesse contexto, as mães continuam a ser as principais cuidadoras; a novidade é que agora reivindicam esse comportamento como exercício de liberdade. Além disso, segundo ela, este discurso pode ser uma forma das mulheres lidarem com a pressão exercida para que tenham sucesso na maternidade, efeito colateral do direito de escolher a maternidade que emergiu na década de 1970, na medida em que as tranquiliza em relação a sua capacidade para maternidade ou permite que invoquem uma disfunção biológica caso não se sintam realizadas como mães. A autora entende que esta explicação sedutora é endossada por mulheres e feministas autodeterminadas e homens que aparentemente querem o bem das mulheres: estas pessoas estariam acima de qualquer suspeita por agirem a favor do empoderamento das mulheres.

Fernanda Alzuguir e Marina Nucci (2015), assim como Carolina Pombo (2013), ressaltam ainda que, ao ter sido apropriado por uma vertente mais conservadora, tal discurso acirra a divisão sexual do trabalho e a valorização de um modelo de família formada por mãe e pais biológicos responsabilizando as mães pelo cuidado e gerando o esvaziamento da dimensão política da maternidade ao desresponsabilizar o poder público quanto ao nascimento e cuidado infantil e materno. O empoderamento materno e os feminismos encontram-se nestes discursos, em torno dessa discussão entre o trabalho remunerado e o trabalho em casa, entre a

importância do papel da mulher da família e outros papéis sociais, em choque entre a naturalidade da maternidade e a ocupação de espaços públicos e políticos.

Valeska Zanello (2018), que pesquisa saúde mental e gênero, refere-se a este processo como um empoderamento colonizado dada a construção de um discurso no capitalismo que promove uma sedução narcísica ao enaltecer a maternidade como um trabalho insubstituível e imprescindível para o futuro da nação. O cuidado com os filhos e com outros membros da família e da casa, ao ser naturalizado, tornou as mulheres cuidadoras natas – dos outros, não de si mesmas – e o amor e a maternidade questões identitárias femininas. À mãe restou aprender a manejar os afetos e os filhos como instrumento de poder. Para a autora, se por um lado, o reconhecimento social feminino através da maternidade ocorrido na virada do século e no decorrer do século XX foi um grande avanço às mulheres, permitindo alguns direitos políticos, o acesso ao trabalho remunerado e a galgar outras posições sociais, por outro, essa construção social e histórica trouxe também um acúmulo de responsabilidades às mulheres, de culpa e de naturalização da maternidade. Neste sentido, parece assertiva a conclusão a que chega Davi Thornton (2010), de que as promessas de empoderamento – especialmente aquelas articuladas por meio dos vocabulários individualizadores do neoliberalismo – são, muitas vezes, reinvenções de normas familiares de gênero.

CAPÍTULO VI - A MÃE MODELAR DA MATERNIDADE ATIVA

> *Pelo que tenho lido o mundo ficou povoado de mães perfeitas. (...) Mães defensoras do parto normal-sem-anestesia-em-casa lhe farão sentir péssima se você optou por uma cesariana. Mães defensoras do aleitamento materno acabarão com sua dignidade caso você não consiga ou (porque não?) não queira amamentar. Mães naturebas te assombrarão toda vez que você comprar uma papinha pronta no supermercado e por aí vai. (FIUZA, 2014, on-line).*

O discurso de maternidade ativa analisado, que professa um empoderamento materno através da possibilidade feminina de escolher, como vimos no capítulo anterior, é marcado por enunciados que elegem formas ideais de empoderamento e maternagem. A possibilidade de escolha que questiona os modelos instituídos de maternidade e, em tese, abre a possibilidade das mulheres se tornarem mães de forma autônoma, de acordo com suas possibilidades, necessidades e desejos, é contraditoriamente acompanhada na blogosfera materna de uma normalização feminina em que se definem práticas modelares de cuidado infantil e de como ser mãe, que não rompem com a concepção de "santa mãezinha". Mostraremos, neste capítulo, como afetos pedagogicamente ensinados às mulheres há mais de um século, como a culpa e o sacrifício, assim como a premissa da naturalidade da função materna, aparecem como enunciados normativos nesse discurso e como compõem a construção de uma imagem ideal de maternidade, a "mais mãe", em que pese toda argumentação relativa à possibilidade de escolha e libertação feminina.

6.1 Culpa

> *Culpada, forçosamente culpada (...) O espectro da mãe má se impõe a ela tanto mais cruelmente quanto inconscientemente ela interiorizou o ideal de boa mãe. (BADINTER, 2011, p. 160).*

Nos dias atuais, a maternidade é pensada como escolha feminina que pode ser vivenciada de diferentes formas por mulheres que assumem também diferentes papéis sociais.

Admite-se que mulheres mantenham e invistam em suas carreiras após o nascimento dos filhos, que as mulheres possam estudar e ocupar cargos públicos, que o cuidado infantil e o trabalho doméstico seja dividido de forma igualitária entre o casal, que a concepção não seja realizada exclusivamente através da relação sexual e que casais homossexuais possam assumir a paternidade e a maternidade. Nesse contexto, em que se proliferam discursos em defesa da liberdade feminina para escolher ser mãe e como ser mãe, como parir e como maternar, parece paradoxal que se espere da mulher a realização de sacrifícios pela família e pelos filhos e que a culpa continue a se constituir um sentimento intrínseco à maternidade. A gama de livros voltados às mães que tem este afeto como foco, no entanto, demonstra como a culpa segue presente no que se espera das mães na cultura Ocidental. São exemplos obras como *A Mãe de Todos os Mitos* (1999) da jornalista italiana Amianatta Forna, *Filhos da Mãe: como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição* da psicanalista brasileira Márcia Neder e *A Culpa é da Mãe: reflexões e confissões acerca da maternidade* (2012) da psicóloga Elizabeth Monteiro – além de trabalhos científicos como os escritos por Elisabeth Badinter (2011), Vera Iaconelli (2012), Valeska Zanello (2018) e Carolina Pombo (2013), que abordam a temática. Amianatta Forna (1999) ressalta que a culpa ficou tão fortemente ligada à maternidade que passa a ser considerada um sentimento materno natural, fruto do aprendizado das mulheres.

A culpa, produto da normalização feminina para a maternidade, não é uma particularidade atual. Desde Rousseau, tanto a medicina quanto a psicologia e a psicanálise no século XX, elegeram a mulher como a cuidadora principal da criança. Badinter defende que, se por um lado, a dignificação da função materna neste período permitiu às mulheres viverem a maternidade com alegria e orgulho e abriu a possibilidade de galgarem outros papéis sociais, por outro, criou uma espécie de "mal-estar inconsciente": foram obrigadas a tornarem-se mães sem desejá-lo realmente (Badinter, 2010). Desta situação, decorre a culpa e a frustração daquelas que se recusaram ou não conseguem seguir os imperativos maternos, como se fracassem na criação infantil, seja pela impossibilidade de amamentar, pelas crianças ficarem doentes ou por não serem consideradas pessoas de sucesso na vida adulta.

O psicanalista Jurandir Freire Costa afirma que a culpabilização da mulher ocupou um papel importante para consolidação da higiene no Brasil dada a constituição do indivíduo liberal que se regula "em primeiro lugar, pelo hábito criado na mecânica dos gestos e condutas; em segundo lugar, pela culpa, pelo sentimento de desvio moral com relação ao

social; em terceiro lugar, pelo julgamento de seus pares ou iguais" (COSTA, 1989, p. 200). Assim, a vida do cidadão urbano brasileiro a partir de meados do século XIX vai girar em torno de seus herdeiros, ele vai "ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilizado e aceitar a culpa, por todo tipo de mal físico, moral ou emocional que ocorresse aos filhos" (COSTA, 1989, p. 251). Em relação à amamentação, além dos benefícios físicos e psíquicos decorrentes para mães e bebês, muitos médicos apontavam para as consequências nefastas da mãe não fazê-lo (que incluía enfermidades e morte) e afirmavam que este ato era sinônimo do amor materno. A partir do momento em que a mulher da elite tomava conhecimento desta demonstração de amor inscrita em sua essência, caso não amamentasse, era julgada pelos médicos, familiares e por si própria como uma mãe desnaturada que podia prejudicar a saúde, causar a morte das crianças e pior: não amá-las. Essa mulher se tornava comparável às feras. Ainda hoje, é possível encontrar manuais de puericultura que ameaçam as mães, no caso de não haver cumprido com suas "funções naturais"[150].

A culpabilização materna no Brasil, incentivada pelos médicos higienistas, apelava a um sentimento já interiorizado entre as mulheres, integrante do modelo ideal de santa-mãezinha, construído pela Igreja Católica na época colonial. De acordo com Mary Del Priore (2009), a partir do Concílio de Trento[151], que tinha como alvo o combate das sexualidades alternativas, do concubinato, das religiosidades desviantes, a Igreja desenvolveu uma pastoral de culpabilização dos fiéis: era necessário lembrar culpas produtoras de autorrecalques, incentivar a interiorização de seus papéis e a digestão de suas obrigações. Somava-se assim, com sucesso, um discurso religioso de responsabilização feminina pela família aos conhecimentos científicos da época que, com poder de polícia, servem à normalização feminina através da subjetivação da mulher nos dispositivos materno e amoroso (ZANELLO, 2018).

A culpa, já presente nas proposições rousseaunianas, acompanha o universo materno desde então, tornando-se cada vez mais acentuada na medida em que novas responsabilidades são atribuídas à mãe, a partir de verdades estabelecidas em formações discursivas diversas e complementares. Ao longo do século XX, além de zelar pela sobrevivência e saúde da prole, a

---

[150]Na edição publicada em 2014 do manual *A Vida do Bebê*, de Rinaldo De Lamare, dentre as várias vantagens listadas da amamentação, encontram-se a defesa da prática como prevenção ao câncer e à queda das mamas no caso das mães e do adoecimento e da morte dos bebês "o recém-nascido que é amamentado raramente adoece e, quando adoece, raramente morre" (LAMARE 2014, p. 14).

[151] O Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563 na cidade de Trento (Itália), reuniu autoridades eclesiásticas para discutir valores e princípios da Igreja Católica.

mãe progressivamente foi recebendo novas obrigações: garantir a segurança infantil em relação aos perigos da rua e dos vícios (bebida, sexo, jogos), educá-lo moralmente, estimular seu desenvolvimento cognitivo, auxiliá-lo quanto à aprendizagem escolar, zelar por sua felicidade e por sua saúde emocional e psíquica. No modelo de maternidade contemporâneo, a mãe recebeu mais alguns deveres; proteger as crianças dos perigos da sociedade de consumo – que passa pela alimentação (amamentação, ingestão de alimentos não industrializados e de preferência que não sejam de origem animal) e comportamento (priorizar brincadeiras ao ar livre, restringir o uso de equipamentos tecnológicos como videogames, investir em escolas alternativas ou *homeschooling* quando possível, restringir consumo de bens) –, ensiná-lo a amar a natureza e a ter atitudes sustentáveis. E para que possa cumpri-los, para muitas mulheres, a mãe deve dedicar o máximo de tempo possível à criação, abrindo mão de desejos pessoais, trabalho e mesmo de tempo para descanso; a mulher deve buscar informação para realizar as melhores escolhas de maternagem e se responsabilizar sobre elas.

O imperativo de informar-se para realizar escolhas no liberalismo que, como vimos integra o discurso da maternidade ativa analisado, gera a responsabilização do indivíduo sobre si e, no caso das mulheres que são mães, a responsabilização estende-se à saúde e à educação das crianças, à família, à formação do cidadão do amanhã. Esta responsabilização, muitas vezes, é convertida em culpa, quando não se atende às expectativas sociais criadas como, por exemplo, quando as mulheres ao assumirem como verdade a teoria da criação com apego sentem que "falham" ao não se vincularem adequadamente ao seu bebê, tarefa que deveria vir "naturalmente" nesta filosofia (BOBEL, 1991, p. 230). Ainda, dada à importância atribuída ao vínculo mãe-bebê, as mulheres atualmente têm sido culpadas por todos os problemas evidenciados pelos filhos, desde o autismo, à psicopatia (FIDALGO, 2003, p. 263). Como refere Amianatta Forna:

> dizem às mães que todas as falhas, todas as negligências, qualquer displicência em suas numerosas obrigações, qualquer recusa ao sacrifício, vai afetar a psique da criança, estragar o futuro dela e prejudicar não só a relação mãe-filho, mas todas as relações subsequentes na vida do filho (FORNA, 1999, p. 21).

Na blogosfera materna, encontramos várias postagens e comentários relativos ao sentimento de culpa, especialmente em publicações relacionadas à amamentação. Não querer amamentar, independentemente de ser uma decisão consciente ou disposição inconsciente, é a atitude mais condenada pelas mulheres na blogosfera: é considerada egoísta já que as teorias

que circulam na rede sustentam que todas podem fazê-lo. Aderir ao aleitamento artificial deixaria escancarada a falta de vontade, a "falha materna" em fazer o que é melhor para o filho e para o estabelecimento de vínculo com ele. Em um *post*, uma nutricionista direciona "para aquelas que não querem ou não amamentaram porque não gostam, ou que os peitos irão cair, ou que é feio amamentar (respeito as opiniões, mas não aceito)" suas "condolências, pois nunca tiveram um contato íntimo e profundo com seu serzinho!!!" (BALDISSERA, 2014, on-line). O trecho gera indignação entre as comentaristas que o classificam como muito pesado, fundamentalista e preconceituoso já que não há como a autora avaliar o contato e amor entre mães e filhos. Para elas, ninguém é menos mãe porque não amamenta e ressaltam a necessidade de as escolhas maternas (comentário apud BALDISSERA, 2014, on-line). A nutricionista, ajuda na condenação pública do que considera caprichos e preconceitos daquelas que não aderiram à prática, como já se fazia no início da modernidade.

A defesa recorrente nas mídias sociais de que todas as mulheres podem amamentar, de que só é necessário dedicação e/ou auxílio profissional adequado, que a princípio pode ser vista enquanto incentivo e empoderamento feminino, pode gerar frustração naquelas que não conseguem fazê-lo, independentemente do motivo. O contrário também pode acontecer, como é o caso relatado por uma mãe que, por acreditar neste conhecimento que prega a possibilidade de amamentação em qualquer circunstância, afirma se sentir culpada por ter insistido tanto na amamentação de seu bebê e ter colocado a vida dele em risco (o bebê teria ficado internado quatro dias com febre e com fome) (comentário apud BALDISSERA, 2013, on-line). Se na blogosfera materna é possível criar um ideal em que todas as mulheres têm condições de amamentar e são julgadas por isso, na vida real, nem sempre isso é possível; há pressões, condições físicas, econômicas e configurações familiares que concorrem com sua efetivação. Em ambos esses espaços, a mulher pode ser julgada e culpabilizada por suas escolhas, tornando na prática a liberdade feminina de escolher se e como amamentar, quase uma ilusão.

Mas decidir amamentar não basta. Algumas mães se sentem envergonhadas, egoístas e culpadas por demorar a desmamar o filho (FLAVIA, 2015, on-line), outras relatam terem sentido pressão, por públicos diferentes, quando amamentam (MARTINI, 2014b, on-line) e também quando decidem parar[152]. Enquanto parte da sociedade baliza as suas considerações

[152] Uma mãe relata que, apesar de ter sofrido pressão pelo desmame, o pior ocorreu quando parou de amamentar e passou a sentir pressão por não fazê-lo, situação que a levou ao seguinte questionamento: "será que eu sofro

em um conhecimento médico que propugna por disciplinarização do aleitamento e da relação mãe e bebê para não gerar crianças mimadas, outra parte, como as adeptas da maternidade ativa, defendem a amamentação por livre demanda e a não definição de um tempo rígido para o desmame, o que gera muitas vezes culpabilização para as que não o fazem. As mães, entre tantas demandas e tantas condenações, sentem-se julgadas e culpadas, em praticamente qualquer opção relativa ao aleitamento.

Uma postagem que se destaca nas mídias sociais relativa a este sentimento é *Culpa zero, menos mãe e outras asneiras* escrito por Lia Miranda, em 25 de setembro de 2012. Esse texto, que gerou muito debate e recebeu cerca de 112 comentários, se destaca pela defesa da culpa na maternidade. Motivada por publicações da imprensa em torno da desculpabilização materna[153], Lia problematiza em seu texto os efeitos nocivos das escolhas maternas quanto aos cuidados dos filhos influenciados pelo mercado de consumo – o que inclui optar por alimentá-los de forma saudável ou com produtos industrializados, como a papinha – e a culpa necessária para regulá-las. Para ela, coexistem três teorias regulatórias do comportamento materno: a "teoria da maternidade ativa e consciente", em que, ao sentirem-se responsáveis pelos filhos, mães e pais fazem as "melhores escolhas" ainda que impliquem em sacrifícios pessoais; a "teoria de que cada um faz o que acha melhor para o próprio filho", em que "ingenuamente" os progenitores pretendem isentar-se de "juízos de valor" tornando qualquer maneira de maternar válida; e a teoria da "culpa zero", a "preferida das grandes mídias e agências de publicidade", que coloca o adulto em primeiro lugar (MIRANDA, 2012, on-line).

Essa última teoria, a mais nociva nesta perspectiva, estaria baseada em uma compreensão de que os momentos passados junto à criança não são prazerosos e mais importantes do que outros aspectos da vida adulta, como o trabalho ou passeios noturnos, sob o risco de perda da identidade feminina. Para Lia, esta teoria parte do princípio "demoníaco" de que a mulher tem uma identidade própria autônoma, não relacional, pautada por seguir o padrão de sucesso e beleza estabelecidos, tornando as mulheres vítimas perfeitas do consumismo e do capitalismo industrial, tornando-as "marionetes". Interessante à grande

---

mania de perseguição, ou realmente não dá pra agradar todo mundo?" (comentário apud FLAVIA, 2015, on-line).

[153] A autora, pesquisadora e tradutora, afirma que sua inspiração surgiu do embate que o Movimento Infância Livre do Consumismo (MILC) travou junto à revista *Pais & Filhos*, após a publicação de uma reportagem intitulada "É papinha sim". No dia 13 de setembro daquele ano, o coletivo havia enviado aos editores da revista uma carta, acusando-a de fazer campanha de papinha industrializada revestida de conteúdo jornalístico. Em resposta, a revista argumentou que a reportagem integrava a campanha *Culpa não*, cuja intenção era discutir todos os meses temas complicados e polêmicos que geram culpa e insegurança nas mães, e que esta reportagem sobre papinha era apenas a primeira da série.

mídia e indústria publicitária, a culpa zero, segundo a autora, promete libertação de um sentimento negativo e opressor, mas faz justamente o contrário, aniquila a consciência feminina, e abre espaço para que os meios de comunicação de massa entupam a cabeça das mães mais "abertas" com teorias maliciosas. Seu êxito é considerado por ela gerador de consequências desastrosas, como abandono emocional, falta de educação, de carinho e de disciplina sem que a mãe se sinta culpada por isso; pelo contrário, nela a mãe é entendida como "mártir" e a criança como um "estorvo". Para ela, se a mãe não está disposta a mudar suas rotinas para cuidar de seus filhos, considerados "dádivas" e "parceiros" maternos, não deveria tê-los (MIRANDA, 2012, on-line).

> Filhos são uma dádiva. Não caiamos na armadilha de achar que qualquer coisa vale mais do que eles. O conflito entre nós e eles é um mito criado para vender brinquedos eletrônicos, papinhas industrializadas, DVDs, roupinhas caras e artigos de decoração. Nossos filhos são nossos parceiros, e jogar na lixeira essa oportunidade única de nos redescobrirmos é um enorme desperdício". Faz-se necessário, por este motivo, livrar-se deste mito, romper com a "reprodução cega de tudo que sempre foi feito de uma certa forma", e refletir sobre o papel materno na sociedade (MIRANDA, 2012, on-line).

A culpa materna, no texto de Lia, é assim atribuída à mãe que se deixa levar pelos ditames do mercado. As mães desculpabilizadas viveriam em função do mercado e não do filho, com suas más escolhas legitimadas e indicadas pela sociedade, pela mídia e pelos médicos. Essas mulheres viveriam em acordo com o interesse do sistema econômico que quer mães não pensantes, que não reflitam sobre suas escolhas de forma autônoma e informada. E a campanha culpa zero cumpriria esse papel ao menosprezar o senso crítico das leitoras e se configurar como uma propaganda de produtos industrializados infantis. Para que as mulheres não fechem os olhos para estas questões, não sejam enganadas e manipuladas pelo discurso mercadológico, aponta-se para a necessidade de refletir quanto ao papel materno na sociedade e compreender que a reportagem da revista é na verdade um anúncio de produtos industrializados, como quando defende que papinhas industrializadas são boas e saudáveis.

Polêmico, o *post* dividiu opiniões. O sentimento de culpa decorrente das escolhas realizadas quanto ao cuidado infantil, papinha industrializada ou alimentação caseira, deixar assistir televisão ou interação com o filho, amamentação ou mamadeira, maternidade ativa ou maternidade possível, é o grande tema em disputa na postagem de Lia e suas comentaristas. Muitas mulheres concordaram com a autora que a não culpabilização materna é um discurso que só serve pra passar a mão na cabeça de mães que abdicam do filho para ter uma vida,

serve para se eximirem da responsabilidade. As mães "culpa zero" seriam, nesta perspectiva, mulheres que se colocam como prioridade frente ao bebê, que não assumem o serviço, a entrega e renúncias do papel materno.

> 'Curtindo a vida adoidado' é apenas um filme de duas horas e quando assumimos o papel de pais, assumimos serviço, entrega e renúncias. Teremos uma vida pela frente para retomarmos nossas atividades e prazeres, mas por uma fase precisamos reduzir o egoísmo e nos doar – ao menos nos doar àquele que nos faz estufar o peito nas rodas denominando-o como "o maior tesouro (comentário apud Miranda, 2012, on-line).

O cultivo do sentimento de culpa materna é defendido por várias mulheres nos comentários, por considerá-la importante para trazer a conscientização do que é melhor e não permitir que as mulheres se tornem 'mãezinhas' que tudo aceitam. Defende-se que se as mães "não conseguem dar a educação que gostariam por alguma impossibilidade real, que ao menos sintam culpa e tenham consciência de que a culpa não é dos seus filhos" e que imunizá-las "seria cancelar essa consciência do certo e errado" (comentário apud Miranda, 2012, on-line). Encontramos até a defesa de que a campanha deveria ser sobre a importância da culpa, entendida como um sentimento necessário para regulamentação materna:

> Como assim *tirar* a minha culpa!?! Como que uma revista pode me dizer que eu não tenho culpa de nada!? Eu é que tenho que correr atrás, e fazer direito o "dever de casa" para parar de sentir culpa, ora bolas!!!!!! Se a gente sabe que está fazendo o melhor que podemos, não tem como a culpa aparecer, né não? (...) Por isso considero este movimento "Culpa, Não" é um horror. Eu acho que quem faz o que não é o mais certo, o melhor para o seu filho e *não sente culpa tem algum problema*. Porque a culpa não nos diminui, nos faz crescer e querer melhorar. Querer eliminar a culpa é querer eliminar as chances de uma mãe querer melhorar, com este ou com o próximo filho. Culpa é para ser elaborada, não escondida embaixo do tapete com uma campanhazinha sem embasamento algum (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line, grifos nossos).

A mulher que não se sente culpada é considerada doente, menos mãe. A culpa é assim, entendida como algo inerente ao papel de mãe, necessária para autorregulação de suas condutas e, sobretudo, para regulação das condutas das demais mães. Afinal, as crianças criadas por mulheres desculpabilizadas conviverão com os filhos das mães que se culpam pelo bem da prole: serão "seus futuros amigos, namorados, colegas de trabalho, vizinhos, patrões, governantes" e afetarão "o mundo de amanhã que estamos construindo" (comentário apud Miranda, 2012, on-line). Enquanto sentimento inerente e fundamental para criação do adulto

de amanhã, a culpa materna possui um efeito coletivo na humanidade a longo prazo neste discurso e por isso não pode ser retirado do ser mãe.

6.2 Culpa não

Contudo, o clamor para que as mães sempre se sintam culpadas por suas escolhas ou por escolherem não escolher não é unânime. Algumas mulheres defendem a ausência de culpa materna, a responsabilização em outros termos e baseadas em outros parâmetros. Ainda que sejam reconhecidos os interesses mercadológicos na venda de produtos apontados por Lia como motivadores de campanha de desculpabilização materna, muitas comentaristas apontam como esse debate não se resume a isto:

> pra começar, eu preciso dizer que sou uma entusiasta do movimento 'Culpa não'. Mas o meu 'culpa não' não é esse que você descreve. Não é o mesmo da revista, esse que envolve consumo, papinhas ou leite artificial. Achei interessante e super verdadeira a abordagem que vai por esse caminho 'mercadológico', mas eu acho que esse é só um lado da questão. O outro lado, o que eu defendo, é: as mães e pais importam. O meu 'culpa não' se refere à ausência de culpa por tirar os meus filhos do pedestal e botar a família inteira junto (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

Para essa mulher, o conflito entre mães e filhos não é apenas um mito para vender papinha e brinquedo[154]. Em sua argumentação, o mercado se aproveita de conflitos reais para vender; conflitos que existem por razões mais profundas. Ser mãe, em suas palavras, "é difícil pra cacete", emocionalmente e fisicamente desgastante, coloca a centralidade da vida feminina em outras pessoas, faz com que as mulheres descubram coisas lindas e horríveis dentro delas (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line). Para ela, a maternidade ativa apoiada no sentimento de culpa, ainda que seja indiscutivelmente melhor para o filho, caso se configure como um sacrifício grande demais para mãe, não compensa. Ela defende a doação total e o sacrifício materno no primeiro ano de vida do bebê, mas acredita que, conforme a criança cresce, o ponto de equilíbrio deve ser restaurado aos poucos; a mãe deve ser colocada como prioridade assim como os filhos e propõe um "caminho do meio" que leve em consideração as necessidades de todos os envolvidos na relação.

[154] Abetz e Moore (2018) também verificam uma identificação da guerra entre as mães como um mito criado pela mídia de massa nos debates travados na blogosfera norte-americana, conclusão a que as autoras discordam. Para elas, a maternidade combativa deve ser reconhecida como uma ideologia materna, que permeia a comunicação e o relacionamento interpessoal de muitas mães, como evidenciado pelas histórias contadas sobre vergonha e culpa julgadoras nas postagens de muitas mães.

> a maternidade ativa defende colocar o filho como prioridade, certo? Na sua interpretação do 'culpa não', a mãe se coloca como prioridade. Cadê a teoria que bota os dois lado a lado? É essa que eu abraço. É isso que eu estou chamando de 'culpa não', talvez pela falta de termo melhor. O que me confunde, Lia, é que da maneira como você coloca, parece que falamos de dois extremos. Maternidade ativa x 'culpa não', priorizar o filho x priorizar a mãe, 'mais mãe' x 'menos mãe'. O que aconteceu com o caminho do meio? Cadê 'o vou fazer um sacrifício aqui, aliviar a minha barra ali, e no final ficaremos todos bem'? (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

Outras mães fazem coro com esta perspectiva por considerarem que as pessoas têm direito a fazer suas escolhas e por não vislumbrarem um estilo de maternagen que considera as necessidades do filho e não da mãe (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line). Critica-se, nos comentários, a forma de lidar com o assunto de forma impositiva, polarizada e algumas vezes intolerante ao definir como maternar, como se as diferentes formas de fazê-lo fossem representadas como times rivais de futebol, como se não fosse possível encontrar um equilíbrio. Uma mãe pondera que "culpa não" não é sinônimo de largar os filhos e viver sua vida, tipo um *habeas corpus* para não ter responsabilidade" (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line). Os conceitos de culpa e responsabilidade são diferenciados pelas comentaristas

> 'Culpa' tão somente não nos coloca de frente à responsabilidade das consequências. Culpa e responsabilidade não são a mesma coisa! O meu 'culpa não' é o que me dá é leveza no exercício da maternidade, e não um passe-livre para ser uma mãe de merda. De um para outro existe uma enorme diferença. Uma mãe culpada ou que age por culpa não é uma boa mãe. Mas isto não significa se isentar de suas responsabilidades." O meu 'culpa não' se refere a ausência de culpa por tirar os meus filhos do pedestal e botar a família inteira junto (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

A responsabilização individual materna de fazer as melhores escolhas para criação dos filhos estando munida de informação, ainda que isso implique em sacrifícios, priorizando sempre a criança e condenando mulheres, recebe como contraponto a proposta de um "caminho do meio":

> há uma teoria de maternidade que não foi contemplada e que é a mais importante: a que considera que a educação e cuidado das crianças não é somente de responsabilidade dos pais, a que considera que a maternidade mais comum será praticada também de acordo com as condições sociais na qual se perpetua. Ter um Estado e uma sociedade que valorizam a infância é fundamental para que sejamos bons pais sem sofrer mais do que necessário (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

Nesses desabafos contra o pensamento único, contra a imposição de um jeito certo de maternar, o relato de uma mãe dá uma dimensão dos efeitos que esta disputa de discursos, esta delimitação da maternidade ideal, pode ter entre as mulheres que buscam informação nas mídias sociais:

> Quando encontrei esse mundo de informações me senti mais desesperada e deprimida, do que acalentada. Isso pq a quantidade de mães que acham que só há um jeito certo de maternar é infinita, e desculpem, mas isso não é legal. A começar pela discussão parto normal x cesária, e depois a discussão de amamentar até os 2 anos x amamentar até os 6 meses (ou não amamentar). Essa é uma discussão gigante, cheia de reflexões e pontos, tanto é que até hoje não conseguimos chegar a um consenso. (...) a blogosfera me acolheu e me chutou. E sinceramente, isso é muito ruim para todas nós, não somente para mães na mesma situação que eu. Sendo assim, acabei por me afastar desse meio e fui me sentindo cada vez melhor, fui me encontrando como a mãe que eu quero ser e sou. Fui criando os meus ideais e princípios longe disso tudo (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

Esse comentário explicita a guerra entre as mães que estabelece verdades sobre maternagem e maternidade e seus efeitos nas mulheres que procuram acolhimento na blogosfera, mas acabam encontrando julgamentos e disputas. Essa mãe relata ter se sentido por vezes acolhida, por vezes julgada em suas escolhas, o que a levou a afastar-se desse espaço. Situação semelhante é relatada por outras comentaristas que afirmam sentirem-se menos mãe ao ler coisas que não conseguiam fazer, como largar o trabalho, ou agredidas por mulheres que se consideram mais militantes e que tentam atingir pela dureza e não pelo acolhimento, como o faz a autora do texto. Lia é criticada como alguém que faz exatamente o que condena, que só aceita a teoria de que todas tem que fazer o que ela acha que seja melhor (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

A tentativa do estabelecimento de uma verdade sobre a maternagem e a disputa com o discurso da revista quanto à culpa não, se delineiam nas críticas feitas contra aquelas que defendem a desculpabilização, em que se defende que contrapontos devem ser evitados pelo bem da "causa".

> Ai flores, posso falar? Eu fico bem chocada com o que vejo por trás desse raciocínio. Juro por deus que eu entendo a intenção boa de ver uma mudança positiva acontecendo no modo como a maternidade é vista/estimulada no Brasil – estamos anos luz atrás da Suécia e do Canadá, com certeza. Mas o que vejo, antes de tudo, é: "Mari, seu ponto até faz sentido, mas ele não convém. Relativizar a tese da Lia sobre a culpa logo aqui, em um espaço que é formador de opinião, enfraquece o discurso dela. PRECISAMOS do discurso dela. Mesmo que ele não seja uma verdade absoluta, vamos fingir que é, porque as mães brasileiras – alienadas, relapsas e manipuladas pelo

> sistema – precisam desse toque". Carreguei nas tintas, mas é por aí, não? A tese geral é que seria melhor omitir um lado da questão para que o outro tenha o peso que merece, pois o Brasil precisa disso. Será? (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line, letra maiúscula da autora).

Para esta mãe, a postura do "não precisamos disso agora" desrespeita as mães que leem o texto porque não é honesta, as subestima, tenta convencê-las do que é certo. Ela questiona "qual o sentido de pregar para convertidos e não dialogar com quem se quer "converter"?" e "se somos TODOS diferentes, porque um pensamento deveria ser tratado como o "certo" para todo mundo?". Para ela, sua intromissão foi considerada "inoportuna" porque era melhor seguir "vendendo" a "verdade absoluta" e atrapalhou o entendimento das mães "perdidas" sobre um *post* "tão salvador", mesmo que provavelmente elas não o leiam (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

> Essa postura do "não precisamos disso agora" desrespeita as mães que lêem o texto, no meu entendimento. Primeiro porque não é honesta – omite propositalmente um lado da questão para convencê-la de que o outro é certo. Segundo, porque as subestima: diz que a mãe brasileira não está pronta para um discurso que não a trate como uma cretina e que ela precisa ouvir o lado mais duro, 'que não passa a mão na cabeça', pra entender direitinho. Terceiro, porque é arrogante: vende uma única verdade possível (mesmo que, no fundo, admita que existem sim outras leituras)" (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

Nos termos da maternidade ativa, além de uma prática contemporânea intensiva, podemos aferir seu viés combativo intensificado pelo ativismo materno que a compõe. De modo que, para além de uma guerra em que a condenação do outro reflete a (re)afirmação e o apoio de demais mulheres às escolhas pessoais de maternagem, como sugere Hays (1998), as críticas fazem parte de uma competição neoliberal para ser a melhor mãe (ABETZ; MOORE, 2018) e de uma concepção de militância, de convencimento das outras mulheres quanto às práticas ideais de cuidado. No caso específico analisado, soma-se às necessidades de combate e de cuidado intensivo, o elemento propositivo que se pretende revolucionário – seja ele ecológico, feminista ou em prol dos direitos reprodutivos femininos e dos bebês –, que traz mais argumentos e fôlego para a guerra entre as mães e para normalização materna através da culpa. Neste sentido, os blogs maternos parecem constituírem-se mais frequentemente em sites de vigilância social, como propõem Jenna Abetz e Julia Moore, do que em espaços de acolhimento.

6.3 "Mater dolorosa way of life" [155]

> *A gente pega frases famosas acerca da maternidade e o que se lê nas entrelinhas é que filhos são uma espécie de castigo. Ser mãe é padecer no Paraíso, confere? Toma que o filho é teu. Quem pariu Mateus que o embale (impressão minha ou o tom aqui é: Quem pariu Mateus que se f*, não conseguiu manter essas pernas fechadas, agora aguenta?). O filho é quase um fardo a ser carregado. Para a mãe, sofrer é bonito, perceberam? É a expiação dos nossos pecados, que começa com as dores do parto, blablabla. Então vamos romantizar as dificuldades e tirar daí nosso valor como mãe. (...) Nós assumimos felizes esses discursos. Padecemos no paraíso, embalamos Mateus, sentimos o amor sobrenatural e agradecemos a dádiva de ser mãe. (ZANOTTO, 2014, on-line).*

Nas disputas relativas às possibilidades de escolha materna e a decorrente culpabilização por seus efeitos é admissível e por vezes até recomendada a realização de sacrifícios em nome da maternagem ideal. Lia reconhece que faz parte da teoria da maternidade ativa e consciente, buscar as melhores escolhas para seus filhos, mesmo que isso implique sacrifícios pessoais (MIRANDA, 2012, on-line). Encontramos em muitos relatos e postagens na blogosfera materna, a permanência da compreensão de que os sacrifícios, os medos, as dores que as mulheres passam, são inerentes à condição materna, quase sempre entendida como uma atribuição sagrada, de onde decorre a compreensão de que mãe tem que sofrer, tem que transformar o prazer em dor, tem que padecer no paraíso (AGATHAFGD, 2015, on-line).

A possibilidade de realização de sacrifícios femininos em prol de cuidados infantis considerados ideais, expressos pela maternidade ativa, retoma o mito da perfeição materna que aproxima a boa mãe a uma santa, pronta para satisfazer as necessidades da criança, dada a sua natureza feminina. Mary Del Priore (1999) refere que a construção do modelo de santa-mãezinha no Brasil, como um arquétipo para melhor submeter a mulher à vida doméstica foi um fenômeno de longa respiração histórica, tendo início no XVI e chegando ao XIX perfeitamente delineado. Segundo a autora, a normalização das populações femininas a partir do fenômeno biológico da maternidade, sua função social e psicoafetiva, configura-se como

[155] ZANOTTO, 2014, on-line

um projeto do Estado português para o povoamento da colônia (dados os vazios demográficos e a dispersão populacional) e da Igreja Católica a fim de disciplinar as mulheres aos ideais tridentinos.

Nesse processo, o desejo do matrimônio apresentado pela Igreja como sinônimo de segurança e proteção, foi imposto às mulheres que viviam, em sua maioria, em um terreno inseguro de concubinato ou sós com seus filhos no Brasil colonial. Ao propor um arquétipo ideal para as mães, pretendia-se pacificar e domesticar a mulher casada, fazer do matrimônio o único instrumento de legitimação dos filhos, consolidando assim o triunfo do modelo eclesiástico e da moral cristã. Enquanto "santa mãezinha", a mulher virava símbolo assexuado da maternidade, voltada ao cuidado com os filhos, à obediência a Deus e ao marido; tornava-se também responsável por ensinar desde o berço os primeiros passos em direção aos princípios morais ou mais ortodoxos.

> Importante era fazer da mãe um exemplo, e da maternidade uma tarefa, um projeto árduo que, como que prolongando as dores do parto por uma vida inteira, elevasse e notabilizasse a mulher numa espécie de via-crúcis doméstica. Apenas este calvário poderia enquadrá-la no projeto colonizador (DEL PRIORE, 1999, p. 94).

Adestrar as mulheres, enumerando os defeitos e condenando comportamentos considerados inadequados, além de ter um efeito classificador entre as modelares e inadequadas (devassas e prostitutas), significava retirar das práticas tradicionais, experimentadas por tais mulheres, elementos para a construção de um modelo ideal, de mulher casada. Significava transformá-las gradativamente em agentes dos projetos do Estado e da Igreja dentro da família, fazê-las curvarem-se em torno dos filhos e esquecer as possibilidades de solidariedade que poderiam encontrar com outras mães ou seus próprios filhos. E para isso, era necessária uma educação dos sentidos, que transformou o amor em um sentimento voltado às orações, aos cuidados com os filhos e ao lar, e o sexo em um imperativo divino para a propagação da espécie. Neste processo de interiorização dos afetos, o saber-fazer exclusivamente feminino da maternidade no Brasil colonial vai se perdendo até que no século XIX passa também a ser catalogado pelos médicos, o que torna o casamento modelo e a exaltação da sexualidade conjugal uma forma de higienização da sexualidade.

Del Priore mostra como, neste modelo binário católico-cristão, a mulher modelar era a mãe de família, casada e dedicada aos filhos: a santa-mãezinha "humilde", "obediente" e "devotada". A construção deste estereótipo de santa-mãezinha provedora, piedosa, dedicada e

assexuada no imaginário brasileiro no período colonial, teria obtido tanto sucesso que não mais nos abandonou: o fato da sociedade brasileira ainda considerar a maternagem uma tarefa essencialmente feminina, demonstraria esta permanência. A presença dos ideais de sacrifício materno, de santidade e de mãe modelar nos discursos maternalistas na blogosfera materna do século XXI também. A maternidade nos blogs é descrita como um grande desafio, um presente divino, um dom sagrado e por isso difícil, importante para trazer ao mundo um novo ser humano.

> Uma das conclusões a respeito da maternidade. É um desafio. Dos grandes. Você pode ser pobre, rica, casada, solteira, rodeada de gente, sozinha mesmo, amarela, verde, azul, serena ou louca varrida. Não tem jeito, a sábia vida faz da maternidade um desafio, que se plasma em diferentes formatos, dependendo, da caminhada de cada uma. Mas isso não é negativo, ao contrário, é como tem que ser. Essa é a magia! Ser o canal de entrada, a ligação de um novo ser humano com o mundo circundante é um dom sagrado, é algo grande! E o desafio, a dificuldade, vem como um presente divino para nos preparar para exercer esse papel (LAGO, 2014, on-line).

E, como nada que é sagrado vem sem dor, as dores do parto natural são as mais recorrentemente apontadas como exemplos de sacrifício e interpretadas como portais de transformação, como possibilidade de enfrentamento dos medos pessoais e de crescimento individual para deixar de ser menina e tornar-se mulher.

> Dói sim, dói bastante. Mas não existe dor mais gostosa de sentir. Eu agradeço a cada contração, pois foram elas que me permitiram me conhecer por completo, me libertar de mim mesma, vencer meus medos e finalmente conhecer o rosto da minha filha. Parir me transformou numa face melhor de mim mesma. Parir para mim foi libertador!!! (MARTINI, 2014a, on-line).

A dor do parto, interpretada não como sofrimento mas como possibilidade de transformação aparece no relato de mães como um meio de descobrir "que a natureza é perfeita e que nada pode ser mais intenso do que o nascer" (CAVALLI, 2015, on-line) e que "a relação com o bebê justifica qualquer dor" (CARVALHAES, 2016, on-line). Vários são os relatos em que o parto e a maternidade são descritos como algo sagrado, divino, como parte da natureza feminina. Criação divina e natural, a mulher não deve temer a dor, pelo contrário, deve aceitá-la como prazer, como poder de dar vida a outras pessoas, como possibilidade de transformação pessoal, confiança em Deus e na natureza (BARRETO, 2015, on-line). Uma gestante descreve como segue o que projeta para o momento do nascimento de suas filhas: um "ritual carregado de sacrifício, dor, vivência e transe" onde seu corpo deve trabalhar "num

impulso capaz de transmitir a vida" (GORA, 2015, on-line). Para ela, esta data será o dia em que realmente conhecerá o sagrado, em que terá sua revelação.

O sofrimento físico do parto, segundo Del Priore, ajudou na construção do papel de mãe no Brasil colonial. Em um contexto em que a mortalidade materna era alta, sobreviver a um parto ou a mais de um, elevava as mulheres a este *status* de santas, restituindo-lhes uma identidade que a vida social lhes negava. As santas-mãezinhas deveriam dar à luz entre dores, redimindo o gênero por ter cometido o pecado original:

> o parto, momento por excelência do processo de maternidade, marcava-se com a imagem do sofrimento da mãe. Era preciso sofrer para trazer à luz o fruto. A Igreja encontrava nessas imagens a justificativa mesma do pecado original e da condenação a vida terrena. Todas as mulheres personificadas em Eva necessitavam das regras eclesiásticas para serem adestradas, e, assim, pagarem o pecado ancestral (DEL PRIORE, 1999, p. 224).

Segundo a autora, mesmo quando o parto era normal, banal, natural, a mulher tinha que incorporar o papel de sofredora, cujos gritos anunciavam a vitória contra a morte e o poder de procriar. Como modelos de normalização das mulheres, a Igreja evocava a importância da virgindade e as imagens da Santa Ana, Nossa Senhora do Parto, Nossa Senhora do Ó. A maternidade passa a ter como padrão o comportamento da mãe de Deus.

A relação entre as dores do parto e o sacrifício religioso cristão, é referida em alguns relatos de parto, como no de Marianna (2016)[156]. A autora afirma que se colocou nas mãos de Deus e evocou santas católicas para que intercedessem por ela durante o parto "natural" e domiciliar feito, segundo ela, de acordo com "o método mais humano – a original criação da natureza e de Deus" (MARIANNA, 2016, on-line). Martini (2014a, on-line), estabelece-se uma relação direta entre as dores e a explicação bíblica para tê-las: punição divina por apanhar a maçã do conhecimento e perder o paraíso: "multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores". A autora afirma que a Eva "do velho testamento, a que comeu o fruto proibido e fez Deus prometer: 'parirás com dor", foi seu "bode expiatório" durante o trabalho de parto. Laís relata, que a cada contração, ela "amaldiçoava Eva até a milésima

[156]Encontramos também citações referentes ao caráter sagrado do parto não relacionadas ao Deus cristão, mas como fruto de uma natureza feminina, como um sagrado feminino "era a força do mundo reunida em mim, era como se entidades femininas juntassem as mãos e me envolvessem, jogando todas as suas energias naquela força que não era mais minha, era nossa, era uma força do universo" (LAGO, 2014, on-line). Outro exemplo é o que segue: "há exatamente sete meses, venho experimentando sensações, mudanças físicas e hormonais em meu corpo que vêm mudando minhas prioridades, valores e forma de pensar referente ao que realmente é importante na minha vida. A razão de tudo isto é porque carrego dois pequenos seres em meu ventre. Venho descobrindo dia a pós dia o segredo da vida. A natureza fez o seu papel, facilitou o encontro, preparou o meu corpo e até mergulhou os embriões num líquido salgado, muito parecido às águas do oceano (GORA, 2015, on-line).

geração" dizendo "Eva maldita… Porque você comeu o fruto Eva? Porquê?' rsrsrs… A culpa da dor do parto é atribuída a Eva e à sua sede de saber, ainda que a autora considere parir uma experiência incrível e maravilhosa. O relato de Laís, além de trazer estas explicações bíblicas para o sofrimento feminino e os sacrifícios necessários, remete à separação entre feminino e masculino, entre natureza e ciência. Nele, o sacrifício feminino é justificado pela sede de saber de Eva que ousou buscar conhecimento, assim como por seu caráter divino, sagrado, fisiológico, natural, animalesco, primitivo e intenso (MARTINI, 2014a, on-line).

A amamentação, valorizada enquanto uma tarefa de amor das mães em relação aos filhos pela Igreja através da publicação de manuais de confissões e sermões moralistas (DEL PRIORE, 1999), também adquire caráter santificado no Brasil Colônia, ainda presente nos discursos maternalistas atuais. Nos blogs, a amamentação aparece como ato divino, natural e sublime; como sacrifício, como dor e dedicação exaustiva, como doação, como entrega total de uma mãe para seu filho. Ártemis, por exemplo, se pergunta "por que raios eu ainda insisto em amamentar, se tudo anda tão sacrificante e dolorido" como o mamilo despedaçado. A resposta, que lhe parece óbvia, é que vai tentar oferecer ao filho o melhor alimento mentalizando que está doando amor ao filhote, "um amor quase de vaca" (ARTEMIS, 2012, on-line).

A recompensa pela amamentação relaciona-se à saúde da criança e o prazer do vínculo: é o "prêmio da gravidez", segundo uma mãe (comentário apud BALDISSERA, 2013, on-line). Para além das qualidades nutricionais do leite materno, descrito como um alimento completo, o melhor alimento para o bebê, "amor líquido" (BERLITZ, 2014a, on-line), a amamentação exclusiva e prolongada é entendida como um momento fundamental para o estabelecimento do vínculo entre mãe e bebê:

> a mãe recebe uma resposta da boca do seu filho, das mãos dele, do corpo e dos olhos dele. Isso dá a ela informação sobre como ele se sente e sobre o que ele está fazendo. Quase todas as mães que amamentam até mais tarde, afirmam que esta intimidade com o bebê é o elemento mais satisfatório da amamentação. Quando a mãe tem este tipo de prazer, transmite, por sua vez, ao seu filho. Os sorrisos dela, as carícias e o relaxamento do seu corpo, tudo isso ajuda a tornar a experiência da amamentação mais agradável, e para o seu filho, também (BALDISSERA, 2014, on-line).

Como esse trecho demonstra, o ato remete à intimidade, à criação de um vínculo entre mãe e bebê. Muitas mães compartilham dessa visão da amamentação como natural e imprescindível para o vínculo, afirmando que amamentar alimenta também a alma do bebê,

alimenta a conexão biológica entre mãe e filho. O ato de amamentar é descrito como consolo, carinho, amor, aconchego, ato de amor sublime, mágico e prazeroso (MARTHA, 2013, on-line). O ato de amamentar também traz para algumas mulheres a sensação de sentirem-se úteis, especiais, super mães (FLAVIA, 2015, on-line), situação que talvez lhes traga conforto no isolamento social que a maternagem muitas vezes proporciona, um reconhecimento e importância que talvez nunca tenham recebido.

No entanto, a evocação da naturalidade do aleitamento materno, por vezes parece impor-se como uma obrigação feminina. Martha, que amamentou por mais de três anos de forma ininterrupta, admite que não queria mais amamentar, estava emagrecendo mais do que deveria, estava cansada, limitada em seus horários, prejudicada em seu trabalho, nervosa com os protestos da filha que queria continuar a mamar (ALBUQUERQUE, 2013, on-line). Apesar de seu desgaste físico e emocional e de sua falta de desejo, afirma ter insistido até que o desmame acontecesse naturalmente, sem que fosse forçado. A naturalidade do desmame nesse caso, relaciona-se ao desejo da filha de fazê-lo, não ao seu, como se não houvesse uma relação entre as duas, como se seu cansaço e as crises dele decorrente fossem menos importantes que a doação materna às necessidades infantis. O sacrifício materno, neste caso, teria sido recompensado, pelo carinho e pela ligação estabelecida com sua filha. Como conclui sobre o assunto outra blogueira: “tem coisas que somente a dor ensina, e que depois da dor vem a recompensa” (BALDISSERA, 2013, on-line).

A imagem sacrificial materna ligada a uma religiosidade cristã, recorrente ainda nos discursos proferidos pelas mães no ambiente virtual traz esta dimensão de que a maternidade é um sacrifício a ser vivido em nome de um bem maior, a reprodução da espécie ou a saúde dos filhos, e a espera do reconhecimento social de sua importância, de uma recompensa divina ou dos descendentes, que nem sempre vem. A associação da religiosidade cristã a este discurso maternalista se deve à construção da imagem de santa-mãezinha no Brasil Colônia pela Igreja Católica e no século XX ao incentivo do papa Pio XII à divulgação da obra de Lamaze relativa ao parto sem dor (TORNQUIST, 2010). Os princípios cristãos associados às formas naturais de parturição podem ser verificados na argumentação bíblica para o parto indígena na década de 1970 do principal autor nacional na área, o médico Moysés Paciornik. Em outros países, como nos Estados Unidos, em que também há correntes maternalistas que defendem práticas consideradas naturalistas de parturição, o discurso religioso também está

presente, como refere Christina Bobel, assim como na defesa do retorno feminino ao lar[157]. A permanência deste enunciado de santa-mãezinha no discurso de maternidade ativa e sua associação com princípios cristãos pode ser verificada nas narrativas dos blogs e em grupos como o *Doulas Cristãs* (2018).

Esse ideal que tem origens cristãs, normalizado pela medicina e pela higiene na modernidade e mais recentemente por discursos ecológicos e feministas, incomoda quem está em busca de informação e reflexão acerca de práticas possíveis à sua realidade, naquelas que defendem a possibilidade de escolha feminina, seja ela qual for. Quanto mais interiorizado o ideal de boa mãe, quanto mais se define a maternagem ideal, quanto mais o sacrifício é valorizado, mais a mulher se sente culpada por suas práticas, pelo futuro e pela educação dos filhos. A representação da maternidade com traços divinos, acolhedora, terna e compassiva, inatingível às mulheres humanas, contribuiu para induzir culpa nas mães ao longo dos tempos (FIDALGO, 2003). Nessa perspectiva, os desejos, os medos, as necessidades e as escolhas femininas, ainda que sejam valorizadas no discurso, podem ser anuladas ou ficar escamoteadas por um bem maior, pelo filho, por Deus, pela natureza feminina ou pelo planeta.

6.4 A má mãe ou a "menas mãe" e a perfeição materna

Na medida em que são eleitas escolhas melhores e escolhas piores, em que o sacrifício é valorizado, em que o parto e a função materna são considerados sagrados, divinos e naturais, é quase inevitável que não sejam eleitas mães ideais, melhores do que outras e que

[157]Bobel (2001) argumenta que as mães naturalistas norte-americanas de hoje são uma variante contemporânea dos reformadores morais femininos de fins do século XVIII. Segundo ela, este movimento tem início com os reavivamentos protestantes na nova Inglaterra e com a possibilidade da participação das mulheres nas tarefas da Igreja, que teria propiciado seu letramento. Essas mulheres, consideradas precursoras do feminismo norte-americano, defendiam a domesticidade feminina em uma rígida divisão de trabalho com argumentação de diferenciação natural. Para a autora, após a Segunda Guerra Mundial, embora um número significativo de mulheres que haviam sido arrastadas para a força de trabalho em tempo de guerra permanecesse em empregos com salários mais baixos e menos qualificados, prevaleceu a ideologia da mulher-lugar-em-casa, da mãe sagrada da era vitoriana, que conta com uma pletora de "especialistas" ditando a melhor maneira de criar o bebê. Bobel conclui que as mães naturais abraçam uma política similar de acomodação às das defensoras do feminismo doméstico. Enquanto as mulheres resistem a certas estruturas capitalistas e tentam arrancar o controle das instituições e desafiar os "especialistas", que elas percebem como ameaçadores aos melhores interesses das famílias americanas, não desafiam a estrutura e o conteúdo das relações de gênero. Seu projeto revolucionário, neste sentido, é modelar a valorização da produtividade feminina no interesse de cultivar um clima social mais gentil, menos familiar e mais centrado na família. Embora as mães naturais possam ter algum sucesso nessa área, ela argumenta, seus esforços têm outra, talvez não intencional, consequência - uma adaptação às noções patriarcais sobre mulheres e homens, incluindo a divisão de trabalho por gênero e, mais abstratamente, a divisão dualista entre esferas públicas e privadas e a exaltação da biologia como formadora do destino humano.

isso não implique em um ideal de perfeição. E, no processo inverso, quanto mais a mulher interioriza o ideal de boa mãe, mais se sente culpada por não alcançá-lo (BADINTER, 2011, p. 160).

Na blogosfera materna, é comum encontrar mulheres rotuladas como "menos mãe" ou "menas mãe" a partir de suas práticas e defesas de maternagem e o grau de responsabilização envolvido, ainda que se professe a liberdade de escolha como um princípio da maternidade ativa. No texto de Lia *Culpa Não* analisado anteriormente, em que a culpa aparece como reguladora das práticas maternas, essa classificação é evidente. A autora constata que existem mães e pais melhores e piores. Uma "mais mãe", em sua acepção, faz as melhores escolhas para os filhos, exerce a maternagem de melhor qualidade, dedica-lhe maior quantidade de tempo; é uma mãe que opta pela maternidade ativa e consciente. As mães e pais piores, por outro lado, são aqueles que se colocam como prioridade diante de seus filhos, os que querem a todo custo deles desvencilharem-se, preferem viver anestesiados pelo consumo, pelo lazer, pelo ócio, e não se culpam por isso. Como exemplo, a autora cita uma artista que escolheu deixar de amamentar seu filho de dois meses para viajar com o marido.

Nos comentários à postagem, muitas mulheres concordaram que existem mães melhores que outras. A "menas mãe" é apontada pelas comentaristas como aquela deixa o filho chorando e não acalenta; não acorda à noite para acolhê-lo; não educa, não passa valores, não dá carinho, tempo e atenção; abandona os filhos para viajar e ir a festas (comentários apud MIRANDA, 2012, on-line). É aquela que escolhe o hospital com salão de beleza; que comete a "barbárie" de dar festa de "boas-vindas" ao bebê ainda na maternidade; que não brinca com os filhos "para não estragar as unhas"; que dá brinquedos tecnológicos; que deixa a criança sentada em frente da televisão; que leva horas em frente ao celular; que acha que "deve" mais à sociedade que ao seu próprio filho (comentários apud MIRANDA, 2012, on-line). A "menas mãe" é, sobretudo, aquela que tem todas as informações e ainda assim, age pensando em si mesma, "vive na 'umbigolândia'", terceiriza o cuidado infantil, "acha que os filhos que tem que se adaptar a sua vida", negligencia-os, "não têm coragem de se desvencilhar dos cordões de marionete que a prendem" (comentários apud Miranda, 2012, on-line). O corte definidor entre as mães boas e as más é realizado a partir da escolha entre priorizar o filho ou sua própria vida porque, nestes comentários, considera-se que "todo mundo sabe que existem escolhas melhores e piores", que filhos não são "itens obrigatórios" na vida de ninguém e que "não dá pra simplesmente 'encaixar' a maternidade e levar a mesma

vida de antes de ter um filho" (comentários apud Miranda, 2012, on-line). A "mais mãe", ao buscar o melhor para seus filhos e para a sociedade do futuro, se sacrifica, coloca o filho como prioridade, faz as melhores escolhas e opta pelo "combo" da maternidade ativa.

Em outro *post* publicado em 2014 no mesmo ano *A culpa não é minha!* escrito por Nivea Sorensen, ao narrar com é a maternagem possível para ela com seu filho, foi taxada de "menas mãe" por várias leitoras, não só por suas escolhas, mas sobretudo por considerar-se absolutamente livre de culpa. Ela afirma que não fez livre demanda, amamentação exclusiva, fralda de pano, cama compartilhada, *sling*, ou bebê no colo o dia todo, mas teve muito amor, muita paciência, alegria e doação. A esses posicionamentos, recebeu críticas como "achei muito *#mimimi*[158] de *#menasmain!"* ou "síndrome de *menasmain*" (comentários apud SORENSEN, 2014, on-line). Seu texto foi considerado como mais uma autoafirmação de quem não conseguiu atender os critérios de uma mãe perfeita, de quem apesar de fazer parte do esperado para a maioria das mães, se sente culpada pelas escolhas que faz e por isso precisa de "tapinhas nas costas". As pesquisadoras Jenna Abetz e Julia Moore (2018) referem que, paradoxalmente, apesar das mães possuírem mais plataformas do que nunca para discutir suas práticas de criação dos filhos, devido à competição para ser a melhor mãe, as mulheres são constantemente julgadas como reclamonas de acordo com uma percepção social de que vivemos uma era da lamentação[159].

Os julgamentos direcionados às mulheres que não priorizam os filhos de acordo com o esperado, as "menas mães", relativizam as condições sociais e diferentes realidades de vida, além de desrespeitar decisões individuais. Um bom exemplo desses julgamentos que uniformizam as experiências maternas é o *post A difícil tarefa de criticar mães e grávidas que trabalham*, publicado em 26 de setembro de 2013 por Mariana Della Barba. Mariana, apesar de assumir a dificuldade de criticar em público mães que trabalham se diz revoltada com a passividade de muitas mães e grávidas na hora de "brigar pelo que é certo" no trabalho, como ausentar-se para ir às reuniões escolares. Segundo ela, essas mulheres aceitam imposições absurdas "por medo de perder o emprego ou de ser mal vista ou por preguiça"; elas deveriam

[158] O termo, que remete ao choro, é usado nas redes sociais para desqualificar a fala ou o posicionamento de uma pessoa, como se tratasse de uma reclamação despropositada ou um ressentimento. É frequentemente utilizado para deslegitimar atos de fala sobre pautas específicas, como o racismo, e para desqualificar atitudes de uma geração de nascidos entre 1980 e 1990, que se beneficiou de lutas antirracistas (PINTO, 2019) e feministas.

[159] Segundo as autoras, quando as blogueiras insistem em que as guerras das mamães não existe elas contribuem para essa noção de mulheres como reclamantes. Quando, pelo contrário, falam abertamente sobre o assunto, elas criam um espaço onde as realidades da maternidade podem ser discutidas abertamente (ABETZ; MOORE, 2018).

arriscar mais para conciliar a vida de mãe e profissional, já que "não custa nada arriscar um pouquinho para tentar conciliar melhor essa vida de mãe-mulher-profissional-blogueira…" (BARBA, 2013, on-line). Muitas comentaristas concordam com a autora com argumentos que já aparecem em outros *posts*, afirmando que se ser mãe implica em dedicação, e quem não prioriza os filhos, nem deveria tê-los; que voltar a trabalhar é sim uma questão de escolha e as mulheres devem bancá-las, que "esse negocio de que nem todas podem escolher" é "balela" e que as mulheres não devem se colocar como vítimas para amenizar a culpa (comentário apud BARBA, 2013, on-line). As críticas à postagem ressaltam a simplicidade do pensamento da autora, que, não percebe que muitas vezes não há condições reais para isso; problematizam condições socioeconômicas para trabalhar, a falta de apoio da família, a realidade de trabalhos não flexíveis, a falta de opção da maioria das mulheres entre o trabalho dentro e fora de casa. No texto de Mariana, as "mães perfeitinhas", como descreve uma comentarista, são aquelas que decidiram não trabalhar; as que trabalham preferem ficar na defensiva e "viver sob a pressão do trabalho e/ou crítica dos companheiros e etc. e abrem mão dos seus direitos resignadamente" (comentário apud BARBA, 2013, on-line).

Este exercício identificatório e classificatório de mães melhores e piores ou de "mais mãe" e a "menas mãe", orbita na superfície em torno de formas melhores de cuidado, não em um clamor em busca da perfeição – ainda que algumas mulheres identifiquem esta qualidade nas mães que se dedicam totalmente à família. A ideia de mãe perfeita está mais associada, na blogosfera, à imagem da mulher "heroína", de "mãe elástico", como proposto por Maria Helena Fernandes (2006) e Maria Collier Mendonça (2014), que cuida dos filhos, da casa, do trabalho, do casamento e ainda deve seguir padrões de beleza. Reconhece-se que as mulheres sofrem pressão social para que cumpra milhares de papéis com primor: dona de casa, trabalhadora, *sex symbol*, cozinheira e mãe (BOUDAKIAN, 2012, on-line). Com cuidados padronizados, considerados superprotetores, impostos socialmente, essas mães, perfeitamente adaptadas ao *status quo,* seriam pouco críticas ao modo de vida contemporâneo, não dialogam nos blogs, espaço exclusivo das adeptas da maternidade ativa que tem a busca de informação e tem a criticidade como prática.

> Acredito que as "perfeitas" existem sim, mais fora do mundo de blogs…são as que não te deixam visitar o filho antes de um mês, pegar no colo só depois dos 3 (meses), mamar religiosamente de 3em3h, e se a criança chorar antes dá-lhe a chupeta que resolve o choro mais a fome que espere, pois o pediatra falou ta falado. Existem sim as que não deixam engatinhar porque está na

> terra, se a criança da um passo ela dá dois atrás cercando-a para não cair, não pode por na boca porque caiu na chão, tudo isso conheço bem de perto. E elas se gabam e batem no peito : faço o melhor pro meu filho, lavo e fervo a chupeta(???) antes dele por na boca. (preguiça só de ouvir me define) Mais se elas acreditam que realmente é assim que o trem vai… o que fazer?" (comentário apud LANNE, 2012, on-line).

A mulher que debate na blogosfera, estaria na contramão dos valores sociais dominantes, sobretudo quando opta por se dedicar aos cuidados da casa e da família (BOUDAKIAN, 2012), estaria longe da perfeição normalizada socialmente. No entanto, a discussão relativa a "menas mãe", indica que circula na blogosfera outra compreensão de perfeição materna, identificada com as mulheres que optam por todo "combo" da maternidade ativa. Na contramão da classificação da mãe adaptada ao modo de vida atual como modelo ideal, a que se dedica ao trabalho, aos filhos e cuida de si está mais para "menos" do que para "mais", por priorizar sua vida em detrimento de fazer as melhores escolhas para os filhos, por não se sentir culpada.

Milena Lanne identifica que a blogosfera está cheia de mães que tentam ser "SUPER HIPER MEGA ULTRA perfeitas" e muita competição (LANNE, 2012, on-line, letra maiúscula da autora). Ela associa a perfeição a levar as crianças todos os dias para passear em um parque e ter contato com a natureza, usar brinquedos 100% educativos, propiciar uma alimentação 100% saudável, fazer atividades estimulantes com os filhos todos os dias, abrir mão da própria vida pela vida do bebê. A autora afirma

> a verdade é que eu estou cansada dessas mães tentando serem perfeitas na blogosfera e nas redes sociais. Gente, quando geramos expectativas demais em algo e isso não acontece gera frustração, conhecem isso? Você é radical, não dá NA-DA artificial pro bebê(s), não deixa a comida passar do horário um dia sequer, todos os dias faz atividades montessorianas com o menino. Lave as mãos! Escove os dentes! Não coma do chão! Tá na hora de dormir. AGORA! (LANNE, 2012, on-line).

Milena anuncia que seu objetivo neste texto é de fazer as mães refletirem que também são pessoas que merecem cuidado, atenção e amor, e que não precisam se sentir culpadas por isso. Segundo ela, o que a irrita nas mães perfeitas não é o fato de quererem ser boas mães e sim abrir mão da própria vida para viver a vida do bebê, ainda que isto possa ocasionar problemas familiares, "viver num inferno de brigas porque coloca todos esses conceitos na cabeça e quer provar pra todos que consegue ser a mãe perfeita, briga com a família, briga

com o marido", fazer, enfim "da própria vida uma coisa passiva, dependente de uma outra pessoa" (LANNE, 2012, on-line).

A perfeição, entendida por essa chave, passa pela luta por um parto normal, pela amamentação exclusiva e prolongada, pelo uso do *sling,* pela cama compartilhada, pela doação total e intensiva à maternagem (comentário apud SORENSEN, 2014, on-line). Práticas defendidas pela maternidade ativa enquanto as melhores para o bebê e passíveis de escolha.

6.5 A difícil tarefa de questionar o modelo idealizado e a patologização materna

> *Com quem o texto está falando? Nunca vi na blogosfera nenhuma mãe assim, tão extrema, tão descomprometida, tão 'menas'. Nem na vida real eu já vi essa mãe. Essa mãe tão errada – pois foi erroneamente construída pelo sistema – existe e tá aí, condenando o seu filho ao abandono emocional completo. Pergunta: ela tá lendo blog de maternidade? E, na remota possibilidade de estar: ela foi adiante no texto ou parou logo no 'asneiras' do título, prevendo as pauladas que viriam? E, se foi adiante: ela está aberta ao texto ou vestiu uma armadura que vai comprometer a sua leitura?". (Comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).*

Uma postagem no MMqD, que recebeu 111 comentários, demonstra como uma imagem idealizada da maternidade está presente nos fóruns e como questioná-la ou assumir sentimentos negativos gera reações inflamadas de outras mães. Isso ocorreu no *post* do blog *Lulu não dorme*, intitulado *Maternidade, o Lado B. Ou a vida como ela é não como deveria ser. Ou por que caralho ninguém nunca me contou isso?* publicado em 21 de janeiro de 2013, por Giuliana Vaia. A autora afirma que, em um "ataque sincericida", resolveu falar "a" verdade sobre a maternidade. Em sua percepção, na gravidez, a mulher incha e vira "uma orca com elefantíase"; morre de medo de que o bebê não se forme corretamente, vive num "mundo paralelo" regido por hormônios, em uma montanha russa emocional com direito a vômitos, diarréias e gases. Ao optar pelo parto natural, porque "é assim que deve ser", a mulher, em suas palavras, fica "si-ca-gando de medo de aquela alcatra arregaçar nossas (suas) partes pudendas para todo sempre" (VAIA, 2013, on-line). E, as mulheres que optam pela cesárea

não contam nas "rodas matérnicas" que foi por escolha e que tem vontade de chorar quando vê o corte na barriga parecido com um *smile* (sorriso). Mas, segundo ela, o parto e a gravidez não se comparam ao cuidado com o bebê, muito diferente de como os livros, as revistas, os amigos e parentes dizem que a mãe se sente, arrebatada por um amor incondicional, assim que pega seu filho nos braços.

> E é nessa hora que você tem que dizer: meu deus que coisa linda! E foi nessa hora que eu disse: meu deus é um joelho? É amor? Explosão de felicidade? Na hora do parto? (...) O que chamam de amor eu chamo de me tirem daqui. Aflição. Só Madre Teresa, se não fosse Madre, sentiria essa amor imediato pulsante, incondicional, acredito eu (VAIA, 2013, on-line).

Giuliana considera que o choque com a realidade ao ser mãe acontece a todas as mães e que a maioria abafa estes sentimentos. Segundo ela, passam pensamentos suicidas ou homicidas a todo instante na cabeça das "pobres" mães, que "não tem culpa de ser nardoni[160] nessas horas"; é coisa de Deus, ou do diabo, ou o universo, conclui (VAIA, 2013, on-line). A autora narra ainda a solidão "intrínseca-visceral" que sente, mesmo que com o bebê grudado em seu peito; narra o desamparo, narra o cotidiano com um bebê no colo todo o tempo, a falta de tempo para fazer coisas essenciais como ir ao banheiro, a vaidade e a vida social deixadas de lado, a preocupação constante com a saúde do bebê. Segundo ela, ter uma criança exaure, suga, chupa, engole, extingue as forças maternas e que guardar num "baú a 18 palmos da terra" esse tipo de emoção, não é bom; é melhor admitir porque "não há amor incondicional que suporte o *Baby Blues* sem sucumbir" a "uma criança saudável, faminta, com cabelinhos até! mas que chora pra caralho" (VAIA, 2013, on-line). A favor da sinceridade para com as outras mães, a autora diz que conta tudo para que pensem antes de "abrirem as pernas sem camisinha", porque todo mundo conta o lado A e ela queria, no alto de sua tensão pré-menstrual (TPM), contar o outro lado. Para ela, ser mãe é "padecer" mas não no paraíso; o paraíso é "história pra boi dormir" (VAIA, 2013, on-line).

Há muitos comentários parabenizando pelo texto por sua realidade, bom humor e pela coragem de expor muitos sentimentos que não são geralmente abordados. Algumas mães reforçam o lado A e se identificam com o B e elogiam a problematização que a autora faz da maternidade idealizada. Enaltece-se o texto como "um viva à sinceridade" e que "enfim, alguém disse alguma verdade em ser mãe" e "apesar do imenso amor incondicional, tudo

[160]Em referência ao assassinato de Isabela Nardoni aos oito anos em 2008 na cidade de Guarulhos, em São Paulo. O pai e a madrasta da menina foram condenados pelo crime.

descrito no post é a mais pura verdade, sem romantismo….” (comentário apud VAIA, 2013, on-line). Uma mãe afirma que quando teve vontade de “sumir” após o nascimento do filho, lembrava das coisas maravilhosas sobre maternidade que tinha lido e se perguntava o que havia de errado; demorou para que percebesse que essa angústia era normal. Segundo ela, teria ajudado se lesse textos mais realistas como o de Giuliana Vaia, sobre o lado “negro” da maternidade” (comentário apud VAIA, 2013, on-line). Mais de um comentário identifica que aquelas que falam bem da maternidade, o fazem porque querem manter o mito de que a maternidade é sempre boa, mentem quanto aos seus sentimentos, têm babás em tempo integral ou o fazem por comodidade ou insegurança.

Também não são poucas as críticas recebidas à sua tentativa de desromantizar e de abalar a imagem materna ideal. Muitas comentaristas mostram sua indignação quanto às formas como a autora se refere ao bebê – “verminho”, “alguenzinho”, “pingente”, “cachorrinho-de-porta-mala-de-carro-de-pobre” que balança a cabeça – e com sua visão pessimista da maternidade. Os termos utilizados são considerados, no mínimo, exagerados e estranhos. Uma mãe começa seu comentário com *#indignada*:

> Esse post me deixou completamente angustiada…..rs. E vc pode pensar, “ah, acho que é pelo medo do que é ser mãe”, nãoooooooo, é pelo momento que essa mulher que escreveu isso deve estar passando. Ela realmente deve ter uma TPM muito forte, ou teve um filho num momento muito impróprio da vida, ou até não nasceu pra isso……..Coitada! O conto de fadas existe sim. Essa é a visão dela. Não de todas as mulheres! Embora seja tudo verdade o que ela escreveu, a forma como se vê as experiências é que as tornam traumáticas ou não!!!!!(...) Acho que ser mãe deve ter um lado punk, de ter que aguentar cada uma e “fingir” que está no paraíso….rs……..mas vai muito do momento que cada uma está vivendo . Esses momentos difíceis se tornam bem banais perto da grandeza da experiencia (comentário apud VAIA, 2013, on-line).

Assim como nesse comentário, encontramos vários julgamentos desse desabafo como algo individualizado e que depende apenas da mãe lidar de outra forma com o problema; há considerações de que outras mulheres enfrentam sem morrer este período e que a finalidade compensa, que depende de cada uma ver apenas o lado negativo e da importância atribuída às dificuldades e alegrias da maternidade (comentário apud VAIA, 2013, on-line). Comentaristas clamam para que ela parar de sentir pena de si mesma, para que assuma a responsabilidade como adulta e não aja como uma adolescente rebelde. Afirma-se que a maternidade é uma vocação, que serve para a “evolução feminina”, que “SER MÃE É PARA POUCAS” e que “essa pessoa deveria agradecer todos os dias por ter uma filha perfeita, imagina o que ela

escreveria se tivesse uma criança especial???" (comentário apud VAIA, 2013, on-line, letra maiúscula da autora). Os sentimentos da autora são comparados também a um problema individual a ser melhorado, a doenças, ao abandono infantil e à atitudes de algumas mulheres que jogam os filhos no lixo. Lamenta-se por seus filhos "que vão ter de aguentar mães impacientes, agressivas, loucas para que eles sumam da frente" (comentário apud VAIA, 2013, on-line)

A taxação da autora como péssima mãe pelas considerações que fez revolta mulheres que comentam e que entendem o tom sarcástico e também um pouco depressivo do texto, que parece que ter como finalidade conseguir lidar de forma saudável com as dificuldades da maternagem. É considerado por comentaristas pior propagandear a maternidade como sendo um mar de rosas e sofrer por isso, abafar sentimentos que outras mães também sentem, ser julgada e condenada pela forma que lida com a maternidade. Algumas mães revelam estarem cansadas de quem defende seguir a "cartilha" correta da maternidade "e temerem as reações das "supermães de plantão" (comentário apud VAIA, 2013, on-line).

O medo do julgamento, pelo menos nesse *post*, não parece ser infundado, haja vista a nota das editoras do portal publicada abaixo do texto. Nela, afirmam que o fórum é livre para quem quiser expressar o seu descontentamento com o texto, mas que isso deve ser feito com educação, sem ofensas[161].

> Muito mais chocante do que o texto é perceber que mães que se ofendem com palavras como "vermezinho" se sentem absolutamente confortáveis em chamar a autora de *ridícula, louca, patética, doente, burra, retardada, alguém digna de pena, que não merece ter filhos e que precisa de tratamento*. Pra nós, isso é mil vezes mais assustador do que todas as linhas que ela escreveu. Portanto, os comentários considerados ofensivos continuarão sendo apagados. A autora fala dos sentimentos ruins que experimentou com a maternidade. O foco apenas no lado negativo foi uma escolha, isso é dito no texto. (...) Chama a atenção o fato de que a mãe é julgada pelo que pensa, não pelo que faz. Afinal a autora não atirou a filha pela janela, atirou? Ninguém aqui sabe a mãe que ela é de fato. Sabemos apenas uma parcela das coisas que sentiu. A cartilha da boa mãe não permite tais sentimentos, é isso? (nota das editoras apud VAIA, 2013, on-line, itálico das autoras)

[161]Nesse texto não encontramos ofensas diretas à autora, mas em outro sim. Aos comentários ao texto *Ser Mãe* de Carol Garcia, em que algumas mulheres aproveitam o espaço para manifestar sua desilusão com a maternidade, uma comentarista, indignada com estas confissões, critica: "deixa de se feia , e pqvcnum sabe como e um amor de uma qriança por isso . q vc fala q ser mãe e uma desgraça, mas não é não sua otaria" (comentário apud GARCIA, 2011, on-line).

As editoras do portal de blogs completam dizendo que poucas coisas são mais opressivas para uma mãe do que não poder ser honesta com os seus sentimentos e que, neste sentido, têm "mais medo das defensoras da boa maternagem que dão aos seus filhos o exemplo da intolerância, da agressividade e do desrespeito com quem pensa diferente do que de mães que, como a Giuliana, não têm medo de olhar para o seu lado feio e ainda sabem rir de si mesma" (nota das editoras apud VAIA, 2013, on-line). A nota das editoras indica que a postagem recebeu comentários mais agressivos do que os constam hoje no portal, o que as levou a excluí-los.

Encontramos nos blogs muitos outros exemplos de mães que se contrapõem à perfeição materna e à definição de mais ou menos mãe. Essas mulheres apontam a impossibilidade de definir um pacote da boa maternagem e outro da má, questionam se foi inventada uma tabela de medição de qualidade materna e se "uma mãe infeliz (com a maternidade ativa) não seria uma 'mãe menos'" (comentário apud VAIA, 2013, on-line).. Questiona-se "em que tempo/espaço medimos a eficiência da mãe? Na qualidade da infância? Nos confrontos da adolescência? Ou no ser que deixamos para o mundo na idade adulta?" (comentário apud VAIA, 2013, on-line). Clama-se por um caminho do meio, pela possibilidade de cada família definir o que é melhor para os seus, para experimentar e mudar de opinião (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line), pela possibilidade de equilibrar os direitos e necessidades das crianças e das mães. Uma blogueira até criou um teste bem-humorado para saber se a mulher é ou não uma boa mãe, em que o resultado é sempre positivo[162]. Há posicionamentos chamando a atenção para a necessidade do autocuidado materno como prerrogativa para poder cuidar dos filhos e o respeito às escolhas pessoais - já que cada mulher, cada família, deve saber o que funciona melhor na sua realidade. Muitas blogueiras clamam por menos julgamento de outras mães.

> Criticar mães tentando se equilibrar nas jornadas duplas e triplas é uma sacanagem! já não basta a incompreensão do sistema?!só essa mãe sabe o que é sofrido não poder comparecer na reunião da creche. e se, no caso, isso não for um grande sofrimento pra ela, se for numa boa, bom, então melhor pra ela. uma culpa a menos. fora que é ela quem sabe das contas que tem a pagar no fim do mês, da dificuldade de conseguir outro emprego, do quanto ela se sente realizada naquela empresa como

[162] Após responder oito perguntas para a revista *Olheiras* (em referência ao cansaço materno), o resultado, independente das respostas, é: "Você é uma boa mãe. Tão boa quanto eu e quanto a sua vizinha. Tão boa quanto sua própria mãe. Tão boa quanto a mãe que não tem as mesmas ideias que você. Simplesmente porque você, eu e todas que estamos nessa labuta vamos errar. E vamos acertar. E vamos nos arrepender. E vamos ter saudades. (...) Por isso é muito injusto comparar nós como mães. Sinceramente é muito injusto decidir se você é melhor do que eu. Porque nós somos exatamente iguais" (DEMARCHI, 2013, on-line).

> profissional. ah, pessoal! vamos julgar menos!! (comentário apud BARBA, 2013, on-line)

O incômodo gerado pelo julgamento de outras mulheres mostra como não há unanimidade em torno da maternidade ativa e como a blogosfera materna é esse espaço constante de disputa pelas formas de cuidado infantil corretas, que muitas vezes se chocam com as possibilidades reais ou o desejo feminino de fazê-lo. Nos blogs, encontramos exemplos de mulheres que tiveram a coragem de colocar-se contra estes modelos ou de expor sentimentos negativos relativos à maternidade. Porém, toda a patrulha quanto à adoção de práticas ideais de maternagem e a recorrência do julgamento das atitudes maternas alheias, não propicia que a blogosfera materna se torne um espaço em que a mãe possa expressar suas angústias, seus sentimentos, seus temores, como tanto se defende. Poucas são as mulheres que criam coragem, mesmo que anonimamente, para expressar o não desejo pela maternidade ou aspectos negativos sobre ser mãe. Foram esparsos os comentários que encontramos em que mulheres expressaram seu desagrado com a maternagem, como a afirmação de que a maternidade não vale a pena, que é povoada por incerteza, preocupação e ingratidão; classificando-a como uma prisão, um inferno ou uma desgraça. Uma mãe clama a outras mulheres, em letras garrafais, que não arruínem suas vidas, não doem toda sua vitalidade para uma criatura que incomoda, para que não se iludam que ser mãe é uma eterna felicidade (comentário apud GARCIA, 2011, on-line).

A dificuldade em criar coragem para expressar sentimentos negativos quanto à maternidade na blogosfera e a enxurrada de críticas e julgamentos recebidos quando isso é feito, como ocorreu a Giuliana, reforça a construção de um ideal materno a partir da definição de seu avesso, a má mãe, e o temor de que algo possa abalá-lo, como já apontava Sharon Hays (1998) quanto à maternagem intensiva. Esta forma de normalização moderna que separa o normal do anormal, o cidadão de bem do degenerado, o louco e o são, também opera na idealização do ser mulher e do ser mãe. Del Priore mostrou como a construção da imagem de "santa mãezinha" baseou-se na lógica dos sistemas binários como o católico cristão, opondo a mãe à prostituta ou à devassa, que fazia de tudo para jamais engravidar e nunca perder os atrativos que a tornavam sedutora (DEL PRIORE, 2009, p. 136).

A este discurso moralizante dicotômico cristão, somou-se o discurso rousseauniano de boa mãe, os conhecimentos científicos médicos do XIX e início do XX, que imputa às mães o mau desenvolvimento físico e o acometimento por doenças, e as teorias psicológicas, que a responsabilizam pelo desenvolvimento afetivo das crianças e sua adequação à sociedade.

Enquanto a idealização da maternidade no discurso cristão e também no médico possuía forte apelo moral, a psicanálise, segundo Badinter (1985), não só aumentou a importância atribuída à mãe, como medicalizou a mulher considerada mãe má, sem conseguir anular as posições moralizadoras do século anterior, levando-a a ser percebida como malvada e doente até os dias atuais. Isto porque, autores como Freud, Winnicott e Hélène Deutsch teriam contribuído para a definição como má mãe uma mulher "não equilibrada", que prejudica o desenvolvimento do filho e portanto inadequada a assumir seu papel como se uma espécie de maldição psicopatológica pesasse sobre ela.

Valeska Zanello (2018) aponta que a psicanálise teve grande influência na patologização do ser mãe. Segundo ela, patologizou-se, nesse processo, a infelicidade e a insatisfação feminina quanto à maternidade, como pode ser verificado na ausência de espaço na mídia para a representação dos sentimentos de ambivalência, raiva, cansaço e frustração das mulheres quando mães e, muito menos, quanto ao desejo de não sê-lo. Não há espaço para ouvir o mal-estar feminino nesse tema, como vimos no caso de Giuliana. Segundo a autora, a maternidade é pintada a partir de um ideal que não distingue a mulher real da função delineada social e historicamente nos últimos séculos, marcada por uma sobreposição de tarefas, muitas das quais a mulher não pode controlar como, por exemplo, a formação da personalidade da criança.

Rir de si mesma, narrar suas angústias e seus medos, tolerar quem pensa diferente. Para algumas mulheres, este seria o começo de um processo para tirar a mãe de um pedestal, posição que gera culpa e frustração, permitindo que as mulheres possam reconhecer as opressões sociais que as levam à maternidade compulsória – e assim como a modelos maternos também pré-determinados que apenas lhes dão a ilusão de escolha –, para que assim possam ter autonomia sobre seu corpo e a possibilidade de escolher ter ou não filhos e como maternar, assumindo ou resistindo (total ou parcialmente) aos modelos de maternagem existentes e à medicina institucionalizada. Esta reflexividade acerca da condição materna, ainda que restrita a uma camada feminina da população, pode ter como potência o reconhecimento da ambivalência materna, dos limites da escolha (ou de sua ausência) para maior parte das mulheres – atitude contraposta a taxá-las de "menas mãe" alienadas pelo sistema consumista – e o questionamento da representação materna na publicidade e propaganda, nas políticas públicas, na educação e na mídia em geral, permitindo a ampliação desse debate a outros segmentos da população. Definir quais são as mães melhores, as mães

próximas da perfeição, e determinar quais são as piores, taxá-las de "menos" mãe alienadas pelo sistema consumista, patologizá-las como doentes, expressa a contradição de um discurso que clama por autonomia e liberdade, mas em que se continua a normalizar mulheres-mães, gerando culpa, defendendo o sacrifício e tornando a maternagem uma tarefa ainda mais árdua do que seguir as recomendações médicas ou viver de acordo com o "sistema".

6.6 A "mais mãe"

Nestas narrativas maternas, identificamos um modelo ideal de maternidade em acordo com a maternidade ativa, a "mais mãe" – ainda que exista uma resistência em admiti-lo. Assim como se acredita na existência de uma mãe perfeita do *status quo* fora dos blogs (e nem todas as mulheres que não frequentam blogs se identifiquem como tal), há uma identificação de mãe modelar da maternidade ativa que tem como diferencial de perfeição o grau de doação à maternagem, aos filhos, o quanto abre mão de seus próprios sonhos, necessidades e desejos e o quanto adere à prática de todos os itens de maternagem informada e consciente. A postagem *Ser Mãe* de Carol Garcia evidencia as principais características da mãe modelo, tal como aparece nos blogs analisados:

> Ser mãe é uma confusão. Uma mistura tão intensa de sensações e sentimentos que dificilmente quem não é entende. Ser mãe é uma caixinha de surpresas. Toda mulher está preparada, mas não sabe. Quando chega a hora está lá, como item de fábrica. Ser mãe é ver a barriga crescer fazendo planos. E esses são os únicos 9 meses (no meu caso 7) em que você vai ter tempo para isso. Porque ser mãe é viver um dia de cada vez, uma fralda de cada vez, uma mamada, uma soneca, manha, beicinho. Tudo de cada vez. Ser mãe é saber que é hora de quê sem olhar no relógio. É não ver o dia passar. É saber que o mês passou só quando perguntam quanto tempo o seu filho tem. Ser mãe é se encher de orgulho quando falam "Nossa! Que grandão!". Ser mãe é ser assim. Forte sem ter noção da força. É escolher com o quê ter paciência. É descobrir uma nova mulher em si a cada dia. É não se importar com o resto do mundo, mas chorar ao pensar em que mundo seu filho vai crescer. Ser mãe é não pensar tanto no futuro. É ter vontade de olhar fotos antigas para ver com quem ele realmente se parece. Ser mãe, aliás, é achar que um dia ele é a sua cara, mas no outro de seu só tem o pé. Ser mãe é achar tudo lindo, tudo engraçado, tudo novo. É estar atenta as descobertas sem interferir muito. É aplaudir o acerto e ser firme no erro. Ser mãe é não ter sono. Ou ter e fingir que ele não existe. É deixar de lado a vaidade, mas se achar linda com olheiras e tudo. Ser mãe, para a maioria, é esquecer (pelo menos um pouco) que existe estria, celulite, peito caído, salto alto, bijuteria. Ser mãe é ser polvo. É ter quantos braços forem necessários

> para carregar o carrinho, a bolsa, a chupeta, o paninho, o brinquedo e o filho. Ufa… Ser mãe é procurar selo do Inmetro, peça pequena, peça grande, estímulo. Ser mãe é conseguir. Conseguir amamentar, deixar na escola, com a babá, deixar crescer. É conseguir entender o choro e deixar chorar. Ser mãe é ficar parada na beira do berço. É dizer "Deus te abençoe". É entender que o amor existe em diversas formas, inclusive nessa, tão pura e transparente. É não pensar mais em morte, é entender a vida. Ser mãe é aguentar o tranco. É sentir dor nas costas, nas pernas, nos braços. E não sentir mais nada quando um sorriso se abre, quando um choro começa ou a tosse dispara. Ser mãe é discutir com o pediatra, é questionar o medicamento, é acreditar nas dicas da avó. Ser mãe é renovar laços. Com si próprio, com a família, com as tradições. Ser mãe é ter e ouvir os instintos. É ser leoa, ave de rapina. É ser desconfiada como a raposa e ágil como a lebre. Ser mãe é ser filha também. É mais aprender do que ensinar e mais ensinar do que aprender. Ser mãe é conviver. É deixar que convivam. É aproveitar cada fase do filho e de ser mãe. É cortar as asas e é deixar que voe. É correr pro abraço, esquecer o cansaço e trocar a fralda, preparar o banho, a mamadeira e escolher a roupa, tudo ao mesmo tempo. Ser mãe é estar completa. É ter o coração quente, os olhos cheios de lágrimas, os braços cheios de força e a cabeça repleta de idéias e preocupações. Ser mãe é ter sempre um filho a mais: o marido É entender o começo de tudo. É procurar explicações bem no fundo. É suspirar. É concordar discordando. É, desde o exame positivo, nunca mais estar sozinha, e mesmo sozinha, ter em quem pensar. É estar perto mesmo longe. Ser mãe é seguir em frente. É não deixar que o tempo pare e é achar que passa rápido demais. Ser mãe é ser mãe. Sempre (GARCIA, 2011, on-line).

Essa postagem reúne os principais aspectos do ideal materno que localizamos em várias publicações: o sacrifício necessário pelo bem da prole que justifica qualquer dificuldade, cansaço, dores no corpo, sono e falta de tempo; o caráter multifuncional e intensivo da mãe (a "mãe polvo"); a essência cuidadora e a naturalidade da função materna (instintiva e animal); o amor incondicional puro e transparente; a preocupação com o futuro e com o mundo em que os filhos viverão; o questionamento da autoridade médica a partir da busca da informação, o protagonismo feminino; a priorização do cuidado dos filhos em detrimento de desejos e necessidades pessoais e a preocupação com o futuro do mundo. Em algumas passagens, sugere-se que ser mãe faz parte da identidade feminina, já que ser mãe é "estar completa", "toda mulher está preparada, mas não sabe" e "quando chega a hora está lá, como item de fábrica" (GARCIA, 2011, on-line). Essa mãe romantizada e ativa, a "mais mãe" como correntemente é referida na blogosfera materna, representa o modelo ideal materno que localizamos nos blogs analisados, assim como as contradições da maternagem contemporânea ocidental e a busca de afirmação quanto às práticas exercidas individualmente.

Esta mãe perfeita assemelha-se muito à santa-mãezinha identificada por Del Priore (2009), modelo normativo materno construído desde o Brasil colônia. O *mater-dolorosa-way-*

of-life (ZANOTTO, 2014, on-line), como descrito por uma blogueira, alia a identificação do ser mulher com a suposta segurança do casamento heterossexual, a dedicação à família e aos filhos, o sacrifício materno durante o parto e a amamentação, a uma natureza feminina boa que deve ser respeitada e reverenciada. As experiências dolorosas devem ser entendidas como necessárias para a transformação da mulher em mãe e por isso devem ser suportadas ou transformadas em prazer; o cuidado de si deve ser negligenciado pelo cuidado dos outros, pela prole; o sacrifício materno, que aproxima as mulheres no discurso à mãe de Deus, é magnificado. A mãe santificada, assim como no Brasil Colônia, também é construída a partir do seu avesso, a partir da construção da mãe má, como outrora foi da degenerada, reafirmando seu oposto condenável e dando pouca margem de negociação entre estes extremos entendidos de forma tão binária.

A retórica da possibilidade de escolha de como parir e de como maternar, que promete libertação e autonomia às mulheres, se traduz para muitas mulheres que recebem este discurso enquanto imposição de melhores práticas definidas pela religião, pela natureza e pela ciência. Práticas que devem ser assumidas a partir da busca por informações e de um posicionamento reativo à medicina intervencionista. Tal discurso que hierarquiza formas diferentes de maternar, tendo como base, de forma paradoxal, a escolha pelo natural e instintivo comprovado cientificamente (ainda que a ciência seja indiscutivelmente humana e predominantemente masculina) e analisado de forma binária, impõe formas verdadeiras de maternagem e hierarquiza também às mães ao definir quais são melhores e quais são piores[163]. Este processo de estabelecimento de hierarquias gera frustração e culpa, especialmente em tempos em que os indivíduos são responsabilizados por sua saúde e sua vida, pela busca de informação para fazerem as melhores escolhas. Não assumir as práticas consideradas ideais ou não conseguir corresponder às expectativas criadas gera culpa pelos efeitos nocivos aos descendentes, por não ter sido ativa o suficiente na busca de conhecimento, não ter se sacrificado ou por falhar ao vincular-se adequadamente ao bebê (algo que deveria ser natural), mantendo-se distante do ideal de maternidade desse discurso. Nesse sentido, a santificação do

[163]Encontramos nos blogs discordâncias relativas a este ideal materno em sentenças como as que seguem "nunca vi isso na blogosfera (...) ativistas (ditas radicais) que parece que só querem nos fazer sentir culpadas" (comentário apud LANNE, 2012, on-line); "a mãe descrita é a mãe moderna, mas não quer dizer que seja a mãe perfeita" (comentário apud RODRIGUES, 2013, on-line); "a mãe que opta por não trabalhar e que opta por um parto natural e por amamentar (é pintada) como a mãe perfeita, dos comerciais de margarina e todo mundo sabe que não é bem assim" (comentário apud RODRIGUES, 2013, on-line), "é possível ser uma excelente mãe trabalhando fora e é possível ser uma péssima mãe mesmo optando por um parto natural, por amamentação e por ficar com o filho 24hs por dia" (comentário apud RODRIGUES, 2013, on-line).

papel materno funciona como forma de subjetivação feminina e quase como um prêmio de consolação à culpabilização da mulher-mãe.

CAPÍTULO VII - "NÃO NASCEMOS MULHER. TORNAMO-NOS MULHER. E O PARTO TALVEZ SEJA A MAIOR OPORTUNIDADE PARA ISTO"[164]

Os enunciados centrais da maternidade ativa, que focam na possibilidade de escolha, no empoderamento materno e na valorização da singularidade feminina de gestar e parir, estão relacionados a conceitos presentes em teorias feministas; são legados de movimentos de mulheres dos últimos cinquenta anos. É de se esperar, portanto, que muitas militantes da maternidade ativa e blogueiras se reivindiquem feministas. De fato muitas o fazem, com diferentes acepções de feminismo e diferentes concepções quanto à da necessidade da permanência feminina no lar, enquanto outras negam esta vinculação e a repudiam. Neste capítulo, partimos nossa análise das disputas travadas quanto à filiação feminista da maternidade ativa. Abordamos como a participação feminina no mercado de trabalho está no centro desse debate, o que demonstra o recorte de classe e raça das blogueiras, assim como os atravessamentos neoliberais neste discurso.

7.1 Feminismo materno

Dentre as blogueiras que se reivindicam feministas, encontramos Janine autora do blog *Minha Pequena Ísis*. Nine (2014), como gosta de ser chamada, declara-se como uma feminista que luta pela valorização da maternidade e do papel diferente que as mulheres ocupam em relação aos homens, pela divisão do cuidado infantil e pela valorização da segurança da mulher e dos filhos na gestação, parturição e amamentação. Para ela, é necessário união feminina e ativismo para que sejam dadas condições reais das mulheres se sustentarem através do trabalho remunerado sem culpa, sem a rotulação de negligência e abandono da família.

No texto *Sou mamífera! Não sou mãezinha!*, Nine (2014) utiliza exemplos do cuidado dispensado aos filhotes entre alguns animais, como leões, pinguins, baleias jubarte e golfinhos, para demonstrar como a naturalidade da função materna não leva necessariamente à opressão feminina; pelo contrário, demonstraria a parceria entre machos e fêmeas no cuidado dos filhotes. Ao focar no exemplo de um casal de leões, analisa os hábitos desses mamíferos a fim de demonstrar que, no reino animal, não há uma subordinação feminina ao

[164]ARANTES, 2013, on-line.

macho, tampouco a fêmea que pari é a única responsável pela cria: enquanto a leoa comanda, caça e ensina os filhotes a sobreviver, o macho protege-os.

A autora imputa à "família leonina" comportamentos humanos de acordos sociais para justificar seu argumento em prol do trabalho fora do ambiente doméstico, quando considera que o bando "entende" que as saídas da leoa para caçar sem os filhotes são bem-vindas e necessárias para a espécie, e "quem sabe até para ela mesma, a leoa" (NINE, 2014, on-line). Os exemplos dos leões e de outros animais servem nesta postagem para demonstrar que o fato das mulheres se sentirem culpadas por terem outras funções e atividades além de cuidar dos filhos, não é fruto de responsabilidades biológicas e naturais como fêmea animal ou em qualquer sociedade humana [165], e sim, responsabilidades impostas pelos homens em determinadas culturas e religiões patriarcais:

> quem gosta de estudar história e comportamento sabe que esse papel de rainha do lar e única responsável pelo cuidado com os filhos e a casa é patriarcal e machista. Essa imagem nos é amplamente divulgada desde que nascemos e somos introduzidas no mundo cor de rosa, das linhas e agulhas, dos bebês de brinquedo, das cozinhas, panelinhas, lavanderias, vassouras e maquiagens. Da mãezinha, mulherzinha, infantilizada, tutelada. Ouvimos o tempo todo que a mãe é a responsável, a culpada, o anjo e o demônio da vida do filho. Aprendemos que é ela, a mãe, quem deve estar com a criança (NINE, 2014, on-line).

Nine diferencia assim, necessidades biológicas maternas e infantis animais de imposições sociais patriarcalmente construídas quanto à exclusividade do cuidado infantil pela mãe. Ela entende que nos primeiros meses da vida do bebê, a mãe é mais necessária em casa pois "é da feminilidade"; o papel biológico que cumpre a diferencia dos machos por gestar, parir, amamentar, acolher. Porém, excetuado este período inicial, a mãe deixaria se tornar imprescindível, já que outras tarefas de cuidado podem ser realizadas por homens ou de forma coletiva. Em sua visão, ao querer voltar ao mercado de trabalho, as mulheres "só estão fazendo aquilo que todo animal, mamífero ou não, faz para sobreviver: caça!", e sem necessariamente deixar "os filhotes" carentes de cuidado (NINE, 2014, on-line).

O desejo da mulher de voltar ao mercado de trabalho é justificado pela natureza mamífera, pelo instinto de sobrevivência. A restrição da ocupação feminina do espaço público não está localizada, para Nine (2014), na necessidade do filhote mamífero de cuidado nos

[165]Nine cita que em muitas sociedades antigas, as mulheres eram responsáveis pelos cuidados das crianças, mas também exerciam outras funções, como agricultoras, curandeiras, até como guerreiras e não havia culpa "em deixar os filhos para garantir o sustento, a sobrevivência, o conforto e a segurança do clã" (NINE, 2014, on-line).

primeiros meses de vida, mas na organização da sociedade capitalista e patriarcal, na divisão sexual do trabalho. A autora atribui a responsabilidade às "colegas de matriarcado" pela condenação do trabalho feminino como abandono infantil, terceirização do cuidado e negligência. Buscando abalar esta divisão entre "time do lar" e "time das trabalhadoras", ela chama as mulheres para lutarem juntas pela valorização da maternidade, já que:

> para exercer uma maternidade consciente, ativa, real não há necessidade de se estar em casa, no lar, atrelada aos trabalhos domésticos e aos filhos somente. Nenhuma mamífera faz isso na natureza, pois depender 100% de outro mamífero para sobreviver é uma situação rara. E por pouco tempo. Fêmeas jovens e saudáveis exercem seu papel biológico sim, gestam, parem, amamentam e cuidam de seus filhotes. Mas não sozinhas. E principalmente, não com culpa (NINE, 2014, on-line).

O texto de Nine traz, assim, uma dimensão interessante de reconhecimento de necessidades biológicas do recém-nascido que seriam supridas pela mãe, sem que isso signifique que as tarefas do cuidado devam ser assumidas integralmente por ela, sem apoio ou se privando de ter atividades externas a casa e com culpa. Seu texto critica a associação direta entre a animalidade da maternidade e o papel social do cuidado integral materno ao bebê, ainda que não questione a categorização científica que nos coloca na ordem dos mamíferos[166].

A narrativa construída pela autora, ao naturalizar comportamentos femininos maternos comparando-os a comportamentos animais para justificar a valorização da maternidade e a necessidade de trabalhar, desconsidera os diferentes aportes culturais e atribuições de sentido que as sociedades humanas construíram em torno do trabalho e das maneiras de cuidar e educar as crianças ao longo do tempo. Desconsidera também o desenvolvimento das técnicas e tecnologias laborais, assim como as condições históricas, políticas e socioeconômicas que colocam a certos grupos de mulheres, em um determinado período histórico, a possibilidade de escolher trabalhar fora – o que, para muitas mulheres nunca foi e ainda hoje não é uma opção – ou mesmo de escolher ser mãe.

A contradição que esse discurso encerra, ao atribuir valores humanos a atitudes animais e animalizar o desejo feminino de ocupar o espaço público, leva a um apagamento dos processos históricos e sociais que nos trouxeram ao contexto atual, reforçando a oposição entre cultura e natureza, ao invés de rompê-la como se pretende ao ressaltar a constituição animal dos seres humanos. Esse esforço em biologizar o comportamento humano também

[166] Apenas uma comentarista do texto questiona quanto às mulheres serem consideradas mamíferas e a importância do uso dessa classificação inventada pelos homens para fazer ciência nos dias atuais (comentário apud NINE, 2014, on-line).

ignora a historicidade dos conhecimentos biológicos e demonstra como, neste discurso, a natureza ocupa o lugar de saber verdadeiro, tornando-a fonte de conhecimento e de revelação de verdades sobre as mulheres e a vida em família. Até o desejo de ocupar o espaço público que, a princípio se choca com a necessidade de cuidado materno às crianças, é justificado pela verdade da natureza mamífera feminina. E, em oposição a esta natureza, está a sociedade tida como artificial que desvaloriza tudo que é feminino e reprime a sexualidade da mulher.

A restrição da ação e da reação da mulher, neste paradoxo da escolha condicionada pelo natural, é encontrado também na concepção de feminismo materno professado por Kalu Brum, criadora do blog *Mamíferas* e do portal de blogs *Vila Mamífera*:

> O feminismo materno olha para um ponto mais profundo: e se homens e mulheres percebessem a importância de uma criança para esse mundo e conseguissem equilibrar, de maneira igualitária, levando em consideração as diferenças fisiológicas, como gestação, parto e amamentação, as responsabilidades com os filhos, a casa e por conseguinte em relação a todo o planeta? (...) Na agricultura estima-se que as abelhas prestem um serviço, com seu papel de polinização, estimado em 46 milhões anuais. Chegará o momento em que as políticas públicas irão mensurar em cifras o valor dos serviços em saúde e bem-estar que pais presentes fazem para os filhos e por consequência para todo o planeta. Já está ficando claro o preço que pagamos por não seguir o amor! (BRUM, 2019, on-line)

A definição de feminismo materno dada por Brum baseia-se nas diferenças fisiológicas femininas, no amor materno e em um ideal de conjugalidade. Concepção que prioriza a família nuclear heterossexual, compara a mulher a outros animais em seu potencial reprodutor (polinizador no caso das abelhas) e centra sua ação no cuidado infantil e planetário. Ao defender a centralidade das ações femininas voltadas à criança, a autora coloca o feminismo materno enquanto autonomia de escolha da mulher em acordo com seus desejos, crenças e necessidades, sem negligenciar, no entanto, as necessidades projetadas para as crianças e para o planeta.

A defesa de um feminismo materno, que reconhece as diferenças entre os sexos e sua naturalidade, é partilhada por outras mães nas mídias sociais, como por Natalie Consani (2013). Natalie defende a valorização perdida por milênios de patriarcado de papéis puramente femininos, definidos a partir das funções biológicas femininas de parir, amamentar, acalentar e acolher os filhotes muito pequenos. A autora ressalta que cumprir as funções biológicas femininas a contento (parir, amamentar, acalentar e acolher os filhotes muito pequenos) não pode impedir as mulheres de ganhar seu sustento, já que isso “não

acontece com nenhum mamífero na natureza, só nessa nossa sociedade disfuncional" (CONSANI, 2013, on-line).

Nine, Brum e Natalie assumem, em suas defesas feministas, a importância do reconhecimento e da valorização das diferenças entre homens e mulheres. Estas acepções as aproximam de teorias diferencialistas, como ficaram conhecidas feministas próximas a Luce Irigaray e Helène Cixous na França no início da década de 1980 (PEDRO, 2005)[167]. Estas autoras defendiam, grosso modo, a valorização de atributos considerados femininos, as diferenças, o que confere às mulheres uma identidade comum e leva à reavaliação de qualidades desvalorizadas socialmente como "femininas", como as relativas ao cuidado. A maternidade, uma experiência única feminina, é tomada nesta perspectiva como fonte de poder. Outras autoras também propõem uma base biológica e, portanto, imutável, geradora da desigualdade de poder entre mulheres e homens, como a ativista Shulamith Firestone em sua proposta de revolução feminista. Apesar de rejeitar o domínio da natureza e ressaltar o primado da cultura e de propor a liberação das mulheres do trabalho reprodutivo, Firestone, assim como as diferencialistas, considerava o sexo genital como o marcador que diferencia os homens das mulheres e as leva à subordinação.

Elisabeth Badinter (2011) sugere que é esta visão diferencialista da maternidade que ainda ecoa nos movimentos ligados ao nascimento e constitui um dos tripés que sustentam a maternidade naturalista. Autoras, como Rosamaria Carneiro (2011) e Mariana Pulhez (2015), que desenvolveram pesquisas sobre a humanização do nascimento e a maternidade mamífera no Brasil respectivamente, no entanto, defendem que estes discursos transitam entre as demandas diferencialistas e igualitaristas. Para Rosamaria Carneiro (2011, p. 278) "o discurso da humanização do parto e do nascimento coaduna direitos de igualdade e de singularidade" ou especificidades femininas positivadas. Segundo a autora, a prática do parto humanizado não poderia existir sem a luta feminista pelos direitos das mulheres nos anos 1970 e em prol da saúde da mulher nos anos 1980 no Brasil. Questionamentos como a relação médico/paciente, a qualidade da assistência médica e a integralidade da saúde feminina foram

[167] As diferencialistas eram assim denominadas em comparação com às seguidoras de Simone de Beauvoir, consideradas "igualitaristas" por reivindicarem uma identidade considerada comum a todas pessoas que possuíam o sexo o feminino. Essas pessoas, identificadas como "Mulheres" são pensadas como submetidas ao sexo masculino e alvos da mesma forma de opressão, o que lhes dava identidade para as lutas contra a subordinação (PEDRO, 2005). Segundo a historiadora Joana Maria Pedro, as "diferencialistas" eram acusadas de "essencialistas" porque "negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana" (PEDRO, 2005, p.81).

fundamentais para que a mulher pudesse ter autonomia e escolher o próprio parto e outros procedimentos ligados ao nascimento.

Mariana Pulhez (2015), por sua vez, refere que se por um lado a maternidade mamífera reconhece as diferenças entre os sexos ao defender o empoderamento da mulher através da maternidade e valorizar aspectos considerados femininos como o corpo grávido e o cuidado materno (diferencialismo), o enaltecimento do feminino chega ao ponto de "feminizar" os homens, que passam a ser também "mamíferos"[168], levando a uma igualdade plena entre os homens e as mulheres tanto no âmbito privado quanto no público (igualitarismo). Neste feminismo, "tudo aquilo que, na ótica das feministas do início da segunda metade do século XX é associado à natureza e, portanto, à opressão" é pelas mamíferas positivado, como "a menstruação, o corpo grávido e que pare, a amamentação" (PULHEZ, 2015, p. 159). Esta diferenciação, segundo ela, também pode ser percebida no valor dado à família, já que, ao lutar pela igualdade entre os membros do casal na constituição das práticas parentais entendidas como esfera de realização plena da maternidade e da paternidade ativa, as mamíferas não compreendem a família e o espaço doméstico "como *lócus* de opressão, mas como lugar de libertação, desde que tenha sido uma escolha da mulher" (PULHEZ, 2015 p. 154).

Parece-nos que mais do que definir se essas defesas feministas são diferencialistas, igualitaristas ou se coadunam ambas as vertentes, distinção por si só bastante discutível, importa reconhecer em sua composição legados de teorias feministas que valorizam a maternidade, como a proposta de Françoise D´Eaubonne presente na obra de Michel Odent, e enunciados em prol da possibilidade da escolha feminina que resultam de lutas feministas pelos direitos reprodutivos e por outras trajetórias feministas possíveis. Importa perceber como nos enunciados analisados em defesa da naturalidade das práticas maternas não há um rompimento na dicotomia entre natureza/cultura e feminino/masculino, mas sim uma descontextualização histórico-social do ser mãe e de como continua a ser atribuído à mulher o papel de principal cuidadora das crianças.

[168]É interessante notar que a proposta de Kalu Brum analisada por Pulhez (2015), lembra a da filósofa feminista norte-americana Sara Ruddick. A autora, no livro *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace* (1989), defende que os homens devem dividir o cuidado dos filhos e viver num pensamento maternal tornando-se "mães" de ambos os sexos (HOOHS, 2019). Pondera bell hooks (2019, p. 202) que a pretensão romântica de Ruddick de transformar os homens em figuras "maternais", não muda a ideia de que as mulheres estão mais aptas que os homens a desempenhar a atividade parental.

7.2 Entre os feminismos e o antifeminismo: o maternismo

Ainda que seja recorrente na blogosfera materna o reconhecimento de mulheres como feministas[169], a defesa do feminismo materno ou mamífero – como no caso de Kalu Brum que criou um dos blogs mais acessado sobre gestação e maternagem no Brasil – e do empoderamento feminino - que guarda intrínseca relação com os feminismos-, encontramos enunciados em que adeptas da maternidade ativa recusam esta associação; algumas repudiam-na. Isso porque, ao identificar os feminismos como movimentos contrários às mulheres que realizam escolhas que privilegiam a prole, associam-nos a uma luta egoísta que privilegia os direitos femininos em detrimentos dos infantis e familiares. A postagem mais emblemática neste sentido é a de 25 de abril de 2013, *Na fogueira dos sutiãs, ficaram muitos corações* de Lia Miranda.

> Falei agora há pouco de liberdade. Era isso que as mulheres buscavam quando encabeçaram o movimento feminista. Queriam autonomia em relação aos homens, daí brigar pelo direito ao trabalho. Mas eis que essa liberdade foi tomada novamente pelos homens – porque o sistema capitalista é masculino por natureza, mesmo que repleto de mulheres – e o direito se transformou em obrigação. A mulher não **pode** trabalhar; ela **tem que** trabalhar. O cuidado com o lar e com os filhos ficou desvalorizado; afinal, não é necessário curso superior para isso. Como se cuidar das crianças não fosse a atividade mais importante do mundo.
>
> Muitas mães estão felizes com suas carreiras, e conseguem ser excelentes mães. Mas muitas, muitas não estão. Por mais que incendiemos sutiãs, é ilusório, e eu diria até que é um desrespeito à própria natureza feminina, achar que homens e mulheres são iguais. Não somos. Homens não gestam, não parem, não amamentam (apesar de terem inventado toda sorte de recursos tecnológicos para parir as mulheres e nutrir suas crias artificialmente). Homens não vão à partolândia, não se perdem na loucura do puerpério, não têm a capacidade inata de se alienarem completamente da realidade para atender um recém-nascido.
>
> Homens são maravilhosos. Dou graças a Deus por ter o marido que eu tenho, e por poder dar a meus filhos um pai como ele. Homens permitem que as mulheres não sufoquem seus filhos, que os deixem ir. Homens são lúdicos. Mas homens são homens, e mulheres são mulheres.
>
> E então? O que fazer com todo aquele bom desempenho escolar que sempre tive, com minhas aptidões alheias à maternidade? Sim, procurarei exercer meus dons, todos eles. Mas sempre em algo que EU encontre sentido. Não

[169] Nos blogs, além de defesas feministas como as referidas no tópico anterior, que reivindicam viés diferencialista, as lutas pelos direitos das mulheres de amamentar em público ou de escolher como parir, como a Marcha pelo Parto em Casa e os Mamaços, também são citadas enquanto lutas feministas (comentário apud MIRANDA, 2012, on-line).

> posso manter uma carreira estável e bem paga só porque todo mundo diz que esse é o melhor caminho, se meu coração, meu corpo e o corpo da minha filha berram dizendo que não é por aí.
>
> Toda aquela descrição que fiz do meu puerpério é verdadeira, e não vou mais aceitar que me digam que isso é uma ilusão. Como se tudo que fosse poético fosse ilusório. E se só o que for poesia for real? Para mim, ilusão é achar que existe qualquer coisa neste mundo – dinheiro, estabilidade, um bom plano de saúde, uma previdência privada – que garantam a nossa segurança. Nesse mundo, só as pessoas importam. É tudo o que levaremos daqui.
>
> Vou trabalhar, sim, na hora certa, e na medida certa. Mas não vou abrir mão do direito que tenho de ser mãe e mulher na minha plenitude. Por mim. Pelos meus filhos. Pelo meu marido. E por todas as mães e crianças deste mundo (MIRANDA, 2013, on-line, negritos da autora).

Na visão de Lia, o movimento feminista, ao conquistar o direito ao trabalho fora do lar, contribuiu para torná-lo uma imposição às mulheres e para a desvalorização do cuidado infantil. Para a autora, em nome da igualdade, são desconsideradas as diferenças entre os sexos determinadas por condições fisiológicas e por atributos de natureza essencial ligada à masculinidade e à feminilidade. Natureza esta que, no caso das mulheres, pressupõe além de gerir, parir e amamentar, entrar em um estado alterado de consciência durante a parturição (partolândia[170]), "se perder na loucura do puerpério" e despertar uma capacidade inata de se alienar da realidade para atender as necessidades dos recém-nascidos. Aos homens, adjetivados como "maravilhosos e lúdicos", cabe fazer a separação necessária entre mãe e filho, interditá-las para que não "matem de amor" seus bebês (MIRANDA, 2013, on-line).

Dentre os cinquenta e um comentários recebidos ao texto, muitas comentaristas concordam com Lia quanto à existência de papéis sociais pré-definidos e diferentes de homens e mulheres, a imposição do trabalho feminino que tira o direito de viver a maternidade em sua plenitude e gera abandono infantil. As defesas feministas do pós-guerra de liberdade de trabalho, diversão e divisão de tarefas e responsabilidades familiares teriam, para algumas mulheres, piorado a situação feminina. Isto pode ser verificado em comentários como: "posso até ser apedrejada, mas acho que o feminismo piorou muito a situação das mulheres, continuamos sofrendo imposições a todo momento sobre tudo!!!" ou em "essa tal liberdade e direitos iguais só nos trouxe prejuízos e um fardo cada vez mais difícil de

[170] De acordo com Rosamaria Carneiro (2011, p. 203), a partolândia, enquanto "simbolização do vivido sensorial e psiquicamente no parto, vem atrelada à dor" e é descrita como um estado alterado de consciência, um estágio liminar ou crepuscular, em que a mulher escapa da norma e da estrutura social.

carregar!" (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line). Este pesado fardo, segundo uma comentarista ao texto de Lia, é responsabilidade feminista, já que:

> a tal fogueira dos sutiãs não nos trouxe liberdade, trouxe mais responsabilidade.. temos que ser ótimas mães (e isso inclui parto normal para algumas realidades, cesaria para outras, amamentação exclusiva para uns, Nan para outras, e por aí vai), temos que ser eximias donas de casa – a casa tem q brilhar e ainda é responsabilidade única da mulher, temos que ter um bom currículo, com graduações e mais graduações, temos que ter sucesso na carreira (e isso envolve não amar o filhos tanto assim! – eu tive que ouvir isso e ficar calada!) e ainda temos q sorrir a noite! Ainda tento enxergar qual foi a libertação que tanto se correu atrás.. Esqueceu-se da cultura, da sociedade e dos homens (não generalizando!). Para todos esses temos q ser perfeitas e dar conta de tudo..se não acabamos taxadas de fracassadas.. pq umas escolhem não casar.. ou não ter filhos.. ou ter e parar de trabalhar.. ou prioriza a educação dos filhos… Somos fracassadas por não dar conta de tantos papeis? Será? (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line).

A ponderação acima retrata a angústia de muitas mulheres de hoje que cumprem dupla ou tripla jornada de trabalho, devem ter sucesso na carreira profissional e ainda manterem-se lindas e disponíveis para o marido. Estas mulheres convivem com as várias acepções de mãe perfeita (a que se rende às facilidades da vida moderna ou a que prioriza o filho) e devem posicionar-se em relação a estas escolhas, sempre culpadas por não conseguirem dar conta de todos estes papéis, sempre em dúvida se suas escolhas foram corretas. Para elas, a Queima dos Sutiãs[171], como referem-se aos feminismos, trouxe incerteza sobre como ser mulher, como ser mãe e como maternar. Estando a disputa sobre a verdade da maternidade e o modo ideal de maternar colocado nas mídias e redes sociais, a necessidade de posicionar-se, de escolher e de sustentar suas escolhas, parece um fardo para algumas, mais do que uma libertação.

Não há nessas falas a compreensão de como as redes de poder podem ter se apropriado de bandeiras de luta e reivindicações feministas com o interesse de criar produtos específicos para este público, manter mão de obra com menor salário no mercado de trabalho e engessadas as relações familiares e a responsabilidade pelo cuidado da casa, das crianças, dos idosos e dos enfermos. Para essas mulheres, é como se os feminismos fizessem parte do sistema dicotômico e repressor que identificam e tentam combater, ao criar demandas diversas

[171]O episódio conhecido como *Bra-Burning,* ou *A Queima dos Sutiãs,* foi um evento de protesto com cerca de 400 ativistas do Women's Liberation Movement (WLM) contra a realização do concurso de Miss America em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City, no Atlantic City Convention Hall, logo após a Convenção Nacional dos Democratas.

e ligadas ao mercado de trabalho, a ideais de beleza e ao consumismo. É como se os feminismos tivessem sido incorporados a uma estrutura de poder dominante opressora e que restasse àquelas que priorizam o trabalho doméstico e educativo intenso, o antifeminismo ou um feminismo de "resgate" de um saber instintivo essencial feminino. A captura de discursos feministas ou de alguns de seus postulados e a conquista de direitos quanto à participação no mercado de trabalho e participação política são entendidos como novas exigências feministas e não como possibilidades.

Esta percepção talvez decorra da acomodação dos ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, ao *maisntream* social, como propõe a filósofa Nancy Fraser (2009). Críticas feministas de assédio sexual ou desigualdade salarial que pareciam revolucionárias, por exemplo, são princípios amplamente apoiados socialmente hoje no discurso, o que não significa que essas práticas tenham sido eliminadas de fato nas instituições. Segundo a autora, o neoliberalismo ressignificou os ideais feministas, levando as aspirações que tinham um claro impulso emancipatório no contexto do capitalismo organizado pelo Estado a assumirem um significado muito mais ambíguo na era neoliberal. Esse é o caso da crítica ao salário familiar da segunda onda do feminismo substituído pela norma da família de dois assalariados, que serve hoje para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo. Por sua vez, a crítica à autoridade tradicional, alvo do ativismo feminista, converge com a racionalidade neoliberal, em que a autoridade aparece em alguns períodos como obstáculo à expansão capitalista (FRASER, 2009).

A esse propósito, o neurocientista Davi Thornton (2014) identifica um entrelaçamento entre feminismo e antifeminismo na retórica da maternidade contemporânea, que integra os ideais e discursos feministas da segunda onda ao neoliberalismo. Fenômeno que Susan Douglas e Meredith Michaels (2004) também identificam na visão romantizada da maternidade atual, o *new momism*, que tanto inspira quanto repudia os feminismos, distorcendo-os.

Contrapondo-se a este entendimento predominante de defesa igualitária como prejudicial às mulheres, há comentários reconhecendo que os questionamentos quanto à possibilidade de escolha em ser mãe e de posicionar-se sobre é decorrente dos movimentos feministas ao longo do século XX. Uma comentarista ao texto de Lia argumenta que a falta de respeito às escolhas não é um problema do feminismo, mas do capital que quer consumidores. Outras ponderam que não se pode culpar as feministas já que é "por causa delas e de sua luta

que hoje em dia, cada vez mais, cuidar da casa, dos filhos e do marido é uma ESCOLHA da mulher e não uma obrigação" (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line, letra maiúscula da autora). Há ponderações de que o feminismo não prega igualdade física entre homem e mulher, prega igualdade de escolha, liberdade para optar, como no seguinte trecho:

> Fico triste pra caramba quando alguém diz que o feminismo, por buscar romper com o modelo de família/ feminilidade/ maternagem tradicional, obriga a mulher a ter mais responsabilidades. Pensar assim é compactuar com….o modelo tradicional e opressor! A coisa mais linda do feminismo é saber que há décadas mulheres e homens começaram a brigar justamente para que tivéssemos a possibilidade e o poder de escolher, o poder de brigar e questionar os modelos impostos; o feminismo briga pra que a gente não seja obrigad@ a aceitar uma realidade que não nos cabe/em que não cabemos. Assim, quem quer "só" maternar, que assim seja, quem quer trabalhar e maternar e estudar (meu caso), que assim seja também. Não são modelos excludentes, fazer uma escolha não nos impede de mudar de idéia (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line).

Não há, portanto, unanimidade na blogosfera materna quanto à percepção de que a escolha pela maternidade ativa signifique uma conquista feminista. Enquanto algumas blogueiras como Nine entendem o reconhecimento da diferença feminina e o aspecto animal como empoderamento feminino e feminista, outras mães que optam por ficar em casa com seus filhos e escolhem outras práticas de maternidade ativa sentem-se julgadas por discursos considerados por ela feministas pela liberdade de escolha ou como pressão pelo retorno ao trabalho ou por ter uma vida para além do ambiente doméstico. É perceptível, no discurso de algumas mulheres, como a possibilidade de escolha e o questionamento quanto à natureza feminina trouxe insegurança quanto ao que é ser mulher e, reafirmar o papel natural materno, privilegiando o cuidado dos filhos através de práticas voltadas ao que é considerado melhor para eles, significa nesse caso resistir ao feminismo e não com ele pactuar. Recentemente, uma página do *Facebook* Doulas Cristãs, esclareceu que:

> o apoio da mulher católica ao parto respeitoso é completamente diferente da luta ideológica que tem como bandeira "meu corpo minhas regras". O parto natural é obra perfeita do Criador, faz parte do dom da maternidade - gerar, gestar, parir e amamentar. O resgate do respeito aos processos naturais do parto sem intervenções desnecessárias, é apenas almejar vivenciar o que Deus criou em sua perfeição (DOULAS CRISTÃS, 2018, on-line).

Os feminismos não são vistos assim, por parte destas mães, como ferramentas de possibilidade para reflexão sobre as mulheres, as violências que sofrem, os papéis sociais que ocupam e aos quais estão pré-determinadas. Pelo contrário, quando não são rechaçados, são

entendidos dicotomicamente; o "mau" feminismo seria aquele integrado ao sistema econômico e social e que corrobora com a opressão feminina; enquanto o "bom" feminismo seria o que privilegia a valorização da natureza e as diferenças inatas femininas. No entanto, há muitas outras nuances, outros movimentos de mulheres em diversas direções e com diferentes atravessamentos, disputando poder de outras formas e em outros espaços para além da incorporação ao "sistema" ou do retorno ao instintivo.

Para Rosamaria Carneiro (2011), que também identificou em sua pesquisa a negação da condição de feministas pelas praticantes do parto humanizado, podem existir muitas explicações para o não reconhecimento do feminismo neste debate. Dentre as possibilidades, a autora aponta para a compreensão de que as ideologias de emancipação feminista teriam impedido o exercício da maternidade integral ou colocado as mulheres em situações consideradas negativas em que precisam equilibrar diversas funções. Outra possibilidade aventada é a naturalização das conquistas minimamente obtidas, como acesso à universidade, a participação política e a liberdade sexual. Conjuntamente, Carneiro percebe um distanciamento das feministas contemporâneas da questão, dada a continuidade de uma leitura pelo viés igualitarista de maternidade como foco de reprodução do sistema dicotômico produção *versus* reprodução, e da inclinação de muitas feministas mais jovens ao pensamento pós-estruturalistas e à teoria *queer*, o que tornaria a maternidade um tema prosaico[172]. Para ela, teria ocorrido uma inversão, uma outra configuração da luta das mulheres em torno da assistência ao parto e do controle médico dos corpos femininos. Se nos anos de 1980 era pauta feminista uma maternidade "voluntária, prazerosa e socialmente reconhecida" enquanto os movimentos de mulheres permaneciam alheios à questão, procurando mais por infraestrutura e condições básicas de existência, hoje são as mulheres dos movimentos de mulheres, as defensoras do parto humanizado, que não se entendem das feministas, que estão à frente desse debate (CARNEIRO, 2011, p. 273-274).

As diferentes formas como os feminismos são vistos na blogosfera materna, como parte de um sistema opressor que restringe os direitos maternos femininos, como possibilidade de empoderamento ou como uma luta que no passado foi importante para autonomia feminina mas não responde ao anseios maternos atuais, demonstram como os movimentos feministas ocupam um lugar controverso na maternidade ativa. Nesse tensionamento do discurso, em que para parte das mulheres o empoderamento materno,

[172]Carneiro (2011) aponta como exceções o Coletivo de Sexualidade de SP, com a ONG SOS Corpo, ONG Cais do Parto, ONG Curumin em Recife e a Rede Feminista de Sexualidade em todo o Brasil.

considerado a partir da realização de escolhas que privilegiem as escolhas mais naturais possíveis, consideram-se feministas enquanto outras fazem questão de distanciarem-se desses movimentos, rotulados como ideológicos, a defesa de Anne Rammi de maternismo é a que parece traduzir com mais assertividade a militância da maternidade ativa atual. Ao focar a possibilidade de escolha no que é considerado pela mulher ideal ao cuidado infantil e não em seus desejos alijados das necessidades do bebê, o ativismo materno, chamado por ela de maternismo, explicita essa relação conflituosa presente nos discursos em torno de possibilidades de práticas maternas que não necessariamente as convencionais, ao reconhecer a importância do feminismo como condição histórica de possibilidade para a defesa dos direitos maternos (e infantis), mas dele distinguir-se em sua configuração atual por ser voltado à criação dos filhos:

> O Maternismo venha como um movimento histórico desencadeado por outras revoluções (como por exemplo o próprio feminismo, que proporcionou nossa ida em massa ao mercado de trabalho) e seja de erupção eminente fruto do questionamento coletivo "ok, fui ao mercado de trabalho, continuo ganhando menos que um homem e quem vai olhar meus filhos, que eu não desisti de ter?". O Maternismo tenha como objetivo quebrar os padrões pré estabelecidos para a criação de filhos – de concepção, a formação de família, a parto, aleitamento, educação, sei lá, qualquer coisa que esteja na esfera da maternidade (RAMMI, 2013, on-line).

Rammi consegue captar que os movimentos de mulheres em prol de causas maternas não se organizam nos dias atuais predominantemente em torno de bandeiras feministas voltadas à possibilidade de escolha feminina em relação ao próprio corpo, como já demonstrou Carneiro (2011), e sim entorno de direitos relacionados à assistência ao parto e à práticas maternas voltadas às relações entre mães e filhos, às relações familiares e às necessidades infantis. Defesas essas que podem tanto servir à emancipação feminina quanto a propósitos conservadores que visam a manutenção da estrutura familiar em que a mulher é a principal cuidadora das crianças e que parece se chocar, por vezes, com o princípio de autonomia feminina, caro aos feminismos.

7.3 Feminismos, trabalho e crise do cuidado

A discussão nas mídias sociais relativa aos feminismos nos discursos maternalistas se concentra predominantemente em torno da entrada e no crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e suas consequências para o cuidado infantil. Esse é o caso

do texto de Nine *Sou mamífera! Não sou mãezinha!* e do *Manifesto Maternista* de Anne Rammi, em que se vincula os efeitos da ida ao mercado de trabalho pelas mulheres ao feminismo. Cláudia Rodrigues (2013, on-line), por exemplo, afirma que "de uns tempos para cá o exercício da maternidade, que esteve submetido aos desmandos da competição feminista desde o pós-guerra, começou a ser questionado" por mulheres de todas as classes econômicas preocupadas com "o distanciamento dos filhos diante do aperto de horas que o mercado de trabalho exige". Para ela, esta reação feminina voltada à preocupação com o parto e os primeiros anos de vida da criança - considerados os mais importantes para a formação de personalidade, caráter e hábitos alimentares -, implica em resistir a estas exigências do mundo do trabalho, ao *status quo* que as feministas ajudaram a erigir. Há comentários nos blogs em que as mulheres apontam que o trabalho virou uma obrigação para a mulher impedindo-a de viver a maternidade em sua plenitude, revelam que sofrem preconceitos ao decidirem dedicarem-se à maternagem, e que o trabalho do cuidado não é valorizado a ponto de muitas mães preferirem a carreira aos filhos.

A preocupação com as consequências do trabalho feminino para a criança, para a família e para a humanidade está presente nos discursos científicos e morais, desde pelo menos o século XIX. Nessa época, a ausência da mãe no lar era apontada como causa de males infinitos e decomposição da família, tornando a criança uma pequena vítima (BADINTER, 1985, p. 281). Muitas dúvidas quanto aos malefícios para a própria saúde, para a educação e o desenvolvimento dos filhos, foram levantadas no meio científico quando da entrada das mulheres brancas no mercado de trabalho no início do século XX (ZANELLO, 2018, p. 135).

Dentre as feministas, à época, o debate concentrava-se entre as mulheres das classes mais elevadas, que buscavam no trabalho fora de casa realização pessoal, estendendo a maternidade para ocupações de cuidado como magistério e enfermagem. Para elas, era possível às mulheres se realizarem intelectual e profissionalmente sem prejuízo de suas funções maternais. A feminista brasileira Bertha Lutz, por exemplo, defendia que o trabalho, caminho para emancipação das mulheres, não significava o abandono do lar[173]. Segundo ela o que afastava a mulher do "aconchego da família", o que arrancava "a mãe dos filhos pequeninos que necessitam do seu carinho" era a "dura necessidade" (LUTZ[174] apud FREIRE,

[173] Já a anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura, negava o atributo de profissão à maternidade, defendia-a fora do casamento e colocava-a em oposição à atividade profissional feminina (FREIRE, 2009, p. 103).
[174] LUTZ, B. Revista feminina, n.181, jun.1929.

2009, p. 103). O trabalho entre as mulheres de camadas mais pobres era reconhecido como uma necessidade material concreta por Bertha Lutz, ainda que representasse o abandono da função maternal e gerasse riscos para o futuro da nação. Considerados esses riscos, propunha-se minimizar o conflito entre trabalho e maternagem através da oferta de creches, recurso restrito à época, para as famílias cujas mães não tinham a possibilidade de permanecer em casa cuidando dos filhos. A assistência às famílias pobres justificava o trabalho filantrópico das mulheres de classe abastada, ao passo que permitia a ampliação da ocupação do espaço público por estas mulheres.

Não obstante as mudanças nos direitos reprodutivos femininos, as campanhas de controle de natalidade, a disseminação de métodos contraceptivos, as mudanças nas configurações familiares e o crescimento da possibilidade de escolha pela maternidade entre as mulheres quase um século depois, a discussão relativa aos efeitos do trabalho externo remunerado feminino à família e ao cuidado infantil continua a ser disputada em vários contextos sociais, inclusive no âmbito feminista. A novidade é que se nos anos 1920 a disputa se concentrava na possibilidade de mulheres de classes abastadas poderem exercer trabalho remunerado mantendo suas funções maternas, agora atribui-se ao feminismo a responsabilidade pela sobrecarga de trabalho sobre as mães das classes médias e altas (já entre a maioria das mulheres pobres, o que se convencionou chamar de tripla jornada materna não é uma novidade pós movimentos feministas). A permanência desse discurso parece indicar que a possibilidade de ocupar outros papéis sociais, dividir o trabalho doméstico e o cuidado infantil, como proposto pelos movimentos feministas, ameaça a manutenção da família nuclear heterossexual e coloca em crise o cuidado não remunerado de crianças e idosos realizado pelas mulheres na modernidade.

Autoras como Nancy Fraser e Amaia Orozco referem que o incremento das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas gerou uma crise do cuidado transnacional, na medida em que não há mais quem se responsabilize pelas crianças e idosos, que vivem mais e desenvolvem mais doenças (GRECCO, 2017). Se por um lado esta situação representa uma desestabilização de antigos padrões de gênero e de alterações no modelo de família dominante em nossa sociedade, sobretudo no que concerne à divisão sexual do trabalho, por outro lado a resgata e a aprofunda, uma vez que faz com que mulheres brancas e escolarizadas contratem mulheres de classes ou países mais pobres e racializadas (HIRATA, 2005). No caso da América Latina, a entrada das mulheres no mercado de trabalho convive ainda com a

permanência de uma noção tradicional de família e papéis de gênero, que define que as mulheres são responsáveis pelos trabalhos de cuidados, como referem Laís Abramo e María Elena Valenzuela (2016). Não houve, segundo elas, uma transformação da participação masculina nas atividades reprodutivas nos países latinos.

A permanência da noção de cuidado como função prioritariamente feminina está associada, de acordo com a cientista política Joan Tronto (2007), à compreensão do cuidado como um trabalho de amor, altruísmo, alteridade, compaixão e reconhecimento. A relação mãe-filho construída socialmente, em que se supõe que há um forte vínculo entre eles e que a mãe é a melhor pessoa para cuidar da criança, ajuda a criar esta falsa impressão sobre a natureza do cuidado (TRONTO, 2007, p. 295). Para ela, cuidado diz respeito a tais atitudes, mas também significa ter responsabilidade, fazer bem seu trabalho e suprir as necessidades que tentamos satisfazer[175]. Não é só um trabalho afetivo, é feito de pessoas emaranhadas em redes de interesse e comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas ao seu redor, sejam eles bebês ou idosos. Implica relação entre pessoas; todos precisam de cuidados em menor ou maior grau e nos diferentes momentos da vida.

Joan Tronto (2007) também chama atenção para como o cuidar é normalmente visto como um trabalho sem qualificação, o valor social atribuído é baixo, assim como a remuneração e os que necessitam do serviço são capazes de comandar os que o fornecem de forma altamente assimétrica. Isso pode ser verificado na diferença salarial entre professoras da educação infantil (que até pouco tempo sequer necessitavam realizar ensino superior para estarem aptas ao trabalho) e profissionais de etapas mais avançadas de ensino, subindo progressivamente até o ensino superior. Às profissionais das séries iniciais ainda se vincula o amor à profissão e às crianças, o dom e a natureza cuidadora feminina ao desempenho em sua função e recompensa afetiva por exercê-la, já que a recompensa financeira é escassa. À mãe, a recompensa é quase sempre exclusivamente afetiva: o prêmio é ver o filho crescer com saúde, tornar-se um adulto responsável; é satisfazer-se com o sucesso de seu investimento.

A permanência da compreensão tradicional de família e do cuidado enquanto um trabalho exclusivamente afetivo e a redução do trabalho de cuidado nas famílias enquanto consequência do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho são elementos

[175]Joan Tronto e Berenice Fisher definem cuidado como uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso "mundo" para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável (TRONTO, 2007, p. 287). Para elas, "o propósito para o qual o cuidado deveria ser direcionado é tornar a sociedade o mais democrática possível" (TRONTO, 2007, p. 290).

que nos ajudam a compreender esta resistência à realização de trabalhos remunerados fora do lar e as bandeiras feministas igualitárias. A acomodação dos ideais feministas ao *mainstream* no nível do discurso sem a efetivação na prática, aliada à ressignificação de críticas como do salário familiar e da autoridade tradicional, como vimos com Fraser, também contribuem para a percepção de uma fusão entre neoliberalismo e feminismo, como se os ideais defendidos pelas feministas não apenas tivessem contribuído, mas fossem as próprias mudanças implantadas pela racionalidade neoliberal (como a norma da família de dois assalariados em substituição ao salário familiar). Contrapondo-se às consequências das transformações no mundo do trabalho às mulheres e ao cuidado infantil, entendidas como resultado de ações feministas, algumas blogueiras cogitam o retorno ao lar para reassunção do papel feminino exclusivamente materno ou que ocupe um lugar que coadune carreira, trabalho doméstico e família.

7.4 Retorno ao lar, empreendedorismo e empoderamento neoliberal

> *talvez estivéssemos mais felizes vivendo como nossas bisavós. Quem sabe, não é? (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line).*

A preocupação com quem cuida das crianças quando as mulheres assumem espaços públicos e outros papéis sociais e políticos se reflete, nesse discurso, na crítica à chamada terceirização do cuidado e ao feminismo, que teria empurrado as mulheres ao mercado de trabalho e se reverte, com frequência, na valorização de um retorno ao lar. Retorno que pode se configurar enquanto opção de abdicar de uma carreira profissional para dedicar-se à família ou, em sua configuração mais conectada com a lógica neoliberal, enquanto uma forma de equilíbrio entre carreira, trabalho doméstico e cuidado familiar.

No texto *Vem pra casa você também! Quando a casa, o escritório e os filhos estão todos no mesmo lugar...*, a blogueira Lígia Sena (2013, on-line) identifica que "há uma nova ordem social rolando, um movimento feminino muito forte de retorno às casas e de transformação delas em espaços multiuso". Uma revolução, em suas palavras. Ela narra a situação de mulheres como ela que não quiseram abrir mão nem da carreira, nem da família e que após o nascimento dos bebês começaram a sentir que tinha alguma coisa errada: doía-lhes deixar as crianças na creche, passar pouco tempo junto a elas em seus primeiros meses de

vida, não acompanhar suas descobertas, não ter tempo para estar com o companheiro. Essa situação, em sua acepção, é o preço pago pelas mulheres por terem chegado ao topo da igualdade almejada entre homens e mulheres graças às lutas feministas, o que as levou a acumular as tarefas domésticas, o cuidado infantil e o trabalho fora de casa.

> Nas décadas de 60 e 70, a coisa ficou preta pra quem pretendia manter as mulheres em casa numa espécie de reclusão profissional e, por que não, social: empoderadas mulheres foram às ruas, rasgaram os aventais, queimaram os soutiens, subiram nos palanques, enfrentaram os homens e disseram "Chega disso, que eu também sou gente, eu também tenho anseios, eu também tenho desejos e quero ir além". Lutaram pelos direitos legais, pelos direitos sobre seu próprio corpo, pelo direito de não ser agredida ou violentada, pelos direitos trabalhistas e todas as condições que visavam a IGUALDADE entre os homens e as mulheres. (...) Foi depois disso que um grande número de mulheres ocidentais penduraram seus aventais, passaram a mão em seus terninhos e pastas e ganharam o mercado de trabalho. Chegaram chegando e, 20 anos depois, chegaram ao topo. A partir daí, as mulheres trabalhadoras passaram a se dividir em duas classes, de maneira geral: as que trabalhavam em casa e as que trabalhavam fora de casa. Nesse período, "trabalhar em casa" significava "fazer as tarefas domésticas". (...) As que "trabalhavam fora de casa" tinham horários definidos e tarefas rígidas: saíam de casa, desempenhavam suas tarefas e voltavam pra casa. Não estou falando nenhuma novidade ao dizer que essas últimas, em 90% dos casos, acumulavam também as tarefas das primeiras: depois de uma longa jornada, voltavam pra casa e encaravam mais uma, que envolvia, mais ou menos, tudo o que as primeiras faziam. Sim, chegamos no topo! Mas a que preço? (...) (SENA, 2013, on-line)

Da insatisfação feminina com as consequências das reivindicações feministas igualitaristas, dos "erros" dos feminismos, teria surgido um grupo de mulheres

> disposto a encarar uma nova revolução feminina. Um grupo disposto a dar um novo salto. Um grupo que se levantou um dia e disse: se eu sou mulher e, para mim, é tão importante ter uma família com quem conviver de maneira próxima, presente, constante, quanto ser uma profissional bem sucedida e realizada, deve haver uma maneira de conciliar tudo isso. E foi quando perceberam que, se era em casa que estavam suas crianças, então seria em casa que iriam trabalhar. Essas são as mulheres que mudaram suas vidas profissionais depois que os filhos nasceram. Porque não conseguiram aceitar o fato de ter que delegar os cuidados com seus filhos pequenos a terceiros se quisessem voltar a trabalhar. Porque queriam cuidar das crianças de maneira presente sem ter que abrir mão de seu desenvolvimento profissional (SENA, 2013, on-line).

Essas mulheres, de acordo com Lígia, não querem abrir mão de acompanhar o crescimento dos filhos, de educá-los de perto, de conectarem-se emocionalmente a eles, querem proporcionar-lhes segurança emocional para enfrentar o mundo sozinhos e fazer suas

escolhas, algo possível de ser adquirido ao crescer tendo sempre um dos pais presentes. Em nome do bem-estar infantil e do vínculo entre mãe e filhos, estas mães abdicam da carreira que possuem; começam uma nova; redirecionam-na; descobrem novas habilidades. Nas palavras da autora, estas revolucionárias "redescobriram-se como mulheres, encontraram novos interesses, empoderaram-se como mulheres profissionais e mães presentes e tornaram-se empreendedoras. Mães empreendedoras" (SENA, 2013, on-line).

Lígia Sena ressalta que trabalhar em casa passou a significar realizar tarefas domésticas, mas não só:

> significa, agora, ter que administrar tudo ao mesmo tempo agora, no espaço do tudo junto e misturado. Mulheres sentadas em suas mesas de trabalho, com seus computadores, ou seus equipamentos de produção, atendendo telefonemas, administrando suas tarefas, dando conta de planilhas, ou de contabilidade financeira, enquanto amamentam, seguram um bebê, trocam fraldas, ajudam nas tarefas escolares dos filhos. (...) onde não há limites muito bem definidos sobre onde começa o trabalho e onde começa a função materna. Há que se ter um preparo físico e emocional para isso, preparo esse pode ser adquirido com persistência e organização (SENA, 2013, on-line).

Complexifica-se e aprofunda-se, nessa defesa, a miríade de tarefas femininas como empoderamento. Como a própria autora coloca, não há limites mais entre a função materna e o trabalho remunerado e, acrescento, o trabalho doméstico. Ainda que sejam ressaltados os aspectos positivos das mudanças na (ou de) carreira neste processo, a centralidade da decisão continua na vida em família, no que se espera e se almeja para os filhos, na relação que se espera construir e na educação afetiva que se pretende investir. O empoderamento empreendedor de Lígia leva ao extremo o modelo de maternagem intensiva das últimas décadas (HAYS, 1998) ao pregar que a mãe deve desdobrar-se pelos filhos e dar conta de todos os papéis sociais esperados para elas, a mãe-mulher-que-se-cuida-trabalha-e-cuida-da-família (ZANELLO, 2018, p. 146), enquanto empresas de si, ainda que se entenda a partir de um ponto de vista contestador e revolucionário.

Novamente, edifica-se um ideal de maternidade como a da mulher elástico que, a fim de assumir múltiplas tarefas, abre mão de sua carreira e quando não, de desejos pessoais. Isto se torna evidente quando a autora comenta que gostaria de pensar assim, de que "todas estamos certas" se deixamos o trabalho fora do lar ou não, mas que na verdade acha que "tem muita gente que empurra o filho com a barriga" (SENA, 2013, on-line). Posição que leva uma comentarista ao texto a dizer que teme que as considerações de Lígia possam contribuir para que mulheres que optem ou precisem manter uma carreira fora de casa ou colocar os filhos na

escola, sejam consideradas mães “ruins”. Ela argumenta que toda mulher tem o direito de optar pelo estilo de vida que mais lhe convém e deve ser respeitada nas suas escolhas e que teme que o padrão social de maternidade se torne a defesa de retorno ao lar, onde a maioria das “malditas” tarefas domésticas ainda é das mulheres (comentário apud SENA, 2013, on-line).

Lígia Sena também não questiona nesta postagem a divisão do trabalho doméstico e do cuidado infantil e não reconhece os privilégios presentes nesse discurso. A autora não aborda se todas as mulheres possuem profissões e ocupações que as permitam empreender, como apontam algumas comentaristas, ou se suas escolhas são limitadas por configurações familiares, necessidade de assistência estatal, formação profissional e educacional ou condição financeira. A adesão ao empreendedorismo e à “nova revolução” das mulheres “bem sucedidas” que não precisaram se separar de seus filhos para se realizarem profissionalmente, é colocada no texto no campo da decisão individual. Quando questionada quanto às mulheres que possuem profissões que não as permite trabalhar em casa, a autora aponta três opções: “mudar de profissão, manter a mesma profissão mas readaptando às novas necessidades ou lutar pela mudança corporativa e pelo reconhecimento da EQUIDADE profissional, não pela IGUALDADE profissional” entre homens e mulheres (SENA, 2013, on-line). Segundo ela, esse é o diferencial da nova revolução sexual: a equidade e o respeito às diferenças.

Na postagem de Lígia Sena, o empoderamento materno está relacionado à preocupação com o cuidado infantil (abalado quando as mulheres chegaram ao topo da igualdade), à educação e segurança emocional proporcionada pela presença parental, à adesão à maternagem intensiva e ao empreendedorismo como positivação profissional que se reverte em benefícios à mulher, à família e à sociedade. Julia Salgado e Marianna Ferreira Jorge (2018), que analisam a dispersão dos discursos sobre empreendedorismo materno no Brasil, massivos a partir da primeira década do século XXI, referem que o conceito é entendido na maioria dos discursos da mídia analisados por elas, como uma ferramenta de conciliação de uma vida profissional realizadora com uma maternidade ativa. A conciliação entre as esferas pessoal e profissional promete flexibilidade de distribuição do tempo do trabalho e do cuidado infantil, livrando a mulher das injunções sistêmicas e de (algumas) hostilidades culturais.

Abandonar ou adaptar a carreira que exigia trabalho fora do lar assume o lugar nesta significação de empoderamento materno, de uma das escolhas (ou da principal escolha) que a mulher empoderada pode fazer em nome de uma maternagem alternativa à padrão (nesse caso

o padrão seria voltar a trabalhar finda a licença maternidade). Empreender ganha aqui uma significação de atitude feminina revolucionária e contestadora da ordem social, a partir do reconhecimento da importância do cuidado materno. Autogerenciar-se, tornar-se empresa de si em todos os aspectos possíveis, é positivado como algo bom, desejável e empoderador, ainda que não libere a mulher de nenhuma das funções a que está submetida na tripla jornada de trabalho (tão criticada como fardo feminista), além de negar a impossibilidade de conseguir conciliar todos estes trabalhos (o que pode levar ao sofrimento materno).

Para a antropóloga Andrea Cornwall (2018), o que se costumava chamar de dupla ou tripla jornada de trabalho, no neoliberalismo chama-se "empoderamento". Esse empoderamento pressupõe quase sempre um encorajamento para entrada da mulher no mercado de trabalho, mas não lhes traz alívio no trabalho de cuidado não remunerado em casa. Já Srilatha Batliwala, argumenta que a abordagem do poder feminista que buscava questionar a subordinação de gênero teria se dissolvido quando as agências de desenvolvimento assumiram o empoderamento como um objetivo de desenvolvimento econômico, passível de ser verificado em pesquisas e políticas desenvolvidas pelo Banco Mundial e pela ONU, a partir dos anos 1990 (BATLIWALA[176], 2007, apud CORNWALL, 2018, on-line).

O empoderamento feminino aparece em documentos e políticas estimuladas pela ONU, constituindo um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável integrantes da Agenda 2030. A associação entre empoderamento e empreendedorismo é explícita em documentos como os *Princípios de Empoderamento das Mulheres*, criado em 2010 pela ONU Mulheres, com objetivo de incentivar a incorporação pelas empresas de valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres. Dentre os princípios, destaca-se a iniciativa de apoiar o "empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES, 2020, on-line). No site da instituição, ressaltam-se parcerias realizadas com este objetivo com empresas como Coca-Cola Brasil e Lojas Renner S/A, além de promover o *Prêmio WEPS Brasil – Empresas Empoderando Mulheres* para incentivar ações de promoção da cultura da equidade de gênero nas empresas brasileiras.

[176]BATLIWALA, Srilatha. **Taking the Power out of Empowerment** – An Experiential Account. Development in Practice 17, n. 4-5, p. 557-565, 2007.

A forma como o conceito de empoderamento está relacionado ao de empreendedorismo, fomentada pela ONU, pode ser verificada, por exemplo, no Relatório Anual do Banco Itaú Unibanco publicado em 2018 em que, inspirado pelos ODS, traz um estudo de mensuração de investimento e fomento ao empreendedorismo feminino no Brasil. Nele, os níveis de liderança das mulheres empreendedoras são associados ao grau de empoderamento feminino calculado de 0 a 1. Esta gradação é analisada a partir da confiança que as mulheres apresentam a tomar uma decisão em sua empresa e ao nível de participação ativa nos processos decisórios, à capacidade de tomar decisões em sua vida pessoal, sobretudo no que tange às finanças, e nas decisões de assuntos domésticos. Para o banco, o empoderamento profissional não se dissocia do pessoal e passa pelas seguintes esferas: controlar recursos pessoais, fazer escolhas pessoais, controlar seus negócios e sua vida profissional e controlar os recursos do negócio. Empoderar-se, nesta perspectiva, se torna sinônimo de tornar-se empresa de si e da família, sobretudo se for através de ações que permitam a manutenção do cuidado infantil e da família associada à desoneração estatal.

A importância econômica do empoderamento feminino também é passível de ser verificada em campanhas publicitárias incentivando a liberdade de escolha feminina por produtos de consumo[177] (LIMA, 2018) e em documentos como o Relatório Global da Desigualdade de Gênero produzido para o Fórum Econômico Mundial de 2010 em que, segundo Cornwall (2018, on-line), afere-se que países com maior igualdade de gênero têm economias que são mais competitivas e crescem mais rápido[178]. A igualdade de gênero, nessa perspectiva, contribui para o crescimento econômico, já que as mulheres garantiriam a sustentação da família através do próprio trabalho e da destinação familiar do orçamento doméstico, além de manterem o cuidado com a saúde e a educação do marido e filhos.

---

[177] Segundo Fernanda Ramos de Albuquerque Lima (2018), esse conceito começou a ser utilizado à exaustão em diversas campanhas publicitárias voltadas exclusivamente para o público feminino, focando em conceitos de autoestima, feminilidade e liberdade. Empoderamento feminino teria se tornado a maneira mais comum de se referir ao jeito feminino de ser atrelado ao ganho de poder das mulheres através do consumo de marcas e produtos. Lima faz alusão ao conceito de feminismo de mercado utilizado pela escritora Andi Zeisler, enquanto um feminismo despolitizado, descontextualizado e posicionado como acessível para qualquer uma. Para a autora, a história do uso da linguagem e da teoria feminista para vender produtos tem sido impulsionada pela ideia de que as mulheres são capacitadas por suas escolhas pessoais de consumidoras - de fato, essa escolha, ao invés de ser um meio para um fim, é o próprio fim. A ideia de que importa menos o que você escolhe do que o que você tem o direito de escolher é o cerne da "escolha feminista" (LIMA, 2018).

[178]Cornwall (2018) cita também o infográfico desenvolvido pela organização não governamental *Women Deliver* como parte de seu kit de ferramentas de 2014 *Invista em Mulheres, Todos Ganham*. Uma figura feminina é retratada, com o *slogan* “meninas e mulheres são o coração do desenvolvimento”, rodeada por quatro caixas de texto: “melhorar a saúde”, “fortalecer economias”, “criar nações sustentáveis”, “reduzir a fome”, “aumentar a produtividade” e “famílias beneficiárias” (CORNWALL, 2018, on-line).

Segundo Cornwall (2018), estas narrativas de empoderamento de instituições e de corporações internacionais de desenvolvimento oferecem uma versão *light* de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais. Em seu lugar, observa-se a ascensão de uma noção individualizada de autoempoderamento através do mercado, um "fortalecimento liberal"

> uma panóplia de mitos de gênero são aproveitados para representar as mulheres como um bem precioso de desenvolvimento, a boa mãe conscienciosa, diligente e voltada para a comunidade cujo empoderamento pode "elevar" sua família, comunidade e país para sair da pobreza. O "empoderamento feminino" anuncia a promessa de uma série de resultados de desenvolvimento: melhor saúde infantil, melhor governança, melhores resultados econômicos, o santo graal do crescimento econômico (CORNWALL, 2018, on-line).

Esse discurso, ainda que professe a possibilidade de que as mulheres façam escolhas, tem implícito quais escolhas são normativamente esperadas delas: a mulher que está em conformidade com as normas sexuais e de gênero e que, obedientemente, usa sua engenhosidade e renda para cuidar dos outros. Na abordagem neoliberal, que despolitiza o empoderamento e torna as mulheres agentes econômicos autogerenciados, empreendedoras, as mulheres são tomadas como instrumentos para melhorar o "capital humano" das crianças e o bem-estar da família. O empoderamento, neste caso, busca acomodar as mulheres dentro do mercado sem interromper as desigualdades sociais e de poder existentes, contribui para manter um modelo residual da família em que as mulheres são aquelas que cuidam, e compensam a incapacidade ou falta de vontade dos homens em desempenhar o papel de provedor (CORNWALL, 2018).

> Há uma satisfatória sensação de harmonia com a narrativa sobre o empoderamento das mulheres que emerge dessas fontes. Capacitar as mulheres é bom para todos. É bom para as crianças. É bom para famílias e comunidades. É bom para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Mulheres capacitadas não fazem escolhas que não são parte do *script*. Elas não saem da linha. Nem balançam o barco politicamente. Longe de exercer sua própria prerrogativa, as mulheres são retratadas como trabalhadoras maternais altruístas, dedicadas as suas famílias e comunidades. O *empoderamento light* promove a conformidade dócil, ao invés de promover reversões de relações de poder, resistência ou outras manifestações de agência que desafiam o *status quo*. De fato, apesar de toda a conversa sobre "agência" que acompanha a promoção do empoderamento *light*, o que as mulheres supostamente fazem quando são "empoderadas" é se encaixar perfeitamente dentro de uma ordem social na qual elas consentem desinteressada e alegremente às próprias normas sociais muito restritivas que

> por décadas têm sido o foco da maioria das variedades de ativismo feminista (CORNWALL, 2018, on-line).

A positivação da assunção pela mulher da maior parte do trabalho de reprodução social, sem reflexão sobre as implicações da reconfiguração das relações de gênero dentro e fora do lar, sem que se ofereça ajuda real nas tarefas domésticas e no cuidado das crianças, dificulta que as mulheres usem sua independência para libertar-se de relacionamentos infelizes e violentos com os homens. Cornwall ressalta o fato de que, nesta lógica, obrigações do Estado tornam-se necessidades das mulheres – como a necessidade de economizar para pagar escolas e clínicas de saúde. Para a autora, "as mulheres e as meninas são obrigadas a se tornarem agentes econômicos autogerenciados, como parte de uma visão na qual não há alternativa a ter que cuidar de suas próprias necessidades": tornando o empoderamento *light*, neste contexto, um meio de empurrar o ônus para as mulheres (CORNWALL, 2018, on-line).

Cornwall ressalta que o empoderamento *light*, que a princípio pode parecer responder às demandas feministas para prestar mais atenção às mulheres, está muito distante da promessa transformadora da agenda feminista materialista que divulgou o termo no movimento. Segundo ela,

> a incorporação do fator feminino na expansão do neoliberalismo, através do *empoderamento light*, oferece poucas perspectivas de desestabilizar a concentração de poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite majoritariamente masculina. Tampouco oferece muita perspectiva de avanço na transformação das bases estruturais das ordens de gênero que produzem e sustentam as desigualdades de todos os tipos. Em vez disso, as mulheres são entusiasticamente convidadas para o projeto neoliberal, enquanto seu valor para a economia é o de prestadoras de serviços que combinam a reprodução social não remunerada, atendendo à expansão dos mercados consumidores (CORNWALL, 2018, on-line).

De acordo com a autora, o empoderamento está entre os mais disputados conceitos no discurso de desenvolvimento, terreno de disputa permanente. Neste sentido, o empoderamento de mulheres e meninas tem sido cooptado e posto a serviço de uma variante do neoliberalismo baseada tanto na implantação de novas instituições e a produção de novas subjetividades quanto no recuo do Estado.

Julia Salgado e Marianna Jorge (2018) apontam como os discursos sobre empreendedorismo materno no Brasil contemporâneo, ainda que revestido de um caráter emancipatório, revela um pungente imperativo à *performance* feminina, sobretudo quanto à busca pela felicidade, como também enfraquece uma crítica mais contundente a um mercado

de trabalho hostil às demandas de mães trabalhadoras. As autoras concluem que "mesmo onde se supunha existir um suspiro de emancipação e transformação, há também capturas e torções que ofuscam o olhar sobre as relações de poder" (SALGADO; JORGE, 2018, on-line).

O retorno ao lar visto pela chave do empreendedorismo e do empoderamento *light* que leva as mulheres a um autogerenciamento pessoal para si e para o cuidado da família, distancia-se, assim, da busca por autonomia feminina, contribuindo para manutenção das desigualdades de gênero e de raça, da responsabilização feminina pelo cuidado infantil e desoneração dos serviços públicos.

7.5 Feminismos, romantização da maternidade e trabalho

A escritora feminista afro-americana bell hooks (2019) atribui à desilusão das mulheres brancas de classe média com o mundo do trabalho e suas consequências para as relações familiares e o cuidado infantil, a romantização da maternidade contemporânea por parte de movimentos feministas. Segundo ela, os feminismos que se organizaram em torno da libertação feminina e do entendimento da maternidade como principal razão da opressão das mulheres, refletiam o viés de raça e classe das participantes. Para as mulheres negras, pondera hooks, a maternidade nunca se constituiu um obstáculo grave à liberdade feminina ou à entrada no mundo do trabalho remunerado, já que elas sempre trabalharam.

> Historicamente, as mulheres negras têm visto o trabalho no contexto familiar como um labor que humaniza, que afirma a sua identidade como mulheres, como seres humanos que demonstram amor e carinho, justamente os gestos de humanidade que a ideologia supremacista branca havia acusado os negros de serem incapazes de expressar. Em contraste com o trabalho feito dentro de casa, num ambiente de cuidados, o trabalho fora de casa geralmente era visto como estressante, degradante e desumanizador (HOOKS, 2019, p. 195-196).

As mulheres brancas de classes abastadas, que edificaram feminismos pautados na crença de que exercer trabalho remunerado gera libertação, não conheciam e não consideravam os problemas desse mundo de trabalho isolado. Ela pondera que, ao entrarem para a vida ativa remunerada nas últimas décadas, muitas mulheres da classe média:

> descobriram que trabalhar num contexto social em que o sexismo ainda é a norma, em que inveja, desconfiança, antagonismo e malícia contaminam as relações no trabalho por conta da excessiva competição entre as pessoas, que tudo isso torna o trabalho estressante e frustrante e não raro fonte de

> completa insatisfação. Já as mulheres que se sentem mais felizes com seus empregos acabam se ressentindo da falta de tempo para buscar outras formas de satisfação na vida. Se o trabalho pode ajudar as mulheres a adquirir algum um grau de independência financeira ou mesmo de total autossuficiência, para a maioria das mulheres, ele não atende adequadamente as suas necessidades de realização como seres humanos (HOOKS, 2019, p. 104-105).

Perceber como é insatisfatório e frustrante o mundo do trabalho levou-as a repensar a importância da família e dos aspectos positivos da maternidade, em busca de um trabalho gratificante realizado em um ambiente afetivo. Esse movimento teria se desdobrado recentemente em uma atenção feminista positivada dada à maternidade, baseada em estereótipos sexistas. De acordo com hooks, esta visão é tão romantizada por algumas ativistas feministas como era pelos homens e pelas mulheres do século XIX, que louvavam as "virtudes domésticas". Hoje, ressaltam-se as alegrias da maternidade, a intimidade especial, a proximidade e a ligação que supostamente caracteriza a relação mãe/filho.

Essa romantização sugere que as mulheres são inerentemente educadoras a favor da vida; que a maternidade é a verdadeira vocação da mulher; que as mulheres que não são mães, cujas vidas se concentram mais exclusivamente na carreira, no trabalho criativo ou político, estão condenadas a viver vidas insatisfatórias a nível emocional; que ter filhos é mais importante e mais gratificante do que qualquer outro trabalho que as mulheres possam ter. hooks afirma que mesmo as teóricas feministas que salientam a necessidade dos homens participarem igualmente na educação das crianças são reticentes em deixar de dar um valor especial à maternidade, glorificando essa experiência fisiológica[179]. Uma vez que a palavra materno é associada ao comportamento das mulheres, os homens não se identificarão com ela, o que reforça a ideia estereotipada sexista de que as mulheres são inerentemente mais aptas para educar do que os homens, de que o cuidado infantil é uma vocação, e de que os homens que educam da mesma forma que as mulheres estão imitando-as, feminizando-se, em vez de agir como pais.

hooks (2019) aponta para o perigo desse raciocínio para o movimento feminista e para as mulheres, por dizer que as mulheres estão destruindo a vida familiar ao não assumirem os papéis determinados pelo sexismo; por fazê-las continuarem a assumir a responsabilidade exclusiva pela educação dos filhos, por levá-las à pobreza (já que as mulheres que têm filhos

[179] Sara Ruddick, é uma dessas feministas que, de acordo com hooks, romantiza a ideia de "materno" e destaca a transformação dos homens em seres maternos de forma redutora.

têm mais probabilidades de viver entre a população pobre). A autora considera que, ainda que a romantização da maternidade pelas mulheres brancas é uma tentativa de corrigir os prejuízos provocados pelas críticas feministas anteriores e de dar às mulheres o respeito que merecem, não se pode cair em teorias e formulações que mantenham as mulheres como as únicas a prestar o cuidado infantil e familiar, associando comportamentos maternos e atributos fisiológicos a uma vocação educadora[180]. Segundo ela, a educação dada pelas mães deveria receber o merecido reconhecimento no contexto feminista, em que existe um novo empenho em reavaliar o caráter da maternidade, para que esta não seja uma experiência obrigatória, nem exploradora, nem opressiva para as mulheres.

7.6 Empoderamento entre a autonomia e a colonização

> *Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força: podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias diferentes. (FOUCAULT, 1988, p. 96-97).*

Analisar os enunciados referentes ao empoderamento materno nas mídias sociais, assim como as leituras do legado feminista, permite perceber as disputas pela verdade sobre a maternidade e o feminismo, incluem estratégias de deslizamento, incorporações e capturas de conceitos, enunciados e discursos. Para além das disputas em torno do conceito de empoderamento materno entre feministas e neoliberais, podemos entender, como propõe Foucault, como é possível que existam discursos diferentes e contraditórios dentro da mesma estratégia, como é o caso da exaltação por um lado e do rechaço, por outro, do feminismo neste meio.

A partir das publicações analisadas, é possível verificar, como sugere Rosamaria Carneiro (2011), que o empoderamento feminino pregado pode ser interpretado como uma

[180] Para a autora, o movimento feminista deve lutar pela reestruturação da sociedade para que as mulheres não sejam as únicas a prestar esse cuidado, como através da criação de centros infantis públicos que empreguem igual número de trabalhadores não sexistas. Esses centros, ela esclarece, têm como objetivo assegurar uma ajuda comunitária como suplemento das obrigações próprias dos pais, como era frequente no passado. Segundo ela, muitas pessoas criadas em comunidades negras experienciaram este tipo de cuidado infantil baseado na comunidade, em que havia partilha de responsabilidade pela educação das crianças.

demanda de autonomia pessoal e de liberdade, de querer viver a experiência do nascimento conforme suas próprias trajetórias. Para a autora, essas mulheres são produtoras de outras culturas de nascimento na contemporaneidade, compartilham e produzem maternidades contra-hegemônicas, ainda que por vezes reiterem versões hegemônicas de maternidade como as relativas à natureza e animalidade. A mãe atual que conjuga vida familiar, profissional, sexual e pessoal, que é dona do próprio desejo, demonstra a possibilidade de um outro modo possível de existência feminina na atualidade, bastante diferente do que era considerado regra e normalidade na modernidade. Nessa leitura, há a possibilidade de outra existência feminina materna, quiçá da mãe pós-moderna que integra "a figura da mulher independente, pois além de emancipada e, muitas vezes, chefe de família, ela quer gozar sexualmente" (RAGO, 2004, p. 285); associada à possibilidade de escolher como maternar, dividir ou não o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares e qual lugar ocupar na divisão sexual de trabalho (trabalhar fora do lar, dedicar-se ao trabalho doméstico e de cuidado ou empreender), parece ser o ponto de atração de muitas mulheres a estes discursos maternalistas[181].

Não obstante essa configuração do empoderamento materno, seus efeitos positivos à autonomia feminina e à quebra dos padrões de gênero e da estruturação familiar, verificamos também a retomada de um mito originário que define o ser mulher por sua configuração biológica e materna. Esse enunciado reforça uma identidade materna universal e normalizadora e deixa de questionar a divisão sexual do trabalho e assumir como responsabilidade intrínseca materna o cuidado infantil, ainda que se acredite que assumi-la seja uma opção. Nessa faceta, os feminismos perdem sua potência questionadora para alinharem-se a reações conservadoras e alterações nas relações familiares das últimas décadas, conservando um modelo de família formada por mãe e pais biológicos que responsabiliza prioritariamente as mães pelo cuidado e gera o esvaziamento da dimensão política da maternidade ao desresponsabilizar o poder público quanto ao nascimento e cuidado infantil e materno.

Essa concepção parece sugerir um empoderamento feminino voltado à família, à transformação social e ambiental, protagonizado pela mulher. Neste caso, o empoderamento materno é colonizado, como propõe Valeska Zanello (2018), por um discurso moderno de

[181]Rosamaria Carneiro (2011) vê relação intrínseca entre a forma de parir e o feminismo mesmo que as adeptas do parto humanizado em geral não se considerem majoritariamente feministas. A liberação sexual iniciada nos anos 1960 e as defesas de maior liberdade na atividade sexual também permitiram, em sua análise, que hoje se discuta de forma mais ampla sobre órgãos sexuais como o clitóris, os seios e vagina e se possa defender o parto orgásmico.

enaltecimento da maternidade como um trabalho insubstituível e imprescindível para o futuro da nação, que naturaliza o cuidado infantil como parte da identidade feminina, gera culpa e normalização feminina, e está em acordo com a lógica neoliberal de desresponsabilização do poder público e com o autossacrifício para alcançar a uma maternidade ideal.

Os discursos que analisamos se aproximam de uma visão romantizada da maternidade que prega a abnegação materna. Alinhados à maternagem intensiva como proposto por Sharon Hays, refletem a contradição cultural contemporânea da maternidade ocidental – resultado do conflito entre a maternagem centrada na criança e a valorização da carreira profissional – em busca da melhor prática materna, do modelo ideal de como ser mãe, alinhados a pressupostos e cobranças feministas e ecológicas. Ainda, a polêmica quanto ao trabalho remunerado fora do lar enquanto abandono da família ou empoderamento, feminismo ou antifeminismo, reafirma como esta prática está circunscrita a mulheres brancas intelectualizadas e de classes abastadas, tendo em vista que entre a população pobre são restritas as possibilidades de escolha de quantas jornadas de trabalho assumir e pouco questiona-se o quanto suas atitudes maternas são ou não feministas. Como propõe bell hooks, a romantização atual da maternagem realizada por estas mulheres passa ao largo da realidade de mulheres negras e brancas pobres para quem a conciliação entre trabalho fora e dentro do lar é uma constante de difícil ruptura. Essa romantização fica nítida no texto de Ligia Senna sobre empoderamento empreendedor, quando a autora considera uma revolução recente a opção feminina de mudar de carreira ou adaptá-la de forma a poder realizá-la de casa concomitantemente ao cuidado das crianças e do lar, arranjo comum entre mulheres de outras camadas sociais que sustentam a família ou complementam a renda através da venda de produtos por catálogo (cosméticos e utensílios domésticos), doces e salgados para festas, artesanatos; tratamentos estéticos a domicílio (manicures); montagem de pequenos pontos comerciais em suas residências (docerias, lanchonetes, salões de beleza) e oficinas de costura; ou cuidam dos filhos de outras mulheres que trabalham fora e não tem acesso à creche, entre tantas outras atividades comuns às famílias de baixa renda. Se tornar o lar um espaço multiuso é empoderar-se, a revolução já começou há muito tempo e é protagonizada por outras mulheres que não o fazem em nome de um feminismo ou atitude crítica revolucionária do ser mulher e mãe; muitas sequer têm familiaridade com o termo, outras o repudiam. Também não o fazem em nome de uma forma de cuidado infantil ideal ou de libertação feminina, e sim como possibilidade de sobrevivência

e reconhecimento de quanto o mercado de trabalho não traz necessariamente satisfação, principalmente quando se exercem funções precarizadas.

É verdade que a ausência de reflexão e o rechaço aos feminismos nas opções e nas formas de maternagem também está presente entre as blogueiras, mulheres de classes sociais em que a escolha entre o lar e mundo do trabalho é mais palpável. Nas camadas médias e altas, ainda que empreender possa ser uma opção em termos socioeconômicos, as mães que optam por fazê-lo enfrentam obstáculos que implicam quase sempre em prejuízo da ascensão da carreira, insatisfação com o novo trabalho realizado, redução da renda individual e familiar, fracasso do empreendimento quando as crianças são a prioridade e, muitas vezes, maior dependência do marido em consequência destas mudanças. Como vimos em nossa análise, defender a maternidade ativa não significa necessariamente considerar-se feminista ou reverenciar as consequências da "queima dos sutiãs", e sim ter a possibilidade de escolher ser ou não mãe e como maternar – possibilidade oportunizada pelos feminismos, mas deles diferente, segundo as blogueiras. Essas disputas no interior do discurso demonstram que não há unanimidade em relação a esta pauta, como também demonstraram Thornton (2014), Douglas e Michaels (2004). Ainda que algumas mulheres possam considerá-lo feminista e afirmem terem se atentado para as questões de gênero a partir da experiência materna, outras realizam as mesmas práticas sob o jugo conservador, defendendo o cuidado infantil como função feminina definidora do que é ser mulher. A releitura da célebre sentença de Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher, torna-se mulher", feita por uma mãe nos blogs, com o adendo: "e o parto talvez seja a maior oportunidade para isto" (ARANTES, 2013, on-line) é um bom exemplo de como os feminismos são ressignificados nestes discursos e incorporados à maternagem intensiva neoliberal. Essa mãe usa uma frase icônica do feminismo igualitarista de meados do XX para afirmar exatamente o que a autora queria combater: a definição do ser mulher a partir do corpo feminino e da reprodução.

Nesse sentido, desconfiamos de que neste discurso maternalista haja uma negação de conquistas feministas relativas a outros modos de existência e um retorno a um significado uno e estanque do que é ser mulher e do que é ser mãe que patologia e culpabiliza aquelas que não atendem ao "chamado da natureza". Se considerarmos que o neoliberalismo ressignificou os ideais feministas (FRASER, 2009), instrumentalizou-os (CORNWALL, 2018), é possível compreender o papel inglório atribuído aos feminismos no discurso maternalista. Na medida em que conceitos como escolha e empoderamento são utilizados de forma a garantir que as

mulheres permaneçam em relações de opressão intocadas ou intensificadas – na medida em que algumas práticas de maternagem recomendadas exigem um grau de abnegação das mães ainda maior do que aquele recomendado pelos pediatras higienistas da primeira metade do século XX – e ainda assumam a responsabilidade pela sustentação financeira da família e toda a carga de trabalho doméstico, externo e emocional, as defesas feministas não parecem ter trazido liberdade, apenas mais obrigações.

Os enunciados analisados nos levam a entender estas práticas discursivas voltadas à garantia dos direitos da maternagem enquanto um movimento profundamente contraditório e disputado em relação aos feminismos, e que pode ter efeitos distintos, considerados emancipadores em alguns casos e em outros reacionários. E este é o perigo, nos parece, desta formação discursiva centrada nas crianças e romantizada. Como aponta uma das comentaristas ao texto de Ligia Sena afirma, o risco é a chamada para o retorno das mulheres ao lar, lugar em que as tarefas domésticas ainda são delas, assim como o cuidado infantil se torne o padrão, não uma das opções femininas e às que não as escolhem seja atribuída à classificação de mães ruins, porque o melhor "para as crianças é ficar em casa com as mães" (comentário apud SENA, 2013, on-line).

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Maternidade Ativa: o governo das mães em uma perspectiva neoliberal

Quando iniciamos esta pesquisa, nossas perguntas giravam em torno da ascensão de enunciados proferidos por mulheres e especialistas nos quais a maternidade é considerada como função feminina inscrita em uma natureza inata e determinada, sua associação às fêmeas de animais e ao feminismo. Perguntávamo-nos o que levava uma mulher a descrever-se como uma fêmea, porque considerava importante ressaltar o vínculo feminino com a natureza, assim como naturalizar práticas aprendidas culturalmente e, por fim, porque eram consideradas nestas formações discursivas feministas práticas voltadas muito mais ao bem-estar e ao futuro infantil do que das próprias mulheres envolvidas. Perguntávamo-nos enfim, quais eram as condições de emergência desse discurso e quem eram seus sujeitos de enunciação.

No aprofundamento da pesquisa, sobretudo após a análise dos blogs, percebemos na composição dessa prática discursiva outros enunciados e problemáticas fundamentais para a aproximação do tema. Dentre eles, identificamos uma relação paradoxal entre o conhecimento científico e o conhecimento instintivo ou natural proclamado; no mesmo movimento em que são criticadas as práticas médicas institucionalizadas consideradas intervencionistas, ainda se recorre à ciência para a comprovação da naturalidade das práticas defendidas. Busca-se, por parte dos profissionais, a quebra de um paradigma científico e pelas mulheres a chancela da verdade científica para aderência ao que consideram natural e conhecimento feminino. Nesse movimento, percebe-se uma mudança na posição do sujeito em relação ao discurso científico relativo à maternidade: se por muito tempo as mulheres recebiam as recomendações médicas sem possibilidade de questionamento, se apenas os médicos detinham a autoridade para afirmar como determinados cuidados deveriam ser realizados, na sociedade de informação atual, cada vez mais mulheres buscam conhecimento científico para embasar suas práticas, tomando para si o conhecimento elaborado sobre o assunto, autorizando-se a questionar procedimentos e recomendações especializadas.

Identificamos também a permanência de enunciados presentes na constituição da mãe moderna, sobretudo entre o fim do XIX e início do XX, como os que professam a proximidade entre feminilidade e natureza e entre a fertilidade feminina e a fertilidade da terra; a busca por adesão a práticas consideradas ideais instintivas e naturais; as referências às

fêmeas de outros animais a fim de referendar verdades sobre as formas de maternagem; o altruísmo esperado das mulheres em dedicar suas vidas aos descendentes e a culpa decorrente de fracassos nesta missão; a responsabilização materna pela formação física, psíquica e educativa dos filhos e, consequentemente, pelo futuro da nação (hoje pelo futuro da humanidade e do planeta). Mais antiga e também presente é a associação entre a imagem materna com a mãe de Deus e dos filhos como seres divinos a quem as mães devem adoração e sacrifícios.

Se esses enunciados não permitem uma sobreposição imediata de contextos históricos e sociais tão distintos como integrantes de uma mesma formação discursiva, sua permanência pode demonstrar o êxito dos processos de disciplinarização e subjetivação materna ao longo do século XX neles baseados. Antes proferidos particularmente pelos médicos e por feministas que encontraram na valorização do papel feminino na família um espaço de poder social, hoje parecem ter entrado para o vocabulário e para a prática de muitas mulheres que os consideram ideais e revolucionários. A preocupação com a natureza e o meio ambiente em meados dos anos 1970, associada a questionamentos à medicina intervencionista e iatrogênica e a demandas feministas contribuíram para reedição desses enunciados em uma nova formação discursiva alinhada a este contexto de crescente individualização, busca de libertação sexual, medo do fim do mundo e de projetos de transformação social baseados no rechaço aos produtos derivados da sociedade industrial e de consumo. Nos últimos cinquenta anos, estas perspectivas, que se pretendem revolucionárias e integram um ativismo, parecem terem sido capturadas pela racionalidade neoliberal e terem entrado na ordem de um discurso de cuidado global, participando de recomendações de organismos internacionais relativas à sustentabilidade e consumo consciente, empoderamento feminino e protagonismo materno quanto ao cuidado infantil. Como resultado da luta de movimentos sociais organizados, como os relacionados à humanização da saúde no Brasil, muitas destas práticas também passaram a integrar políticas públicas de atendimento pré-natal, parto e primeiros cuidados, alterando a prática de profissionais da área, ainda que de forma bem mais tímida do que o esperado pelas militantes.

Esse processo de acomodação de um discurso da “santa mãezinha” responsável pela prole em uma vertente revolucionária voltada ao cuidado do mundo, se deu por uma conjunção de fatores, dentre eles, a ascensão de uma prática de maternagem intensiva, como proposto por Sharon Hays (1998). Com esse conceito, a autora refere-se às formas de

maternagem baseadas no cuidado intensivo dedicado aos filhos, em que a mulher deve abdicar de seus interesses e desejos para atender às necessidades infantis, esteja ela ou não no mercado de trabalho formal. Vários elementos identificados pela autora nos idos dos anos 1990 entre mulheres norte-americanas também foram identificados por nós na análise dos blogs, como a guerra entre as mães pela forma correta de maternagem: a culpa, as contradições implicadas entre exercer atividades remuneradas ou não, o filho considerado sagrado. Como vimos, estes enunciados, já estavam presentes na virada do século XIX para o XX, mas diferenciam-se nas últimas décadas pela adesão e defesa das mães dessas práticas, por sua subjetivação entre as mulheres, pelo aumento das responsabilidades requeridas às mães – como a intensificação e diversificação de estímulos educativos aos filhos, o que exigem mais dedicação e conhecimento parental especializado –, pela contradição em que se encontram as mães, uma vez que se espera delas participação econômica ativa no mercado de trabalho concomitantemente com o cuidado intensivo da família. As mães encontram-se assim em suas práticas maternas entre a cobrança pelo sucesso profissional e o cuidado intensivo dos filhos sem a ajuda de parentes ou amigos, situação que gera angústia, culpa e sentimentos de inadequação social, quer escolham dedicarem-se exclusivamente à família ou optem por conciliar carreira, casa, feminilidade e filhos.

Essas contradições relativas ao que se espera da mulher-mãe atingem as mulheres estudadas nesta pesquisa, quase trinta anos depois da análise de Hays, que não apenas defendem como também militam em prol do cuidado intensivo infantil e disputam se é ou não admissível a mãe trabalhar ou realizar um cuidado menos intensivo. Diferentemente da autora, consideramos que a manutenção e o adensamento desta prática discursiva guarda intrínseca relação com o que se espera da mulher no contexto neoliberal, assim como o defendem Thornton (2014) e Abetz e Moore (2018). Nessa racionalidade de poder, o papel da mãe, sustentáculo da família e responsável pela saúde e desenvolvimento infantil, é fundamental para o desenvolvimento do capital humano do futuro, possibilitando também o fim do estado de bem-estar social. Desta forma, não importa se a mulher queira perseguir seus interesses ou se tenha práticas consideradas egoístas, se ocupe posições de poder no mercado de trabalho, seja empreendedora, tenha prazer sexual ou persiga outros interesses pessoais, contanto que invista nos filhos, em sua formação, no desenvolvimento de seu capital humano. Formações discursivas que pregam práticas maternalistas intensivas encontram-se, nos parece, em acordo com esta racionalidade, ainda que tenham como potência seu questionamento e a

transformação das relações sociais. O mesmo ocorre com o componente ecológico desse discurso que, se por um lado, mobiliza uma ação pela manutenção da vida do planeta e pelo respeito aos demais seres vivos, por outro, responsabiliza individualmente as mulheres-mães pela sustentabilidade do ambiente em um momento em que elas encontram-se fragilizadas pelas contradições da maternidade e pela alta carga de trabalho que a forma intensiva de maternar impõe. É nesta linha tênue, entre autonomia e sujeição, que se encontram as armadilhas desses discursos e as práticas a eles associadas.

A retórica da escolha, fundamental na composição desse discurso, é um dos enunciados que mais representam uma promessa de libertação ecológica, feminina e feminista, mas que podem, pelo contrário, representar maior condicionamento e sujeição a um ideal materno pré-definido. Herança dos movimentos e pautas feministas brancas em prol da escolha reprodutiva, alinha-se ao mito de liberdade individual do liberalismo, ocultando as condições sociais, econômicas, culturais e políticas que permitem que certas mulheres possam fazer determinadas escolhas e não outras. Os desafios maternos passam a ser vistos enquanto efeitos de suas escolhas individuais, assim como o produto final desse trabalho: os filhos e a sociedade do devir. A responsabilização materna pela saúde, formação moral e educativa das crianças e pelo futuro da humanidade, intensifica os trabalhos e as responsabilidades femininas; intensifica a culpa e ideais conservadores de maternidade, família e do que é ser mulher. No caso específico desta formação discursiva que prega o retorno ao natural, o trabalho intensivo da mãe é esperado e estimulado independentemente de seu retorno ou não ao lar, gerando duplas ou triplas jornadas. Os enunciados que evocam a naturalidade e animalidade da condição materna são usados de forma a reforçar a necessidade da dedicação da mãe aos filhos e à família.

A culpabilização materna por suas escolhas gera uma guerra entre as mães pela forma correta de maternar, como verificado nas mídias sociais analisadas. Esse fenômeno demonstra a insegurança materna em relação à maternagem, já que criticar outras práticas é uma forma de defender suas próprias escolhas, além de contribuir para a conformação de um modelo ideal de mãe e de cuidado materno a partir da construção de seu avesso, a “menas mãe”. O caráter ativista que as mulheres assumem neste discurso parece acirrar ainda mais estas disputas, na medida em que se defende que as críticas devem ser poupadas em nome do objetivo maior, em nome da verdade absoluta (comentário apud MIRANDA, 2012). Estas disputas contradizem a retórica do respeito à escolha feminina, a suposta solidariedade de

mulheres-mães e o papel dos blogs como espaços de reunião e acolhimento; situação que gera o afastamento de muitas mulheres e até mesmo o rechaço de práticas antes elogiadas. Nos blogs analisados, percebemos que esta guerra não se restringe às escolhas relativas às formas de cuidado (o que inclui a adoção de práticas sustentáveis e não consumistas), inclui também o debate de quanto esta prática maternalista é ou não feminista, de quanto o feminismo contribuiu para gerar mais trabalho e ambivalência às mulheres. Encontramos mulheres que defendem enunciados relacionados às diferenças sexuais e à valorização das especificidades femininas, outras mais próximas de um igualitarismo ou de um feminismo liberal, enquanto muitas repudiam o feminismo como parte de um sistema opressor às mulheres.

As disputas relativas aos feminismos nas postagens analisadas abrangem poucas questões relativas às possibilidades e respeito às escolhas femininas, à divisão das tarefas de cuidado com os homens e se há de fato uma natureza feminina a ser resgatada; centram-se mais no retorno ao lar ou no trabalho fora dele. Esse diagnóstico parece indicar a consolidação do ideário de casal grávido (analisado por Salem nos anos 1980) que implica uma maior participação dos pais no projeto de ter filhos sem uma divisão necessariamente igualitária do cuidado, assim como a assunção, pela maioria das praticantes, da maternidade como função inscrita em uma natureza feminina, essência do ser mulher. A centralidade do trabalho como determinante do grau de feminismo implicado reflete as contradições da maternidade contemporânea diagnosticadas por Hays ainda nos anos 1990, demonstrando como a possibilidade de trabalho remunerado não libertou a mulher da posição de principal cuidadora dos filhos e alicerce familiar, que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, e de como esta condição se apresenta comumente enquanto efeito das demandas feministas por igualdade e possibilidade de escolha.

Esse debate relativo aos trabalhos femininos (de cuidado, doméstico, remunerado ou empreendedor) reforça também o perfil e o lugar de onde falam essas mulheres que escrevem e comentam nas mídias sociais. Composta em sua maioria por mulheres intelectualizas, brancas e de classe média a alta, são as que podem optar entre retornar ao lar ou realizar trabalhos remunerados em casa, em razão de suas condições financeiras e as profissões exercidas. Para muitas mulheres brancas das classes populares e para a maioria das mulheres negras, trabalhar fora ou fazer “bicos” para sustentar a família e cuidar da casa e dos filhos, é a única opção. Estas estão, muitas vezes, trabalhando na casa de outras mulheres, cuidando de suas casas e de suas crianças. Como argumenta bell hooks (2019), a preocupação do

feminismo branco da virada do século XIX e XX que associa maternidade à opressão sempre foi racializada; as mulheres negras já conheciam as dificuldades que o trabalho gerava e sabiam que a dominação masculina não depende apenas do exercício de atividades remuneradas. O fato de blogueiras defenderem o retorno ao lar reivindicando o empreendedorismo materno como uma revolução para conciliar cuidado e trabalho, remete-nos ao contexto latino-americano em que as visões tradicionais de família coexistem com os ideais neoliberais que tornam os sujeitos empresas de si e o cuidado um trabalho feminizado.

Nesse sentido, é possível considerar que os esforços a fim de manter a identidade feminina relacionada à maternidade e a mulher como principal cuidadora das crianças - custe a elas o que custar – é um fenômeno que não se limita apenas ao contexto brasileiro, é efeito da mundialização dos costumes e da racionalidade neoliberal no mundo ocidental e de uma captura neoliberal de princípios feministas de escolha e empoderamento feminino que transforma a mulher em uma *mamãe econômica*, como sugere Thornton. Esse discurso é atravessado, assim, por discursos de empresariamento da vida, assim como oriundos de um campo feminista predominantemente liberal, campos discursivos religiosos e conservadores. De certa forma, é como se fosse dito às mulheres que elas podem sim assumir outros papéis sociais sem, no entanto, abrirem mão de suas funções primordiais de cuidado. O crescimento de propostas conservadoras, resistências aos novos papéis ocupados pelas mulheres e à aceitação de diferentes sexualidades parecem ter contribuído para o resgate, ainda que em nova roupagem, de imagens sacralizadas de como ser mãe.

Nos discursos maternalistas que pregam a retomada de práticas naturais, a adoção de medidas sustentáveis e o nascimento sem violência, a prática da maternagem intensiva neoliberal se torna ainda mais intensificada. Ainda que estes discursos tenham origem em práticas questionadoras da sociedade de consumo, da dominação masculina sobre as mulheres e sua sexualidade, da intervenção médica excessiva sobre o nascimento, do cuidado realizado exclusivamente pelas mulheres, da devastação ambiental, dos rumos que a humanidade tem tomado e seus efeitos, sua permanência e crescimento nos últimos anos guarda intrínseca relação com o neoliberalismo e as contradições contemporâneas da maternidade que tornam a maternagem intensiva. É importante frisar que isso não significa que o ativismo da maternidade ativa não tenha contribuído para diminuição da violência obstétrica no Brasil, para autonomia materna, para preservação ambiental e para adoção de políticas públicas voltadas aos direitos maternos e infantis. Pelo contrário, para além dessas mudanças coletivas,

acreditamos que para muitas mulheres estas práticas podem ser transformadoras, permitam realizar escolhas consideradas melhores e a fuga da violência obstétrica, possam levá-las a atentarem-se para a opressão feminina na sociedade e para sua superação, levem-nas ao feminismo, à libertação sexual almejada ou à criação de melhores vínculos com seus filhos, com os demais seres vivos ou com o planeta. Afinal, não há um discurso de poder opressor às mulheres e outro que se contraponha totalmente e por isso seja salvador. Se admitimos que participamos de sua construção e conseguimos compreendê-los em sua configuração histórica e social, podemos resistir a determinados enunciados, podemos construir outras possibilidades. Como Tornquist já apontava em 2004, nosso alerta é no sentido de refletir se certos discursos maternalistas não se configuram em "armadilhas", ao definir a verdade sobre o que é e como ser mulher e mãe, propiciar uma guerra entre mães, gerar mal-estar e culpa entre as mulheres dada a impossibilidade de atingir o modelo ideal de maternagem, dificultar a expressão das angústias e ambivalências maternas, induzir as mulheres à duplas ou triplas jornadas de trabalho, exigir sacrifícios variados. Parece-nos que estes discursos que se pretendem revolucionários, podem levar a um apagamento das diferenças de classe e raça e a uma política de acomodação que não desafia a estrutura das relações de gênero, além de sacralizar a maternidade e manter as mulheres-mães em velhos moldes, porém com uma carga de exigências, responsabilidades e trabalho nunca antes experimentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[182]

ABETZ, J; MOORE, J. **"Welcome to the Mommy Wars, Ladies"**: Making Sense of the Ideology of Combative Mothering in Mommy Blogs. Communication Culture & Critique 11, 2018, p. 265–281.

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

ACOT, P. **Historia da ecologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ADAM, P; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina.** Bauru: EDUSC, 2001.

AGUIAR, I. A brutal diferença entre um parto no SUS e um parto humanizado em hospital particular. **HuffPost Brasil on-line,** 01 fev. 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/02/01/a-brutal-diferenca-entre-um-parto-no-sus-e-um-parto-humanizado-e_a_21693846/. Acesso em: 17 abr. 2018.

ALMEIDA, M. I. M. de. **Maternidade:** um destino inevitável? Rio de Janeiro: Campus, 1987.

ALMEIDA, A. A. A mística na luta pela terra. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

ALPHANDÈRY, P., DUPONT, Y. **O equívoco ecológico**: Riscos políticos da inconsequência. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALVES, A. M. Memória da Esterilização Feminina: um estudo geracional. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, vol. 7, no.1, jan./abr. 2017.

ALVES, K. M. C. V. Sensibilidade ecológica e autoridade moral da natureza: o dispositivo pedagógico da maternidade naturalista. **Fronteiras da Educação [on-line]**, vol. 1, p. 1-17, 2012.

ALZUGUIR, F. V.; NUCCI, M. F. Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. **Mediações,** Londrina, vol. 20, n. 1, p. 217-238, 2015.

ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

ARTEIRO, I. L. A Mulher e a Maternidade: um exercício de reinvenção. Tese (doutorado em Psicologia Clínica) Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

ASSUNÇÃO, M. A blogosfera materna se silenciou. **Geledes**. Publicado em 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/blogosfera-materna-se-silenciou/. Acesso em: 18 fev. 2020.

[182]De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

AYRES, L.; HENRIQUES, B. D.; AMORIM, W. M. A representação cultural de um "parto natural": o ordenamento do corpo grávido em meados do século XX. **Ciênc. saúde coletiva [on-line],** vol. 23, n. 11, p. 3525-3534, 2018.

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O conflito:** a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRAGA, A. **Personas Materno-Eletrônica**s: Feminilidade e Interação no Blog Mothern. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: editora 34, 2011.

BIROLI, F. A revolução também foi feminista. **Blog da Boitempo**, 26 ago. 2017. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2017/08/25/a-revolucao-tambem-foi-feminista/. Acesso em: 27 out. 2017.

BOBEL, C. Bounded liberation: A Focused Study of La Leche League International. **Gender and Society,** vol. 15, n. 1, p. 130-151, 2001.

_____. Resisting, but not too much: Interrogating the Paradox of Natural Mothering. **Maternal Theory**. Essential Reading, Toronto: Demeter Press, 1999.

BOCCHI, A. F. A. A militância feminista na Web: o funcionamento da argumentação em discursos sobre a violência no parto. **Linguagem em (Dis)curso**. vol. 16, n. 2, p. 309-328, maio/ago. 2016.

BOURGUIGNON, A; GRISOTTI, M. Concepções sobre humanização do parto e nascimento nas teses e dissertações brasileiras. **Saúde Soc.** São Paulo, vol. 27, n. 4, p. 1230-1245, 2018.

BRAGA, A. **Personas materno-eletrônicas:** feminilidade e interação no Blog Mothern. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BROWN, W. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution.** Cambridge, MA: Zone Books, 2017.

BRUM, K; CAFÉ, N.; PENNA, R. Como nasceu o mamíferas. In: EDICASE. **Ser mãe:** Alimentação Saudável. 5 edição. São Paulo: Edicase Negócios Editoriais Ltda, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____.**Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPBELL, J. **As máscaras de Deus**. Mitologia primitiva. Tradução de Carmem Fischer. São Paulo: Palas Athena, 1997.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARNEIRO, B. A construção do dispositivo do meio ambiente. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 4, p. 2-15, set./dez. 2012.

CARNEIRO, R. **Cenas de parto e políticas do corpo:** uma etnografia de experiências femininas de parto humanizado. Tese (Doutorado em Antropologia), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, I. C. M. As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 32. mai./ago. 2006.

CARVALHO, C. S. **O bicho-mãe no ciberespaço**: gênero e maternidade no blog Mamíferas. Dissertação de mestrado em Antropologia. Fundação Universidade Federal do Piauí, 2012.

_____. "Meu parto, minhas regras": ativismo, comunicação e políticas do corpo na Rede Parto do Princípio. Tese (doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, I. S.; STEIL, C. A. A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente & Sociedade**, vol. 11 no. 2 Campinas, 2008.

CASTIEL, L. D. Pode-se comer de tudo com moderação. Só precisa de auto-controle... O Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares – OBHA, 20 jul. 2017. Disponível em: http://obha.fiocruz.br/index.php/2017/07/20/pode-se-comer-de-tudo-com-moderacao-so-precisa-de-auto-controle/. Acesso em: 02 mai. 2018.

_____; DARDET, C. A. **A saúde Persecutória:** os limites da responsabilidade. Rio de janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____; POVOA, E. C. Medicina baseada em evidências: Novo paradigma assistencial pedagógico? **Interface** - Comunic, Saúde, Educ, vol. 6, n. 11, p. 117-32, 2002.

CASTRO, E. Biopolítica y gubernamentalidad. **Revista Temas & Matizes**, Cascavel, vol. 6, n. 11, p. 8-18, 2007.

_____. O governo da vida. **Ecopolítica**. São Paulo, n. 3, p. 69-98, 2012.

_____. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHODOROW, N. **PSICANÁLISE DA MATERNIDADE**: Uma crítica de. Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

CRONON, W. The Trouble with Wilderness: Or, Getting Back to the Wrong Nature **Environmental History.** Published by: Forest History Society and American Society for Environmental History Stable, vol. 1, n. 1, p. 7-28, jan., 1996.

CORRÊA, M. E. V. **Duas mulheres?** Mulheres lésbicas e maternidade. Tese de doutorado apresentada ao programa de Saúde Pública. Universidade de são Paulo, 2012.

CORNWALL, A. Além do "Empoderamento *Light*": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 52, e185202, 2018.

COSTA, A. A. Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres. In: PRO-GAVIÃO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA REGIÃO DO RIO GAVIÃO. **Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião:** Textos de Apoio I. Vitória da Conquista, 2000.

COSTA, J. F. A medicina como projeto social: controle dos corpos e sexos. In: PITANGUY, J.; SOUZA, A. N. **Saúde, Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaios sobre os medos e dos fins. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARIER, E. **Discourses of the environment**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

DARNTON, N. Mommy vs. Mommy. **Newsweek**. Publicado em 04 jun. 1990.

DE LAMARE, R. **A vida do bebê.** ed. 43, Rio de Janeiro: Ediouro, 2014.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia.** São Paulo, vol. 6, n. 2, p. 201-218, abr./jun. 2008.

DINIZ, C.S.G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 3, p. 627-637, set. 2005.

_____; CHACHAM, A. S. O "corte por cima" e o "corte por baixo": o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. **Questões de Saúde Reprodutiva,** vol. 1, n. 1, p. 80-91, 2006.

DIP, A. Violência no parto vende cesárea, diz pesquisadora. **Pública** agência de jornalismo investigativo, 25 mar. 2013. Disponível em: https://apublica.org/2013/03/violencia-parto-vende-cesarea-diz-pesquisadora-2/. Acesso em: 12 jun. 2018.

DONATH, O. **Mães Arrependidas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DORIA, P. O fim dos blogs. Observatório da Imprensa, 3 mar.2015. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/_ed840_o_fim_dos_blogs/. Acesso em: 12.jun.2020.

DOUGLAS, S. J.; MICHAELS, M. W. **The mommy myth: The idealization of motherhood and how it has undermined all women**. New York, NY, US: Free Press. 2004.

DUARTE, A. M. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, vol. 1, p. 1-16, 2008.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (org.) **Família e Sociedade Brasileira:** Desafios nos Processos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.

_____. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. **Ciência saúde coletiva**, vol. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2003.

ELIAS, N. A Civilização dos Pais. Trad.: Mariana Rocha de Oliveira e Graziela Perosa In: ELIAS, N. **Au delà de Freud:** sociologie, psychologie, psychanalyse. Paris, Éditions La découverte, 2010.

ELIAS, S. Romantismo e Linguística. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ENGLISH, D.; EHRENREICH, B. **Para seu próprio bem:** 150 anos de conselhos de especialistas para as mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2003.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – FIOCRUZ. **Nascer no Brasil**: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento. 2014. Disponível em: http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/ . Acesso em: 18 jun. 2018.

ESTES, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FARIA. C. C. **Wilhelm Reich e a formação das crianças do futuro.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, A. **SER MÃE É...** A produção de subjetividades nos discursos da revista *Pais & Filhos* (1968-2008). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, M. A mulher-Elástico. In: II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos PUC-SP**. Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redondas/ii_con._a_mulher_elastico.pdf. Acesso em: 07 jun. 2018.

FIDALGO, L. **(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FIGUEIRA, S. (org.). **A Cultura da Psicanálise.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

FILLOD, O. Oxytocin as Proximal Cause of 'Maternal Instinct': Weak Science, Post-Feminism, and the Hormones Mystique. In: SCHMITZ, S.; HÖPPNER, G. **Gendered Neurocultures:** Feminist and Queer Perspectives on Current Brain Discourses. Viena: Zaglossus, 2014.

FLORENCIO, G. Será mesmo o fim da era de ouro dos blogs? ODMN, 26 jul.2018. Disponível em: https://ondm.com.br/2018/07/sera-mesmo-o-fim-da-era-de-ouro-dos-blogs/. Acesso em: 12.jun.2020.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos:** Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, 100, july-aug, 2016.

_____.O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, vol. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2016.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2017.

_____. Introdução à vida não fascista. **Cadernos de Subjetividade** / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, vol. 1, n. 1, 1993.

_____. *Les techniques de soi.* In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, p. 1602-1632, 2001.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____.Resposta ao círculo epistemológico. In: **Estruturalismo e Teoria da Linguagem.** Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 9-55.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____.**Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, M. L. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GARBIN, E. M. Cultur@s juvenis, identid@des e internet: questões atuais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 23, p. 119-135, aug. 2003.

GERMANO, I. M. P.; NOGUEIRA, M. C. G. M. A difusão das redes sociais digitais e as novas expressões do eu. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, vol. 8 n. 2, p. 53-62, jul./dez. 2017.

GIL, B. **Bela maternidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

GRANADO-NEIVA, J. G. "Operação cesárea no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social". **XXVI Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, 1982.

GRECCO, F. S. **O debate sobre a reprodução social no Brasil nos marcos da "crise do cuidado".** 41º Encontro Anual da ANPOCS. GT 13 - Gênero, Trabalho e Família. Caxambu, 2017.

GUTMAN, L. **A Maternidade e o encontro com a própria sombra.** ed. 7 Rio de Janeiro: Best Seller, 2014.

HAYDEN, S.; HALLSTEIN, D. (Org). **Contemplating maternity in an era of choice**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010.

HAYS, S. **Contradições culturais da maternidade.** Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, ano 3, n. 5, "Vulnerabilidade", 2016.

_____. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". **Cadernos Pagu.** São Paulo, n. 22, p. 201-246, 2004.

_____. **Staying with the trouble:** Sympoiesis, String Figures, Multispecies Muddles. Cerisy 2013, Gestes Séculatifs, 2014.

HEMMINGS, C. CONTANDO ESTÓRIAS FEMINISTAS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, jan./abr. 2009.

HILLESHEIM, B; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 192-199, ago. 2008.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, vol. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

_____. Globalização, Trabalho e Gênero. **R. Pol. Públ**., vol. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005.

HIRSCH, O. **O parto "natural" e "humanizado":** um estudo comparativo entre mulheres de camadas populares e médias no Rio de. Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2014.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

HOLDER, A. Sex doesn't sell any more, activism does. And don't the big brands know it. **The Guardian**, Reino Unido, 03 fev. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/03/activism-sells-brands-social-conscience-advertising. Acesso em: 05 fev. 2018.

HOOKS, B. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOROCHOVSKI. R. Empoderamento: definições e aplicações. In: 30º Encontro Anual da Anpocs 24 a 28 de outubro de 2006. **Anais eletrônicos**, Caxambu, 2006.

HRDY, S. **Mãe Natureza:** uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

IACONELLI, V. **Mal-Estar na Maternidade:** do infanticídio à função materna. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KNIBIEHLER, Y. Le féminisme doit repenser La maternité. **Le Monde [on-line]**, 17 fev. 2010. Disponível em: http://www.lemonde.fr/livres/article/2010/02/17/yvonne-knibiehler-le-feminisme-doit-repenser-la-maternite_864946_3260.html#6KPSW7eeZETMdRXC.99. Acesso em: 27 out. 2017.

KOMESU, F. Espaços e fronteiras da "liberdade de expressão" em blogs na internet. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, vol. 49, n. 2, p. 343-357, dez. 2010.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LARRERE, C. Jean-Jacques Rousseau: O retorno da Natureza? In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, Número 21. São Paulo, 2012

LASCH, C. A **Cultura do Narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LE GOFF, J. Foucault e a "nova história". **Plural;** Sociologia, USP, São Paulo, 2003.

LEAL, M. C. *et al*. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 33, supl. 1, e00078816, 2017.

LEBOYER, F. **Se me contassem o parto**. São Paulo: Ground, 1998.

LIMA, A. L. G. **Conhecimentos especializados sobre bebês e o governo das mães e das famílias:** um estudo histórico de manuais e revistas de puericultura publicados no Brasil. Projeto de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. **História: questões e debates.** Dossiê: parto e maternidade. Ano 24, n. 47, jul./dez. 2007.

_____; VICENTE, B. C. Os conhecimentos sobre a maternidade e a experiência da maternidade: uma análise de discursos. **Estilos clin.**, São Paulo, vol. 21, n. 1, p. 96-113, abr. 2016.

LIMA, F. R. Da beleza ao empoderamento: a influência do ciberfeminismo na comunicação das marcas. Uma análise da comunicação da Avon no Facebook. COMUNICON 2018 (CONGRESSO INTERNACiONAL DE COMUNICAÇÃO E CONSUMO).

LO BIANCO, A. C. A Psicologização do Feto. In: FIGUEIRA, S. (org.) **A Cultura da Psicanálise.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOPEZ, L. The radical act of 'mommy blogging': redefining motherhood through blogosphere. **New media & society**. SAGE Publications. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore and Washington DC, vol. 11, n. 4, p. 729-747, 2009.

LOURO, G. **Gênero e sexualidade**: **pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições [on-line], vol. 19, n. 2, p.17-23. ISSN 1980-6248. 2008.

LOVELOCK, J. **Gaia:** alerta final. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

LOWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e Melancolia**: o Romantismo na Contramão da Modernidade. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

_____. **Rousseau e o romantismo**. Esquerda.net. Tradução: António José André para o Esquerda.net. Publicado em: 23 nov. 2012. Disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/rousseau-e-o-romantismo/25638. Acesso em: 03 abr. 2020.

MACEDO, A. G. Pós-feminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 14, n.3,: 272, setembro-dezembro/2006.

MACHADO, R. **Ciência e Saber:** a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio Janeiro: Graal, 1981.

MADRUGA, E. L. Projeto Luzes / Vida Bem-Vinda. **Encaminhado a Secretaria de Educação Básica no Ministério da Educação do Brasil em 2008**. Disponível em: http://www.cienciadoiniciodavida.org/. Acesso em: 03 abr. 2020.

MAGNANI, J. **O Brasil da Nova Era.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MALETTE, S. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, vol. 1, p. 4-25, 2011. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654/5602. Acesso em: 07 jun. 2018.

MARQUES, R. C. **Imagem social do médico de senhoras no século XX**. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino:** a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

_____. **Necropolítica**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MENDONÇA, M. C. de. **A maternidade na publicidade:** uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MEYER, D. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento.** Porto Alegre, vol. 9, n. 3, p. 33-58, set./dez. 2003.

MIGUEL, L.; BIROLLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTEIRO, E. **A culpa é da mãe:** reflexões e confissões acerca da maternidade. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

MOREL, M. Naître sans violence: lês mutations de l´acuueil Du nouveu-né dans lês années 1970. In: POURCHEZ, L. (org). **Quand les professionnels de la santé et des sciences sociales se rencontrent**. Paris: Edition des Archives Contemporaines, 2016.

MOTT, M. L. Assistência ao Parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). **Projeto História**, p.197-219, dez. 2002.

NEDER, M. **Filhos da mãe:** como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas,** Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

ODENT, M. A prioridade hoje é mamiferizar o parto. **Sentidos do nascer,** 06 jan. 2016. Disponível em: http://www.sentidosdonascer.org/blog/2016/01/a-prioridade-hoje-e-mamiferizar-o-parto-por-michel-odent/. Acesso em: 06 jun. 2018. 2016a

_____. **El bebe es un mamífero**. Tenerife: Editora ObStare, 2015.

_____. **Gênese do homem ecológico**. São Paulo: TAO Editora, 1982.

_____. **Pode a humanidade sobreviver à medicina?** Rio de Janeiro: Instituto Michel Odent, 2016b.

_____ **O Camponês e a Parteira**. São Paulo: Editora Ground, 2016c.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z; LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974].

OKSALA, J. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas:** perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

PACIORNIK, M. **Aprenda a nascer e a viver com os índios:** parto de cócoras, desempenho sexual e ginástica indígena. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PADUA, J. A**. Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAMPLONA, V. **Mulher, Parto e Psicodrama**. São Paulo: Editora Ágora, 1990.

PASSETTI, E. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. Ecopolítica, n.5, maio 2013.

_____. **Ecopolítica**. Resumos do Colóquio Transformações da Biopolítica, São Paulo: PUC, 2012.

PESCE, L. R; LOPES, R.C.S **"O Lado B da Maternidade"**: Um Estudo Qualitativo a partir de Blogs. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* vol. 01, versão on-line. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/50825/33489. Acesso em: 11 mar.2020.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [on-line]**, vol. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

_____; PINSKY, C. B.. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, J. P. **É SÓ MIMIMI?** Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. Interdisciplinar, São Cristóvão, v. 31, jan.-jun, p. 221-236, 2019

PIRES, E. M. Discursos em disputa sobre a maternidade no Brasil. In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450960_ARQUIVO_DISCURSOSEMDISPUTASOBREAMATERNIDADENOBRASILMM_FG.pdf. Acesso em: 07 jun. 2018.

POMBO, C. **A mãe e o tempo**: ensaio da maternidade transitória. Rio de janeiro: Memória Visual, 2013.

PRICE, K. It´s not just about abortion: incorporating intersectionality in research about women of colour and reproduction. **Women´s Health Issues**, vol. 21, n. 3, p. 55- 57, 2011. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1049386711000156?via%3Dihub. Acesso em: 11 mar.2020.

PRIMO, A. Os blogs não são diários pessoais on-line: matriz para a tipificação da blogosfera. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 36, quadrimestral, ago. 2008.

PULEO, A. Mulher, Feminismo e ecologia. **Revista ECO 21**, Rio de Janeiro, Edição 97, S/D. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982. Acesso em: 21 jun. 2013.

PULHEZ, M. M. **Mulheres mamíferas:** práticas da maternidade ativa. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

QUINEY, R. Confessions of the new capitalist mother: Twenty-first-century writingon motherhood as trauma. **Women: A Cultural Review,** vol. 18, n. 1, p. 19–40, 2007.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**. João Pessoa: UFPB, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1985.

_____. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: Reis, Daniel Aarão e Ferreira, Jorge. **As esquerdas no Brasil,** vol. 1 A Formação das Tradições, 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Entrevista. **Revista Humanidades em Diálogo**, São Paulo, vol. VII, mar. 2016.

_____. GALLO, S. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. **Foucault e as Insurreições.** É inútil revoltar-se? São Paulo: Intermeios, 2017.

RIBEIRO, D. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. **Revista Cult.** Publicado em 8 jun. 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/. Acesso em: 26 abr. 2020.

ROHDEN, F**.** Sexualidade e gênero na medicina. In: Pitanguy, J. e Souza, A. N. **Saúde, Corpo e Sociedade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ROJO, L. F. **"Vivendo 'nu' paraíso"**: comunidade, corpo e amizade na Colina do Sol. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ROSE, N. **A política da própria vida:** biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSS, L. Understanding Reproductive Justice. Atlanta: **Sister Song Women of Color Reproductive Justice Collective**, 2006. Disponível em: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/rrfp/pages/33/attachments/original/1456425809/Understanding_RJ_Sistersong.pdf?1456425809. Acesso em: 10.mar.2020

ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004

RUTHERFORD, P. Ecological modernization and environmental risk. In: DARIER, É. (Editor). **Discourses of the Environment**. Blackwell, Oxford: BlackwellPublishers, 1999.

SALEM, T. **O casal grávido**: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SALIBA, E. T. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SALGADO, J.; JORGE, M. Empreendedorismo materno: entre o ideal subjetivo e a frustração performática. **Congresso internacional comunicação e consumo.** Comunicon2018, 2018.

SANTOS, C. **Toda boa mãe deve...:** governamento das maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRSG), Porto Alegre, 2009.

SANTOS, D. A blogosfera materna é branca. **HuffPost**. Publicado em 28.set.2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/dany-santos/a-blogosfera-materna-e-branca_a_23225204/. Acesso em: 18 fev. 2020.

SARDENBERG, C. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.** Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO', promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

_____. Women's empowerment in Brazil: tensions in discourse and practice. **Society for International Development**, vol. 53, n. 2, p. 232-238, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. Do utopismo iluminista ao (anti)utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica. **MORUS** - Utopia e Renascimento, n. 6, 2009.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu.** Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, n. 16, p. 137-150, 2001a.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação [on-line], vol. 5, n. 8, p. 47-59, 2001b.

SCHIEBINGER, L. Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, R; TECH, M. **Conhecimento sexual, ciência sexual.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SCHILLING, F e FERREIRA, P. H. Figuras da Infância: Inscrições, Circunscrições e Incêndios. **Childhood&philosophy,** Rio de Janeiro, 2016.

SCHWENGBER, M. S. V. **Donas de si? A** educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos. 2006. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Prefácio a "Gender and politics of history". **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SIMAS, R. **Doulas e o movimento pela humanização do parto**: poder, gênero, e a retórica do controle das emoções. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOUZA, D. A. "*Ilítia* Ciborguiana": o parto ativo à luz da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos *medias* digitais. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade Nova de Lisboa, 2018.

SOUZA, H. R. Políticas maternas: natureza, ciência e feminismo na eclosão dos ativismos maternos no Brasil. In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499489097_ARQUIVO_Textocompleto13MM_FG11ok.pdf. Acesso em: 07 jun. 2018.

SOUZA, N. **A Vida do Bebê**: ensinando a ciência de ser mãe. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

STRATHERN, A. M. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TORNQUIST, C.S. Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 10, n. 2, p. 483, jan. 2002.

_____. **Parto e Poder.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____; SPINELLI, C.S. Um jeito soviético de dar à luz: o parto sem dor no sul da América do Sul. **História Oral**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1-2, p. 129-156, 2010.

TRONTO, J. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

THORNTON, D. J. Transformations of the Ideal Mother: The Story of Mommy Economicus and Her Amazing Brain. **Women's Studies in Communication,** n. 37, p. 271-291, 2014.

ULLOA, A. A ecogovernamentalidade e suas contradições. Ecopolítica, n. 1, nov. 2011.

VEIGA-NETO, A. A Ecopolítica e a Desfronteirização do humano. Apontamentos e provocações. **Ecopolítica**, n.5, maio 2013.

_____. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014.

_____. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. **Colóquio Foucault**, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em novembro de 1999. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm.

VEYNE, P. **Como se Escreve a História**; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIOLA, E. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.) **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço & Tempo, 1987.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). **Parto é normal**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/parto-e-normal. Acesso em: 27 mar. 2020.

AQUISTAPACE, F. Mulheres criam portal para celebrar a maternidade ativa. Portal aprendiz UOL, publicado em 10.mai.2013. Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2013/05/10/mulheres-criam-portal-para-celebrar-a-maternidade-ativa/. Acesso em: 27 mar. 2020

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE (ABRAP)**. Somos todos responsáveis.** Disponível em: http://www.somostodosresponsaveis.com.br/campanha-da-abap-sobre-publicidade-infantil-mobiliza-setor-de-comunicacao. Acesso em: 19 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-NATAL (ANEP). **Conheça mais sobre nós.** Disponível em: http://anepbrasil.org.br/conheca-mais-sobre-nos/. Acesso em: 17 mai. 2018.

BANCADA ATIVISTA. **Texto do *post***. Publicado em 02 set. 2019. **Facebook: bancada ativista**. Disponível em: https://www.facebook.com/bancadaativista/. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e da Saúde da Criança e da Mulher**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/assistencia_gestacao.php. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Blog da Saúde**. Disponível em: http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53079-voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica. Acesso em: 28 mai. 2018.

CIÊNCIA PARA O INÍCIO DA VIDA. O que é a Ciência para o Início da Vida? Disponível em: http://www.cienciadoiniciodavida.org/#section-1486358. Acesso em: 29 mar. 2020.

CRIAÇÃO COM APEGO. Texto do post. Publicado em: 16.mar. 2019. **Facebook: criacaoapego.** Disponível em: https://www.facebook.com/groups/criacaoapego/. Acesso em: 16 out. 2019.

DOULAS CRISTÃS. Texto do post. Publicado em 25.set.2018. **Facebook: amparomaterno.** Disponível em: https://www.facebook.com/amparomaterno/. Acesso em: 16 out. 2019.

ECOMATERNIDADE. ECO MATERNIDADE. Sobre o site. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/sobre-o-site/. Acesso em: 18 fev. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The Breastfeeding Initiatives Exchange.** Disponível em: https://www.unicef.org/programme/breastfeeding/. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

GRUPO DE APOIO À MATERNIDADE ATIVA (GAMA). Página inicial. Disponível em: https://maternidadeativa.com.br/. Acesso em: 01 abr. 2020.

HEL MOTHER. Canal **Hel Mother**. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC8t_vJsGzOERkFdanDKTDhw. Acesso em: 18 jun. 2018.

INA MAY GASKIN. Ina May Gaskin. Página inicial. Disponível em: http://inamay.com/. Acesso em: 26.fev.2019

ITAU UNIBANCO HOLDING SA. Relatório de sustentabilidade Itaú Unibanco 2018. Disponível em: https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2018/pdf/pt/relatorio-de-sustentabilidade-2018.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.

LOPES, M. Mães e doulas produzem informações sobre parto humanizador e maternidade e criam portal que reúne diferentes blogs relacionados. SENAC Arquivo setor 3, publicado em 09. mai.2013. Disponível em: http://www.setor3.com.br/arquivos/10.2.0.140_7778/jsp/defaultd84a.html?newsID=a6084.htm&testeira=33&template=58.dwt&sectid=186. Acesso em: 01 abr. 2020.

MACHADO, C. Noves meses para salvar o mundo. ANEP, publicado em 26 jun. 2012. Disponível em: https://anepbrasil.wordpress.com/tag/michel-odent/. Acesso em: 17 mai. 2018.

MAE EMPODERADA. Disponível em: https://twitter.com/maeempoderada. Acesso em: 18 fev. 2020.

MÃEMÍFERA. Canal **Mãemífera**. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCER3ZLVF7cdzIE-odBmB6Lw. Acesso em: 18 jun. 2018.

MAES D´ÁGUA. Mães d´água: parto na água em Portugal. Mulheres inspiradoras Ina May Gaskin. Publicado em: 03 mai. 2016. Disponível em: http://maesdagua.org/2016/05/03/mulheres-inspiradoras-ina-may-gaskin/. Acesso em: 17.fev.2020

MAMÍFERAS. Blog **Mamíferas.** Disponível em: https://mamiferas.blogspot.com/ (blog desativado). Acesso em: 18 jun. 2018.

MATERNIDADE DUPLA. Maternidade dupla. Disponível em: http://maternidadedupla.blogspot.com/. Acesso em: 17 fev. 2020.

MATERNIDADE EMPODERADA. Maternidade Empoderada: O nascer da mãe. Disponível em: http://maternidadeempoderada.com.br/oprojeto/. Acesso em: 18 fev. 2020.

MATERNIDADE LESBICA. Maternidade lésbica: filha, mulher, lésbica, esposa e mãe. Disponível em: https://maternidadelesbica.wordpress.com/about/. Acesso em: 17 fev. 2020

MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DO CONSUMISMO (MILC). O MILC. Disponível em: https://milc.net.br/o-milc/. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. Carta Aberta à Redação da Revista Pais & Filhos (Brasil). Disponível em: http://milc.net.br/2012/09/carta-aberta-a-redacao-da-revista-pais-filhos/#.XKySSJhKhPY. Publicado em: 13 set. 2012. Acesso em: 24 out. 2019.

MILITÂNCIA MATERNA ATIVA. **Militância Materna**: maternidade, feminismo, criação de filhos sem machismo. Disponível em: https://militanciamaterna.com.br/. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINHA MÃE QUE DISSE. As Autoras. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/as-autoras/. Acesso em 17 fev. 2020.

MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO. Carta de Campinas – Ato de fundação da rede pela humanização do parto e nascimento – ReHuNa. Publicado em 17 out. 1993. Disponível em: http://ongamigasdoparto.blogspot.com/2011/05/carta-de-campinas-ato-de-fundacao-da.html. Acesso em: 01 mar. 2020.

MULHERES EMPODERADAS REVELANDO DOULAS. Mulheres empoderadas revelando doulas. Disponível em: http://revelandodoulas.mulheresempoderadas.com.br/revelando-doulas/. Acesso em: 18 fev. 2020.

NANA MATERNIDADE PRETA. Nana maternidade negra: visibilidade, cor e ancestralidade a maternidade. Disponível em: https://nanamaternidadepreta.wordpress.com/author/nanamaternidadepreta/. Acesso em: 17 fev. 2020.

NORDI, D. **O que é criação com apego?** Delas IG, publicado em 18.mai.2012. Disponível em: https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/criacao-com-apego-mais-amor-menos-preconceito-entrevista-e-convite-a-postagem-coletiva. Acesso em: 17 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. New York: ONU. 2015.

_____. A ONU e a população mundial. Disponível em: https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/. Acesso em: 13.nov.2019

_____. ONU MULHERES BRASIL – Princípios de empoderamento das mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres. Acesso em: 18 fev. 2020.

PARTO DO PRINCÍPIO. Quem somos. Disponível em: https://www.partodoprincipio.com.br/sobre. Acesso em: 06 jan. 2020.

PARTO NATURAL. Texto do post. Publicado em 26.mar.2019. Facebook: parto natural. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/partonatural1/permalink/2125597957530791/. Acesso em: 06 jan. 2020.

RAMMI, A. Texto do post. Publicado em 18.jun.2019. Facebook: Anne Rammi. Disponível em: https://www.facebook.com/anne.rammi79/posts/2678515255509827?__tn__=K-R. Acesso em: 06 jan. 2020.

VILA MAMÍFERA. O que é a vila. **Vila Mamífera**. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Disponível em: http://vilamamifera.com/o-que-e-a-vila/. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. Café Mãe. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Disponível em:http://vilamamifera.com/cafemae/. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____.VILA MAMÍFERA. Texto do post. Sem cidade informada, publicado em: 13 ago. 2018. Facebook: Vila Mamífera. Disponível em: https://www.facebook.com/vilamamifera/. Acesso em: 27 mai. 2020.

WOMBECOLOGY.COM. **Wombecology.com: the most vital branch of human ecology.** Disponível em: http://wombecoloy.com/. Acesso em: 15 jan. 2018.

PUBLICAÇÕES EM BLOGS[183]

ABREU, P. Quanto custa ter um filho? **Minha Mãe que Disse,** publicado em 03 jun. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/quanto-custa-ter-um-filho/. Acesso em: 23 out. 2019.

AGATHAFGD. Onde está o empoderamento materno. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

AMIM, M. F. No nosso ninho: um parto domiciliar planejado. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

ALBUQUERQUE, M.Amamentação Prolongada, a minha visão dos fatos. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 17.abr.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/amamentacao-prolongada-a-minha-visao-dos-fatos/. Acesso em: 23 out. 2019.

ARANTES, M. Não nascemos mulher. Tornamo-nos mulher. E o parto talvez seja a maior oportunidade para isto. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2013. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

[183] As publicações utilizadas podem ser disponibilizada pela autora a outras pesquisadoras através do e-mail elainempires@hotmail.com.

ARTEMIS. A mão de vaca não é amor de vaca. **Intimidade:** vida selvagem, publicado em 10 jul. 2012. Disponível em: http://intimidadevidaselvagem.blogspot.com/2012/07/mao-de-vaca-nao-e-amor-de-vaca.html. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Consumismos**. Intimidade:** vida selvagem, publicado em 20 fev. 2013. Disponível em: https://intimidadevidaselvagem.blogspot.com/search?q=consumismo. Acesso em: 04 dez. 2012.

BALDISSERA, R. Da série: "Desmitificando os mitos": Amamentação prolongada vale a pena?**Minha Mãe que Disse,** publicado em 15 out. 2014. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/amamentacao-prolongada-vale-a-pena/. Acesso em: 23 out. 2019.

_____. Do prazer que ainda não senti: Amamentar. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 05 nov. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/do-prazer-que-ainda-nao-senti-amamentar/. Acesso em: 23 out. 2019.

BARBA, M. D. A difícil tarefa de criticar mães e grávidas que trabalham. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 26 set. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/a-dificil-tarefa-de-criticar-maes-e-gravidas-que-trabalham/ Acesso em: 23 out. 2019.

BARBOSA, F. Sobre a mãe que não dirige. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 04 jun. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/sobre-a-mae-que-nao-dirige-2/ Acesso em: 23 out. 2019.

BARRETO, F. Nós três. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

BASTOS, M. Escolha de parto: quando a família não apóia. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

BAUER, L. Você sabe o que é maternidade ativa? **Estação Materna**, publicado em 19 nov. 2015. Disponível em: http://www.estacaomaterna.com.br/voce-sabe-o-que-e-maternidade-ativa/. Acesso em: 20 jan. 2020.

BERLITZ, L. Desacelerar. **Blog da Mamãe Sustentável,** publicado em 20 dez. 2017. Disponível em: https://blogdamamaesustentavel.wordpress.com/tag/crianca/. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____.Embalagem do lixo. Blog da Mamãe Sustentável, publicado em 23 fev. 2015. Disponível em: https://blogdamamaesustentavel.wordpress.com/2015/02/23/embalagem-do-lixo/. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Experimentei: Absorventes biodegradáveis e o tal copinho. Blog da Mamãe Sustentável, publicado em 15 dez. 2014. Disponível em: https://blogdamamaesustentavel.wordpress.com/2014/12/15/experimentei-absorventes-biodegradaveis-e-o-tal-copinho/. Acesso em: 17 fev. 2020. 2014b

_____.Piquenique de aniversário. Blog da Mamãe Sustentável, publicado em 14 jun. 2016. Disponível em: https://blogdamamaesustentavel.wordpress.com/. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Resultado Samba Calcinha. Blog da Mamãe Sustentável, publicado em 25 abr. 2014. Disponível em: https://blogdamamaesustentavel.wordpress.com/tag/frases/. Acesso em: 17 fev .2020. 2014a.

BOUDAKIAN, P. Infância Livre de consumismo. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 27 mar. 2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/infancia-livre-de-consumismo/ . Acesso em: 23 out. 2019.

BRUM, K. Feminismo Materno. **ANEP Brasil**, publicado em 20 mar. 2019. Disponível em**:** http://anepbrasil.org.br/feminismo-materno/. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRUM, S. Uma cambalhota que muda tudo (do parto em casa à cesárea). **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

CAETANO, J. Vida de Marmmarmota. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 11 dez. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/vida-de-mammarmota/ Acesso em: 23 out. 2019.

CAMARA, M. Contradição da compreensão. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

CARVALHAES, J.De cócoras no centro cirúrgico: relato de um parto natural hospitalar . **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

CARVALHO, L. Aprendi a confiar no meu corpo. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 11 set. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/aprendia-confiar-no-meu-corpo/ Acesso em: 23 out. 2019.

CARVALHO, L. Nós, os outros e a campa compartilhada. **Minha Mãe que Diss**e, publicado em 20 jul. 2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/nos-os-outros-e-a-cama-compartilhada/. Acesso em: 23 out. 2019.

CAVALLI, L. Francisco chegou. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

CHAGURI, C. Sonho concretizado com muita alegria!!! **Mulheres Empoderadas**, publicado em 13 abr. 2013. Disponível em: http://mulheresempoderadas.com.br/relato-de-vba2c-parto-normal-apos-2-cesareas-byanca-e-gustavo-uberlandiamg/. Acesso em: 11 mai. 2020.

COELHO, F. S. F. Relato de parto domiciliar: o nascimento de Guilhermina. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

CONSANI, N. O post de Nine sobre mamíferas e o sustento da família. **Maederna**, publicado em 26 jun. 2013. Disponível em: https://maederna.wordpress.com/2013/06/20/o-post-da-nine-sobre-mamiferas-e-o-sustento-da-familia/. Acesso em: 13 dez. 2019

DEMARCHI, D. Revista Olheiras – e como saber se você é uma boa mãe. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 29 abr. 2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/revista-olheiras-e-como-saber-se-voce-e-uma-boa-mae/. Acesso em: 23 out. 2019.

ELECTO, L. É dura a dor do parto mas resolvi parir!**Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

FIGUEIRA, A. Meu relato de parto. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26 fev. 2019.

FIUZA, M. Ajustando o tom. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 07 mar. 2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/ajustando-o-tom/. Acesso em: 23 out. 2019.

FLAVIA. Ainda Mama?. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 13 abr. 2015. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/reblogando/ Acesso em: 23 out. 2019.

GARCIA, C. Ser mãe é. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 26 set. 2011. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/ser-mae/ Acesso em: 23 out. 2019.

GORA, N. O Sagrado na minha vida …. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019.

KANUPP, I. De médico e louco toda mãe tem um pouco.**Minha Mãe que Disse,** publicado em 25.jul.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/de-medico-e-louco-toda-mae-tem-um-pouco/ Acesso em: 23.out.2019.

LAGO, C. Parto de Camila, nascimento de Zoé. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26.fev. 2019.

LANNE, M. Um não ao conceito "mãe perfeita". **Minha Mãe que Disse,** publicado em 05 dez. 2012. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/um-nao-ao-conceito-mae-perfeita/ Acesso em: 23.out. 2019.

MARIANNA. A descoberta da humanização – relato do nascimento de Maria. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08 mar. 2019. Acesso em: 26.fev. 2019.

MARISA. Altas doses de Vitamina N(atureza). **EcoMaternidade**, publicado em: 18 nov. 2014. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/altas-doses-de-vitaminas-natureza/ 1811/2014. Acesso em: 23.out. 2019. 2014a

_____. Educação alimentar e o meio ambiente. Ecomaternidade, publicado em 16 abr. 2014. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/educacao-alimentar-e-o-meio-ambiente/ Acesso em: 23.out. 2019. 2014c

_____. Enfiando o pé na lama. **EcoMaternidade**, publicado em: 28 mai 2015. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/enfiando-o-pe-na-lama/. Acesso em: 23.out.2019.

_____. Um desafralde quase sustentável – parte 2. **Ecomaternidade**, publicado em 09. mar. 2016. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/um-desfralde-quase-sustentavel-parte-2/ Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. Um presente diferente. **Ecomaternidade**, publicado em 08.out.2015. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/um-presente-diferente/. Acesso em: 18 fev. 2020. 2015b

_____. Uma reflexão ecológica sobre o nascimento de um bebê e sobre o aleitamento materno. **Ecomaternidade**, publicado em 04.ago.2014. Disponível em: http://ecomaternidade.com.br/uma-discussao-ecologica-sobre-o-nascimento-de-um-bebe-humano-e-sobre-o-aleitamento-materno/. Acesso em: 23.out.2019. 2014b

MARQUETO, B. Parir é uma animalidade linda! **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

MARTINI, L. Nascer é divino… Parir é animal!. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.** 2014a

_____. Quando minhas escolhas transgrediram minhas convicções. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**. 2014b**

MARTINS, G. Sororidade: maternando para um mundo novo. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 30.mar.2015. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/sororidade-maternando-para-um-mundo-novo/. Acesso em 23.out.2019.

MATHIAS, C. A liberdade de escolher ser mãe. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 09.jun.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/a-liberdade-de-escolher-ser-mae/ Acesso em: 23.out.2019.

MELLO, N. Sobre parto, lua e fisiologia....**Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

MENDES, L. Nascimento da Ananda e (re)nascimento da Luana. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

MENEGUIN, M. Radicalismo a que custo. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 25.fev.2013. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/radicalismo-a-que-custo/ Acesso em: 23.out.2019.

MIRANDA, K. Relato de Parto. Publicado em 25.jul.2016. **Uma mãe feminista.** Disponível em: https://umamaefeminista.blogspot.com/2016/07/relato-de-parto.html. Acesso em: 18.fev.2020.

MIRANDA, L. Culpa zero, menos mãe e outras asneiras. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 25.set.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/culpa-zero-menos-mae-e-outras-asneiras/ Acesso em: 23.out.2019.

_____.Na fogueira dos sutiãs, ficaram muitos corações. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 25.abr.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/na-fogueira-dos-sutias-ficaram-muitos-coracoes/ Acesso em: 23.out.2019.

MISURA, L. Uma lição do país do consumo: festas de aniversário sem presentes. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 23.nov.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/uma-licao-do-pais-do-consumo-festas-de-aniversario-sem-presentes/. Acesso em: 23.out.2019.

MOREIRA, J. Bebês não têm manual. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 11.dez.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/bebes-nao-tem-manual/ Acesso em: 23.out.2019.

NINE. Des-desmamar. **Minha Pequena Ísis**, publicado em 19.nov.2013. Disponível em:https://minhapequenaisis.blogspot.com/search?q=empoderamento. Acesso em: 13.dez.2019.

_____. Sou mamífera! Não sou mãezinha.**Minha Mãe que Disse,** publicado em 17.set.2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/?s=mamifera. Acesso em: 23.out.2019.

_____. Sou masculino e feminino? Minha pequena Ísis. Disponível em: https://minhapequenaisis.blogspot.com/search?q=masculino. Publicado em: 29.out.2012. Acesso em: 18.fev.2020.

OLIVEIRA, E. Rede de mães da internet- Como e porque você deve tirar proveito delas. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 12.mar.2013. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/redes-de-maes-da-internet-como-e-porque-voce-deve-tirar-proveito-delas/. Acesso em: 23.out.2019.

PATI. Antropologia. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 13.jun.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/antropologia/. Acesso em 23.out.2019.

PIASSENTINI, N. A força da maternidade. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 20.01.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/a-forca-da-maternidade/. Acesso em: 23.out.2019.

PINHEIRO, N. Parir é político.**Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em 26.fev.2019**.**

POLICARPO. D. Por um mundo melhor. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 20.dez.2011. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/por-um-mundo-melhor/ . Acesso em: 23.out.2019.

POMBO, C. Alternativas para um belo enxoval sem passagem área e desperdícios. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 19.abr.2012. Disponível

em:http://minhamaequedisse.com/alternativas-para-um-belo-enxoval-sem-passagem-area-e-desperdicios/. Acesso em: 23.out.2019. 2012a

_____. As mães e os movimentos sociais. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 07.dez.2012. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/as-maes-e-os-movimentos-sociais/. Acesso em: 23.out.2019. 2012b

RAMMI, A. Manifesto Maternista. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 17.mar.2013. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/manifesto-maternista/. Acesso em: 23.out.2019.

ROCHA, A. O papel da blogosfera materna na minha vida. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

RODRIGUES, C. Maternidade na berlinda. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 05.dez.2013. Disponível em:http://minhamaequedisse.com/maternidade-na-berlinda/. Acesso em: 23.out.2019.

SÁ, M. Carreira *versus* maternidade: o meu não dilema. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 06.nov.2011. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/carreira-versus-maternidade-o-meu-nao-dilema/. Acesso em: 23.out.2019.

_____.Coisas são apenas coisas. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 19.set.2014. Disponível em:. http://minhamaequedisse.com/coisas-sao-apenas-coisas/. Acesso em: 23.out.2019.

SABINO, C. Somos animais domesticados. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019

SALLIT, G. O início do fim da violência obstétrica. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 04.abr.2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/o-inicio-do-fim-da-violencia-obstetrica/. Acesso em: 23.out.2019.

SENA, L. Maternidade ativa: mães ativas para um mundo melhor. **Cientista que virou mãe,** publicado em 12.jan.2012. Disponível em: https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/maternidade-ativa-maes-para-um-mundo-melhor. Acesso em: 29.jan.2020

_____.Vem pra casa você também! Quando a casa, o escritório e os filhos estão todos no mesmo lugar. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 19.set.2013. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/vem-pra-casa-voce-tambem-quando-a-casa-o-escritorio-e-os-filhos-estao-todos-no-mesmo-lugar/. Acesso em: 23.out.2019.

SIQUEIRA, L. Nascimento da Ágata – parto humanizado. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2015. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

SMITH, K. Aqui o pai também diz. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 19.out.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/aqui-o-pai-tambem-diz/. Acesso em: 23.out.2019.

SORENSEN, N.A culpa não é minha!.**Minha Mãe que Disse,** publicado em 25.jun.2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/a-culpa-nao-e-minha/. Acesso em: 23.out.2019.

SQUERUBINA. Pai, você precisa ler isso. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

STABILE, C. Relato de parto do Pedro – parto humanizado hospitalar. **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2014. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

TORRES,A. C. Da Luta à Glória – Relato de VBA2C (Transferência de Domiciliar). **Vila Mamífera**, publicado em meados de 2016. O domínio foi desativado em 08.mar. 2019. Acesso em: 26.fev.2019**.**

UPLINGER, L. Nascer em 4012. **ANEP Brasil**, publicado em 01.mar.2016. Disponível em: http://anepbrasil.org.br/nascer-em-4012/. Acesso em: 23.out.2019.

VAIA, G. Maternidade, o Lado B. Ou a vida como ela e não como deveria ser. Ou por que caralho ninguém nunca me contou isso? **Minha Mãe que Disse,** publicado em 21.jan. 2013. Disponível em: https://minhamaequedisse.com/maternidade-o-lado-b-ou-a-vida-como-ela-e-e-nao-como-deveria-ser-ou-por-que-caralhos-ninguem-nunca-me-contou-isso/. Acesso em: 23.out.2019.

VARON, P. O sonho da escola pública. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 02.jul.2012. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/o-sonho-da-escola-publica/.Acesso em: 23.out.2019.

ZANOTTO, M. (Anti) Post confessional de Dia das Mães. **Minha Mãe que Disse,** publicado em 09.mai.2014. Disponível em: http://minhamaequedisse.com/um-antipost-de-dia-das-maes/. Acesso em: 23.out.2019.